

Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo

2018



FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: http://www.ccdr-lvt.pt
Título	Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo 2018
Coordenação	Fernando Ferreira José Pedro Neto (Vice-Presidentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Margarida Cucharra Adriana Raimundo (Diretoras de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
Revisão	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
Elaboração técnica	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Tratamento de dados Prestação de Contas	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Data	Dezembro 2019
ISBN	978-972-8872-62-5

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
CAPÍTULO I. ANÁLISE DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	5
1. ANÁLISE DA RECEITA	5
1.1 Análise evolutiva da receita municipal – 2014 a 2018	6
1.1.1 Evolução da receita total	6
1.1.2 Evolução da receita fiscal	10
1.1.3 Evolução da receita própria	13
1.1.4 Evolução das transferências	16
1.1.5 Evolução do passivo financeiro	19
1.2 Análise da receita municipal – 2018	21
1.2.1 Receita total	21
1.2.2 Receita fiscal	26
1.2.3 Receita própria	27
1.2.4 Transferências	28
1.2.5 Passivo financeiro	29
2 ANÁLISE DA DESPESA	30
2.1 Análise evolutiva da despesa municipal – 2014 a 2018	30
2.1.1 Evolução da despesa total	30
2.1.2 Evolução da despesa com o pessoal	34
2.1.3 Evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços	35
2.1.4 Evolução das transferências correntes e subsídios	36
2.1.5 Evolução do investimento direto e indireto	37
2.1.6 Evolução do serviço de dívida	38
2.2 Análise da despesa municipal – 2018	40
2.2.1 Despesa total	40
2.2.2 Despesa com o pessoal	45
2.2.3 Despesa com a aquisição de bens e serviços	45
2.2.4 Transferências correntes e subsídios	46
2.2.5 Investimento direto e indireto	47
2.2.6 Serviço de dívida	48
3 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTAL	49
3.1 Independência financeira	49
3.2 Poupança corrente	50
3.3 Saldo global e primário	51

3.4	Peso das receitas extraordinárias no saldo global	53
3.5	Grau de cobertura do serviço da dívida	54
3.6	Grau de execução da venda de bens de investimento	55

CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL **56**

1 ANÁLISE DO BALANÇO **56**

1.1	Ativo	57
1.1.1	Análise evolutiva dos principais agregados do ativo – 2014 a 2018	57
1.1.2	Estrutura do ativo por município – 2018	59
1.1.3	Composição do ativo por NUTS III – 2018	61
1.2	Passivo	62
1.2.1	Análise evolutiva dos principais agregados do passivo – 2014 a 2018	62
1.2.2	Estrutura do passivo por município – 2018	64
1.2.3	Composição do passivo por NUTS III – 2018	66
1.2.4	Dívida a terceiros – 2018	67
1.2.4.1	Dívida comercial e financeira	67
1.2.4.2	Dívida não orçamental	67
1.3	Fundos próprios	68
1.3.1	Análise evolutiva dos principais agregados dos fundos próprios – 2014 a 2018	68
1.3.2	Estrutura dos fundos próprios por município – 2018	69
1.3.3	Composição dos fundos próprios por NUTS III – 2018	70

2 ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA **71**

2.1	Custos	71
2.1.1	Evolução dos principais agregados dos custos – 2014 a 2018	71
2.1.2	Estrutura dos custos por município – 2018	73
2.1.3	Composição dos custos por NUTS III – 2018	75
2.2	Proveitos	76
2.2.1	Evolução dos principais agregados dos proveitos – 2014 a 2018	76
2.2.2	Estrutura dos proveitos por município – 2018	78
2.2.3	Composição dos proveitos por NUTS III – 2018	80
2.3	Resultados	81
2.3.1	Evolução dos resultados – 2014 a 2018	81

CONCEITOS	82
PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS	87
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS	88

ANEXOS

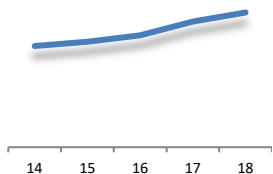
- I – Receitas municipais em 2018 dos municípios da RLVT
- II – Despesas municipais em 2018 dos municípios da RLVT

SUMÁRIO EXECUTIVO

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2018 FACE A 2017

Os municípios da RLVT aumentaram 7,2% as receitas cobradas e 7,8% as despesas pagas e o saldo global, embora tenha registado um excedente de 195,9 M€, desceu 138,5 M€. A dinâmica de crescimento das receitas e despesas demonstrou igual número de 10 municípios com saldo global negativo. Por outro lado, houve 28 municípios em que o saldo primário era insuficiente para cobrir os encargos com o serviço da dívida¹.

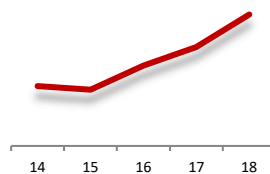
RECEITA



A receita cresceu 229,24 M€ face a 2017, totalizando 3.400,8 M€, muito devido ao aumento da receita fiscal, com destaque para o IMT. Referência para o aumento das transferências correntes, venda

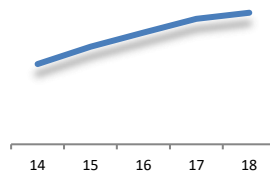
de bens e serviços, transferências de capital e saldo de gerência anterior. Contrariando esta tendência, destaque para a queda dos impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e passivos financeiros. Naturalmente e atendendo à diversidade de municípios, em termos de população e dimensão geográfica, mantêm-se registos com forte discrepância: a receita média foi de 65,40 M€ por município, os valores oscilaram entre os 1.013,86 M€ de Lisboa e os 6,65 M€ de Constância – amplitude de 1.007,21 M€. Em termos de receita *per capita*, a mesma ascendeu, ao nível regional, a 930,38 €/hab, variando entre os 1.998,86 €/hab de Lisboa e os 485,14 €/hab da Amadora.

DESPESA



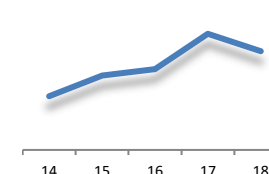
A despesa aumentou 202,91 M€ para o total de 2.818,62 M€, com o contributo significativo das despesas com o pessoal, juros e outros encargos, transferências correntes, subsídios, outras despesas correntes e de capital e aquisição de bens de capital. O peso relativo das despesas com o investimento direto e indireto desceu 7,9 p.p., as despesas com o pessoal -2,2%, a aquisição de bens e serviços -7,4% e o peso do serviço de dívida -8,3%, por contraponto ao acréscimo do peso das outras despesas +237,0%. A amplitude de valores entre municípios foi de 860,99 M€, variando entre os 867,14 M€ de Lisboa e os 6,15 M€ de Constância. Numa análise *per capita*, o valor regional foi de 771,11 €/hab, com o valor máximo em Sardoal e o mínimo em Sintra.

INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA



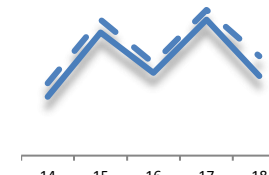
Em termos regionais, a independência financeira evolui positivamente de um rácio de 70,0% em 2014 para 76,4% em 2018, ano em que 11 municípios, todos AML, apresentaram índices superiores a 75% e em 14 o rácio de receitas próprias sobre as receitas totais foi inferior a 50%. O melhor registo (93,7%) pertenceu a Lisboa e o menor ao Sardoal (20,6%).

POUPANÇA CORRENTE



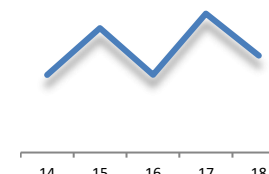
Entre 2014 e 2017, registou-se o aumento em 384,05 M€ do excedente das receitas correntes sobre as despesas, para o total de 714,33 M€. Contrariando a tendência, em 2018 a poupança corrente caiu 106,15 M€, muito influenciada pelo Município de Lisboa onde este rácio caiu 53,6%². A poupança corrente caiu em 20 municípios em 2016, 14 em 2017 e 25 em 2018.

SALDO GLOBAL E SALDO PRIMÁRIO



O saldo global tem revelado tendências distintas, descendo em 2018 de 334,40 M€ para 195,90 M€, influenciado pela descida em Lisboa³. Entre 2014 e 2015 o número de municípios com saldo global negativo desceu de 7 para 4, subindo posteriormente para 5, 10, e 10, sucessivamente até 2018. O saldo primário apresentou, na generalidade, a mesma tendência que o saldo global, registando-se uma descida de 114,1 M€ face ao ano de 2017. O peso das receitas extraordinárias⁴ no saldo global aumentou em 21,4% em 2017 e em 69,2% em 2018, invertendo a tendência de redução dos anos anteriores.

GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA



O grau de cobertura do serviço de dívida, que evidencia em que medida o saldo primário responde a necessidades de pagamento de encargos financeiros e de compromissos assumidos com a amortização de empréstimos de médio e longo prazo, tem revelado

¹ CONSIDERANDO, NO SERVIÇO DA DÍVIDA, AS DESPESAS PAGAS COM JUROS E OUTROS ENCARGOS E OS COMPROMISSOS COM AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS.

² DE ACORDO COM OS DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, DISPONÍVEIS, VERIFICA-SE UM AUMENTO NOS AGREGADOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, SERVIÇO DA DÍVIDA E EM OUTRAS DESPESAS CORRENTES, ESTE COM UM AUMENTO SIGNIFICATIVO, QUE SE

PRENDE COM A DEVOLUÇÃO AOS MUNICÍPIOS DA TAXA DE PROTECÇÃO CIVIL, CONFORME DECISÃO JUDICIAL BEM COMO COM A DECISÃO JUDICIAL RELATIVA AO PROCESSO “AREZ ROMÃO” NO SEGUIMENTO DE ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DE 24 DE MAIO.

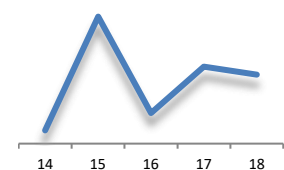
³ ÍDEM. REFIRA-SE IGUALMENTE QUE ESTE INDICADOR AO SER CALCULADO COM BASE NAS RECEITAS E DESPESAS EFETIVAS NÃO TEM EM CONTA A RECEITA DOS PASSIVOS FINANCEIROS,

OBSERVANDO-SE QUE A RECEITA DO MUNICÍPIO DE LISBOA EM 2018 FOI MUITO INFLUENCIADA PELO EMPRÉSTIMO DO BEI (BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO.)

⁴ CONSIDERADO O AGREGADO DAS RECEITAS DE VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO.

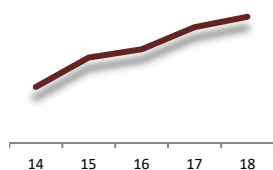
tendências alternadas. Em 2017 e 2018, o número de municípios que registou saldos primários suficientes para cobrir os encargos com o serviço de dívida, foi de 27 e 24, respetivamente.

GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO



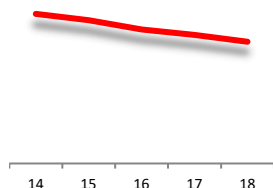
Os anos de 2017 e 2018 foram aqueles em que a previsão e cobrança desta receita foi mais próxima, embora ligeiramente inferior neste último, por influência dos municípios da AML. Nos mesmos exercícios, 13 e 7 municípios não registaram venda de bens de investimento, respetivamente, 32 municípios tiveram uma execução inferior ao previsto em sede de orçamento municipal em 2017 e 28 em 2018.

ATIVO



O ativo líquido aumentou 1,1% no último ano, atingindo os 12.568,26 M€. O ativo imobilizado representou 88,4% do ativo bruto, sendo a maior componente o imobilizado corpóreo. Desde 2014 regista-se uma tendência de redução do valor do imobilizado em curso e das contas a receber, estas últimas correspondentes a um menor volume de dívidas aos municípios. Em sentido contrário o aumento dos títulos negociáveis e os depósitos em instituições financeiras e caixa, os quais, apesar do peso reduzido no ativo dos municípios, aumentou 538,63 M€.

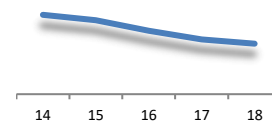
PASSIVO



O passivo manteve a tendência de redução dos últimos anos, decrescendo 5,4%, para um total de 2.993,81 M€. Para além da melhoria em termos regionais, a grande maioria dos municípios registou uma diminuição do valor dos respetivos passivos. A dívida exigível por terceiros constitui a maior componente do passivo (41,5%). No último ano, 12 municípios (10 em 2017), não

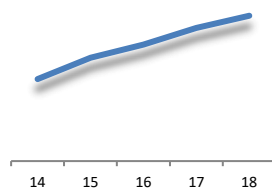
registaram quaisquer provisões para riscos e encargos, sendo que 38,5% das verbas registadas como passivos resultaram de proveitos diferidos, refletindo o crescente grau de financiamento dos investimentos com recurso a transferências de capital, e 6,2% de acréscimos de custos.

DÍVIDA EXIGÍVEL



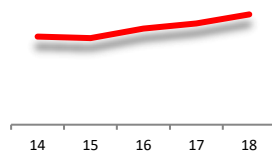
A dívida exigível – maior componente do passivo, reduziu-se de 53,1% para 41,5%. É fundamentalmente de natureza financeira (70,3%) maioritariamente constituída junto da banca, sendo o peso das dívidas comerciais de 29,7%. Apesar da melhoria, 23 municípios (27 em 2017) mantinham dívidas de empréstimos contraídos no âmbito de programas de recuperação financeira (PREDE, PAEL e FAM/ATU).

FUNDOS PRÓPRIOS



Os fundos próprios, constituídos em 71,8% pelo património municipal, aumentaram 3,3% face a 2017. O aumento do património foi de 0,9%, justificado pela sua valorização por parte de alguns municípios e pelo facto de muitos continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património. O peso deste no conjunto dos fundos próprios tem vindo a cair ao longo dos últimos 5 anos, de 83,4% para 71,8%, reforçando-se o peso das reservas (de 10% para 13,4%) e dos resultados transitados, de 5% para 11,6%. 11 municípios apresentaram, em 2018, RLE negativos, menos 2 que no ano anterior.

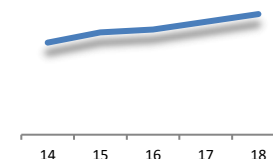
CUSTOS



Em 2018 assinalou-se uma subida global dos custos em 9%, decorrente do aumento em 42 municípios, do acréscimo dos custos operacionais e financeiros e dos custos e perdas extraordinários, todos eles superiores quando comparados a 2014. Análise distinta

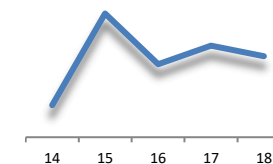
reporta à estrutura dos custos, evidenciando-se uma descida gradual no peso dos custos operacionais, de 93,1% para 86,4%, entre 2014 e 2018, com reforço significativo nos custos e perdas extraordinárias, de 4,8% para 11,8%. Já o peso dos custos e perdas financeiras que também tem vindo a cair desde 2014, revelou em 2018 uma nova subida, representando 1,8% dos custos totais. Os custos com o pessoal constituíam a maioria dos custos totais (32,3%), seguidos dos fornecimentos e serviços externos (25,6%).

PROVEITOS



O panorama foi favorável ao nível regional (+6,9%), mantendo-se a tendência de crescimento desde 2014. O aumento, face ao ano transato, foi registado em 39 municípios, refletindo-se em quase todas as categorias, à exceção das vendas e prestações de serviços – outras, dos trabalhos para a própria entidade, proveitos suplementares e ainda dos proveitos financeiros. Os impostos e taxas representam 52,1% dos proveitos totais, seguindo-se as transferências e subsídios obtidos, com 21,3%

RESULTADOS



Desde 2014, o RLE do conjunto dos municípios foi sempre positivo, tal como o EBITDA. No último exercício, houve uma descida de 11,4% no resultado líquido atingido pelos municípios. Em termos agregados na região, os resultados operacionais registaram igualmente uma descida em 9,2%, embora registando-se um crescimento significativo face a 2014, ano em que estes resultados foram negativos. A descida dos resultados operacionais ocorreu em 28 municípios, sendo que o número de municípios com resultados operacionais negativos tem aumentado: 21 (2015), 23 (2016), 25 (2017) e 22 (2018). Em termos de EBITDA, situação igualmente desfavorável, entre 2017 e 2018, com a descida em 27 municípios. No entanto, considerando todo o período em análise, constatou-se uma melhoria do EBITDA em 103,7%.

Apresentação

O presente relatório contém uma síntese dos principais aspetos da execução financeira dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) no exercício de 2018, decorrente dos documentos de prestação de contas e complementada com informação das contas relativa aos anos de 2014 a 2017.

De acordo com o princípio da autonomia financeira, as autarquias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, tendo o poder de arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes sejam destinadas.

Em 2014 entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais⁵, alterando o quadro legislativo e definindo o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

O exercício de 2018 foi o quinto ano de aplicação do atual regime financeiro das autarquias locais⁶, no qual, para além do novo regime financeiro, as finanças locais foram ainda influenciadas por diversas particularidades.

Desde logo, pela aplicação e conceito de dívida total. Para os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo 52.º fosse inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, podiam contrair empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2016, desde que com a contratação do novo empréstimo se verificasse, cumulativamente, as seguintes condições:

- não aumentasse a dívida total do município;
- diminuísse o serviço da dívida do município;
- o valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, fosse inferior ao valor atualizado dos

encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente;

- não existisse um reforço das garantias reais ou pessoais eventualmente prestadas pelo município.

Ao abrigo desta possibilidade, vários municípios procederam à reestruturação da respetiva dívida.

Neste âmbito, é de referir também a alteração ao conceito do limite de dívida total e respetivo apuramento do endividamento municipal, considerando a alteração do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, materializada pela Lei do Orçamento de Estado (LOE) 2016 e que em 2018 ficou densificado na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, bem como o determinado pelas Leis do Orçamento de Estado dos anos de 2017 e 2018.

Assim, nos termos do legalmente estabelecido não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, na sua atual redação, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia (EU) e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro⁷; os empréstimos, contraídos para execução de projetos no âmbito do PERSU 2020⁸, e os empréstimos contraídos para financiamento da contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus, por acordo com a administração central⁹, a dívida resultante dos acordos de regularização de dívidas¹⁰, os empréstimos contraídos para pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou de resgate do contrato de concessão¹¹, e as dívidas

assumidas decorrentes do processo de descentralização de competências¹²

Em 2016, foi introduzida uma importante alteração ao regime financeiro das autarquias locais, em matéria de impostos municipais, consagrando novamente o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) como receita municipal¹³.

Em 2018¹⁴ manteve-se a norma, à semelhança de anos anteriores, que vedou aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração, com exceção das situações em que fosse demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de imóveis, podendo nesta situação o montante orçamentado ser superior àquela média.

Esta norma concorreu para a melhoria do grau de execução da cobrança das receitas, tendo o número de municípios da RLVT com uma taxa de execução da receita inferior a 85% diminuído, entre 2014 e 2018, de 24 para 8.

A obrigatoriedade de redução do endividamento, determinado pelas LOE, relativa à redução dos pagamentos em atraso de cada município de 10%, até 31 de dezembro, excetuando-se desta obrigação os municípios que recorressem ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), manteve-se no ano de 2018¹⁵.

Para os municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento referidos no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, em 2018 continuou também a ser possível a dispensa da

⁵ LEI N.º 73/2013, DE 13 DE SETEMBRO

⁶ LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO QUE ALTERA A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS APROVADA PELA LEI N.º 73/2013, DE 13 DE SETEMBRO.

⁷ N.º 5 DO ARTIGO 52.º DA LEI N.º 73/2013, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

⁸ ARTIGO 66.º LOE 2017.

⁹ ARTIGO 82.º LOE 2017 E ARTIGO 102.º LOE 2018.

¹⁰ ARTIGO 83.º LOE 2018.

¹¹ ARTIGO 86.º LOE 2018.

¹² ARTIGO 90.º LOE 2018 E ARTIGO 80-D DA LEI N.º 51/2018.

¹³ ESTA RECEITA FICOU CONSGRADA NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013.

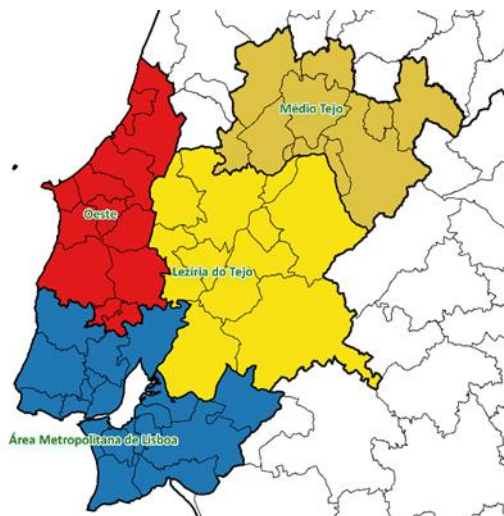
¹⁴ RESPETIVAS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO.

¹⁵ ARTIGO 97.º LOE 2018.

autorização, por parte do membro do Governo com a tutela das autarquias locais, para a assunção de encargos e realização de investimentos não previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro, desde que continuasse a ser respeitado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas. Esta norma foi também introduzida na redação do artigo 86.º da lei das finanças locais pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

Saliente-se, que 2018, com a alteração do artigo 86.º da Lei das Finanças Locais foi permitido aos municípios a cessão das obrigações previstas nos planos de ajustamento (saneamento e reequilíbrio financeiro), desde que procedessem à liquidação completa dos empréstimos vigentes com recurso quer com empréstimos (operações de substituição de dívida), quer com receitas próprias.

A delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR¹⁶, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III¹⁷:



- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**¹⁸ – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha;
- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

O relatório encontra-se estruturado em dois capítulos.

O primeiro capítulo contém a análise do desempenho orçamental dos municípios da RLVT em 2018, incluindo a evolução nos anos de 2014 a 2018 em vários pontos, por forma a enquadrar o desenvolvimento orçamental ocorrido neste último ano. Analisam-se as receitas e as despesas, em termos globais e dos principais agregados que as constituem, concluindo-se com a apresentação de alguns rácios de gestão orçamental.

O segundo capítulo incide sobre a situação financeira e patrimonial dos municípios da RLVT, através da análise à informação dos balanços e demonstrações de resultados, procurando-se obter, através destes elementos, uma noção da situação económica dos municípios.

A metodologia adotada nos vários pontos foi semelhante – uma análise inicial da situação ao nível do conjunto dos municípios da RLVT, focalizando-se de seguida a situação por sub-região, ao nível das NUTS III, procurando-se também identificar os municípios que, em cada agregado, tiveram mais impacto na situação da região ou apresentaram maiores desvios em relação à média.

Para complementar a análise, são apresentados um conjunto de conceitos relevantes para a melhor compreensão dos dados.

Finalmente, incluem-se também dois anexos:

- Principais dados das receitas municipais de 2018;
- Principais dados das despesas municipais de 2018.

¹⁶ O DECRETO-LEI N.º 228/2012, DE 25 DE OUTUBRO, APROVOU A ORGÂNICA DAS COMISSÕES DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E FOI ALTERADO PELOS DECRETOS-LEI N.ºS 68/2014, DE 8 DE MAIO, E 24/2015, DE 6 DE FEVEREIRO.

¹⁷ REGULAMENTO (UE) N.º 868/2014 DA COMISSÃO, DE 8 DE AGOSTO DE 2014 - NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS.

¹⁸ NOTE-SE QUE A DESAGREGAÇÃO UTILIZADA DIFERE DA PREVISTA NA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVA O ESTATUTO DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E APROVA O REGIME JURÍDICO DO ASSOCIATIVISMO AUTÁRQUICO.

DE ACORDO COM A LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ÁREA GEOGRÁFICA CORRESPONDENTE À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO ESTÃO AINDA INCLUÍDOS OS MUNICÍPIOS DE SERTÃO E VILA DE REI, QUE NÃO SE INTEGRAM NA ÁREA GEOGRÁFICA ABRANGIDA PELA CCDRLVT, NOS TERMOS DA RESPECTIVA LEI ORGÂNICA.

CAPÍTULO I. ANÁLISE DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Desde 2002, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro¹⁹ tem sido o principal instrumento de enquadramento da contabilidade autárquica.

Com a aprovação e implementação deste sistema de gestão inovador, a contabilidade autárquica ganhou um novo impulso, passando de uma contabilidade de caixa, baseada na elaboração e execução de orçamentos e suportada na aplicação do Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho, para um novo paradigma no qual esta informação foi complementada com a situação financeira e patrimonial dos municípios.

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou um novo classificador económico para as receitas e despesas públicas, tendo sido objeto de adaptação às autarquias locais através do Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL – SATAPOCAL.

1 ANÁLISE DA RECEITA

As receitas são agrupadas, pela sua natureza económica, em receitas correntes e receitas de capital; com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou ainda a haver um terceiro grupo, intitulado “outras receitas”.

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada na tabela seguinte:

Os municípios estão obrigados a “prestar contas” anualmente, com o dever de fornecer informação oportuna e fiável, de forma a permitir executar o controlo financeiro, verificar a legalidade e analisar a eficácia, a eficiência e a economia das decisões.

Por outro lado, a informação financeira dos municípios tem igualmente o dever de transparência, acessibilidade aos cidadãos²⁰ e a entidades institucionais²¹.

No presente capítulo, procede-se à análise da execução orçamental dos municípios da RLVT em 2018, complementada por uma perspetiva evolutiva, abrangendo em especial o período de 2013 a 2017.

A análise municipal é também realizada no âmbito do seu enquadramento regional e sub-regional (NUTS III).

Tabela 1 – Classificação económica de receitas

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 - Impostos diretos	09 - Venda de bens de investimento	15 - Reposições não abatidas nos pagamentos
02 - Impostos indiretos	10 - Transferências de capital	16 - Saldo da gerência anterior
04 - Taxas, multas e outras penalidades	11 - Ativos financeiros	17 - Operações extraorçamentais
05 - Rendimentos de propriedade	12 - Passivos financeiros	
06 - Transferências correntes	13 - Outras receitas de capital	
07 - Venda de bens e serviços correntes		
08 - Outras receitas correntes		

¹⁹ O DECRETO-LEI N.º 54-A/99, DE 22 DE SETEMBRO, FOI ALTERADO PELA LEI N.º 60-A/2005, DE 30 DE DEZEMBRO, PELOS DECRETOS-LEIS N.º 315/2000, DE 2 DE DEZEMBRO E N.º 84-A/2002, DE 5 DE ABRIL E PELA LEI N.º 162/99, DE 14 DE SETEMBRO.

²⁰ RAZÃO PELA QUAL AS CONTAS DEVEM SER PUBLICITADAS NO SÍTILO ELETRÓNICO DOS MUNICÍPIOS.

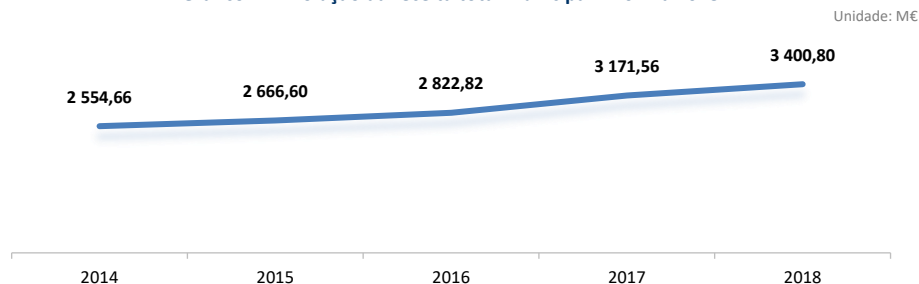
²¹ PARA O EFEITO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVEM SER ENVIADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS, AO INE, À DGAL E ÀS CCDR.

1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2014 A 2018²²

1.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

O ano de 2018 evidenciou uma cobrança de receitas municipais na região superior em 229,24 M€ face ao ano transato, correspondente a +7,2%. Desde 2014 as receitas cresceram 33,1%, correspondente a 846,14 M€.

Gráfico 1 – Evolução da receita total municipal – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

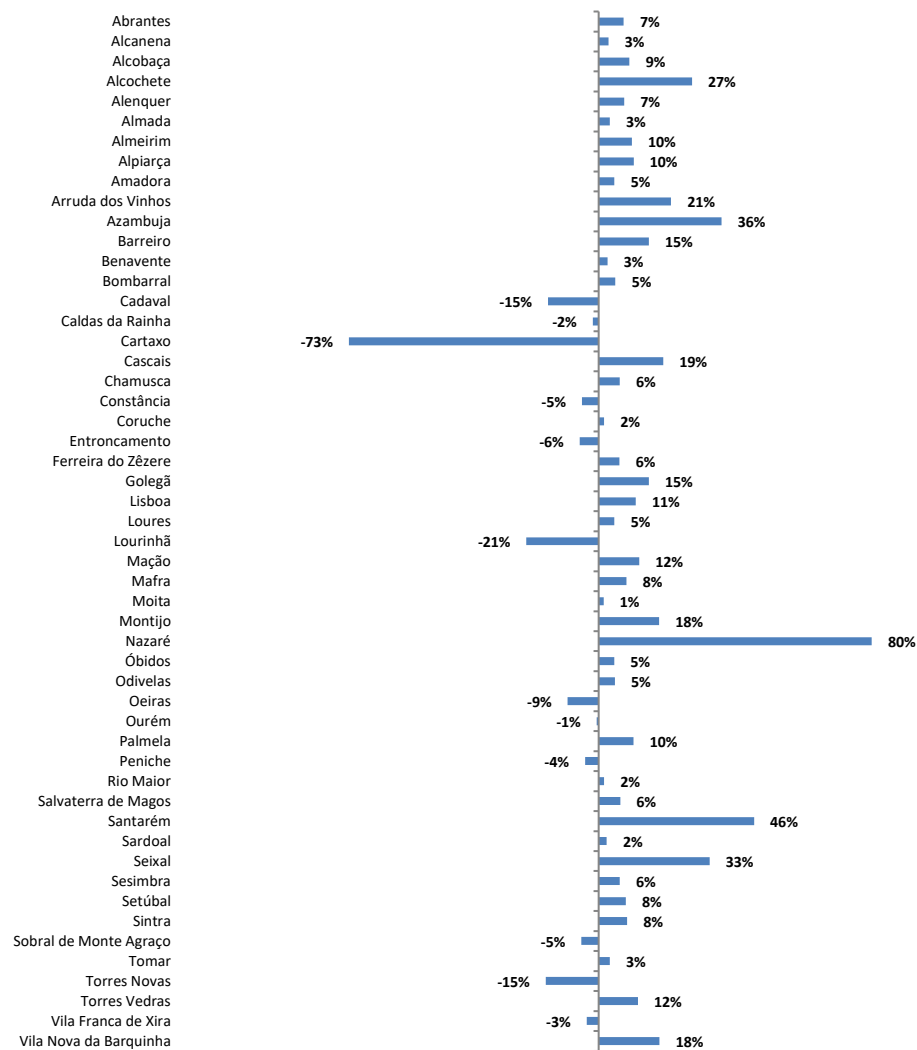
A tendência de crescimento verificada desde 2014 caracteriza-se pelo aumento das receitas dos municípios da RLVT de 4,4% (2015), 5,9% (2016), 12,4% (2017) e 7,2% (2018).

No último exercício, esta tendência resultou de dinâmicas distintas ao nível municipal, influenciada especialmente pela evolução positiva do volume de receitas por parte de Lisboa (+99,7 M€), Cascais (+41,26 M€), Seixal (+35,57 M€) e Santarém (+20,35 M€).

Em termos percentuais, destaque para o acréscimo de receitas em Nazaré (+80,1%), Santarém (+45,6%), Azambuja (+36,1%) e Seixal (+32,5%), influenciado pelo peso dos passivos financeiros nas receitas, nos casos de Nazaré, Santarém e Seixal, enquanto na Azambuja o acréscimo se verifica no agregado dos impostos diretos²³.

Em sentido inverso, doze municípios registaram uma queda nas suas receitas municipais, nomeadamente Cartaxo (-73,2%), Lourinhã (-21,2%), Torres Novas (-15,5%) e Cadaval (-14,9%), essencialmente em função da descida significativa do recurso a novos empréstimos.

Gráfico 2 – Variação da receita total, por município – 2017 a 2018 (%)



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2018 dos municípios da RLVT.

²² O TRATAMENTO DE DADOS DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS INCIDIU, EM 2014, SOBRE A RECEITA COBRADA BRUTA, ENQUANTO ENTRE 2015 E 2018, ESTUDOS MAIS RECENTES, A ANÁLISE RECAI SOBRE A RECEITA COBRADA LÍQUIDA.

²³ NAZARÉ OBTVEU EMPRÉSTIMO FAM, SANTARÉM FEZ UMA OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA E O SEIXAL FEZ UM CONTRATO DE LOCAÇÃO AO ABRIGO DO ARTIGO 106.º DA LOE 2018.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das receitas municipais em todas as NUTS III, entre 2014 e 2018, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

Evidencie-se, por outro lado, na Lezíria do Tejo, a descida do volume de receitas arrecadadas entre 2017 e 2018, justificada, em grande parte, pela descida das receitas municipais em Cartaxo, nomeadamente do seu recurso ao crédito.

Tabela 2 – Evolução da receita municipal, por NUTS III – 2014 a 2018

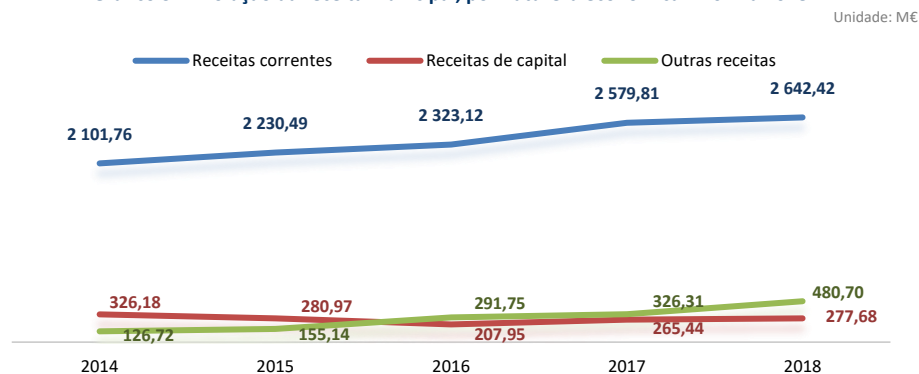
NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2017-2018	2014-2018
AML	1.947,18	2.031,91	2.195,45	2.459,43	2.686,51	9,2	38,0
Lezíria do Tejo	204,65	189,94	212,36	254,15	240,27	-5,5	17,4
Médio Tejo	173,88	189,21	177,75	197,67	198,33	0,3	14,1
Oeste	228,95	255,53	237,27	260,31	275,69	5,9	20,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

O crescimento das receitas totais resultou em grande parte da dinâmica apresentada pelas:

- Receitas correntes – evidenciando-se uma tendência sempre crescente, decorrente do aumento contínuo da cobrança de impostos diretos, das transferências correntes recebidas e da venda de bens e serviços;
- Outras receitas – nomeadamente da subida do saldo da gerência anterior²⁴, o qual cresceu 288,1% (+ 355,28 M€), face ao ano de 2014.

Gráfico 3 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Já as receitas de capital evidenciaram duas dinâmicas distintas:

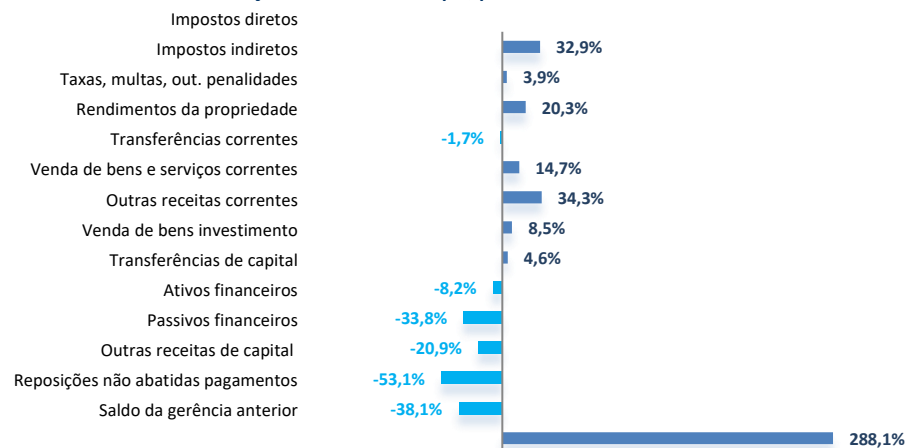
- Descida, entre 2014 e 2016, resultado do decréscimo conjunto da venda de bens de investimento, transferências de capital e passivos financeiros;
 - Subida, a partir de 2016, resultado do acréscimo contínuo das transferências de capital, do aumento de recurso ao crédito e venda de bens de investimento, entre 2016 e 2017, seguindo-se descida destes agregados, em 2018, mais que compensada pelo aumento das transferências de capital, por via de um aumento das transferências de fundos comunitários.
- De outro modo, o referido aumento, contínuo à escala regional ao longo do período em análise, não se verificou em todas as componentes de receitas. Entre 2017 e 2018:
- Aumentaram os valores de receitas cobradas em impostos diretos (+7,3%), transferências correntes (+2,9%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens e serviços correntes (+4,8%), transferências de capital (+23,2%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências dos fundos comunitários, outras receitas de capital (+61,6%) e saldo da gerência anterior (+48,0%);
 - Diminuíram as receitas arrecadadas pelos municípios ao nível dos impostos indiretos (-1,2%), taxas, multas e outras penalidades (-32,9%), rendimentos da propriedade (-2,6%), outras receitas correntes (-22,2%), venda de bens de investimento (-0,9%), ativos financeiros (-74,3%), passivos financeiros (-3,2%) e das reposições não abatidas nos pagamentos (-28,5%).

Tabela 3 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

Receita municipal	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2017-2018	2014-2018
Impostos diretos	1.074,52	1.138,47	1.166,99	1.330,87	1.427,57	7,3	32,9
Impostos indiretos	51,47	54,21	51,63	54,12	53,46	-1,2	3,9
Taxas, multas, out. penalidades	93,95	95,45	119,60	168,57	113,06	-32,9	20,3
Rendimentos da propriedade	75,77	67,98	79,72	76,40	74,45	-2,6	-1,7
Transferências correntes	517,07	549,67	566,23	576,37	592,96	2,9	14,7
Venda de bens e serviços correntes	261,31	287,18	305,85	334,91	350,91	4,8	34,3
Outras receitas correntes	27,67	37,53	33,11	38,56	30,01	-22,2	8,5
Receitas correntes	2.101,76	2.230,49	2.323,12	2.579,81	2.642,42	2,4	25,7
Venda de bens investimento	53,91	78,38	28,44	56,90	56,41	-0,9	4,6
Transferências de capital	100,06	84,61	70,35	74,53	91,86	23,2	-8,2
Ativos financeiros	2,28	4,41	3,81	5,88	1,51	-74,3	-33,8
Passivos financeiros	149,49	108,67	99,36	122,19	118,31	-3,2	-20,9
Outras receitas de capital	20,45	4,90	6,00	5,93	9,59	61,6	-53,1
Receitas de capital	326,18	280,97	207,95	265,44	277,68	4,6	-14,9
Reposições não abatidas pagamentos	3,41	2,17	1,97	2,95	2,11	-28,5	-38,1
Saldo da gerência anterior	123,31	152,97	289,78	323,35	478,59	48,0	288,1
Outras receitas	126,72	155,14	291,75	326,31	480,70	47,3	279,3
Receita total	2.554,66	2.666,60	2.822,82	3.171,56	3.400,80	7,2	33,1

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

²⁴ PRESUME-SE QUE ESTE ACRÉSCIMO DO SALDO DA GERÊNCIA PODE TER SIDO INFLUENCIADO PELA NORMA DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2018, ARTIGO 104.º, EM QUE PREVÊ QUE A INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA RELEVA NA PROPORÇÃO DA DESPESA CORRENTE QUE VISA FINANCIAR OU DA RECEITA QUE VISA SUBSTITUIR, O QUE PODE TER CONTRIBUÍDO PARA A INTEGRAÇÃO/REGISTO MAIS CUIDADO POR PARTE DOS MUNICÍPIOS.

Gráfico 4 – Variação da receita municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 4 – Evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

Receita municipal	Unidade: %					Variação	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017-2018	2014-2018
	Impostos diretos	42,1	42,7	41,3	42,0	42,0	0,0
Impostos indiretos	2,0	2,0	1,8	1,7	1,6	-7,9	-22,0
Taxas, multas, outras penalidades	3,7	3,6	4,2	5,3	3,3	-37,5	-9,6
Rendimentos da propriedade	3,0	2,5	2,8	2,4	2,2	-9,1	-26,2
Transferências correntes	20,2	20,6	20,1	18,2	17,4	-4,1	-13,9
Venda de bens e serviços correntes	10,2	10,8	10,8	10,6	10,3	-2,3	0,9
Outras receitas correntes	1,1	1,4	1,2	1,2	0,9	-27,4	-18,5
Receitas correntes	82,3	83,6	82,3	81,3	77,7	-4,5	-5,6
Venda de bens investimento	2,1	2,9	1,0	1,8	1,7	-7,5	-21,4
Transferências de capital	3,9	3,2	2,5	2,4	2,7	14,9	-31,0
Ativos financeiros	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0	-76,0	-50,2
Passivos financeiros	5,9	4,1	3,5	3,9	3,5	-9,7	-40,6
Outras receitas de capital	0,8	0,2	0,2	0,2	0,3	50,7	-64,8
Receitas de capital	12,8	10,5	7,4	8,4	8,2	-2,4	-36,1
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-33,3	-53,5
Saldo da gerência anterior	4,8	5,7	10,3	10,2	14,1	38,0	191,6
Outras receitas	5,0	5,8	10,3	10,3	14,1	37,4	185,0
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Na evolução do peso dos principais agregados de receitas municipais, destaca-se:

- A cobrança de impostos diretos a rondar os 42%, sem grandes oscilações, entre 2014 e 2018;

- A variação de 20,2% (2014) para 17,4% (2018) das transferências correntes recebidas;
- Os 10% da venda de bens e serviços correntes, com ligeiras oscilações entre 2014 e 2018;
- A sucessiva diminuição do peso das transferências de capital no total das receitas municipais – de 3,9% (2014) desceu para 2,4% (2017), subindo para 2,7% (2018);
- Descida genérica do recurso a novos empréstimos – de 5,9% (2014) para 3,5% (2018);
- A opção por saldos de gerência anterior mais reforçados tem vindo a consolidar-se, subindo de 4,8% (2014) para 14,1% (2018).

Uma outra abordagem, considerando os valores das receitas por fontes de financiamento, permite aferir o seguinte:

- O valor de receitas próprias sempre crescente, tanto em volume como no peso que representam no total de receitas municipais na RLVT – entre 2014 e 2018 o seu peso passou de 70% para 76,4%, evidenciando-se uma capacidade crescente dos municípios em dependerem menos do financiamento de outras entidades;
- O valor de transferências recebidas²⁵ sempre crescente: +67,69 M€, muito embora o seu peso no total de receitas tenha vindo a cair, de 24,2% para 20,1%;
- Um valor de receitas de empréstimos decrescente entre 2014 e 2016 (-50,13 M€), voltando a subir em 2017 (+22,84 M€), para voltar a descer em 2018 (-3,89 M€);
- O peso dos passivos financeiros teve o seu pico mais alto em 2014 (5,9%), e o peso mais baixo em 2016 e 2018 (3,5%).

Tabela 5 – Evolução da receita municipal por fonte de financiamento – 2014 a 2018

Receita municipal	Unidade: M€					Variação (%)	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017-2018	2014-2018
	Receitas próprias	1.788,05	1.923,64	2.086,88	2.398,46	2.597,68	8,3
Transferências	617,13	634,28	636,58	650,91	684,82	5,2	11,0
Passivos financeiros	149,49	108,67	99,36	122,19	118,31	-3,2	-20,9
Receita total	2.554,66	2.666,60	2.822,82	3.171,56	3.400,80	7,2	33,1

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

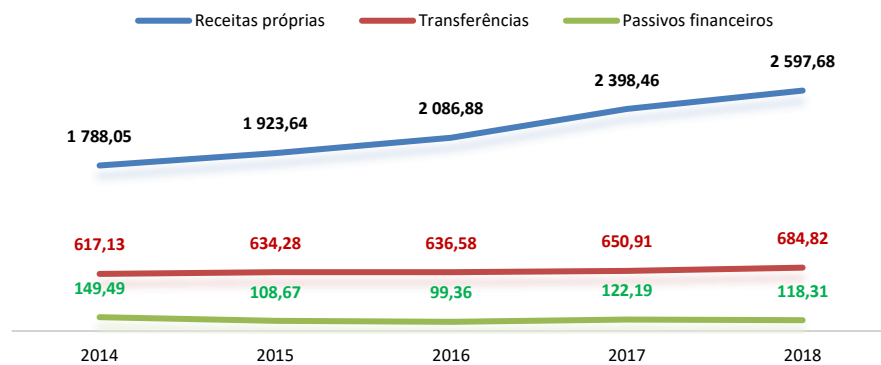
Tabela 6 – Evolução do peso da receita municipal por fonte de financiamento – 2014 a 2018

Receita municipal	Unidade: %					Variação (%)	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017-2018	2014-2018
	Receitas próprias	70,0	72,1	73,9	75,6	76,4	1,0
Transferências	24,2	23,8	22,6	20,5	20,1	-1,9	-16,6
Passivos financeiros	5,9	4,1	3,5	3,9	3,5	-9,7	-40,5
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

²⁵ CORRESPONDE AO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL.

Gráfico 5 – Evolução da receita municipal por fonte de financiamento – 2014 a 2018

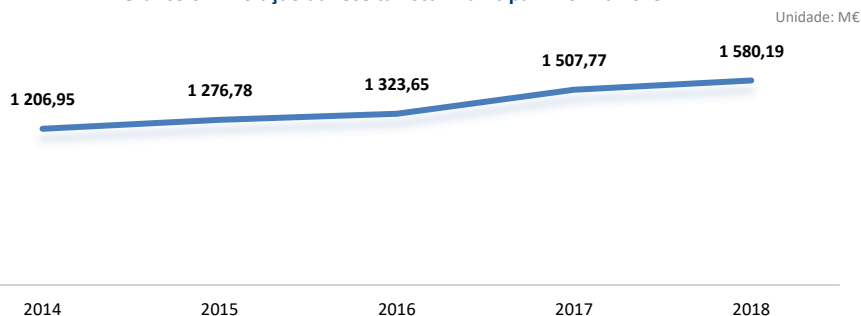


Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

1.1.2 EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL

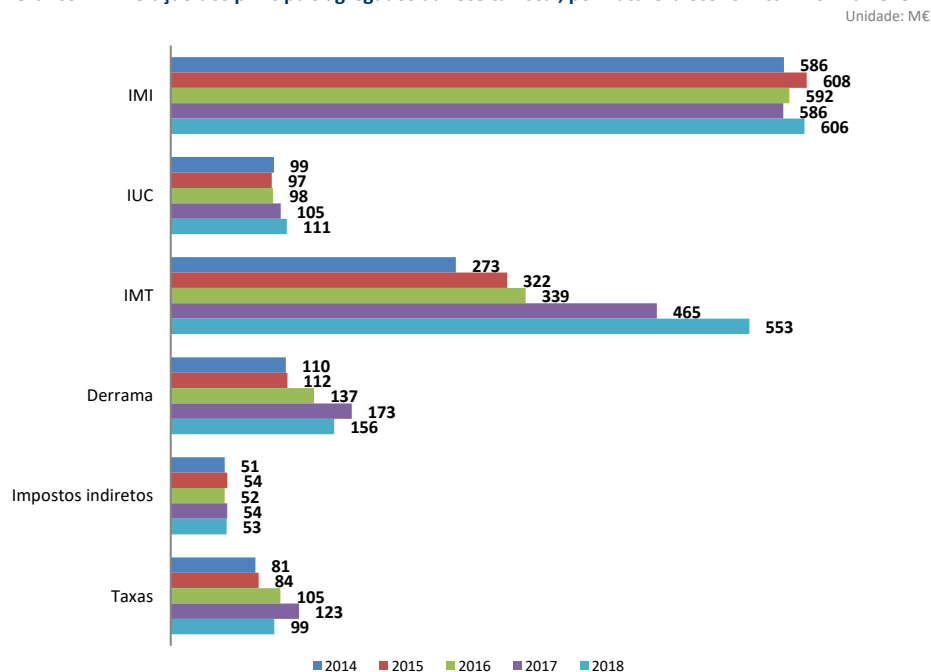
Entre 2014 e 2018, as receitas fiscais, resultantes da cobrança de impostos diretos, indiretos e taxas, registaram uma tendência sempre crescente, aumentando 373,24 M€ (+30,9%), subindo em todas as NUTS III. O maior aumento registou-se entre 2016 e 2017, com +13,9%.

Gráfico 6 – Evolução da receita fiscal municipal – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 7 – Evolução dos principais agregados da receita fiscal, por natureza económica – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 7 – Evolução da receita fiscal, por natureza económica – 2014 a 2018

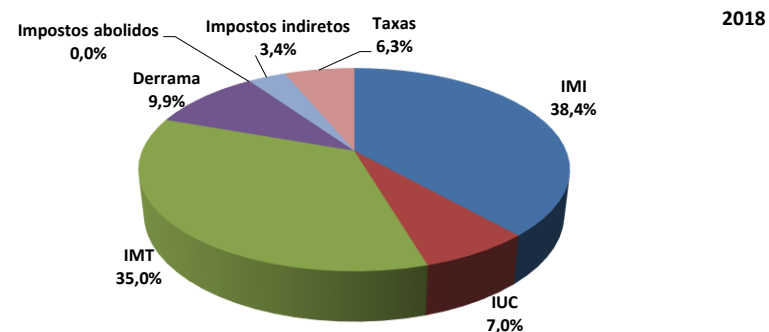
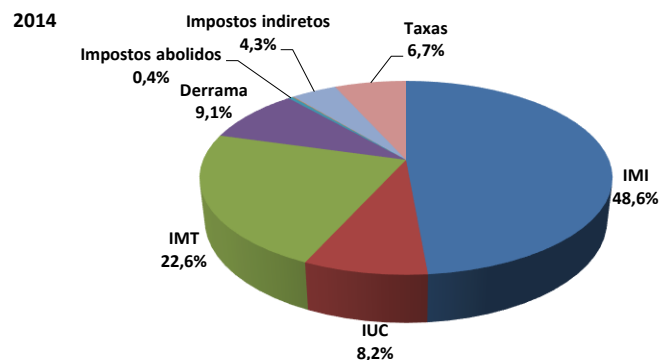
Receita fiscal	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
						Unidade: M€	
IMI	586,48	608,38	591,86	585,91	606,30	3,5	3,4
IUC	98,78	96,62	98,00	105,19	111,17	5,7	12,5
IMT	272,86	321,63	339,34	465,08	553,47	19,0	102,8
Derrama	110,14	111,55	137,14	173,14	156,30	-9,7	41,9
Impostos abolidos	5,22	0,27	0,49	1,37	0,13	-90,5	-97,5
Outros impostos diretos	1,04	0,03	0,17	0,18	0,20	10,2	-80,8
Impostos diretos	1.074,52	1.138,47	1.166,99	1.330,87	1.427,57	7,3	32,9
Impostos indiretos	51,47	54,21	51,63	54,12	53,46	-1,2	3,9
Taxas	80,95	84,10	105,03	122,79	99,16	-19,2	22,5
Receita fiscal	1.206,95	1.276,78	1.323,65	1.507,77	1.580,19	4,8	30,9

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

A evolução das receitas fiscais resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, com tendências diversas:

- Aumento do IMT em 280,61 M€ (2018), mais do que duplicando face a 2014;
- Evolução alternada do IMI, crescendo entre 2014 e 2015, decrescendo até 2017, para depois voltar a subir em 2018, com registos superiores aos de 2014 (+19,83 M€);
- Evolução alternada em termos de IUC – em queda até 2015 e crescendo até 2018, registando um aumento em 12,39 M€ face a 2014;
- Contínuo crescimento da Derrama e das Taxas até 2017, sendo que em 2018, apesar da descida, foram superiores em 46,15 M€ e em 18,21 M€, respetivamente, face a 2014;
- Sucessivas subidas e descidas anuais nos Impostos Indiretos, os quais subiram 1,99 M€ entre 2014 e 2018.

Gráfico 8 – Evolução da estrutura de receita fiscal – 2014 e 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 e 2018 dos municípios da RLVT.

Desta evolução da estrutura fiscal resultou o crescente peso do IMT, de 22,6% (2014) para 35,0% (2018), com reflexo significativo sobre a descida na representação do IMI (de 48,6% para 38,4%).

Tabela 8 – Evolução da receita fiscal, por NUTS III – 2014 a 2018

Unidade: M€

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	1.026,77	1.100,55	1.140,48	1.314,02	1.367,75	4,1	33,2
Lezíria do Tejo	49,00	49,36	51,09	54,89	62,84	14,5	28,2
Médio Tejo	43,54	41,79	42,89	45,25	47,64	5,3	9,4
Oeste	87,64	85,09	89,20	93,61	101,97	8,9	16,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que a receita fiscal representa no total de receitas municipais de cada NUTS III, as conclusões são:

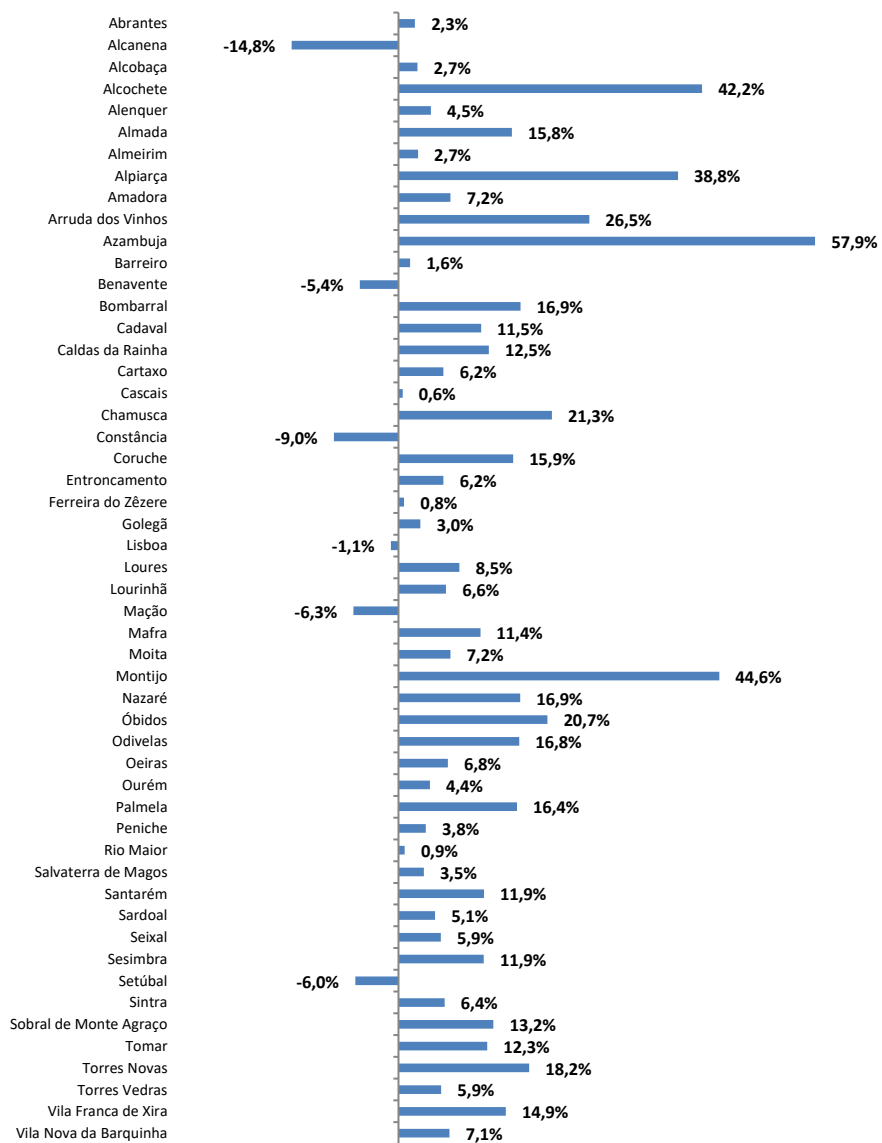
- Entre 2017 e 2018, descida do peso da receita fiscal na AML de 53,4% para 50,9%, com impacto regional, e subida nas outras NUTS III;
- Comparando 2014 com 2018, registo para uma descida em todas as sub-regiões, com exceção para a Lezíria do Tejo, cujo peso fiscal subiu de 23,9% para 26,2%.

Já em valor absoluto as receitas fiscais aumentaram em todas as NUTS III, entre 2017 e 2018 e comparando as suas cobranças nos anos de 2014 e 2018.

Em termos médios, a receita fiscal, durante o período de 2014 a 2018, cresceu 7,0% na RLVT: +7,5% na AML, +6,5% na Lezíria do Tejo, +2,3% no Médio Tejo e +3,9% no Oeste.

Entre 2017 e 2018, todos os municípios da RLVT registaram aumentos da sua receita fiscal, à exceção de Alcanena, Constância e Mação (Médio Tejo), Setúbal e Lisboa (AML) e Benavente (Lezíria do Tejo).

Gráfico 9 – Variação da receita fiscal, por município – 2017 a 2018 (%)

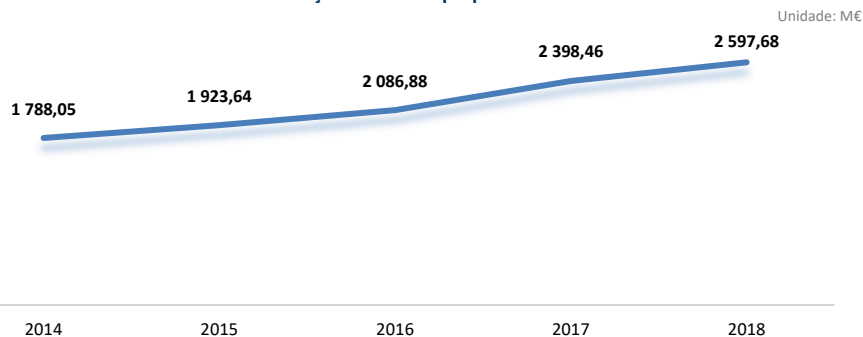


Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

1.1.3 EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA

Entre 2014 e 2018, as receitas próprias, entendidas como todas as receitas à exceção das decorrentes do recurso a novos empréstimos bem como das transferências recebidas, registaram uma tendência sempre crescente, aumentando 809,63 M€ (+45,3%), subindo em todas as NUTS III. O maior aumento registou-se entre 2016 e 2017, com +14,9%.

Gráfico 10 – Evolução da receita própria – 2014 a 2018



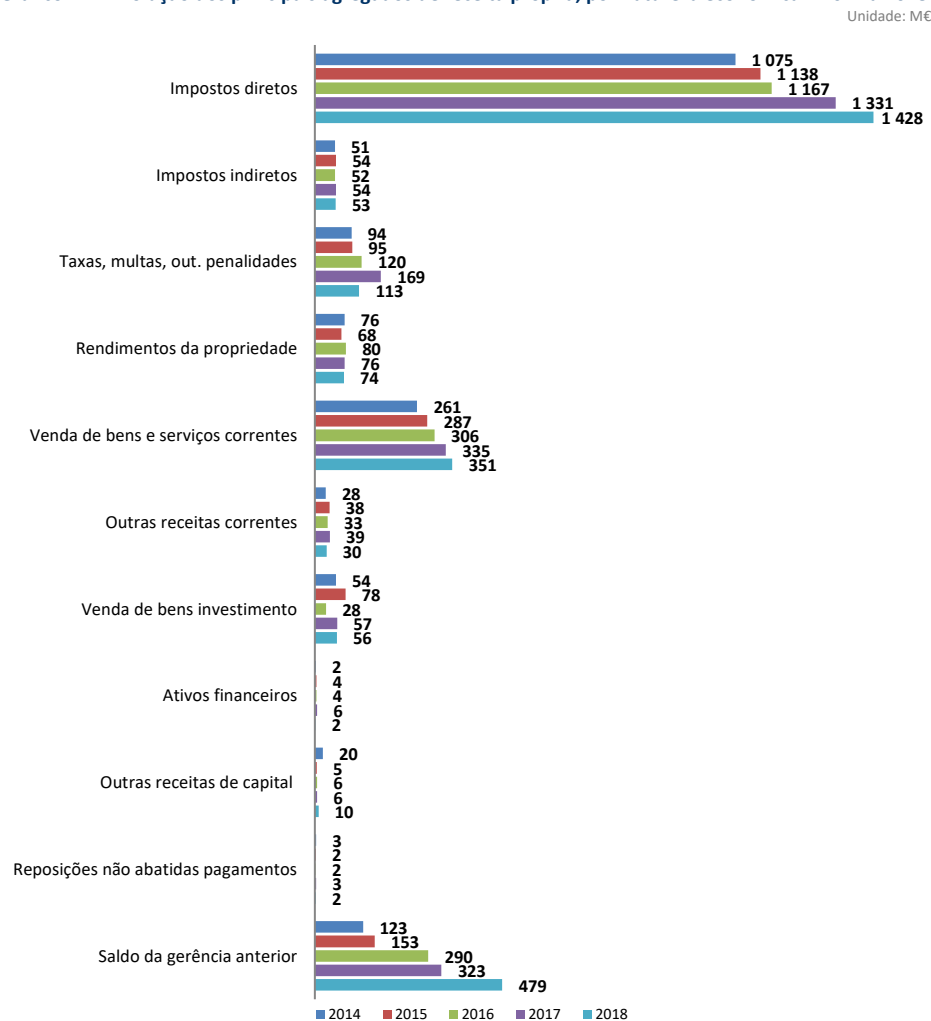
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 9 – Evolução da receita própria, por natureza económica – 2014 a 2018

Receita própria	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
						Unidade: M€	
Impostos diretos	1074,52	1.138,47	1.166,99	1.330,87	1.427,57	7,3	32,9
Impostos indiretos	51,47	54,21	51,63	54,12	53,46	-1,2	3,9
Taxas, multas, out. penalidades	93,95	95,45	119,6	168,57	113,06	-32,9	20,3
Rendimentos da propriedade	75,77	67,98	79,72	76,40	74,45	-2,6	-1,7
Venda de bens e serviços correntes	261,31	287,18	305,85	334,91	350,91	4,8	34,3
Outras receitas correntes	27,67	37,53	33,11	38,56	30,01	-22,2	8,5
Venda de bens investimento	53,91	78,38	28,44	56,90	56,41	-0,9	4,6
Ativos financeiros	2,28	4,41	3,81	5,88	1,51	-74,3	-33,8
Outras receitas de capital	20,45	4,9	6,00	5,93	9,59	61,6	-53,1
Reposições não abatidas pagament.	3,41	2,17	1,97	2,95	2,11	-28,5	-38,1
Saldo da gerência anterior	123,31	152,97	289,78	323,35	478,59	48,0	288,1
Total receita própria	1.788,05	1.923,65	2.086,90	2.398,46	2.597,68	8,3	45,3

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 11 – Evolução dos principais agregados de receita própria, por natureza económica – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

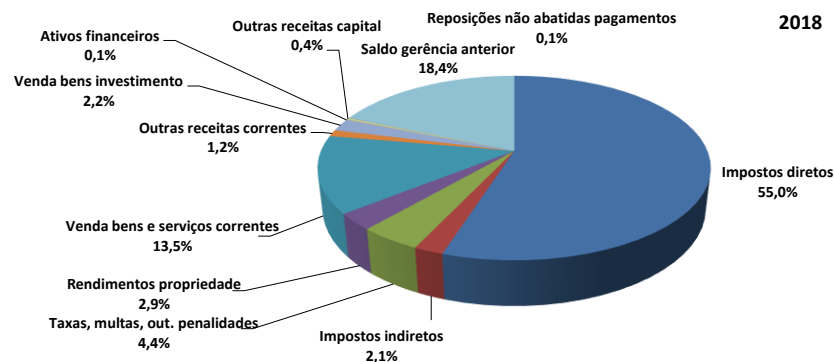
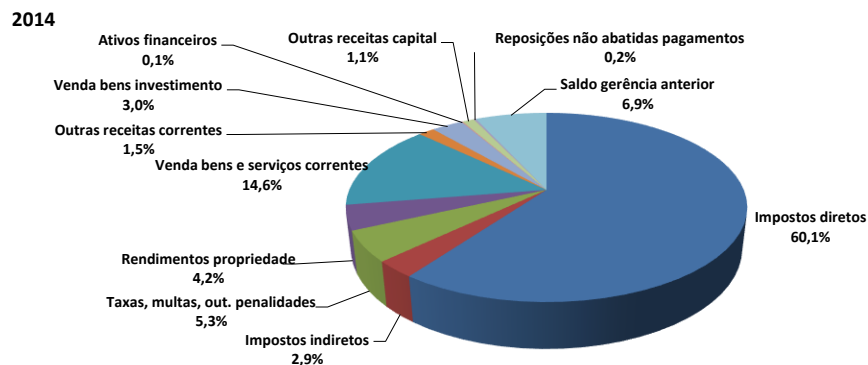
A evolução das receitas próprias, entre 2014 e 2018, resultou de dinâmicas distintas:

- Aumento contínuo da receita fiscal, com especial incidência no aumento dos impostos diretos (+353,05 M€), como foi referido no capítulo anterior;

- Aumento contínuo das receitas decorrentes do saldo da gerência anterior (+355,28 M€) e da venda de bens e serviços correntes (+89,60 M€);
- Evolução irregular dos rendimentos de propriedade, apresentando, em 2018, registos ligeiramente inferiores aos de 2014 (-1,32 M€);

- Sucessivas subidas e descidas anuais nas outras receitas correntes bem como da venda de bens de investimento, as quais subiram 2,34 M€ e 2,50 M€, respetivamente, entre 2014 e 2018.

Gráfico 12 – Evolução da estrutura de receita própria – 2014 e 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 e 2018 dos municípios da RLVT.

A receita própria evidenciou uma tendência de decréscimo do peso de impostos diretos e venda de bens e serviços correntes (de 60,1% e 14,6%, em 2014, passou para 55,0% e 13,5%, em 2018, respetivamente), resultante da importância crescente do peso relativo ao saldo da gerência anterior (de 6,9% para 18,4%).

Em termos médios, a receita própria, durante o período de 2014 a 2018, cresceu 9,8% na RLVT, +10,5% na AML, +7,1% na Lezíria do Tejo, +5,2% no Médio Tejo e +6,6% no Oeste.

Tabela 10 – Evolução da receita própria, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	1.483,17	1.608,09	1.754,66	2.028,86	2.208,22	8,8	48,9
Lezíria do Tejo	92,50	93,89	101,94	112,32	121,46	8,1	31,3
Médio Tejo	80,14	81,87	84,54	97,55	97,46	-0,1	21,6
Oeste	132,24	139,79	145,75	159,73	170,54	6,8	29,0

Unidade: M€

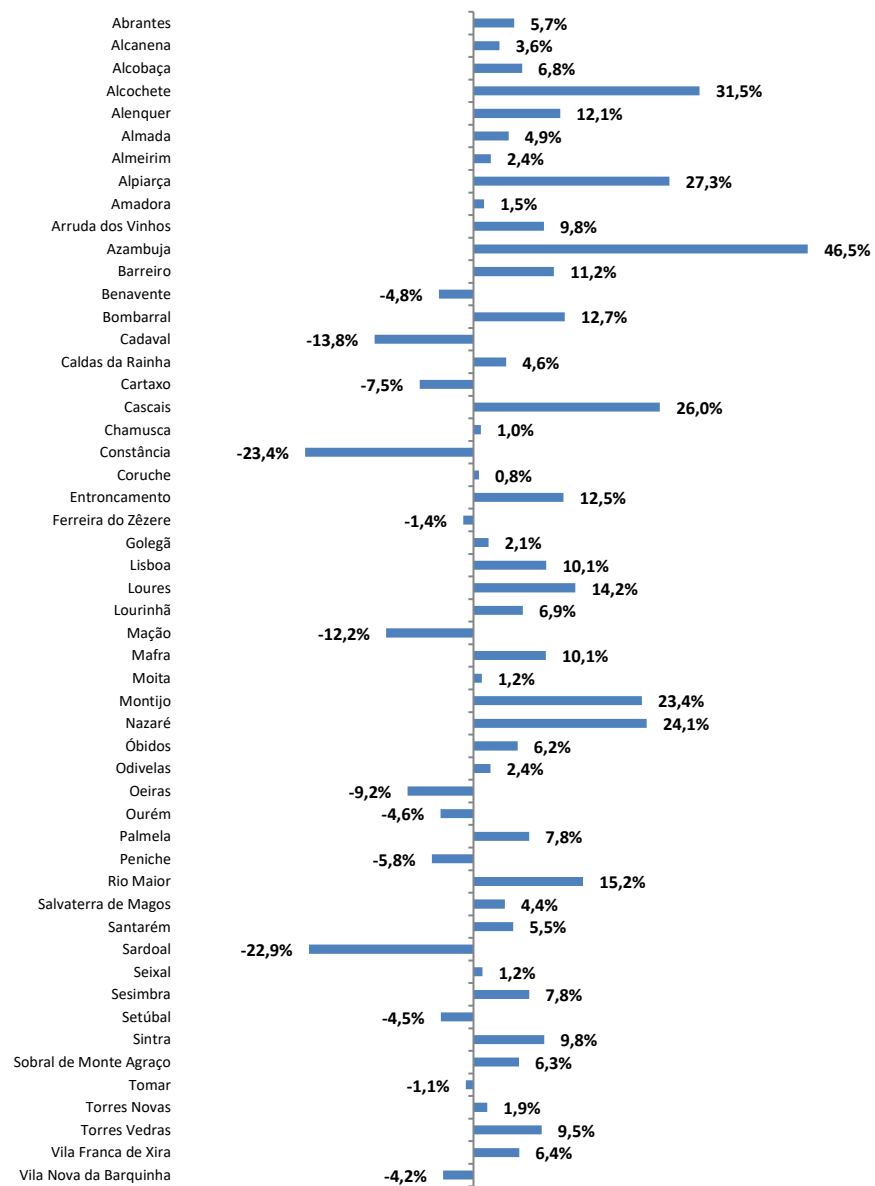
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que a receita própria representa no total de receitas municipais de cada NUTS III, as conclusões são:

- Entre 2017 e 2018, subida do peso da receita própria na Lezíria do Tejo (+14,4%) e no Oeste (+0,8%) e ligeira descida nas outras NUTS III (ambas com -0,4%);
- Comparando 2018 face a 2014, registo para uma subida em todas as sub-regiões, nomeadamente Lezíria do Tejo (+11,8%), AML (+7,9%), Oeste (+7,1%) e Médio Tejo (+6,6%).

Já em valor absoluto as receitas próprias aumentaram em todas as NUTS III, entre 2017 e 2018, com exceção para a ligeira descida de -0,1% no Médio Tejo, subindo também na comparação das suas cobranças entre 2014 e 2018.

Gráfico 13 – Variação da receita própria, por município – 2017 a 2018 (%)

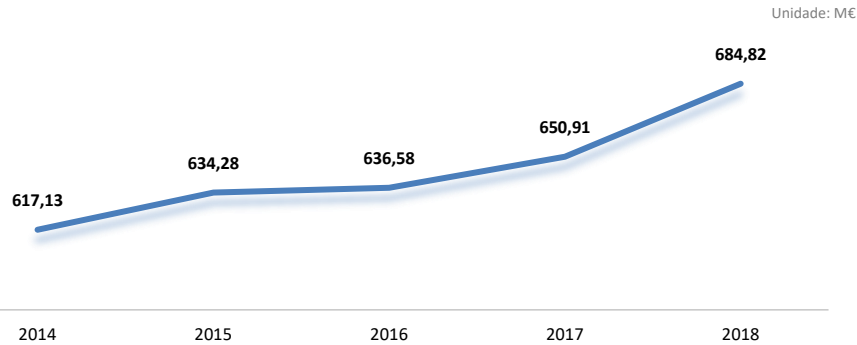


Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

1.1.4 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS

O período de gestão municipal em análise evidencia um crescimento das receitas provenientes de transferências, essencialmente compostas por transferências do Orçamento do Estado (OE) e por Fundos Comunitários, registando-se +67,69 M€ em 2018 face a 2014, correspondente a uma variação positiva de +11,0%, a qual ocorreu no mesmo sentido em todas as sub-regiões.

Gráfico 14 – Evolução das transferências – 2014 a 2018



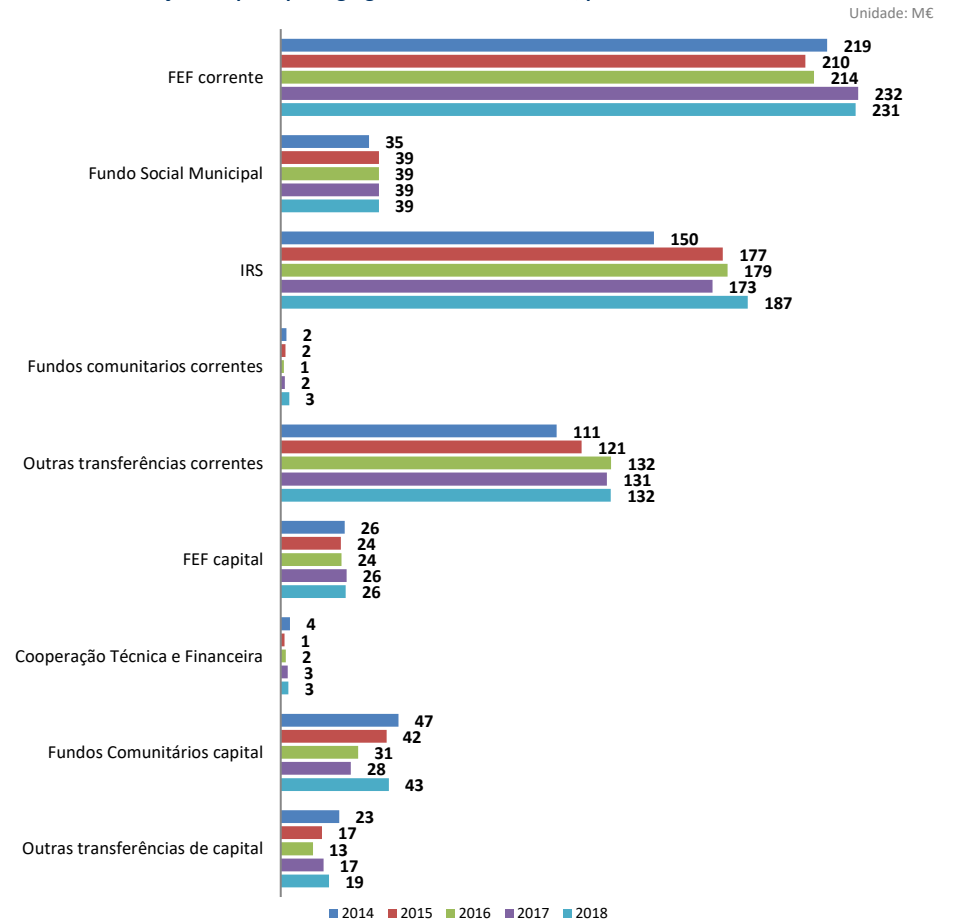
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 11 – Evolução das transferências, por natureza económica – 2014 a 2018

Transferências	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
						Unidade: M€	
FEF corrente	219,08	210,39	213,89	231,58	230,56	-0,4	5,2
Fundo Social Municipal	35,43	39,42	39,34	39,34	39,34	0,0	11,0
IRS	149,66	177,26	179,22	173,09	187,30	8,2	25,2
Fundos comunitários correntes	2,32	1,94	1,29	1,58	3,39	114,1	46,4
Outras transferências correntes	110,58	120,66	132,49	130,78	132,36	1,2	19,7
Transferências correntes	517,07	549,67	566,23	576,37	592,96	2,9	14,7
FEF capital	25,62	24,10	24,36	26,36	26,07	-1,1	1,7
Coop. Técnica e Financeira	3,76	1,49	2,05	2,84	3,07	7,8	-18,4
Fundos comunitários capital	47,24	42,49	31,05	28,12	43,36	54,2	-8,2
Outras transferências de capital	23,44	16,54	12,90	17,21	19,37	12,5	-17,4
Transferências de capital	100,06	84,61	70,35	74,53	91,86	23,2	-8,2
Total transferências	617,13	634,28	636,58	650,91	684,82	5,2	11,0

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 15 – Evolução dos principais agregados de transferências, por natureza económica – 2014 a 2018



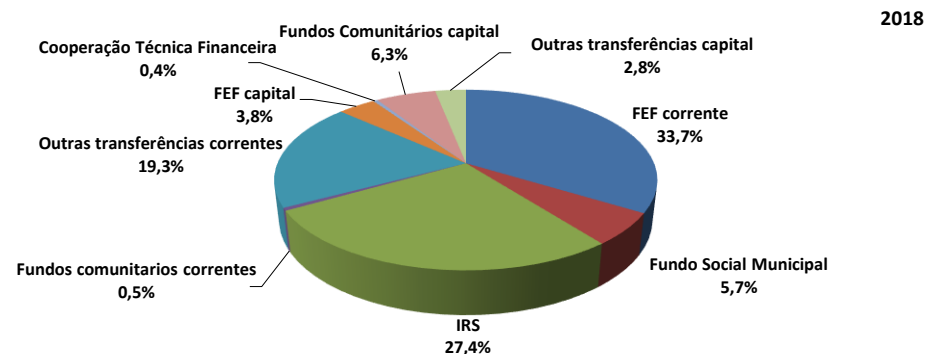
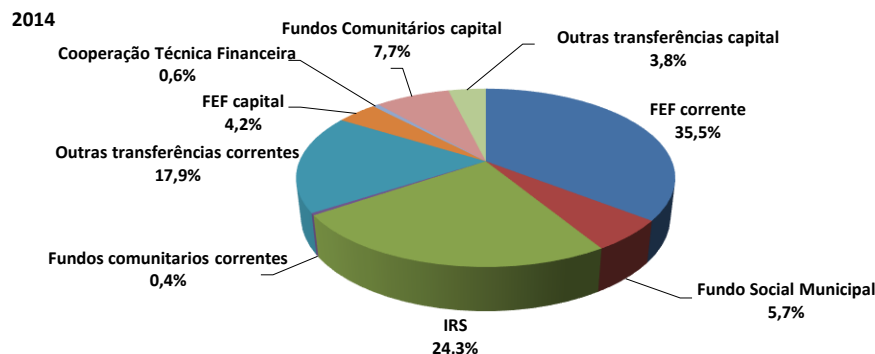
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

A evolução das transferências recebidas resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, com tendências diversas, entre 2014 e 2018, com destaque:

- Aumento contínuo das transferências correntes, com especial incidência no aumento da componente associada ao IRS²⁶ (+37,64 M€) e das outras transferências correntes (+21,78 M€), as quais cresceram, com exceção de 2017;
- Aumento em 11,48 M€ do FEF²⁷ corrente e de 1,07 M€ dos fundos comunitários correntes;

- Decréscimo contínuo das transferências de capital até 2016, para posteriormente evoluírem positivamente até 2018, não conseguindo, porém, alcançar os valores de 2014 (-8,2 M€) – esta evolução teve por principal suporte a descida das receitas provenientes dos fundos comunitários de capital até 2017, subindo substancialmente em 2018, mas não chegando aos registos do início do período em análise (-3,88 M€).

Gráfico 16 – Evolução da estrutura das transferências recebidas – 2014 e 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 e 2018 dos municípios da RLVT.

Esta dinâmica evolutiva das transferências recebidas evidenciou uma tendência de decréscimo do peso do FEF corrente e do FEF de capital (de 35,5% e 4,2% em 2014 passou para 33,7% e 3,8% em 2018, respetivamente), resultante da importância crescente do peso do IRS (de 24,3% cresceu para 27,4%) e das outras transferências correntes (17,9% para 19,3%). Já o peso das transferências provenientes de fundos comunitários desceu de 8,1% para 6,8%.

- Comparando 2014 com 2018, a descida contínua do peso deste agregado muito devida à evolução revelada por municípios da AML, não refletiu a mesma tendência linear nas outras sub-regiões, revelando-se dinâmicas distintas – Oeste, cujo peso só desce a partir de 2015, e Lezíria do Tejo e Médio Tejo em que este rácio só revela descida em 2016 e 2017.

Tabela 12 – Evolução das transferências recebidas, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2017-2018	2014-2018
AML	348,16	348,91	373,36	384,16	404,15	5,2	16,1
Lezíria do Tejo	90,48	85,38	88,06	90,56	94,33	4,2	4,3
Médio Tejo	89,92	100,55	89,57	87,75	95,55	8,9	6,3
Oeste	88,56	99,44	85,59	88,43	90,78	2,7	2,5

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que as transferências recebidas representam no total de receitas municipais de cada NUTS III, as conclusões são:

- Entre 2017 e 2018, descida do peso regional das transferências recebidas, sobretudo devido à sua diminuição na AML (-3,7%) e no Oeste (-3,1%), tendo aumentado na Lezíria do Tejo (+10,2%) e no Médio Tejo (+8,5%);

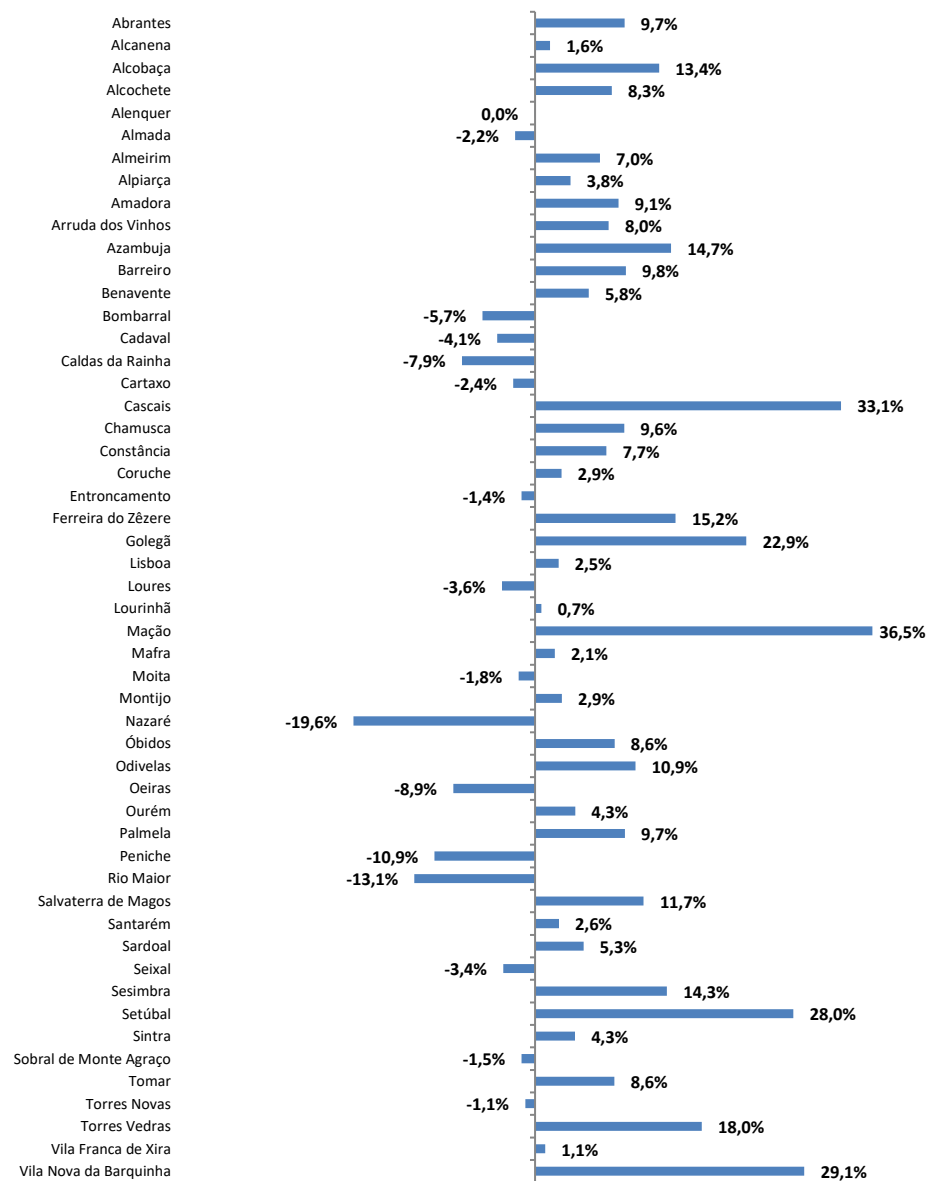
Já em valor absoluto as transferências recebidas aumentaram em todas as NUTS III, entre 2017 e 2018, subindo também na comparação das suas cobranças nos anos de 2014 e 2018. Em termos médios, as transferências recebidas, durante o período de 2014 a 2018, cresceram 2,7% na RLVT, +3,8% na AML, +1,1% na Lezíria do Tejo, +1,9% no Médio Tejo e +1,1% no Oeste.

Entre 2017 e 2018, 16 municípios da RLVT registaram descidas nas suas transferências recebidas, 7 dos quais pertencentes à sub-região do Oeste (Nazaré, Peniche, Caldas da Rainha, Bombarral, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Alenquer), 5 pertencentes à AML (Oeiras, Loures, Seixal, Almada e Moita), 2 da Lezíria do Tejo (Rio Maior e Cartaxo) e 2 da NUTS III do Médio Tejo (Entroncamento e Torres Novas).

²⁶ REFIRA-SE QUE A PARTIR DO ANO DE 2015, DE ACORDO COM AS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO, A TRANSFERÊNCIA PARA OS MUNICÍPIOS DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS FOI SEMPRE ASSEGURADA TENDO EM CONTA O IRS GERADO LOCALMENTE.

²⁷ A PARTIR DO ANO DE 2016, VERIFICOU-SE UM INCREMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS AUTARQUIAS NOS IMPOSTOS DO ESTADO, CONFORME AS RESPECTIVAS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO, NO SENTIDO DE SE ATINGIR A CONVERGÊNCIA FACE AO CÁLCULO PREVISTO NA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS.

Gráfico 17 – Variação das transferências recebidas, por município – 2017 a 2018 (%)



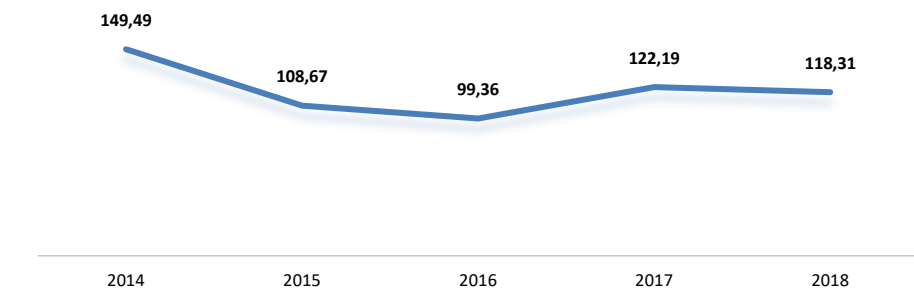
Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

1.1.5 EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

O período de gestão municipal em análise evidencia um decréscimo, não contínuo, das receitas provenientes de passivos financeiros, essencialmente compostos por empréstimos de curto prazo e de médio e longo prazo, registando-se **-31,18 M€** em 2018 face a 2014. O volume do recurso ao crédito diminuiu 50,13 M€ entre 2014 e 2016, aumentando 22,83 M€ em 2017, mas voltando a cair 3,89 M€ em 2018.

Gráfico 18 – Evolução do passivo financeiro – 2014 a 2018

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 13 – Evolução do passivo financeiro, por natureza económica – 2014 a 2018

Unidade: M€

Passivos financeiros	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (M€)	
						2017-2018	2014-2018
Depósitos, cert. de depósit. poupança	0,50	1,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,50
Empréstimos a curto prazo	80,85	32,10	23,00	9,42	12,59	3,17	-68,27
Empréstimos a médio e longo prazo	68,14	75,45	75,73	112,78	105,46	-7,32	37,33
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,62	0,00	0,26	0,26	0,26
Total passivo financeiro	149,49	108,68	99,36	122,19	118,31	-3,89	-31,18

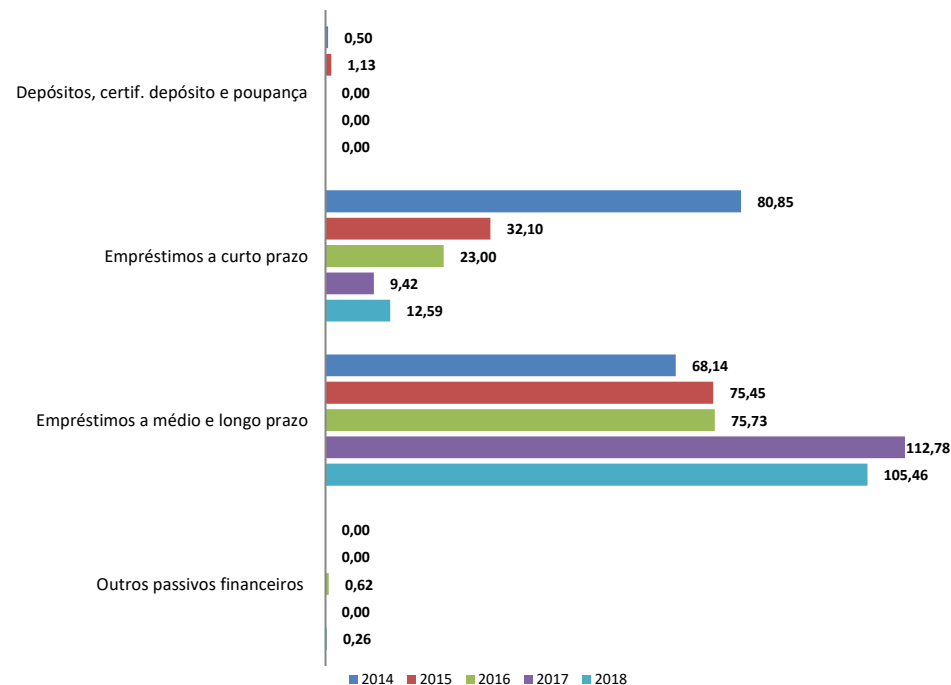
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

A evolução do passivo financeiro resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, entre 2014 e 2018, com destaque:

- Descida contínua do recurso a novos empréstimos de curto prazo até 2017 (-71,43 M€), subindo +3,17 M€ em 2018;
- Subida contínua recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo até 2017, (+44,64 M€), descendo -7,32 M€ em 2018.

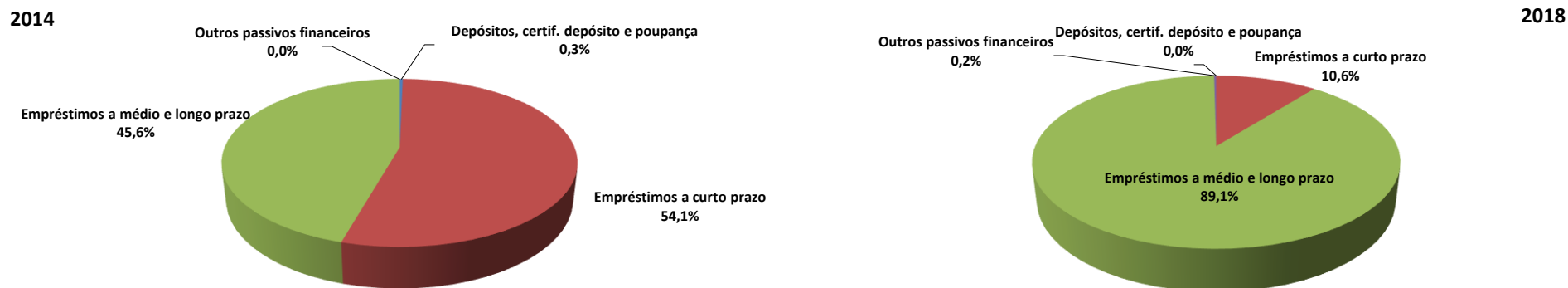
Gráfico 19 – Evolução principais agregados do passivo financeiro, por natureza económica – 2014 a 2018

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 20 – Evolução da estrutura do passivo financeiro – 2014 e 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 e 2018 dos municípios da RLVT.

Esta dinâmica evolutiva do passivo financeiro evidenciou uma tendência de decréscimo do peso do recurso a novos empréstimos de curto prazo (de 54,1% para 10,6%, entre 2014 e 2018), em contraponto à importância crescente do peso do recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo (de 45,6% cresceu para um peso de para 89,1%).

- Comparando 2014 com 2018, a descida em -40,5% do peso do recurso ao crédito no total das receitas municipais da RLVT, muito devida à evolução nos municípios da AML (-53,6%), assim como da Lezíria do Tejo (peso inferior em -3,8%), não se refletindo a mesma tendência nas outras sub-regiões – Oeste (+46,5%) e Médio Tejo (+22,2%);
- Nos anos intermédios as dinâmicas evolutivas nas diferentes NUTS III revelaram tendências distintas.

Em termos médios, o passivo financeiro, durante o período de 2014 a 2018, decresceu -4,0% na RLVT, -4,2% na AML, crescendo 34,0% na Lezíria do Tejo, 53,6% no Médio Tejo e 39,9% no Oeste.

Apesar do volume de passivos financeiros ter diminuído de 2014 para 2018, o número de municípios que recorreu a novos empréstimos aumentou de 24 para 31.

Tabela 14 – Evolução do passivo financeiro, por NUTS III – 2014 a 2018

Unidade: M€

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	115,85	74,91	67,43	46,40	74,13	59,8	-36,0
Lezíria do Tejo	21,67	10,66	22,36	51,27	24,48	-52,3	13,0
Médio Tejo	3,82	6,79	3,64	12,38	5,33	-57,0	39,4
Oeste	8,15	16,31	5,93	12,14	14,37	18,3	76,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que o passivo financeiro representa no total de receitas municipais de cada NUTS III, as conclusões são:

- Entre 2017 e 2018, descida do peso regional (-9,7%) do passivo financeiro, sobretudo devido à sua diminuição na Lezíria do Tejo (-49,5%) e no Médio Tejo (-57,1%), tendo aumentado na AML (+46,3%) e no Oeste (+11,7%);

1.2 ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL – 2018

1.2.1 RECEITA TOTAL

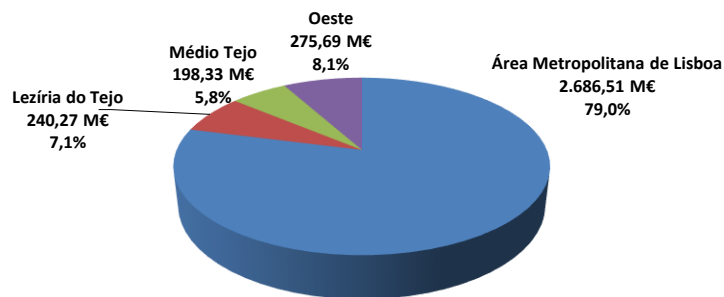
As receitas municipais na RLVT ascenderam aos 3.400,80 M€, sendo que mais de ¾ (79%) foram cobradas pelos municípios da AML.

A grande amplitude revela a heterogeneidade de situações na gestão municipal:

- O valor de receitas cobradas por Lisboa representa quase 30% do valor total de receitas municipais da RLVT, seguindo-se Cascais, equivalente a cerca de 26% das receitas arrecadadas em Lisboa, 7,6% das receitas geradas na RLVT, valores muito díspares do valor mais baixo registado em Constância (0,2% do total regional);
- A amplitude na cobrança de receitas foi muito significativa, diferença entre a maior e menor cobrança de receitas, rondando os 1.007,21 M€;
- Apenas 5 municípios – Lisboa, Cascais, Sintra, Oeiras e Seixal, correspondentes a 10% dos municípios da região, concentram 52,5% do total de receitas municipais, sendo que 35 municípios, correspondentes a 66% dos municípios da RLVT, concentram apenas 20%.

O valor médio de receitas por município foi de 65,40 M€, sendo que a média das receitas dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (149,25 M€) se apresentou bem acima dos valores das restantes NUTS III, ou seja, 21,84 M€ na LT, 18,03 M€ no Médio Tejo e 22,97 M€ no Oeste.

Gráfico 21 – Receita total dos municípios da RLVT, por NUTS III - 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Analisando a receita total em função da população residente em cada município²⁸, conclui-se da menor heterogeneidade de situações na gestão municipal, constatando-se que na RLVT a receita *per capita* ascendeu aos 930,38 €/hab, apresentando-se, como valores extremos, a receita *per capita* de Lisboa (1.998,86 €/hab) e de Amadora (485,14 €/hab) e, com uma amplitude de valores de 1.513,72 €/hab.

²⁸ FONTE: INE - POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (NUTS - 2013), ANUAL - INE, ESTIMATIVAS ANUAIS DA POPULAÇÃO RESIDENTE. ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DESTES DADOS: 14 DE JUNHO DE 2019. VER [HTTP://WWW.INE.PT](http://www.ine.pt)

Tabela 15 – Composição das receitas, por NUTS III – 2018

Unidade: M€

Receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	1.230,01	60,16	42,55	94,86	1.427,57
Impostos Indiretos	46,33	1,30	1,98	3,86	53,46
Taxas, multas e outras penalidades	104,20	1,75	3,30	3,81	113,06
Rendimentos de propriedade	48,63	5,52	9,10	11,20	74,45
Transferências correntes	358,20	79,76	79,31	75,68	592,96
Venda bens e serviços correntes	289,88	16,06	15,96	29,01	350,91
Outras receitas correntes	27,94	1,05	0,48	0,54	30,01
Venda de bens de investimento	54,43	0,29	1,03	0,66	56,41
Transferências de capital	45,95	14,58	16,24	15,10	91,86
Ativos financeiros	1,39	0,00	0,12	0,00	1,51
Passivos financeiros	74,13	24,48	5,33	14,37	118,31
Outras receitas de capital	9,01	0,00	0,32	0,26	9,59
Receitas não abatidas pagamentos	1,51	0,13	0,23	0,24	2,11
Saldo gerência anterior	394,90	35,20	22,40	26,10	478,59
Receita total	2.686,51	240,27	198,33	275,69	3.400,80

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

A tabela seguinte evidencia um maior equilíbrio no conjunto das receitas municipais *per capita*, entre as diferentes NUTS III, variando entre os 772,72 €/hab no Oeste e os 1.012,43 €/hab na sub-região da Lezíria do Tejo.

Tabela 16 – Composição das receitas *per capita*, por NUTS III – 2018

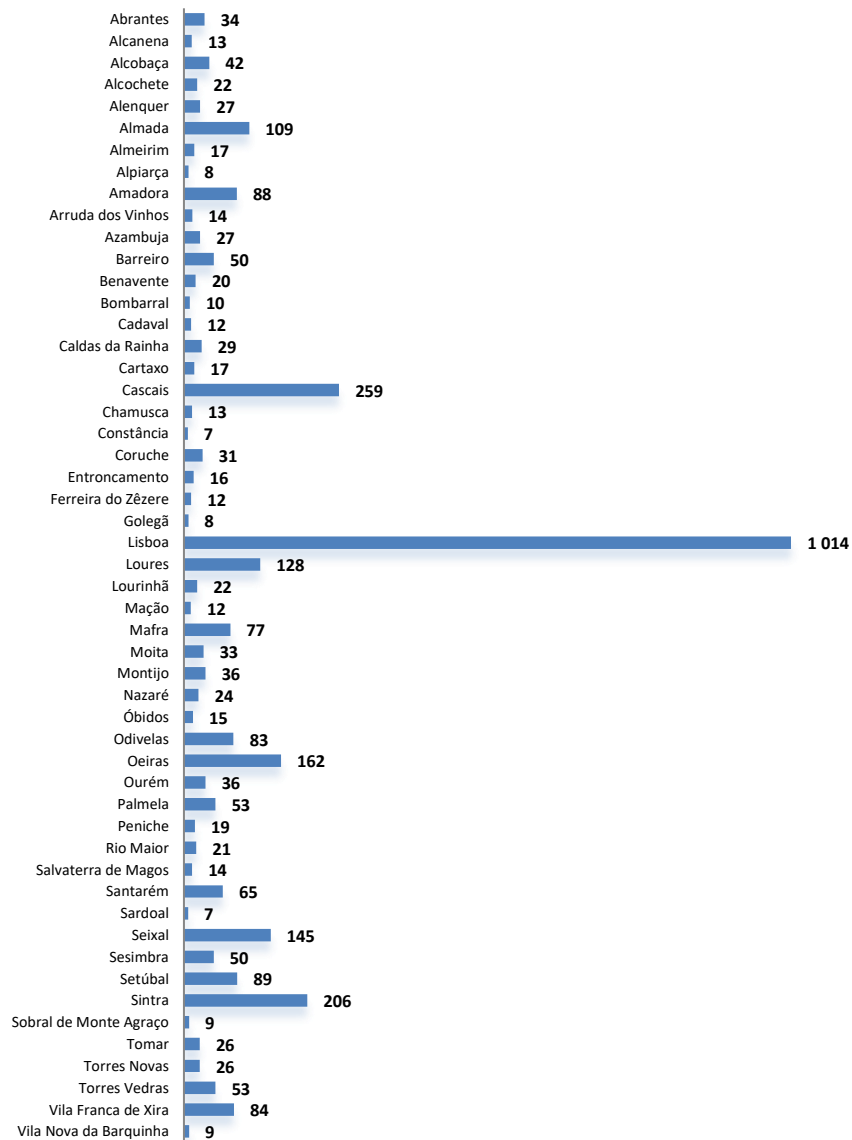
Unidade: €/habitante

Receitas municipais <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	432,14	253,51	198,03	265,87	390,55
Impostos Indiretos	16,28	5,48	9,20	10,81	14,63
Taxas, multas e outras penalidades	36,61	7,38	15,37	10,67	30,93
Rendimentos de propriedade	17,09	23,24	42,35	31,40	20,37
Transferências correntes	125,85	336,07	369,15	212,13	162,22
Venda bens e serviços correntes	101,84	67,66	74,29	81,31	96,00
Outras receitas correntes	9,81	4,44	2,23	1,52	8,21
Venda de bens de investimento	19,12	1,22	4,79	1,85	15,43
Transferências de capital	16,14	61,42	75,57	42,32	25,13
Ativos financeiros	0,49	0,00	0,58	0,00	0,41
Passivos financeiros	26,05	103,14	24,80	40,26	32,37
Outras receitas de capital	3,16	0,01	1,48	0,74	2,62
Receitas não abatidas pagamentos	0,53	0,56	1,05	0,68	0,58
Saldo gerência anterior	138,74	148,31	104,24	73,16	130,93
Receita total <i>per capita</i>	943,85	1.012,43	923,13	772,72	930,38

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 22 – Receita total por município RLVT – 2018

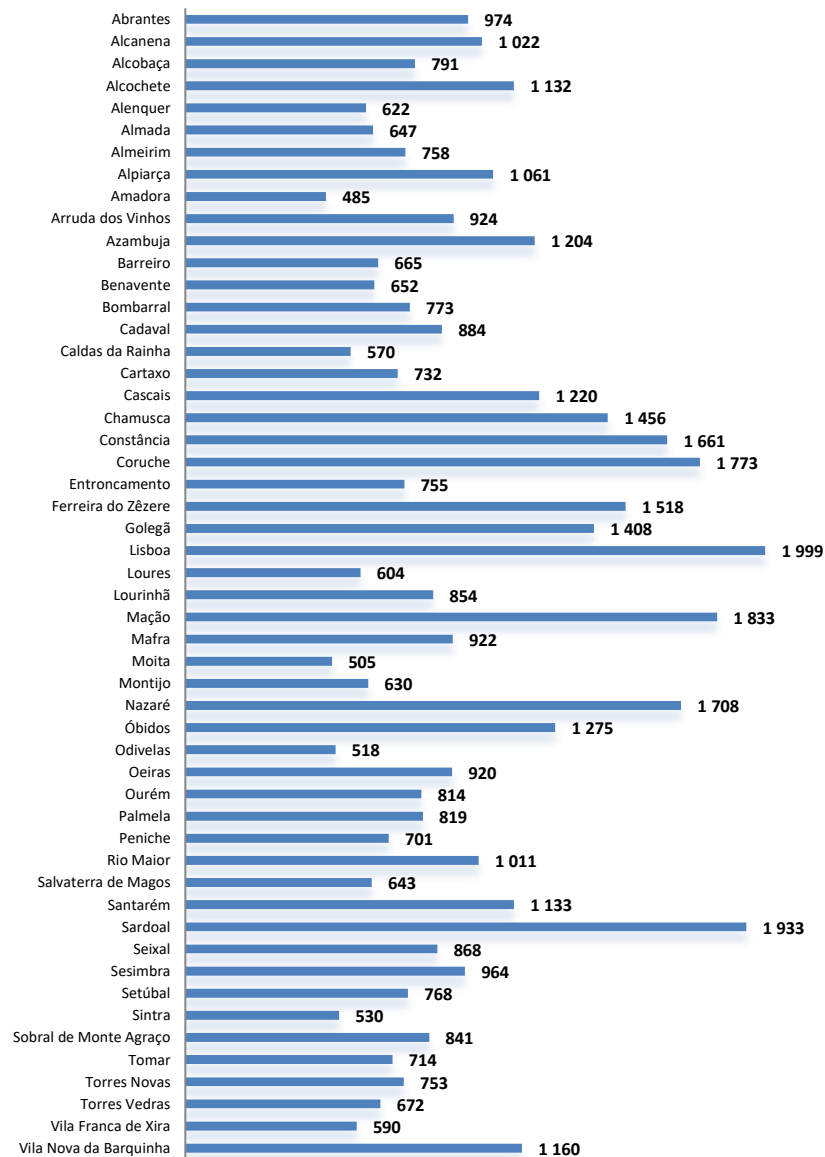
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 23 – Receita total *per capita* por município RLVT – 2018

Unidade: €/hab.



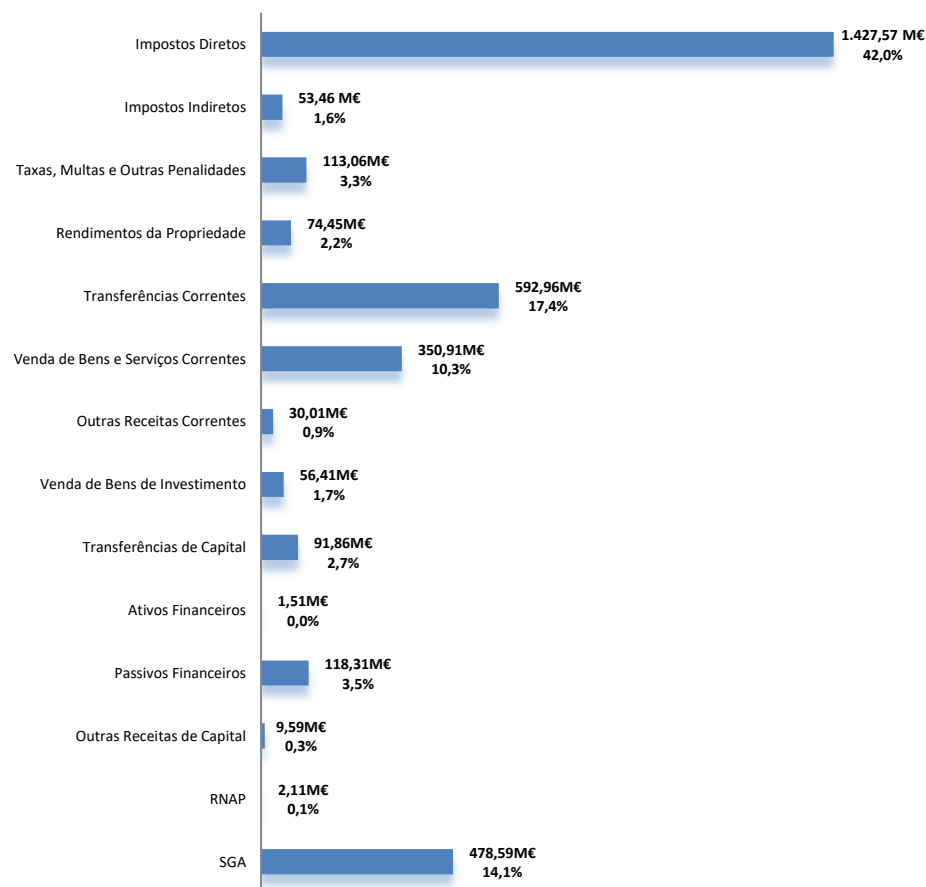
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

As principais origens de receita municipal na RLVT decorreram da cobrança de impostos diretos (42%), transferências correntes (17,4%), saldo da gerência anterior (14,1%), venda de bens e serviços correntes (10,3%) e passivos financeiros (3,5%).

Quase metade do valor das receitas da RLVT (46,5%) resultou das receitas fiscais, representando as transferências recebidas de outras entidades um peso de 20,1%.

Gráfico 24 – Composição da receita municipal – 2018

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Cada sub-região apresentou situações distintas nas principais fontes de financiamento:

- Na AML e no Oeste as receitas com maior peso do total das receitas foram as de impostos diretos, tendo particular influência nos seguintes municípios: Oeiras (58,1%), Cascais (53,1%) e Almada (49,0%), na AML; Caldas da Rainha (42,9%), Óbidos (42,4%) e Torres Vedras (41,5%), no Oeste;
- No Médio Tejo e na Lezíria do Tejo as transferências correntes evidenciaram o maior peso nas receitas, destacando-se Sardoal, Mação e Constância, no Médio Tejo, e Alpiarça na Lezíria do Tejo, onde o valor das transferências correntes ultrapassou metade das respetivas receitas, o que significa que são municípios muito dependentes das transferências do Orçamento do Estado;
- Outra grande fonte de receitas foi a proveniente do saldo da gerência anterior, destacando-se os municípios de Coruche (42,5%) – Lezíria do Tejo, de Abrantes (25,4%) – Médio Tejo, Alcobaça (22,7%) – Oeste e Vila Franca de Xira (21,5%) – AML;
- Na Lezíria do Tejo, a quarta maior origem de receitas decorreu das provenientes de empréstimos, destacando-se Santarém²⁹ em que 28,4% das suas receitas tiveram por proveniência o recurso ao crédito;
- Destaque também para as receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes, com nota particular para Sesimbra (26%) e Lourinhã (23,6%).

Tabela 17 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2018

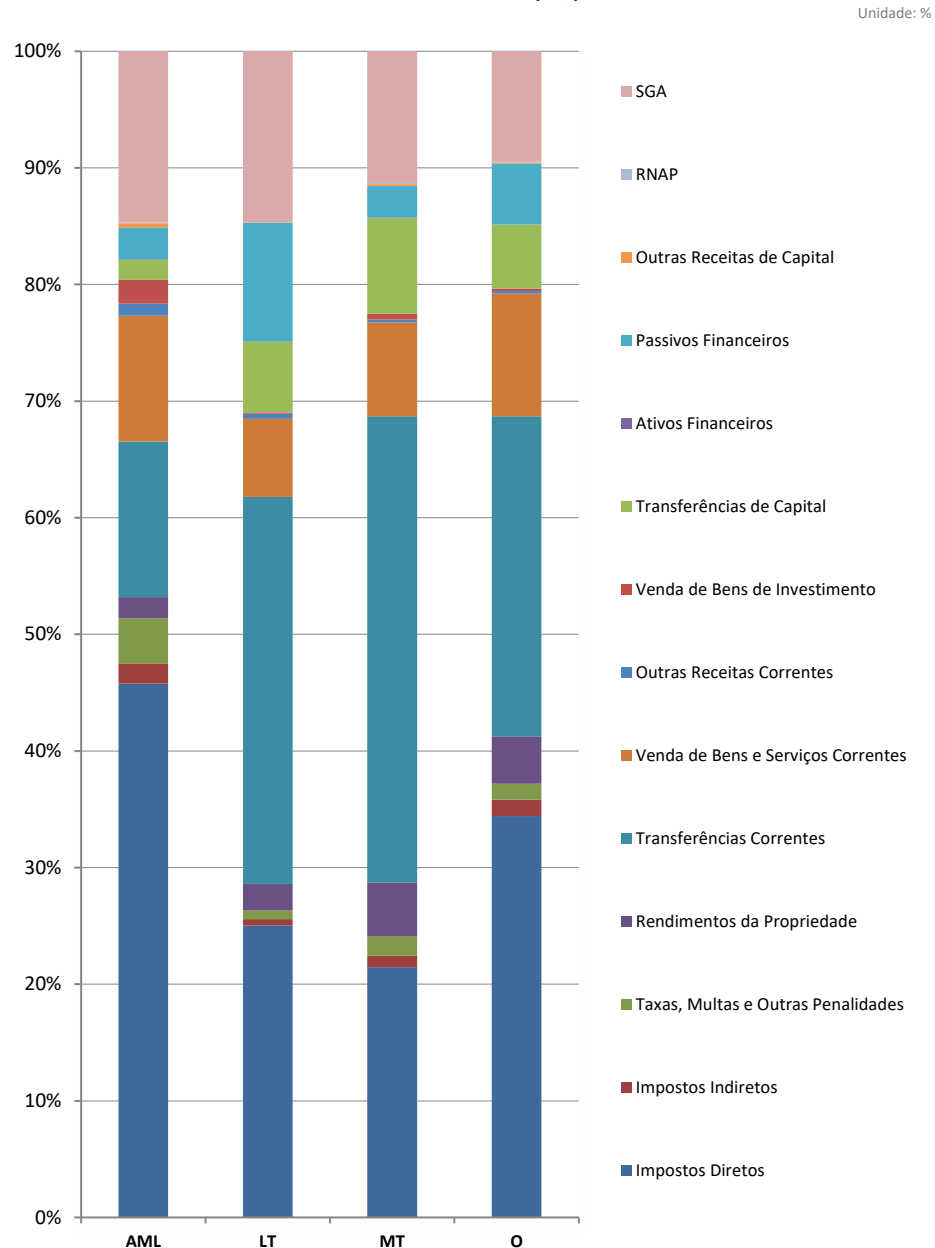
Unidade: %

Peso das receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	45,8	25,0	21,5	34,4	42,0
Impostos indiretos	1,7	0,5	1,0	1,4	1,6
Taxas, multas e outras penalidades	3,9	0,7	1,7	1,4	3,3
Rendimentos de propriedade	1,8	2,3	4,6	4,1	2,2
Transferências correntes	13,3	33,2	40,0	27,5	17,4
Venda bens e serviços correntes	10,8	6,7	8,0	10,5	10,3
Outras receitas correntes	1,0	0,4	0,2	0,2	0,9
Venda de bens de investimento	2,0	0,1	0,5	0,2	1,7
Transferências de capital	1,7	6,1	8,2	5,5	2,7
Ativos financeiros	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Passivos financeiros	2,8	10,2	2,7	5,2	3,5
Outras receitas de capital	0,3	0,0	0,2	0,1	0,3
Receitas não abatidas pagamentos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saldo gerência anterior	14,7	14,6	11,3	9,5	14,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

²⁹ OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA.

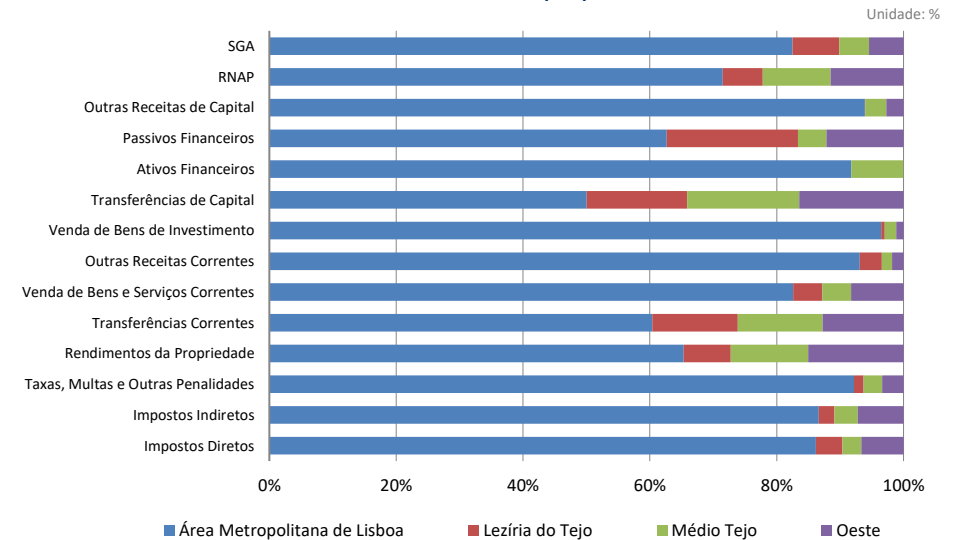
Gráfico 25 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2018



Analisando os diferentes agregados que compõem as receitas municipais voltamos a constatar a preponderância das cobranças registada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com particular destaque para as componentes de receitas próprias.

Nota de exceção para o volume de passivos financeiros registados nos municípios da Lezíria do Tejo e para o valor de transferências de capital registado por municípios do Médio Tejo e do Oeste.

Gráfico 26 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

A tabela seguinte evidencia heterogeneidade no montante e composição das receitas municipais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

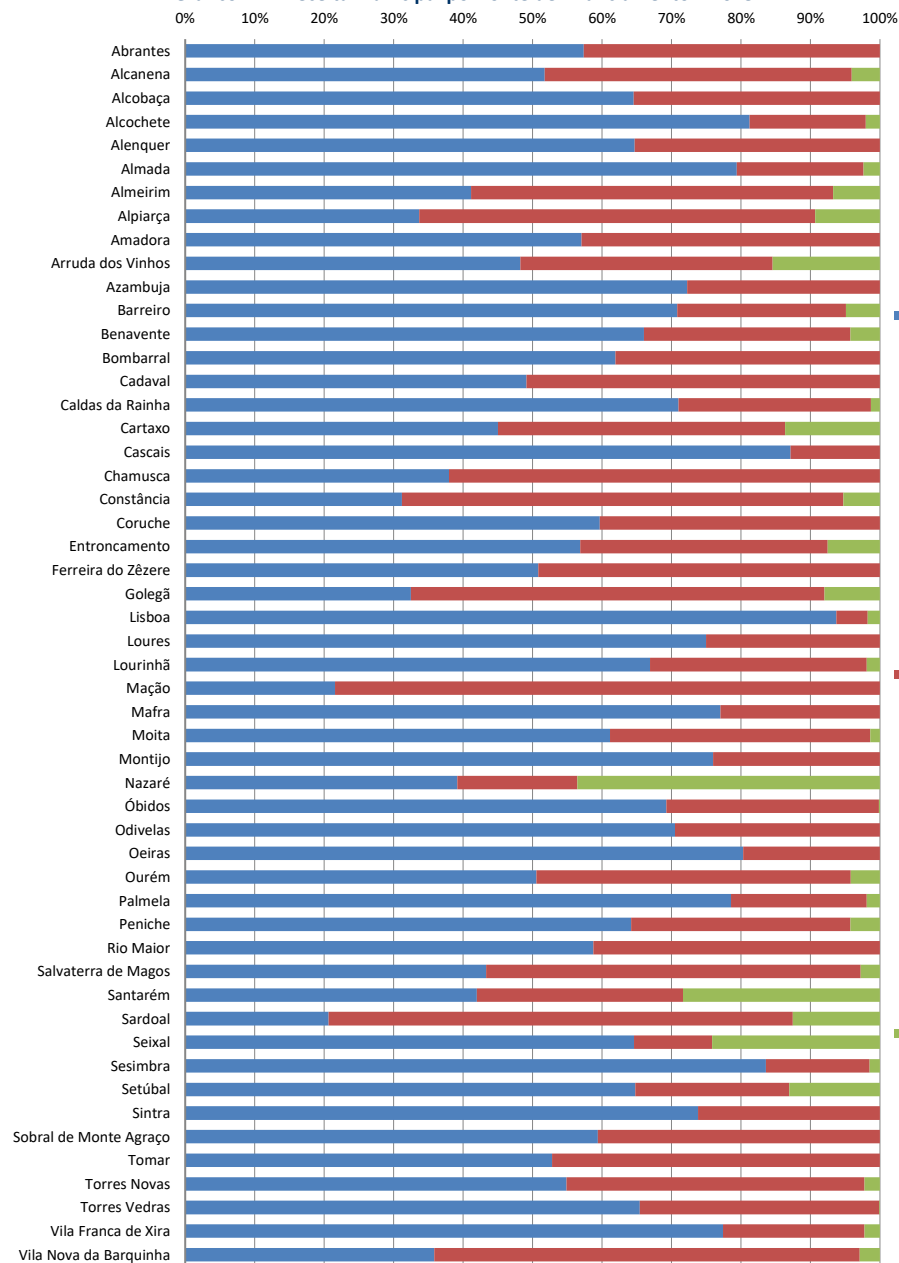
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 18 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2018

Unidade: M€

Municípios	Receitas próprias	Transferências	Passivos financeiros	Receitas totais
Abrantes	19,77	14,70	0,00	34,47
Alcanena	6,80	5,80	0,54	13,14
Alcobaça	27,41	15,04	0,00	42,45
Alcochete	17,94	3,69	0,45	22,08
Alenquer	17,55	9,58	0,00	27,13
Almada	86,75	19,93	2,60	109,28
Almeirim	7,04	8,92	1,15	17,12
Alpiarça	2,53	4,29	0,70	7,52
Amadora	50,31	37,85	0,00	88,16
Arruda dos Vinhos	6,73	5,06	2,15	13,94
Azambuja	19,52	7,50	0,00	27,02
Barreiro	35,51	12,17	2,45	50,13
Benavente	13,00	5,85	0,84	19,69
Bombarral	6,00	3,69	0,00	9,69
Cadaval	5,92	6,13	0,00	12,05
Caldas da Rainha	20,87	8,14	0,38	29,38
Cartaxo	7,82	7,18	2,37	17,38
Cascais	225,82	33,34	0,00	259,16
Chamusca	5,12	8,36	0,00	13,47
Constância	2,07	4,23	0,35	6,65
Coruche	18,66	12,60	0,00	31,26
Entroncamento	9,10	5,71	1,20	16,01
Ferreira do Zêzere	6,16	5,96	0,00	12,12
Golegã	2,46	4,51	0,60	7,57
Lisboa	950,12	45,74	18,00	1.013,86
Loures	95,73	31,93	0,00	127,66
Lourinhã	14,67	6,83	0,42	21,92
Mação	2,50	9,09	0,00	11,59
Mafra	59,68	17,77	0,00	77,46
Moita	19,93	12,21	0,46	32,60
Montijo	27,23	8,61	0,00	35,84
Nazaré	9,49	4,19	10,55	24,23
Óbidos	10,34	4,57	0,02	14,94
Odivelas	58,26	24,39	0,00	82,65
Oeiras	130,13	31,93	0,00	162,06
Ourém	18,12	16,24	1,50	35,85
Palmela	41,31	10,27	1,00	52,58
Peniche	11,92	5,87	0,79	18,57
Rio Maior	12,08	8,48	0,00	20,56
Salvaterra de Magos	5,92	7,37	0,38	13,67
Santarém	27,30	19,27	18,43	65,01
Sardoal	1,49	4,83	0,91	7,23
Seixal	93,62	16,27	35,00	144,89
Sesimbra	41,54	7,42	0,74	49,69
Setúbal	57,55	19,71	11,59	88,85
Sintra	152,07	53,89	0,00	205,96
Sobral de Monte Agraço	5,24	3,58	0,00	8,82
Tomar	13,91	12,44	0,00	26,35
Torres Novas	14,45	11,29	0,59	26,33
Torres Vedras	34,41	18,11	0,05	52,57
Vila Franca de Xira	64,70	17,04	1,85	83,60
Vila Nova da Barquinha	3,08	5,26	0,25	8,58
Receita total	2.597,68	684,82	118,31	3.400,80

Gráfico 27 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

1.2.2 RECEITA FISCAL

Na RLVT, a receita fiscal rondou os 1.580,19 M€, quase metade das receitas municipais totais (46,5%), sendo que a maior parte, 1.367,75 M€ (86,6%) foi cobrada nos municípios da AML, seguindo-se os do Oeste (6,5%), Lezíria do Tejo (4,0%) e Médio Tejo (3,0%).

Em termos *per capita*, constata-se que cada habitante da AML contribuiu, no ano de 2018, com 480,53 € para a receita fiscal, sendo esse rácio de 264,78 € na Lezíria do Tejo, 221,72 € por habitante no Médio Tejo e 285,81 € por habitante no Oeste.

Na AML a maior receita fiscal resultou da cobrança do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (506,05 M€), enquanto nas outras sub-regiões foi o imposto municipal sobre imóveis que teve mais relevância (30,80 M€ na LT, 25,81 M€ no MT e 55,87 M€ no Oeste).

Tabela 19 – Estrutura da receita fiscal, por NUTS III – 2018

Receita fiscal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
IMI	493,83	30,80	25,81	55,87	606,30
IUC	89,94	6,65	5,13	9,45	111,17
IMT	506,05	17,91	6,68	22,83	553,47
Derrama	139,87	4,80	4,93	6,71	156,30
Impostos abolidos	0,13	0,00	0,00	0,00	0,13
Outros impostos diretos	0,19	0,01	0,00	0,00	0,20
Impostos diretos	1.230,01	60,16	42,55	94,86	1.427,57
Impostos indiretos	46,33	1,30	1,98	3,86	53,46
Taxas	91,41	1,37	3,11	3,26	99,16
Receita fiscal	1.367,75	62,84	47,64	101,97	1.580,19

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 20 – Estrutura da receita fiscal *per capita*, por NUTS III – 2018

Receita fiscal <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
IMI	173,50	129,77	120,12	156,61	165,87
IUC	31,60	28,03	23,87	26,48	30,41
IMT	177,79	75,46	31,11	63,99	151,42
Derrama	49,14	20,21	22,92	18,80	42,76
Impostos abolidos	0,04	0,00	0,01	0,00	0,04
Outros impostos diretos	0,07	0,03	0,00	0,00	0,05
Impostos diretos	432,14	253,51	198,03	265,87	390,55
Impostos indiretos	16,28	5,48	9,20	10,81	14,63
Taxas	32,12	5,79	14,49	9,13	27,13
Receita fiscal <i>per capita</i>	480,53	264,78	221,72	285,81	432,30

Unidade: €/habitante

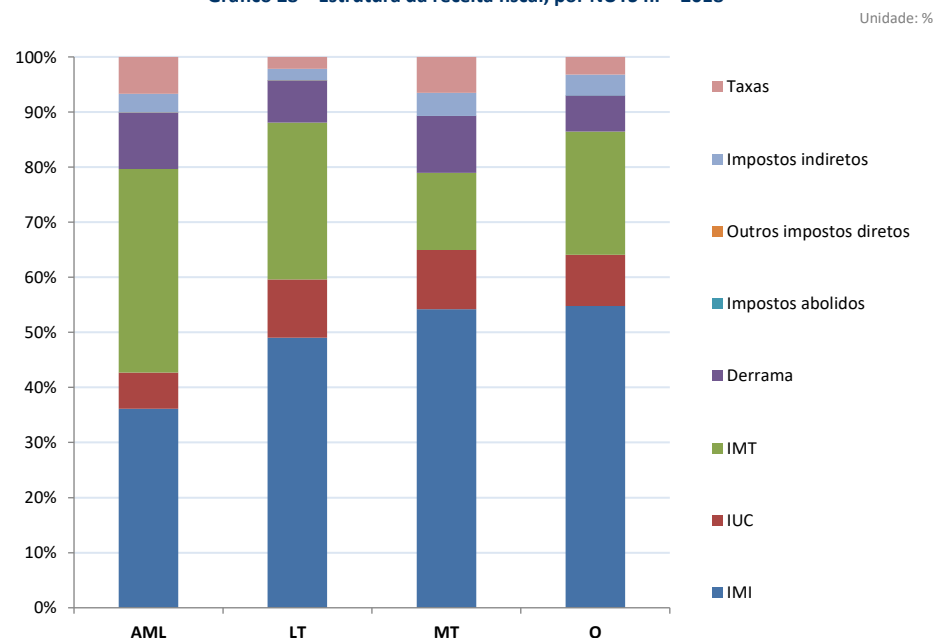
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

As receitas fiscais representaram mais de metade das respetivas receitas em sete municípios: Oeiras, Cascais, Montijo, Lisboa, Almada, Odivelas e Sintra.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto em Oeiras, 60,7% das suas receitas provieram de receita fiscal, na Moita 31,9% da receita total resultou desta cobrança;
- Na Lezíria do Tejo, 48,9% das receitas da Azambuja foram de natureza fiscal, sendo que na Chamusca 10,7% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Ourém (32,8%) e o menor em Mação (6,1%);
- No Oeste, 45,3% das receitas nas Caldas da Rainha foram fiscais, enquanto em Cadaval esse peso foi de 20,4%.

Gráfico 28 – Estrutura da receita fiscal, por NUTS III – 2018



Unidade: %

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

1.2.3 RECEITA PRÓPRIA

A receita própria na RLVT ascendeu aos 2.597,68 M€, 85% das quais maioritariamente geradas pelo grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, em especial Lisboa, o qual concentrou mais de 1/3 das receitas próprias da região (36,6%).

Destaque para os impostos diretos, os quais constituem mais de metade das receitas próprias (55%) e registo ainda para a importância significativa, na estrutura das receitas municipais da região, do saldo da gerência anterior (18,4%), da venda de bens e serviços (13,5%) e das taxas, multas e outras penalidades (4,4%).

Em termos de ponderação com a dimensão populacional, registou-se igualmente um desvio significativo entre os valores *per capita* de receitas próprias, sendo que um habitante da AML contribuiu com 775,81 € e um habitante do Médio Tejo com 453,61 €.

Tabela 21 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2018

Receita própria	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos Diretos	1.230,01	60,16	42,55	94,86	1.427,57
Impostos Indiretos	46,33	1,30	1,98	3,86	53,46
Taxas, Multas e Outras Penalidades	104,20	1,75	3,30	3,81	113,06
Rendimentos da Propriedade	48,63	5,52	9,10	11,20	74,45
Venda de Bens e Serviços Correntes	289,88	16,06	15,96	29,01	350,91
Outras Receitas Correntes	27,94	1,05	0,48	0,54	30,01
Venda de Bens de Investimento	54,43	0,29	1,03	0,66	56,41
Ativos Financeiros	1,39	0,00	0,12	0,00	1,51
Outras Receitas de Capital	9,01	0,00	0,32	0,26	9,59
RNAP	1,51	0,13	0,23	0,24	2,11
SGA	394,90	35,20	22,40	26,10	478,59
Receita própria	2.208,22	121,46	97,46	170,54	2.597,68

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 22 – Estrutura da receita própria *per capita*, por NUTS III – 2018

Receita própria <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos Diretos	432,14	253,51	198,03	265,87	390,55
Impostos Indiretos	16,28	5,48	9,20	10,81	14,63
Taxas, Multas e Outras Penalidades	36,61	7,38	15,37	10,67	30,93
Rendimentos da Propriedade	17,09	23,24	42,35	31,40	20,37
Venda de Bens e Serviços Correntes	101,84	67,66	74,29	81,31	96,00
Outras Receitas Correntes	9,81	4,44	2,23	1,52	8,21
Venda de Bens de Investimento	19,12	1,22	4,79	1,85	15,43
Ativos Financeiros	0,49	0,00	0,58	0,00	0,41
Outras Receitas de Capital	3,16	0,01	1,48	0,74	2,62
RNAP	0,53	0,56	1,05	0,68	0,58
SGA	138,74	148,31	104,24	73,16	130,93
Receita própria <i>per capita</i>	775,81	511,80	453,61	478,00	710,67

Unidade: €/habitante

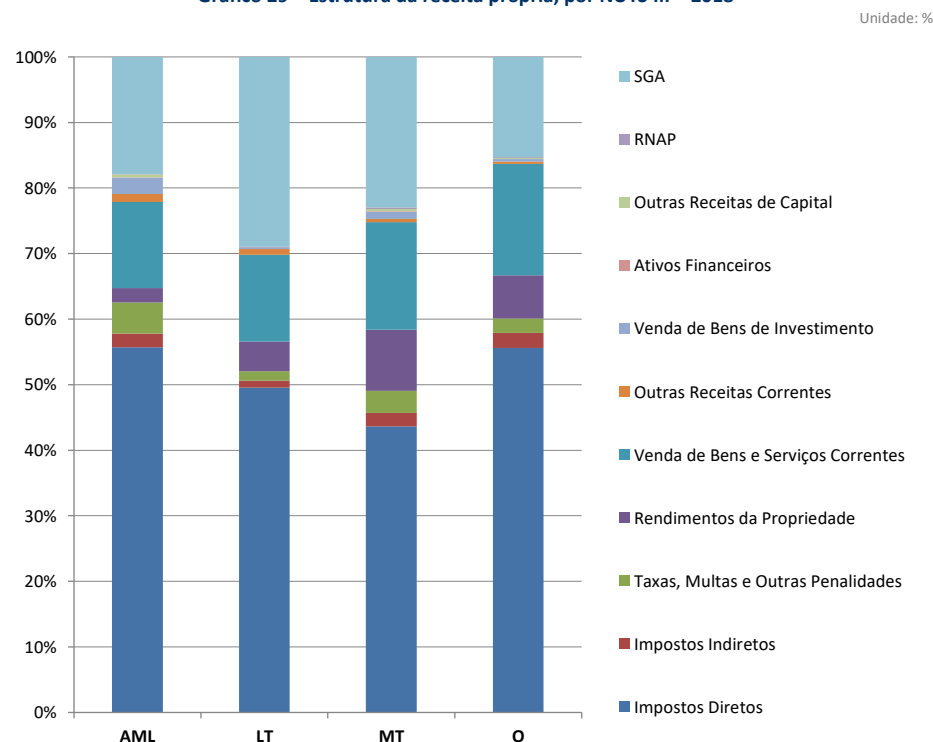
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

As receitas próprias representaram mais de 80% das respetivas receitas em cinco municípios: Lisboa, Cascais, Sesimbra, Alcochete e Oeiras.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto em Lisboa, 93,7% das suas receitas provieram de receita própria, na Amadora o peso é de 57,1% da receita total;
- Na Lezíria do Tejo, 72,3% das receitas de Azambuja foram receitas próprias, sendo que na Golegã representam 32,5% das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi em Abrantes (57,3%) e o menor no Sardoal (20,6%);
- No Oeste, 71,0% das receitas nas Caldas da Rainha correspondem a receitas próprias, enquanto na Nazaré esse peso foi de 39,2%.

Gráfico 29 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2018



Unidade: %

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

1.2.4 TRANSFERÊNCIAS

As transferências recebidas pelos municípios ascenderam aos 684,82 M€, sendo 86,6% de natureza corrente. A maior parte das transferências foram recebidas do Estado³⁰, em especial através do FEF corrente, IRS e, em menor valor, do FSM³¹ e FEF de capital. As transferências provenientes dos fundos comunitários constituíram-se maioritariamente de capital, sendo que o valor de natureza corrente foi residual.

Tabela 23 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2018

Transferências recebidas	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
FEF corrente	75,34	52,49	55,64	47,09	230,56
Fundo Social Municipal	24,94	4,14	3,94	6,32	39,34
IRS	161,44	8,22	7,47	10,18	187,30
Fundos comunitários correntes	1,70	0,54	0,36	0,79	3,39
Outras transferências correntes	94,78	14,37	11,90	11,31	132,36
Transferências correntes	358,20	79,76	79,31	75,68	592,96
FEF capital	8,38	6,22	6,17	5,29	26,07
Cooperação Técnica e Financeira	1,26	0,49	1,16	0,15	3,07
Fundos comunitários capital	18,16	7,47	8,37	9,36	43,36
Outras transferências de capital	18,14	0,40	0,53	0,30	19,37
Transferências de capital	45,95	14,58	16,24	15,10	91,86
Total de transferências	404,15	94,33	95,55	90,78	684,82

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 24 – Estrutura das transferências per capita, por NUTS III – 2018

Transferências recebidas per capita	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
FEF corrente	26,47	221,19	258,96	131,99	63,08
Fundo Social Municipal	8,76	17,44	18,35	17,71	10,76
IRS	56,72	34,63	34,77	28,52	51,24
Fundos comunitários correntes	0,60	2,28	1,67	2,22	0,93
Outras transferências correntes	33,30	60,54	55,39	31,70	36,21
Transferências correntes	125,85	336,07	369,15	212,13	162,22
FEF capital	2,94	26,20	28,74	14,84	7,13
Cooperação técnica e financeira	0,44	2,05	5,42	0,43	0,84
Fundos comunitários capital	6,38	31,49	38,93	26,22	11,86
Outras transferências de capital	6,37	1,69	2,48	0,83	5,30
Transferências de capital	16,14	61,42	75,57	42,32	25,13
Total de transferências per capita	141,99	397,49	444,72	254,45	187,35

Unidade: €/habitante

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Em valores absolutos, Sintra (AML), com o maior volume de transferências, recebeu mais 50,31 M€ que Sobral de Monte Agraço (Oeste), o qual registou o menor valor recebido. Já em

termos *per capita* o valor máximo foi registado em Mação e o mínimo em Lisboa, numa amplitude de valores de 1.347,15 €/hab.

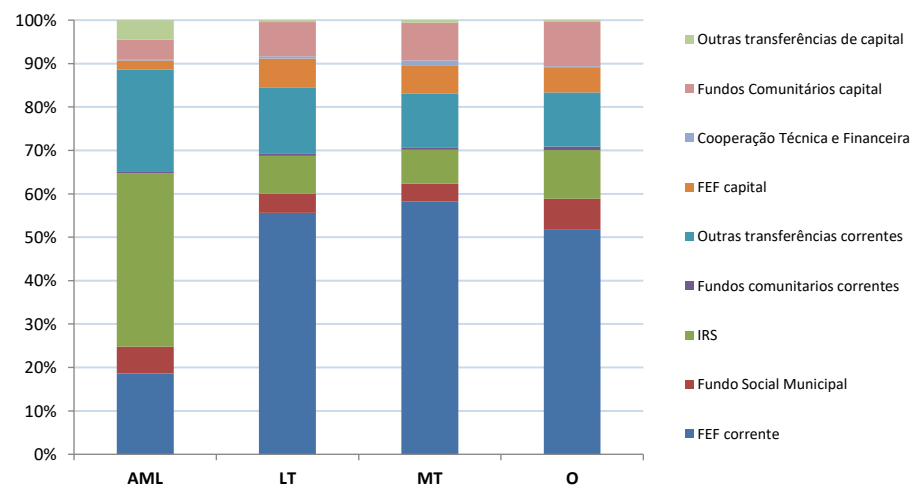
Analisando o peso das transferências, à escala sub-regional, destaca-se o seguinte:

- Na AML, Amadora dependeu em 42,9% das transferências, sendo que em Lisboa o peso deste agregado foi apenas de 4,5%;
- Na Lezíria do Tejo, 62% das receitas de Chamusca decorreram das transferências recebidas – 49,0% correntes e 13,0% de capital, enquanto em Azambuja esse peso foi de 27,7%;
- No Médio Tejo o peso variou entre 78,4% em Mação³² – 53,4% correntes e 25,0% de capital e 35,6% no Entroncamento – 25,9% correntes e 9,7% de capital;
- No Oeste, 50,9% das receitas do Cadaval foram transferências – incluindo 11,4% de capital, sendo de 17,3% na Nazaré – 14,6% correntes e 2,7% de capital.

Refira-se que o peso das transferências provenientes do Orçamento de Estado é maior nos municípios com menor dimensão, o que evidencia a sua dependência das mesmas.

Gráfico 30 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2018

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

³⁰ AUMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS POR VIA DO DEFINIDO NO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018 (ARTIGO 77.º), FACE AO ANO ANTERIOR.

³¹ NÃO HOUE ALTERAÇÃO DE MONTANTE DO FSM, N.º 4 DO ARTIGO 77.º DA LOE 2018.

³² INFLUENCIADO PELAS TRANSFERÊNCIAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA – FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL/INCÊNDIOS DE 2017.

1.2.5 PASSIVO FINANCEIRO

Em 2018, 31 municípios da RLVT recorreram a empréstimos no montante total de 118,31 M€, a esmagadora maioria destes relativos a empréstimos bancários de médio e longo prazo (89,1%).

O maior volume de recurso ao crédito em 2018, no valor de 35 M€, foi registado no Seixal³³, correspondente a 29,6% do total regional e 24,2% das suas receitas totais, através de empréstimo de longo e médio prazo.

Destaque também para as seguintes situações:

- Santarém³⁴ (Lezíria do Tejo) – recurso ao crédito em 18,43 M€, dos quais 18,17 M€ de recurso a empréstimos de MLP e 0,26 M€ de recurso a outros passivos financeiros, representando 28,4% das suas receitas totais;
- Lisboa (Área Metropolitana de Lisboa) – contratualizou empréstimos de médio e longo prazo ao BEI no valor de 18,00 M€;
- Nazaré (Oeste) – obteve um empréstimo³⁵ a MLP da Administração Pública do Estado no valor de 9,95 M€ e um empréstimo de CP no valor 0,6 M€, representando o seu recurso ao crédito 43,6% das suas receitas totais;
- Nota de exceção para a sub-região do Médio Tejo, onde o valor dos empréstimos de curto prazo ultrapassou os de médio e longo prazo, decorrente em grande parte do recurso ao crédito de curto prazo realizado por Alcanena (0,5 M€), Ourém (1,50 M€) e Vila Nova da Barquinha (0,25 M€).

Neste ano, 21 municípios não tiveram quaisquer receitas provenientes do recurso ao crédito.

Tabela 25 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2018

Passivo financeiro	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Empréstimos a curto prazo	7,55	1,05	3,10	0,89	12,59
Empréstimos a médio e longo prazo	66,58	23,17	2,23	13,48	105,46
Outros passivos financeiros	0,00	0,26	0,00	0,00	0,26
Total passivo financeiro	74,13	24,48	5,33	14,37	118,31

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

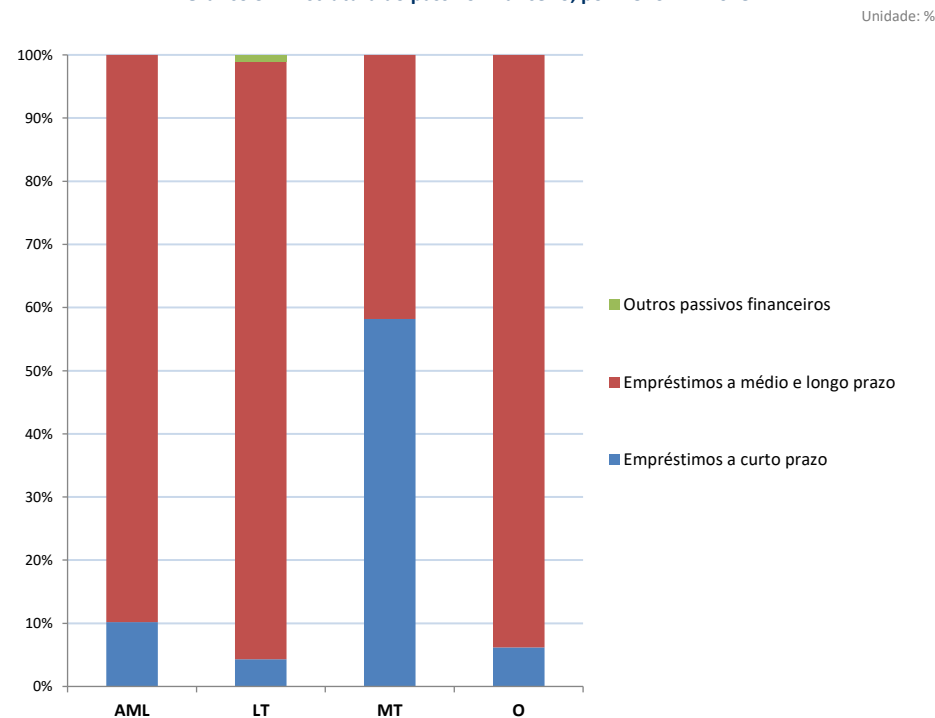
Tabela 26 – Estrutura do passivo financeiro *per capita*, por NUTS III – 2018

Passivo financeiro <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Empréstimos a curto prazo	2,65	4,42	14,43	2,48	3,44
Empréstimos a médio e longo prazo	23,39	97,62	10,37	37,78	28,85
Outros passivos financeiros	0,00	1,09	0,00	0,00	0,07
Total passivo financeiro <i>per capita</i>	26,05	103,14	24,80	40,26	32,37

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Numa análise *per capita*, cada habitante da Nazaré e de Santarém contraiu de empréstimos, durante 2018, respetivamente, de 744,25 €/hab e 321,14 €/hab.

Gráfico 31 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT

³³ CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA AO ABRIGO DO ARTIGO 106.º DA LOE/2018.

³⁴ OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA.

³⁵ NO ÂMBITO DO FAM (FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL).

2 ANÁLISE DA DESPESA

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou o classificador económico das despesas para todo o sector da administração. As despesas são agrupadas pela sua natureza económica, em despesas correntes e despesas de capital.

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de agrupamentos económicos com a denominação apresentada no quadro seguinte:

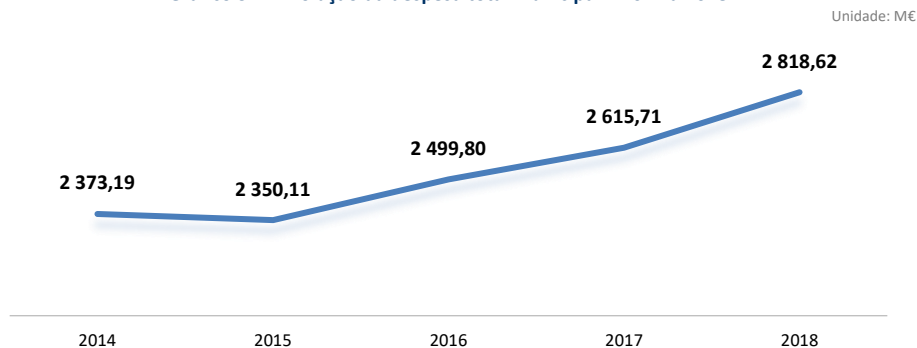
2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2014 A 2018

2.1.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL

O ano de 2018 evidenciou um volume de despesas pagas pelos municípios da região superior em 202,91 M€ face ao ano transato, correspondente a +7,8%.

À exceção de 2015, ano em que as despesas caíram 1% face a 2014, que ao longo do período em análise se tem revelado uma subida contínua da despesa municipal, crescendo 19,9%, equivalente a um aumento de 468,51 M€, face a 2015.

Gráfico 32 – Evolução da despesa total municipal – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

A tendência maioritariamente crescente caracteriza-se pelo aumento das despesas dos municípios da RLVT de 6,4% em 2016, 4,6% em 2017 e 7,8% em 2018.

Esta tendência resultou de dinâmicas distintas ao nível municipal, nomeadamente entre 2017 e 2018, influenciada especialmente pela evolução positiva do volume de despesas por parte de

³⁶ AUMENTO DOS AGREGADOS SERVIÇO DA DÍVIDA E DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES, DECORRENTE DA DEVOLUÇÃO DA TAXA DE PROTECÇÃO CIVIL AOS MUNICÍPIOS DECRETADA POR DECISÃO JUDICIAL.

³⁷ AUMENTO DO INVESTIMENTO.

³⁸ AUMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA.

Tabela 27 – Classificação das despesas

Despesa Corrente	Despesas de Capital	Outras Despesas
01- Despesas com o pessoal	07- Aquisição de bens de capital	12- Operações extraorçamentais
02- Aquisição de bens e serviços	08- Transferências de capital	
03- Juros e outros encargos	09- Ativos financeiros	
04- Transferências correntes	10- Passivos financeiros	
05- Subsídios	11- Outras despesas de capital	
06- Outras despesas correntes		

Lisboa³⁶ (+161,26 M€), Seixal³⁷ (+35,00 M€), Santarém³⁸ (+20,20 M€), Cascais³⁹ (+13,27 M€), e Nazaré⁴⁰ (+9,93 M€).

Em termos percentuais, destaque para o acréscimo de despesas, no mesmo período, de Nazaré (+70,5%), Santarém (+53,5%), Seixal (+38,7%), Vila Nova da Barquinha⁴¹ (+26,6%) e Lisboa (+22,8%). O acréscimo da despesa nestes municípios foi influenciado pelo aumento do investimento ou do serviço da dívida.

Dezoito municípios registaram uma queda nas suas despesas municipais, nomeadamente Cartaxo (-77,9%), Lourinhã (-21,9%) e Torres Novas (-17,4%), essencialmente devido à descida significativa dos gastos realizados com o serviço de dívida.

Tabela 28 – Evolução da despesa municipal, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	1.804,15	1.767,38	1.947,72	1.985,13	2.201,66	10,9	22,0
Lezíria do Tejo	182,70	165,68	181,73	219,87	199,99	-9,0	9,5
Médio Tejo	164,47	172,51	154,07	175,44	172,24	-1,8	4,7
Oeste	221,87	244,55	216,27	235,28	244,72	4,0	10,3

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das despesas municipais em todas as NUTS III, entre 2014 e 2018, confirmando a tendência regional, sendo que essa evolução positiva não foi constante ao longo dos anos. Evidencie-se, por outro lado, na Lezíria do Tejo, a descida do volume de despesas pagas entre 2017 e 2018, é justificada exclusivamente pela descida generalizada das despesas municipais do Município do Cartaxo, e ainda no Médio Tejo, onde 6 dos seus 11 municípios, viram as suas despesas diminuir.

³⁹ AUMENTO DO INVESTIMENTO.

⁴⁰ AUMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA.

⁴¹ AUMENTO DO INVESTIMENTO.

Gráfico 33 – Variação da despesa total, por município – 2017 a 2018 (%)

Unidade: %

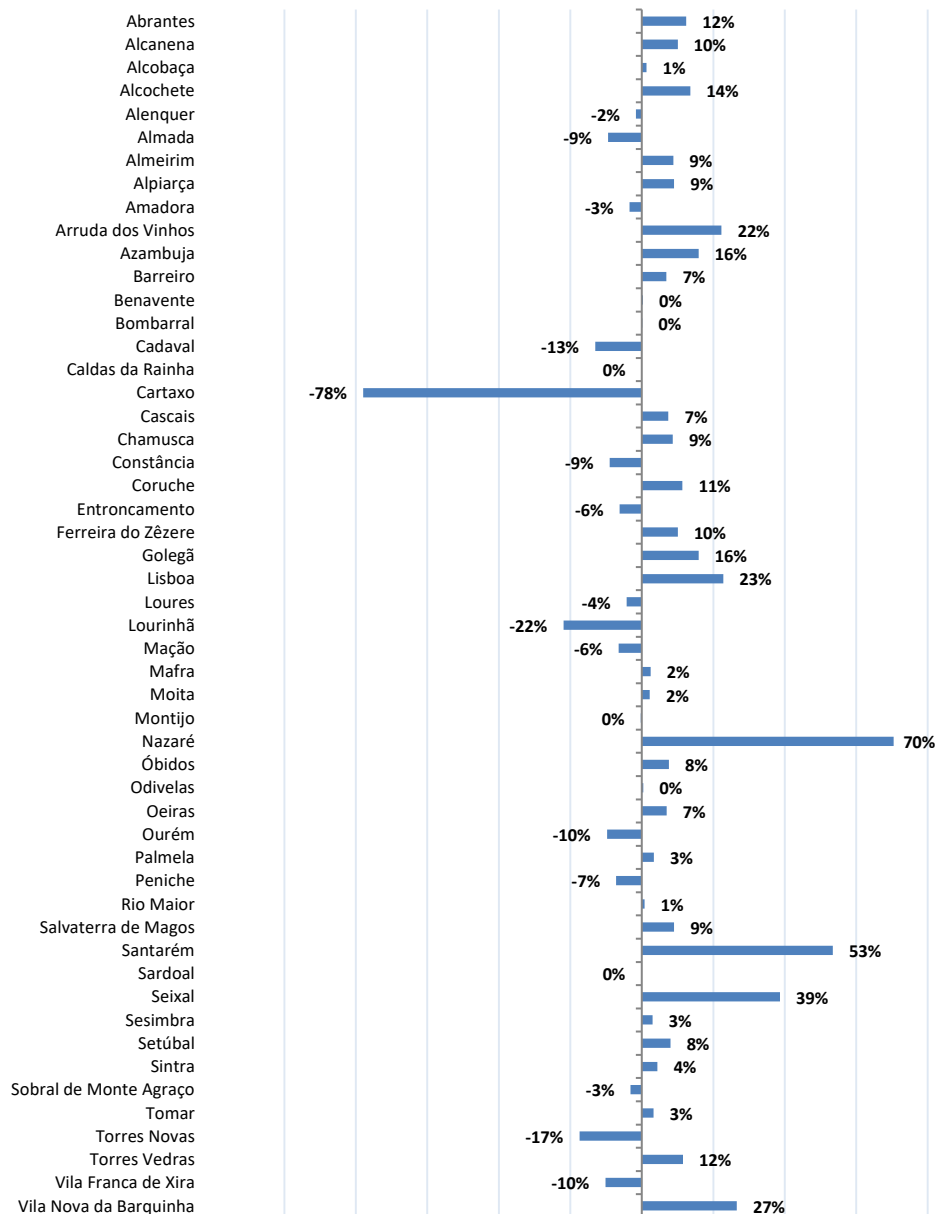
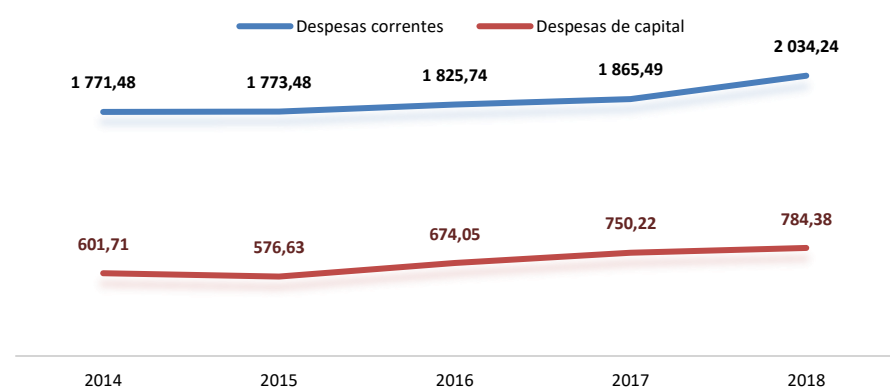


Gráfico 34 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

A dinâmica evolutiva das despesas totais neste período resultou em grande parte da tendência apresentada pelas:

- Despesas correntes - evidenciando-se um crescimento contínuo, decorrente, em grande medida, do aumento anual da despesa com o pessoal e das transferências correntes;
- Subida das despesas de capital, a partir de 2015, essencialmente resultado do acréscimo contínuo ao nível da aquisição de bens de capital, já que as outras componentes revelaram dinâmicas distintas.

De outro modo, o referido aumento, contínuo à escala regional ao longo do período em análise à exceção do primeiro ano, não se verificou em todas as componentes de despesas. Entre 2017 e 2018:

- Aumentaram os valores de despesas pagas em pessoal (+5,4%), juros e outros encargos (+101,8%), transferências correntes para outras entidades (+10,5%), subsídios (38,6%), outras despesas correntes (+188,9%), aquisição de bens de capital (+2,7%), ativos financeiros (+2,5%) e outras despesas de capital (+984,6%);
- Diminuíram as despesas pagas pelos municípios ao nível da aquisição de bens e serviços (-0,3%), transferências de capital (-19,9%) e passivos financeiros (-13,7%).

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 29 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

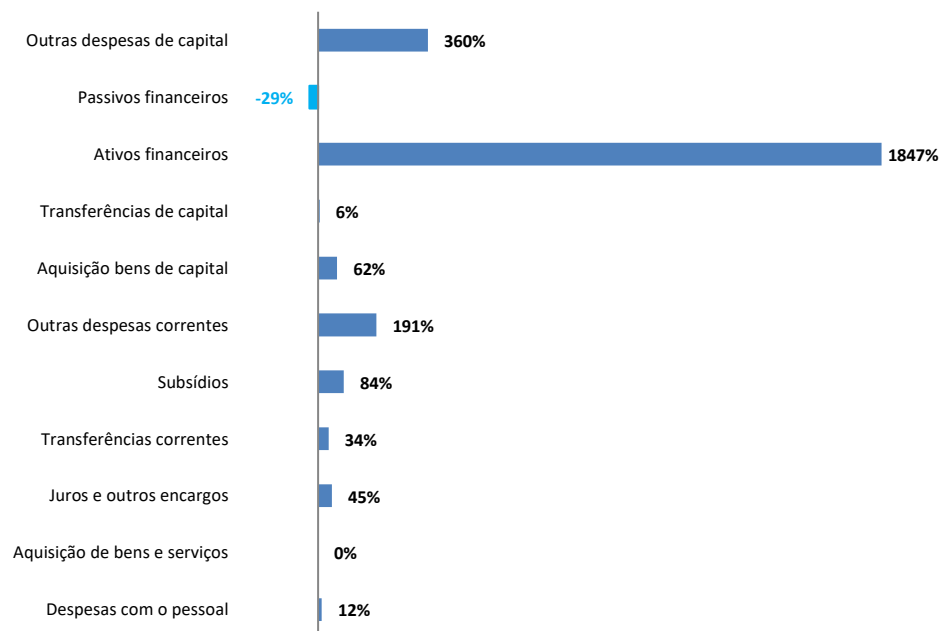
Unidade: M€

Despesa municipal	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
Despesas com o pessoal	791,13	793,62	810,63	839,65	884,64	5,4	11,8
Aquisição de bens e serviços	684,13	673,03	693,47	686,12	684,40	-0,3	0,0
Juros e outros encargos	33,33	31,89	23,40	23,93	48,30	101,8	44,9
Transferências correntes	202,74	219,53	231,37	246,17	272,11	10,5	34,2
Subsídios	28,23	24,10	20,04	37,49	51,97	38,6	84,1
Outras despesas correntes	31,93	31,31	46,83	32,13	92,82	188,9	190,7
Despesas correntes	1.771,48	1.773,48	1.825,74	1.865,49	2.034,24	9,0	14,8
Aquisição bens de capital	285,98	282,28	332,76	451,03	463,29	2,7	62,0
Transferências de capital	62,02	54,05	78,78	81,68	65,45	-19,9	5,5
Ativos financeiros	0,76	18,01	16,52	14,36	14,71	2,5	1.846,5
Passivos financeiros	237,46	210,54	239,74	196,58	169,66	-13,7	-28,6
Outras despesas de capital	15,49	11,75	6,26	6,57	71,27	984,6	360,0
Despesas de capital	601,71	576,63	674,05	750,22	784,38	4,6	30,4
Despesa total	2.373,19	2.350,11	2.499,80	2.615,71	2.818,62	7,8	18,8

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 35 – Variação da despesa municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 30 – Evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

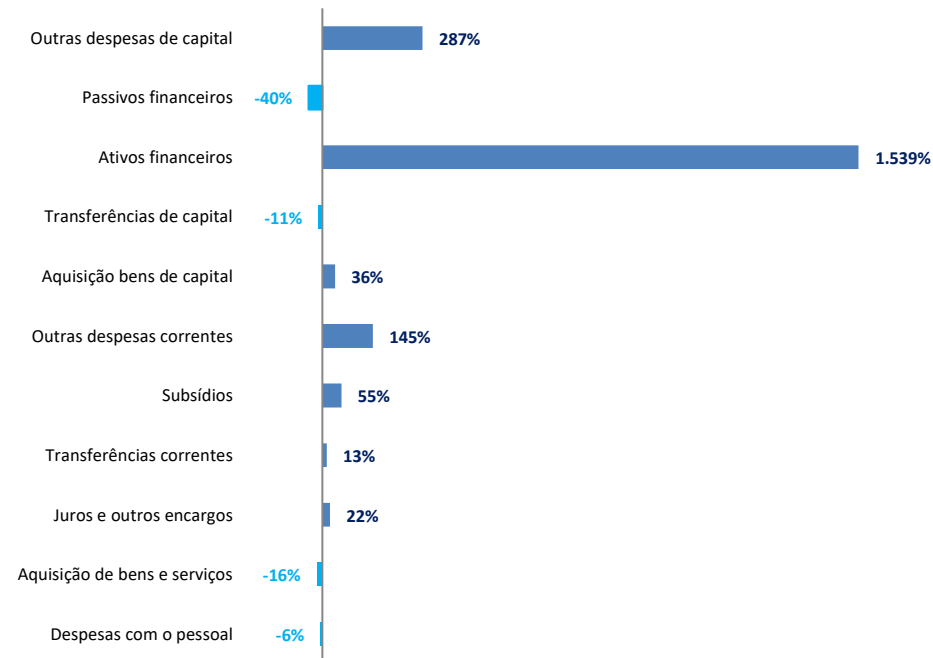
Unidade: %

Peso da despesa municipal	2014	2015	2016	2017	2018	Variação	
						2017-2018	2014-2018
Despesas com o pessoal	33,3	33,8	32,4	32,1	31,4	-2,2	-5,9
Aquisição de bens e serviços	28,8	28,6	27,7	26,2	24,3	-7,4	-15,8
Juros e outros encargos	1,4	1,4	0,9	0,9	1,7	87,3	22,0
Transferências correntes	8,5	9,3	9,3	9,4	9,7	2,6	13,0
Subsídios	1,2	1,0	0,8	1,4	1,8	28,7	55,0
Outras despesas correntes	1,3	1,3	1,9	1,2	3,3	168,1	144,8
Despesas correntes	74,6	75,5	73,0	71,3	72,2	1,2	-3,3
Aquisição bens de capital	12,1	12,0	13,3	17,2	16,4	-4,7	36,4
Transferências de capital	2,6	2,3	3,2	3,1	2,3	-25,6	-11,2
Ativos financeiros	0,0	0,8	0,7	0,5	0,5	-4,9	1.538,9
Passivos financeiros	10,0	9,0	9,6	7,5	6,0	-19,9	-39,8
Outras despesas de capital	0,7	0,5	0,3	0,3	2,5	906,5	287,3
Despesas de capital	25,4	24,5	27,0	28,7	27,8	-3,0	9,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,2	-5,9

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 36 – Variação do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2014 a 2018

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Na evolução do peso dos principais agregados de despesas municipais, destaca-se:

- Diminuição do peso do pagamento das despesas com o pessoal de 33,3% para 31,4%;
- Diminuição do peso das aquisições de serviços, de 28,8% para 24,3%;
- O peso da amortização de empréstimos desceu de 10,0% para 6%;
- Aumento do peso das transferências correntes de 8,5% para 9,7%;
- Aumento do peso das aquisições de capital de 12,1% para 16,4%.

Uma outra abordagem, por grupos de despesa, permite observar o seguinte, que:

- O peso de despesas com transferências correntes e subsídios, é genericamente crescente, de 9,7% para 11,5%, embora de 2017 para 2018 tenha havido uma ligeira queda dos subsídios;
- O peso de despesas em investimento direto e indireto, também tem um comportamento crescente, de 14,7% para 18,8%, mas em queda desde 2017 (-7,9%);
- O peso dos gastos com outras despesas (correntes e capital) é crescente, de 2% para 6,3%;
- O peso do serviço de dívida regista uma tendência, predominantemente, decrescente, passando de 11,4% para 7,7%.

Tabela 31 – Evolução da despesa municipal por grupos de despesa – 2014 a 2018

Unidade: M€

Despesa municipal	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
Despesas com o pessoal	791,13	793,62	810,63	839,65	884,64	5,4	11,8
Aquisição de bens e serviços	684,13	673,03	693,47	686,12	684,40	-0,3	0,0
Transferências correntes e subsídios	230,96	243,63	251,41	283,66	324,08	14,2	40,3
Investimento direto e indireto	348,00	336,33	411,53	532,71	528,74	-0,7	51,9
Serviço de dívida	270,79	242,42	263,14	220,51	217,96	-1,2	-19,5
Outras despesas	48,18	61,08	69,61	53,06	178,80	237,0	271,1
Despesa total	2.373,19	2.350,11	2.499,80	2.615,71	2.818,62	7,8	18,8

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

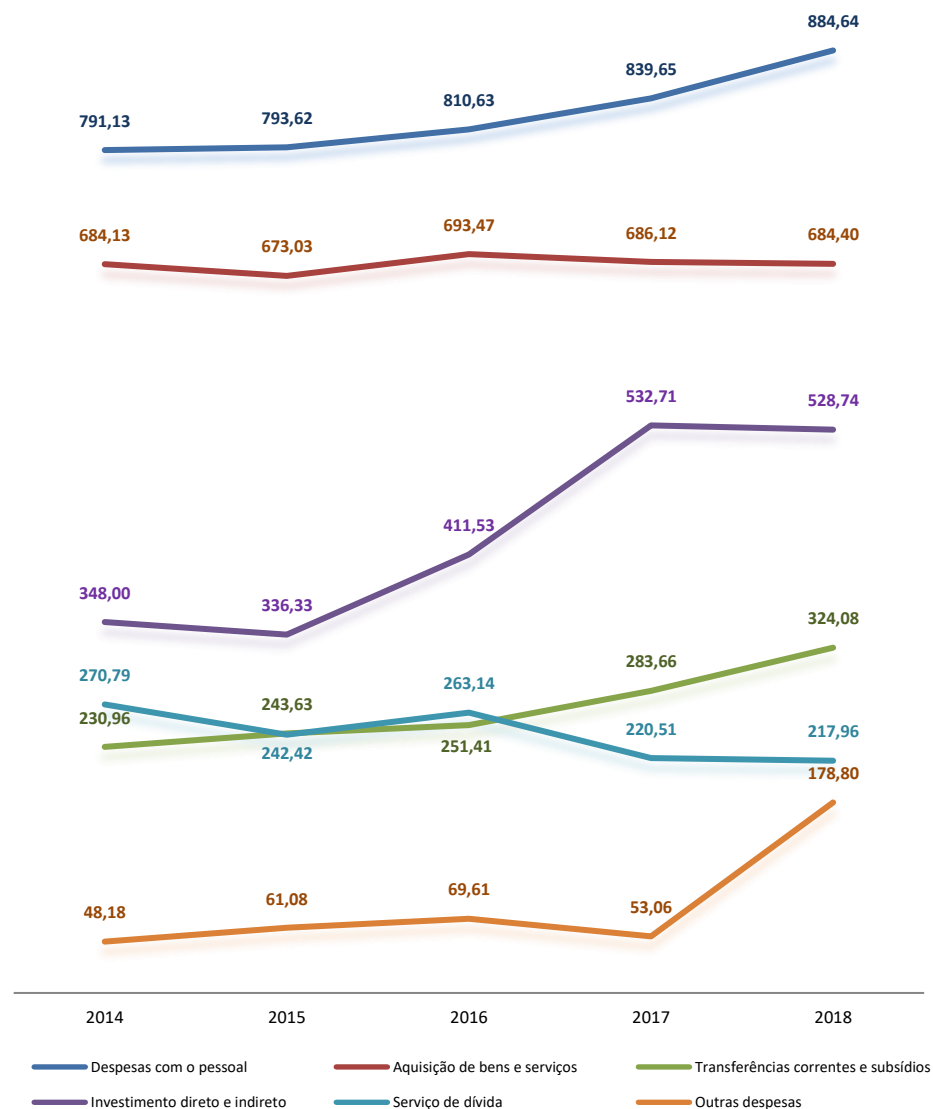
Tabela 32 – Evolução do peso da despesa municipal por grupos de despesa – 2014 a 2018

Unidade: %

Peso da despesa municipal	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
Despesas com o pessoal	33,3	33,8	32,4	32,1	31,4	-2,2	-5,9
Aquisição de bens e serviços	28,8	28,6	27,7	26,2	24,3	-7,4	-15,8
Transferências correntes e subsídios	9,7	10,4	10,1	10,8	11,5	6,0	18,1
Investimento direto e indireto	14,7	14,3	16,5	20,4	18,8	-7,9	27,9
Serviço de dívida	11,4	10,3	10,5	8,4	7,7	-8,3	-32,2
Outras despesas	2,0	2,6	2,8	2,0	6,3	212,7	212,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 37 – Evolução da despesa municipal por grupo de despesa – 2014 a 2018

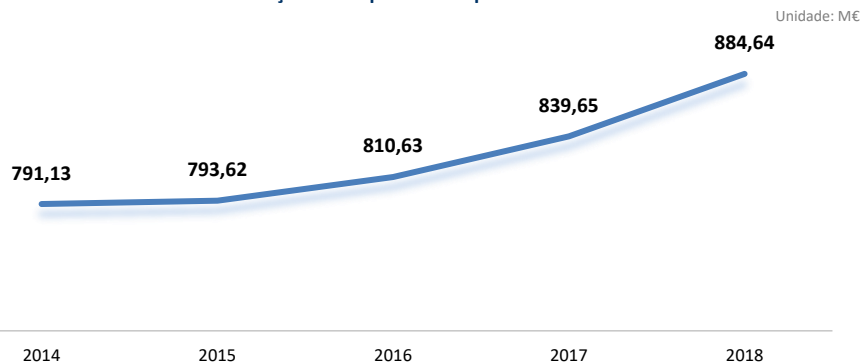


Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

2.1.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL

Entre 2014 e 2018, as despesas com o pessoal registaram uma tendência sempre crescente, aumentando 93,51 M€ (+11,8%), subindo em todas as NUTS III. O maior aumento registou-se entre 2017 e 2018, com +5,4%, justificado pelo descongelamento das progressões nas carreiras da função pública.

Gráfico 38 – Evolução da despesa com o pessoal – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 33 – Evolução da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2014 a 2018

Peso da despesa municipal	Unidade: M€					Variação (%)	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017-2018	2014-2018
	AML	613,82	617,24	636,48	660,67	693,54	5,0
Lezíria do Tejo	58,88	58,36	57,87	59,41	62,64	5,4	6,4
Médio Tejo	51,98	51,22	50,80	52,36	55,81	6,6	7,4
Oeste	66,45	66,79	65,48	67,20	72,65	8,1	9,3

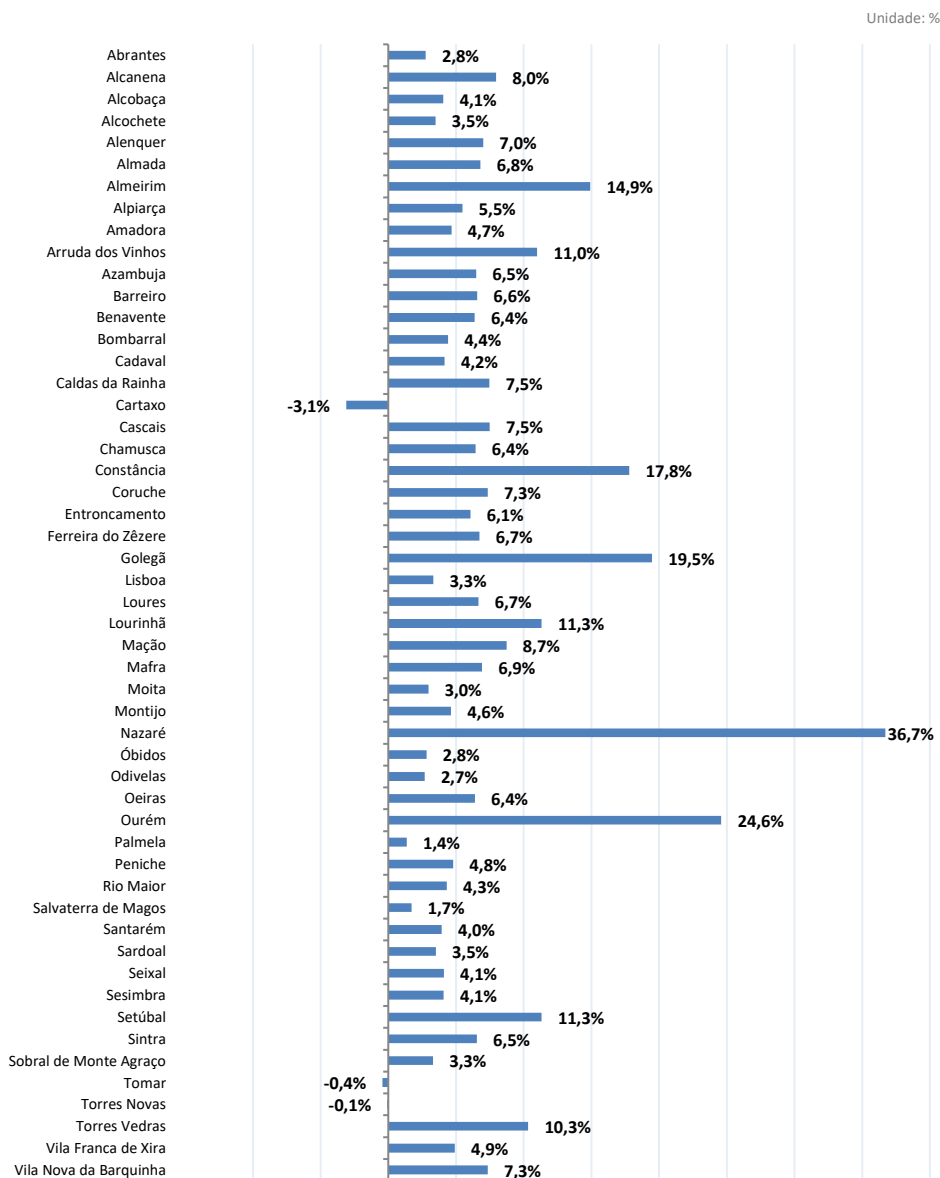
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que as despesas com o pessoal representam no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos flutuações ao longo do período em análise, sendo que o maior e o menor peso se registaram na Lezíria do Tejo – 35,2% (2015) e 27,0% (2017). Em 2018, o peso foi de 31,4% na RLVT, sendo de 33,3% em 2014.

As despesas com o pessoal, durante o período de 2014 a 2018, cresceram 11,8% na RLVT: +13% na AML, +6,4% na Lezíria do Tejo, +7,4% no Médio Tejo e +9,3% no Oeste.

Entre 2017 e 2018, 49 municípios da RLVT registaram aumentos das suas despesas com o pessoal, nomeadamente Nazaré (+36,7%) e Ourém (+24,6%), enquanto que em Cartaxo registou-se a maior descida (-3,1%), seguindo-se Tomar e Torres Novas.

Gráfico 39 – Variação da despesa com o pessoal, por município – 2017 a 2018 (%)



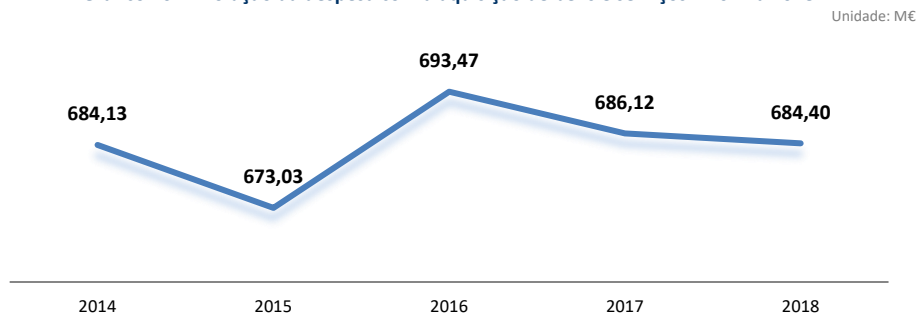
Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

2.1.3 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Entre 2014 e 2018, as despesas com a aquisição de bens e serviços registaram uma tendência irregular no conjunto da RLVT, rondando os 684 M€ em 2014 e 2018, revelando picos de gastos em 2014 e 2016 (693,47 M€), tendência muito modelada pelo conjunto de municípios da AML.

Esta dinâmica evolutiva não foi partilhada pelas restantes NUTS III, particularmente pelo Oeste que registou um aumento em 5,4% das suas despesas neste agregado, incluindo uma evolução positiva face a 2017 (+2,3%).

Gráfico 40 – Evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 34 – Evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
						AML	514,42
Lezíria do Tejo	48,47	45,29	47,26	47,41	47,49	0,2	-2,0
Médio Tejo	49,22	46,73	46,28	50,78	50,13	-1,3	1,8
Oeste	72,02	68,81	71,42	74,19	75,88	2,3	5,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

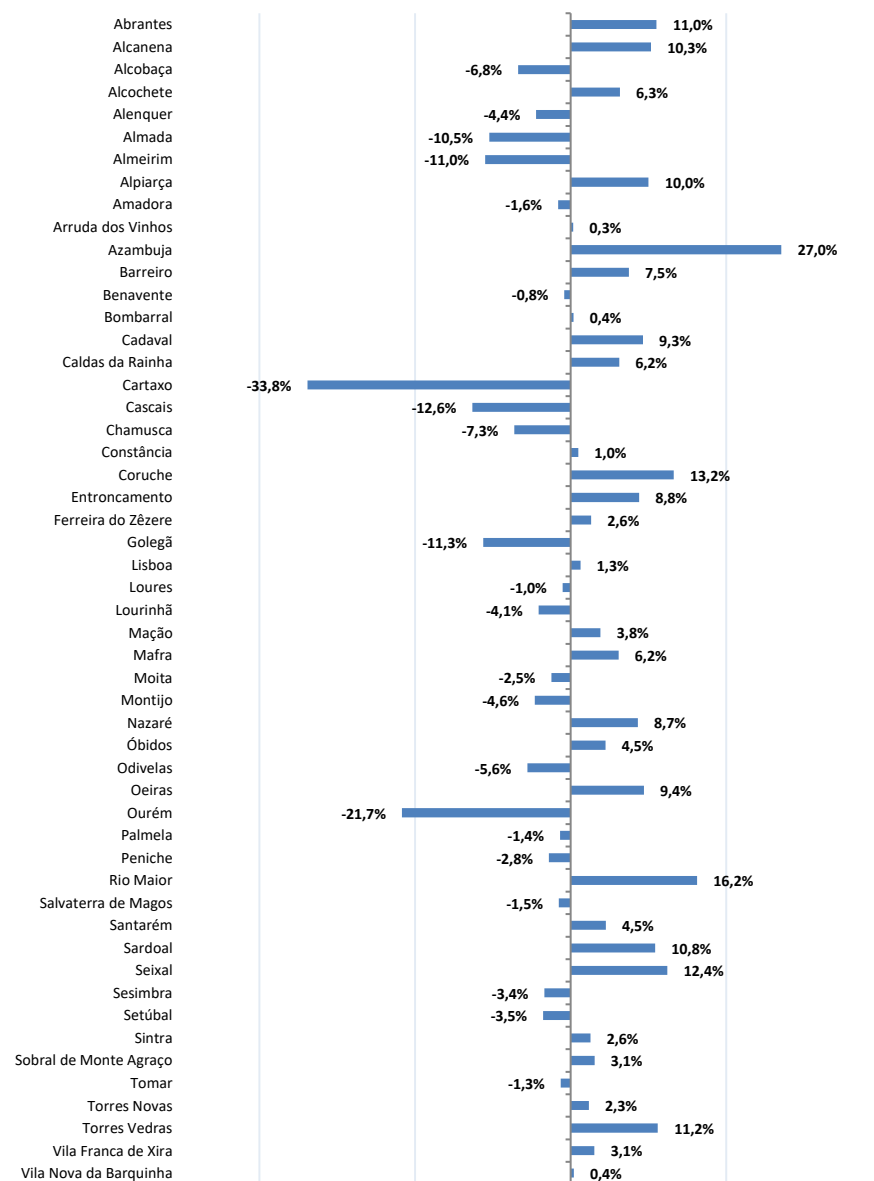
Em termos relativos, quando consideramos o peso que as despesas com a aquisição de serviços representam no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos uma descida geral ao longo do período em análise, sendo que o menor peso registou-se na Lezíria do Tejo (21,6%) em 2017 e o maior no Oeste (33%) em 2016. Em 2018 o peso foi de 24,3% na RLVT e em 2014 28,8%.

As despesas com a aquisição de serviços cresceram +1,8% no conjunto dos municípios do Médio Tejo, +5,4% no Oeste, registando uma queda em -0,7% na AML e em -2,0% na Lezíria do Tejo.

Entre 2017 e 2018, 30 municípios da RLVT registaram aumentos das suas despesas com a aquisição de bens e serviços, nomeadamente Azambuja (+27,0%) e Rio Maior (+16,2%). Os municípios de Cartaxo e de Ourém registaram as maiores descidas: -33,8% e -21,7%, respetivamente.

Gráfico 41 – Variação da despesa com a aquisição de bens e serviços, por município – 2017 a 2018 (%)

Unidade: %

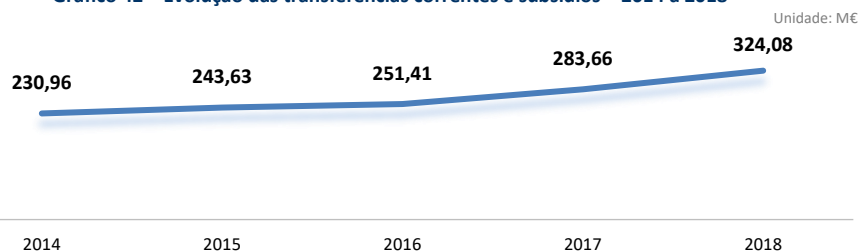


Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

2.1.4 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

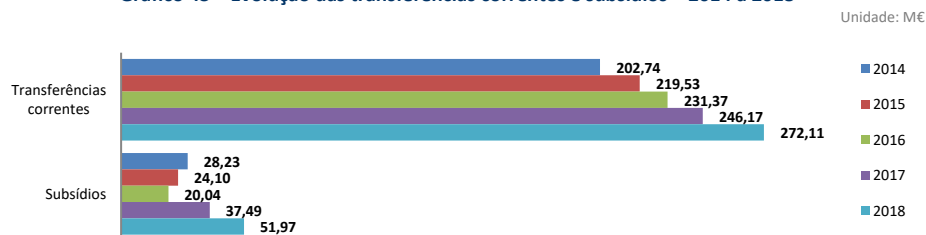
Evidencia-se um crescimento global, registando-se +93,12 M€ em 2018 face a 2014, correspondente a uma variação positiva de 40,3%, com suporte da dinâmica revelada por municípios da AML e do Oeste, apesar da queda na Lezíria do Tejo (-11,5%). Realce para o facto de o acréscimo contínuo das despesas pagas em transferências correntes não refletir a mesma tendência por parte dos subsídios, os quais diminuíram entre 2014 e 2016, para depois subirem significativamente até 2018, com registos 84,1% superiores a 2014.

Gráfico 42 – Evolução das transferências correntes e subsídios – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 43 – Evolução das transferências correntes e subsídios – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que estas despesas representam no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos flutuações ao longo do período em análise, sendo que o maior e o menor peso se registaram em 2015: 11,2% (AML) e 5,9% (Médio Tejo). Em 2018 o peso foi de 11,5% na RLVT e 9,7% em 2014. Entre 2017 e 2018, 44 municípios da RLVT registaram aumentos das suas despesas em transferências correntes e subsídios.

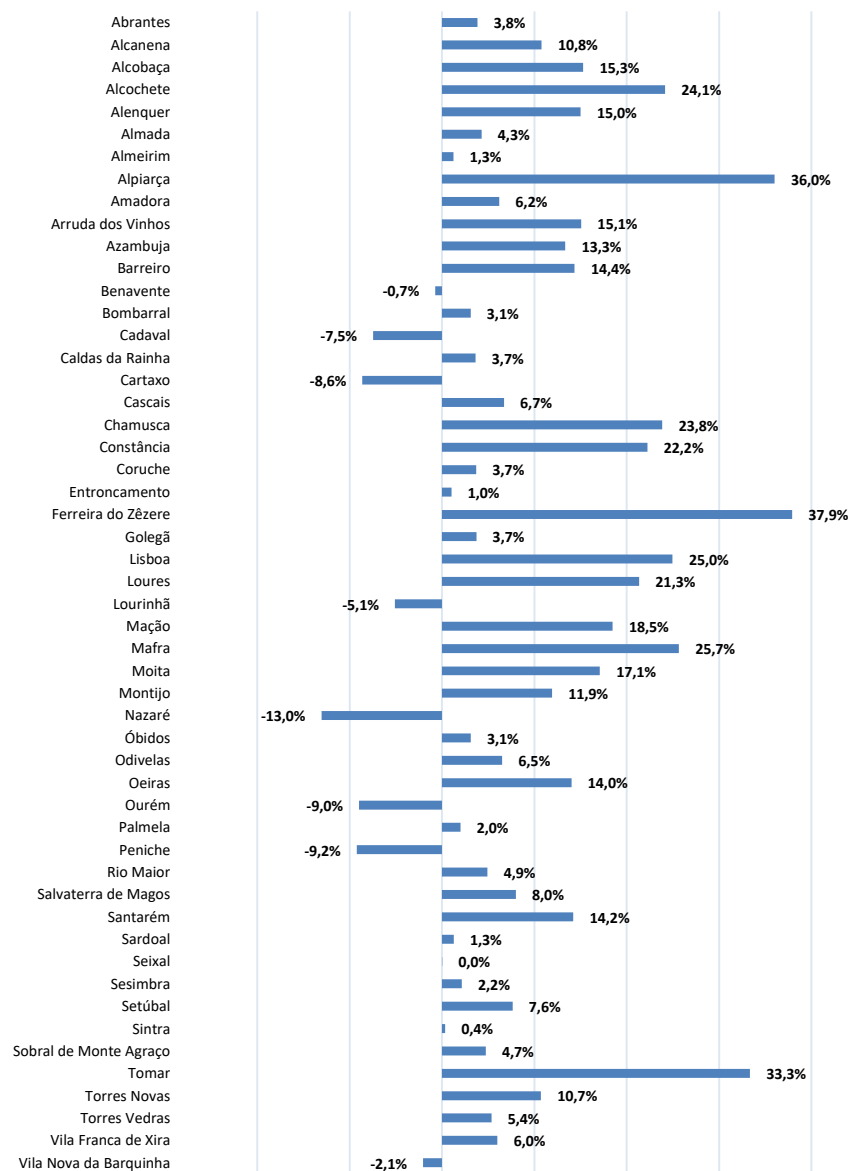
Tabela 35 – Evolução das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	182,12	198,24	203,46	235,40	273,17	16,0	50,0
Lezíria do Tejo	17,69	13,67	14,56	14,54	15,65	7,7	-11,5
Médio Tejo	11,09	10,09	11,51	11,10	11,90	7,2	7,3
Oeste	20,07	21,63	21,89	22,62	23,36	3,3	16,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 44 – Variação das transferências correntes e subsídios, por município – 2017 a 2018 (%)

Unidade: %

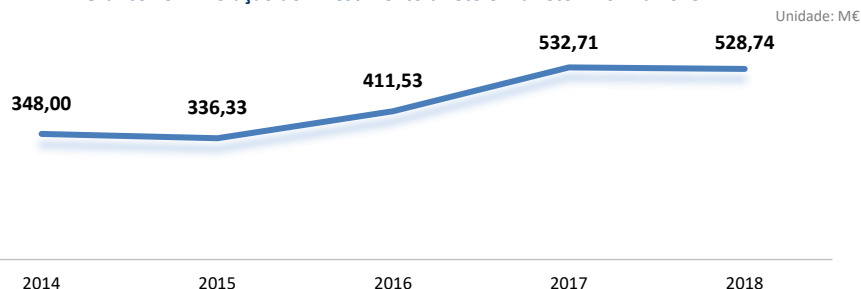


Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

2.1.5 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

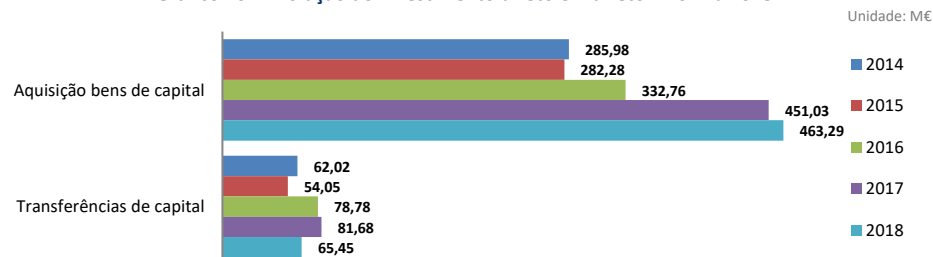
Estas despesas com o investimento direto (aquisição de bens de capital) e indireto (transferências de capital) registaram uma tendência irregular, sendo, em 2018, superior em 180,74 M€ ao valor de 2014, revelando um pico em 2017 (532,71 M€), tendência muito influenciada pela AML. Se compararmos a tendência evolutiva de 2018 face a 2017, todas as sub-regiões viram este agregado cair, à exceção da Lezíria do Tejo onde subiu +22,6%.

Gráfico 45 – Evolução do investimento direto e indireto – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 46 – Evolução do investimento direto e indireto – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

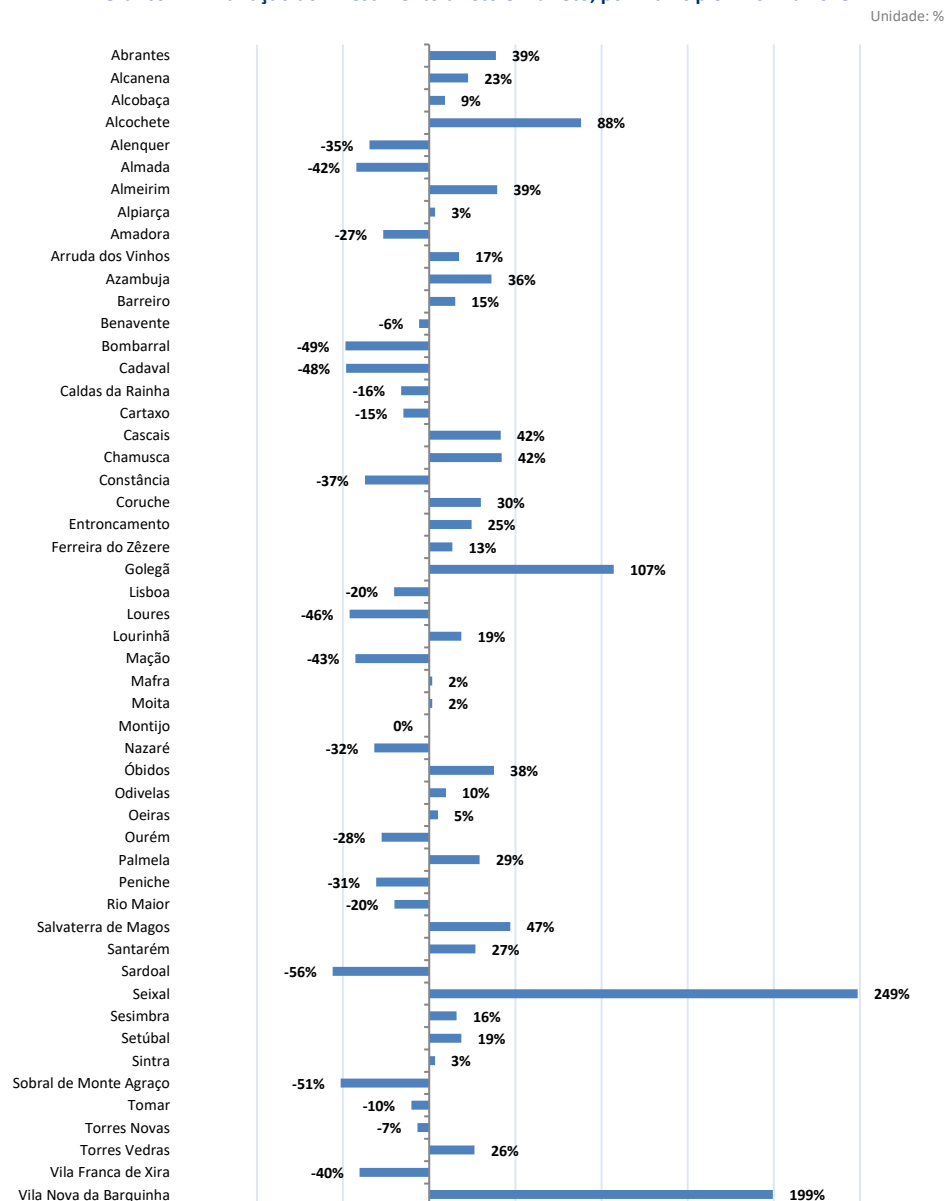
Em termos relativos, ao considerarmos o peso destas despesas no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos oscilações ao longo do período em análise, sendo que o maior peso se registou em 2015 no Oeste (22,3%) e o menor peso na Lezíria do Tejo (11,9%) em 2016. Em 2018, o peso foi de 18,8% na RLVT, e em 2014 foi de 14,7%. Entre 2017 e 2018, 30 municípios da RLVT registaram aumentos das suas despesas em investimento direto e indireto.

Tabela 36 – Evolução do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	244,73	221,10	336,49	424,55	418,51	-1,4	71,0
Lezíria do Tejo	35,93	23,91	21,54	29,06	35,63	22,6	-0,8
Médio Tejo	27,65	36,73	22,63	32,52	31,83	-2,1	15,1
Oeste	39,69	54,59	30,87	46,58	42,76	-8,2	7,7

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 47 – Variação do investimento direto e indireto, por município – 2017 a 2018



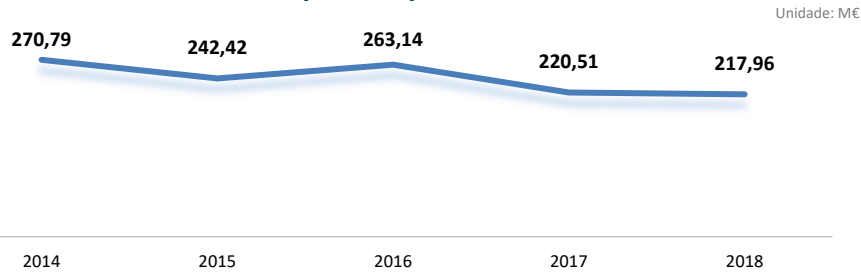
Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

2.1.6 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA

Ao nível regional, as despesas com o serviço de dívida registaram uma queda de 52,84 M€, uma redução de 19,5%, associada à redução significativa destas na AML e no Médio Tejo, apesar do aumento verificado na Lezíria do Tejo e no Oeste.

Estas despesas apresentaram valores pico em 2014 e 2016, caindo progressivamente até ao valor mais baixo do período em análise, muito devido às amortizações de empréstimos de curto prazo.

Gráfico 48 – Evolução do serviço de dívida – 2014 a 2018



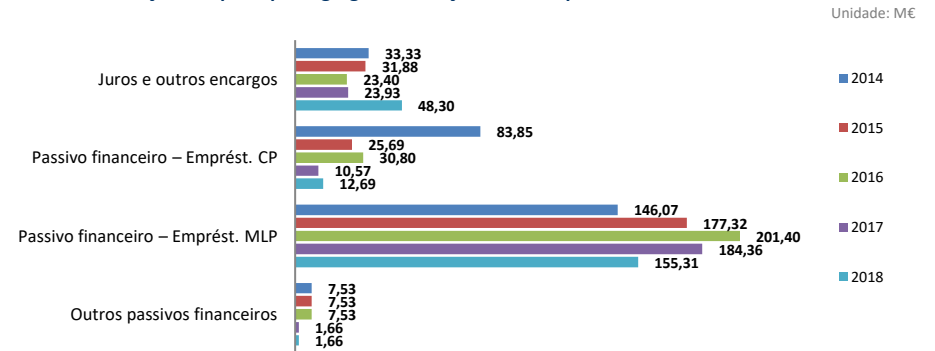
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 37 – Evolução do serviço de dívida, por natureza económica – 2014 a 2018

Serviço da dívida	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
						Juros e outros encargos	33,33
Passivo financeiro – Emprést. CP	83,85	25,69	30,80	10,57	12,69	20,1	-84,9
Passivo financeiro – Emprést. MLP	146,07	177,32	201,40	184,36	155,31	-15,8	6,3
Outros passivos financeiros	7,53	7,53	7,53	1,66	1,66	0,0	-78,0
Passivo financeiro	237,46	210,54	239,74	196,58	169,66	-13,7	-28,6
Total do serviço de dívida	270,79	242,42	263,14	220,51	217,96	-1,2	-19,5

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 49 – Evolução dos principais agregados serviço de dívida, por natureza económica – 2014 a 2018



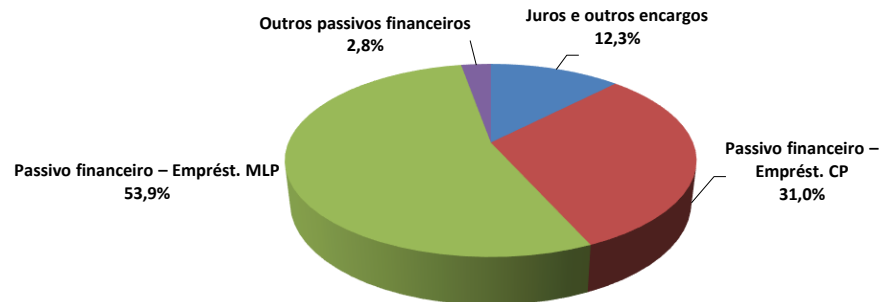
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Analisando as componentes que integram o serviço de dívida, de referir:

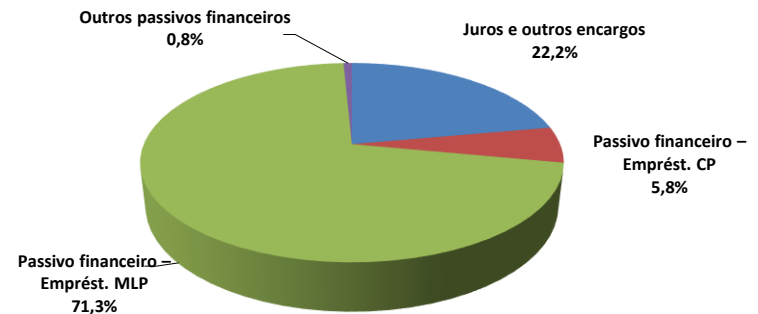
- A descida até 2016 do pagamento de juros e outros encargos financeiros, à qual se sucedeu, até 2018, um crescimento significativo (+101,8%, entre 2017 e 2018), registando-se neste ano valores superiores aos de 2014;
- Evolução contrária é evidenciada pelas despesas com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, onde, depois de uma subida até 2016 (+55,33 M€), começaram a descer até 2018, ainda assim revelando valores superiores, em 6,3%, aos de 2014;
- Evolução alternada de descidas e subidas das amortizações de empréstimos de curto prazo, numa linha de tendência decrescente, apresentando, em 2018, registos significativamente inferiores aos de 2014 (-71,16 M€).

Gráfico 50 – Evolução da estrutura de serviço de dívida – 2014 e 2018

2014



2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 e 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que esta despesa representa no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos oscilações ao longo do período em análise, sendo que o maior e o menor peso foram registados em 2017: 29,4% na Lezíria do Tejo e 5,6% na AML. Em 2018 o peso foi de 7,7% na RLVT e em 2014 foi de 11,4%.

As despesas com o serviço de dívida, durante o período de 2017 a 2018, cresceram +25,4% no conjunto dos municípios da AML e +25,5% no Oeste, registando-se uma queda em -44,6% na Lezíria do Tejo e em -27,9% no Médio Tejo.

Tabela 38 – Evolução do serviço de dívida, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2017-2018	2014-2018
AML	211,23	172,81	188,55	112,01	140,46	25,4	-33,5
Lezíria do Tejo	19,57	20,49	36,82	64,75	35,88	-44,6	83,3
Médio Tejo	20,73	24,28	18,20	24,91	17,97	-27,9	-13,3
Oeste	19,26	24,85	19,57	18,84	23,65	25,5	22,8

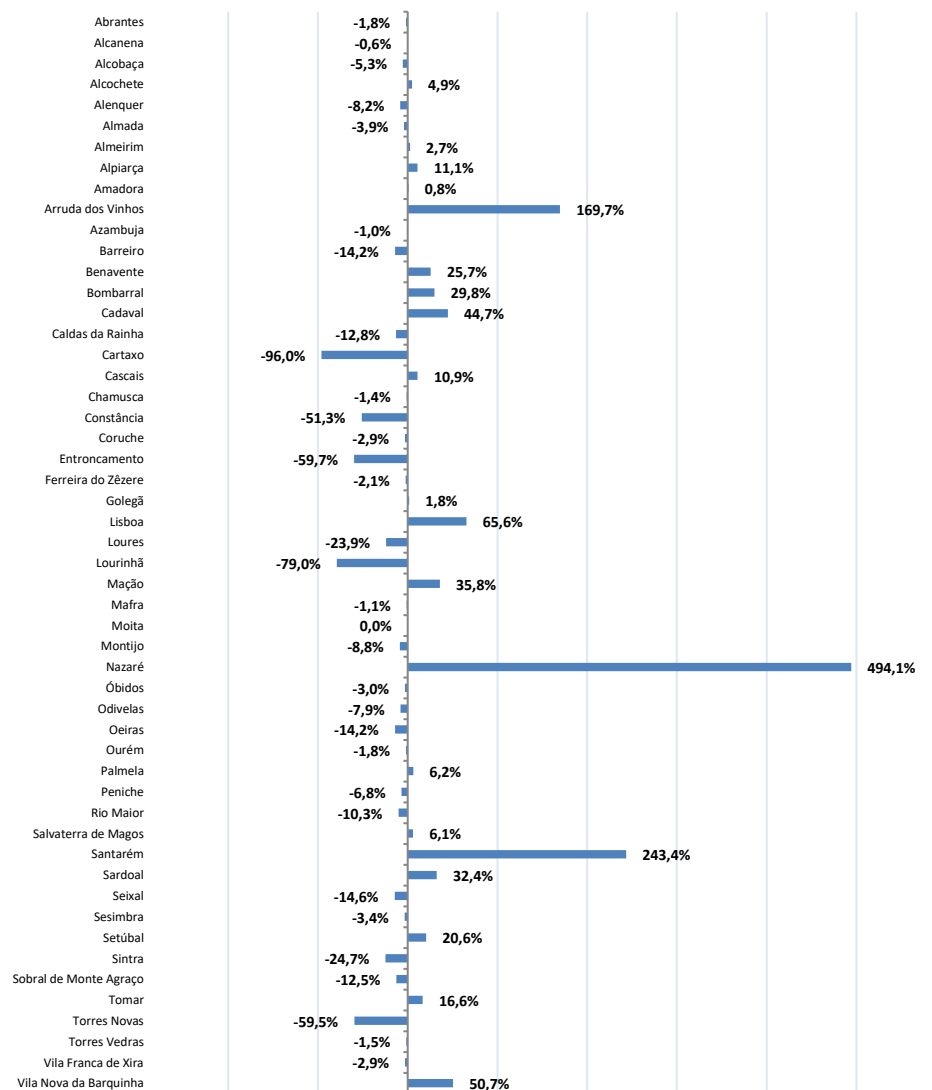
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

No mesmo período, 32 municípios da RLVT registaram diminuições no seu serviço de dívida, com destaque para Cartaxo, Lourinhã, Entroncamento, Torres Novas e Constância.

Os municípios de Nazaré⁴², Santarém⁴³ e Arruda dos Vinhos⁴⁴ viram aumentar significativamente as suas despesas com o serviço de dívida significativamente superiores, entre 2017 e 2018.

Gráfico 51 – Variação do serviço de dívida, por município – 2017 a 2018

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2018 dos municípios da RLVT.

⁴² EMPRÉSTIMO FAM.

⁴³ EMPRÉSTIMO DE OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA.

⁴⁴ EMPRÉSTIMO DE OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA.

2.2 ANÁLISE DA DESPESA MUNICIPAL – 2018

2.2.1 DESPESA TOTAL

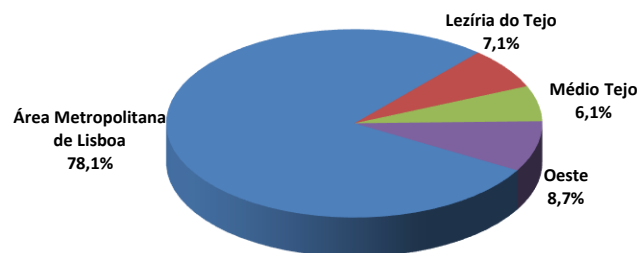
As despesas municipais na RLVT ascenderam aos 2.818,62 M€, sendo que mais de ¾ (78,1%) foram cobradas pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

A grande amplitude revela a heterogeneidade de situações na gestão municipal:

- O valor de despesas pagas por Lisboa representa 30,8% do valor total de despesas municipais da RLVT, seguindo-se Cascais, equivalente a cerca de 22,1% das despesas pagas em Lisboa, 6,8% das despesas totais da RLVT, valores muito díspares do valor mais baixo registado em Constância;
- A amplitude das despesas municipais foi muito significativa, diferença entre o maior e menor registo rondando os 861 M€;
- Apenas 5 municípios – Lisboa, Cascais, Sintra, Seixal e Oeiras, correspondentes a 10% dos municípios da região, concentram 51,4% do total de despesas municipais, sendo que 34 municípios, correspondentes a 65% dos municípios da RLVT, concentram apenas 20%.

O valor médio de despesas por município foi de 54,20 M€, sendo que a média das despesas dos municípios da AML (122,31 M€) se apresentou bem acima dos valores das restantes NUTS III, ou seja, 18,18 M€ na Lezíria do Tejo, 15,66 M€ no Médio Tejo e 20,39 M€ no Oeste.

Gráfico 52 – Despesa total dos municípios da RLVT, por NUTS III – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT

Analisando a despesa total em função da população residente em cada município⁴⁵, conclui-se da menor heterogeneidade de situações na gestão municipal, constatando-se que na RLVT a despesa *per capita* ascendeu aos 771,11 €/hab, apresentando-se, como valores extremos, a despesa *per capita* de Sintra (362,79 €/hab) e de Sardoal (1.871,72 €/hab), com uma amplitude de valores de 1.508,93 €/hab.

⁴⁵ FONTE: INE - POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (NUTS - 2013), ANUAL - INE, ESTIMATIVAS ANUAIS DA POPULAÇÃO RESIDENTE. ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DESTES DADOS: 14 DE JUNHO DE 2019. VER [HTTP://WWW.INE.PT](http://www.ine.pt)

Tabela 39 – Composição da despesa municipal, por NUTS III – 2018

Despesa municipal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	693,54	62,64	55,81	72,65	884,64
Aquisição de bens e serviços correntes	510,90	47,49	50,13	75,88	684,40
Juros e outros encargos	42,04	2,90	1,15	2,21	48,30
Transferências correntes	223,70	14,65	11,54	22,22	272,11
Subsídios	49,47	1,00	0,35	1,14	51,97
Outras despesas correntes	82,91	1,85	3,20	4,86	92,82
Aquisição bens de capital	366,65	32,67	28,73	35,25	463,29
Transferências de capital	51,87	2,96	3,10	7,51	65,45
Ativos financeiros	11,95	0,82	0,84	1,11	14,71
Passivos financeiros	98,42	32,97	16,82	21,44	169,66
Outras despesas de capital	70,23	0,03	0,57	0,44	71,27
Despesa total	2.201,66	199,99	172,24	244,72	2.818,62

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

A tabela seguinte evidencia um maior equilíbrio no conjunto das despesas municipais *per capita*, entre as diferentes NUTS III, variando entre os 685,91 €/hab no Oeste e os 842,70 €/hab na Lezíria do Tejo.

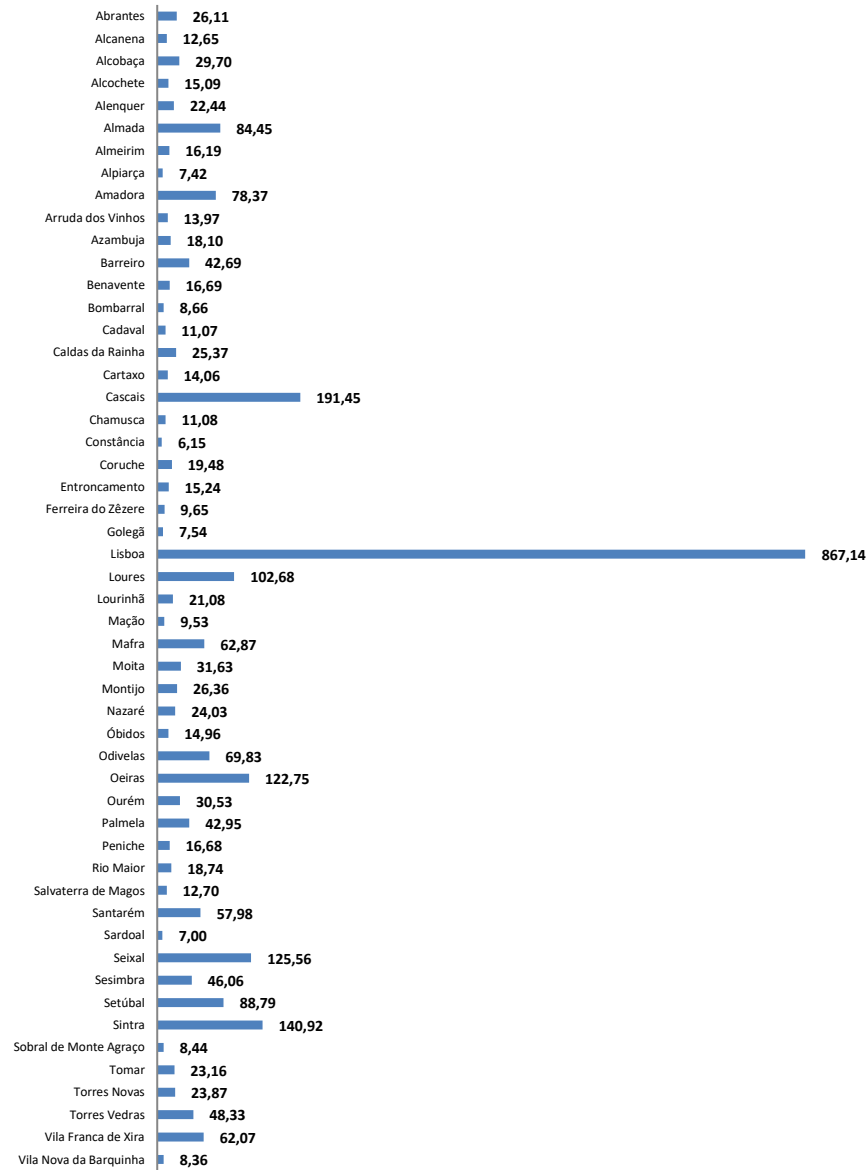
Tabela 40 – Composição da despesa municipal *per capita*, por NUTS III – 2018

Despesa municipal <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	243,66	263,96	259,77	203,63	242,02
Aquisição de bens e serviços correntes	179,49	200,13	233,31	212,68	187,24
Juros e outros encargos	14,77	12,24	5,34	6,19	13,21
Transferências correntes	78,59	61,74	53,73	62,28	74,44
Subsídios	17,38	4,21	1,64	3,20	14,22
Outras despesas correntes	29,13	7,79	14,90	13,63	25,39
Aquisição bens de capital	128,81	137,66	133,74	98,79	126,75
Transferências de capital	18,22	12,49	14,43	21,06	17,90
Ativos financeiros	4,20	3,44	3,90	3,12	4,03
Passivos financeiros	34,58	138,94	78,30	60,09	46,41
Outras despesas de capital	24,67	0,11	2,63	1,24	19,50
Despesa total <i>per capita</i>	773,51	842,70	801,70	685,91	771,11

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 53 – Despesa total por município RLVT – 2018

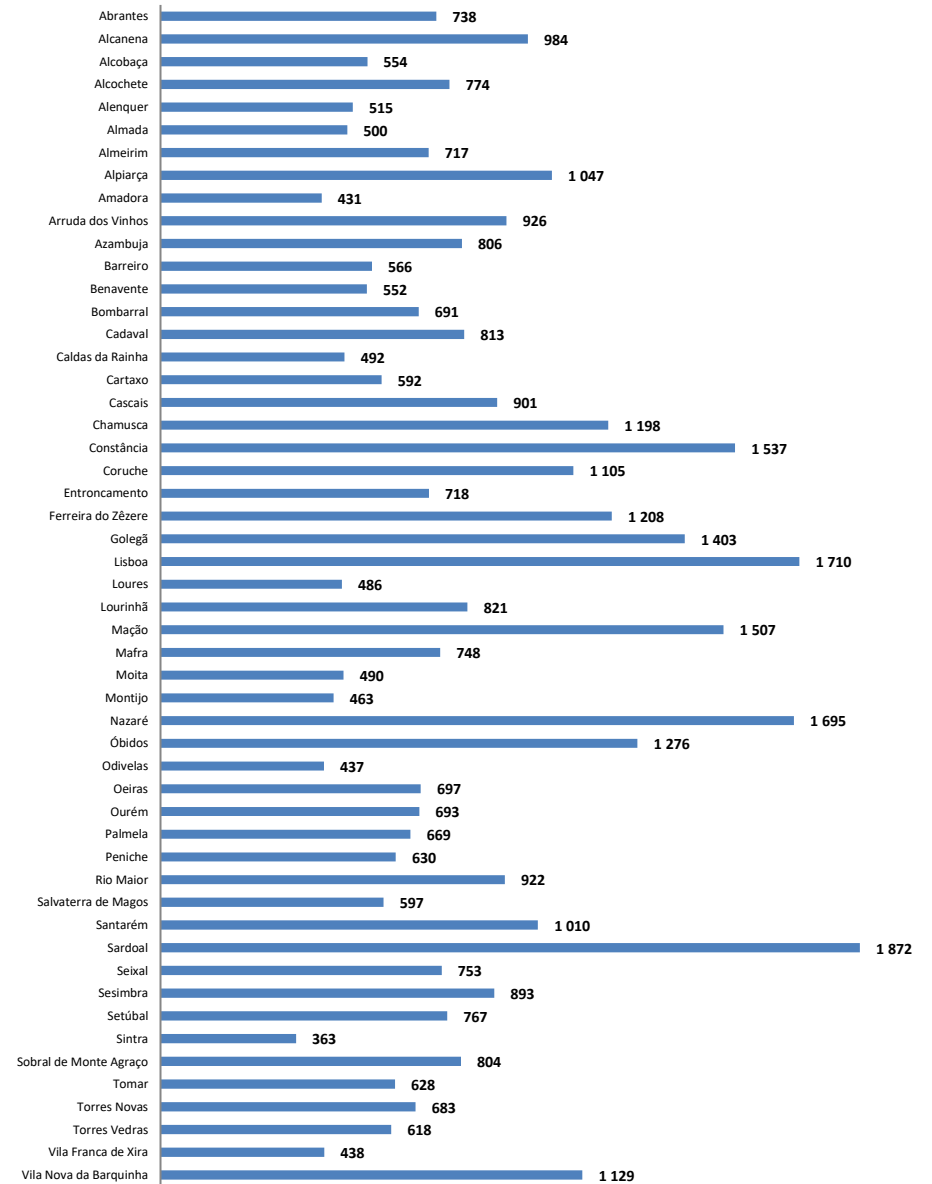
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 54 – Despesa total per capita por município RLVT – 2018

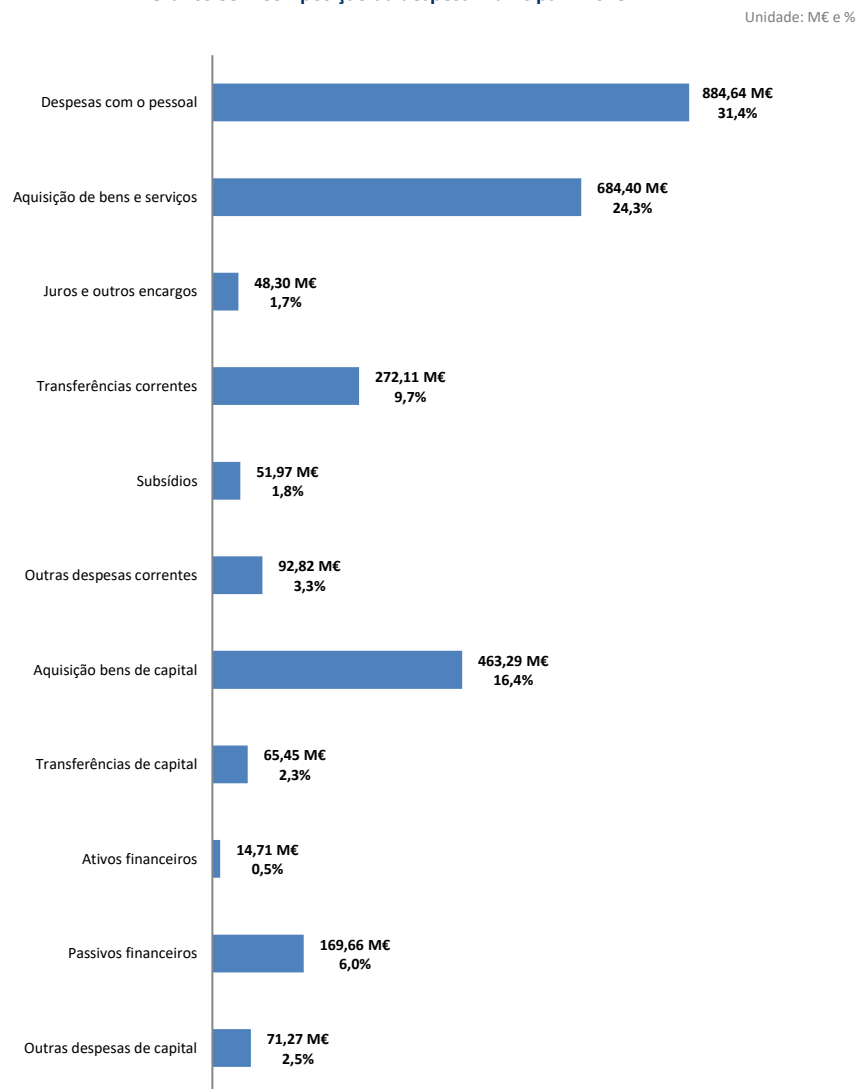
Unidade: €/hab.



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Os principais destinos da despesa municipal ocorreram com o pagamento de despesas com o pessoal (31,4%), aquisição de bens e serviços (24,3%), aquisição de bens de capital (16,4%), transferências correntes (9,7%) e passivos financeiros (6,0%).

Gráfico 55 – Composição da despesa municipal – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Cada sub-região apresentou situações distintas nas principais fontes de financiamento:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo as despesas com maior peso do total das despesas foram as que resultaram de pagamentos com as despesas de pessoal, tendo particular influência nos seguintes municípios: Montijo (52,8%) e Moita (45,6%), na AML; Cartaxo (43,0%) e Benavente (41,4%) da Lezíria do Tejo e Sardoal (43,4%) no Médio Tejo;
- Já no Oeste as despesas com a aquisição de bens e serviços evidenciaram o maior peso nas despesas, destacando-se o Município de Sobral de Monte Agraço e o de Bombarral, onde o valor da aquisição de bens e serviços atingiu os 43,9% e os 40,1%, respetivamente;
- A terceira maior aplicação de despesas foi, em todas as sub-regiões à exceção da Lezíria do Tejo, para a aquisição de bens de capital, destacando-se os municípios de Seixal (35,5%), NUTS III da AML, Abrantes (28,4%) da NUTS III do Médio Tejo e Alcobaça (21,3%) da NUTS III do Oeste;
- Na Lezíria do Tejo, o terceiro maior agregado de despesas incidiu sobre o pagamento de amortizações de empréstimos de curto e de médio prazo, destacando-se os municípios de Santarém e de Alpiarça em que 42,1% e 26,4% das suas despesas totais, respetivamente, foram para amortizações de dívida.

Tabela 41 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2018

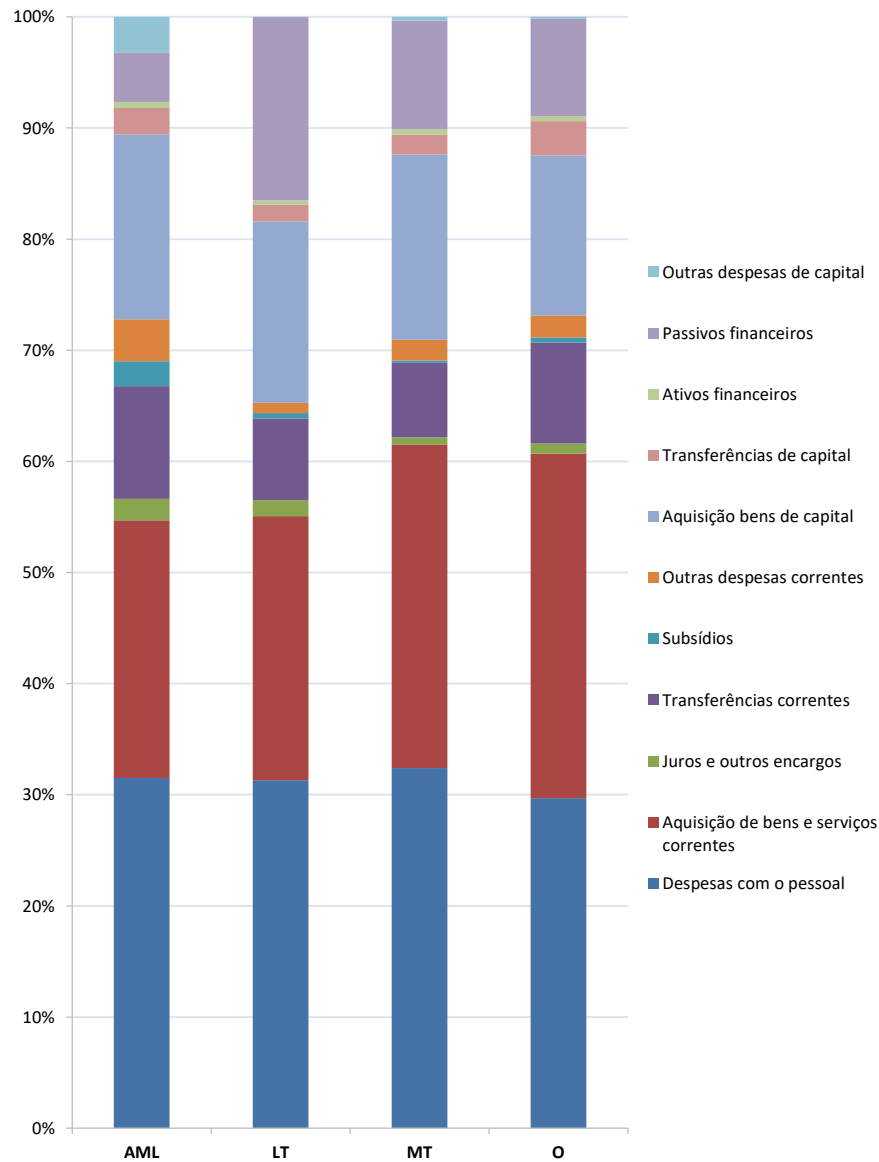
Unidade: %

Peso da despesa municipal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	31,5	31,3	32,4	29,7	31,4
Aquisição de bens e serviços	23,2	23,7	29,1	31,0	24,3
Juros e outros encargos	1,9	1,5	0,7	0,9	1,7
Transferências correntes	10,2	7,3	6,7	9,1	9,7
Subsídios	2,2	0,5	0,2	0,5	1,8
Outras despesas correntes	3,8	0,9	1,9	2,0	3,3
Aquisição bens de capital	16,7	16,3	16,7	14,4	16,4
Transferências de capital	2,4	1,5	1,8	3,1	2,3
Ativos financeiros	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5
Passivos financeiros	4,5	16,5	9,8	8,8	6,0
Outras despesas de capital	3,2	0,0	0,3	0,2	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 56 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2018

Unidade: %



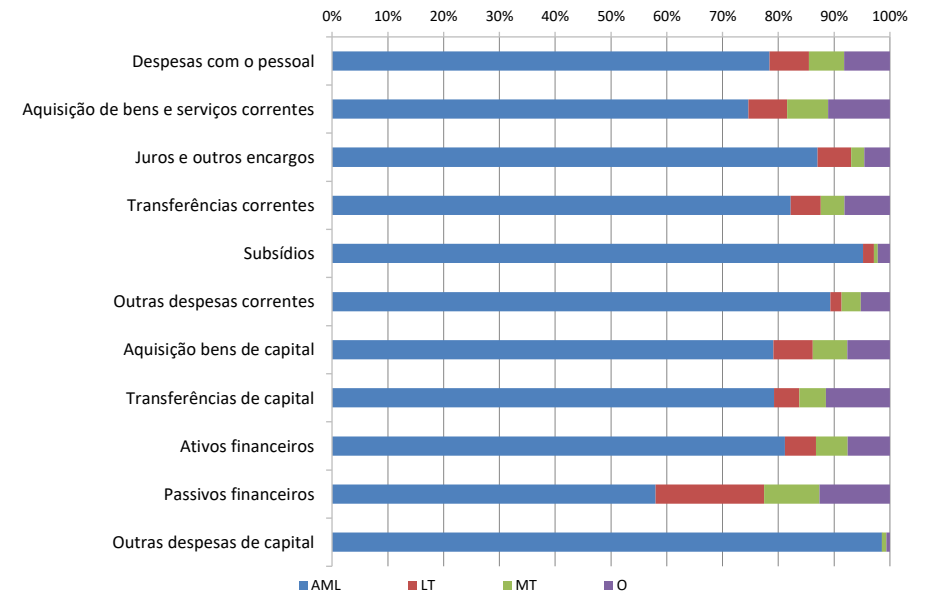
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Analisando os diferentes agregados que compõem as despesas municipais voltamos a constatar a preponderância das cobranças registada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Realce também para o volume de passivos financeiros registados no conjunto dos municípios da Lezíria do Tejo.

Gráfico 57 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2018

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

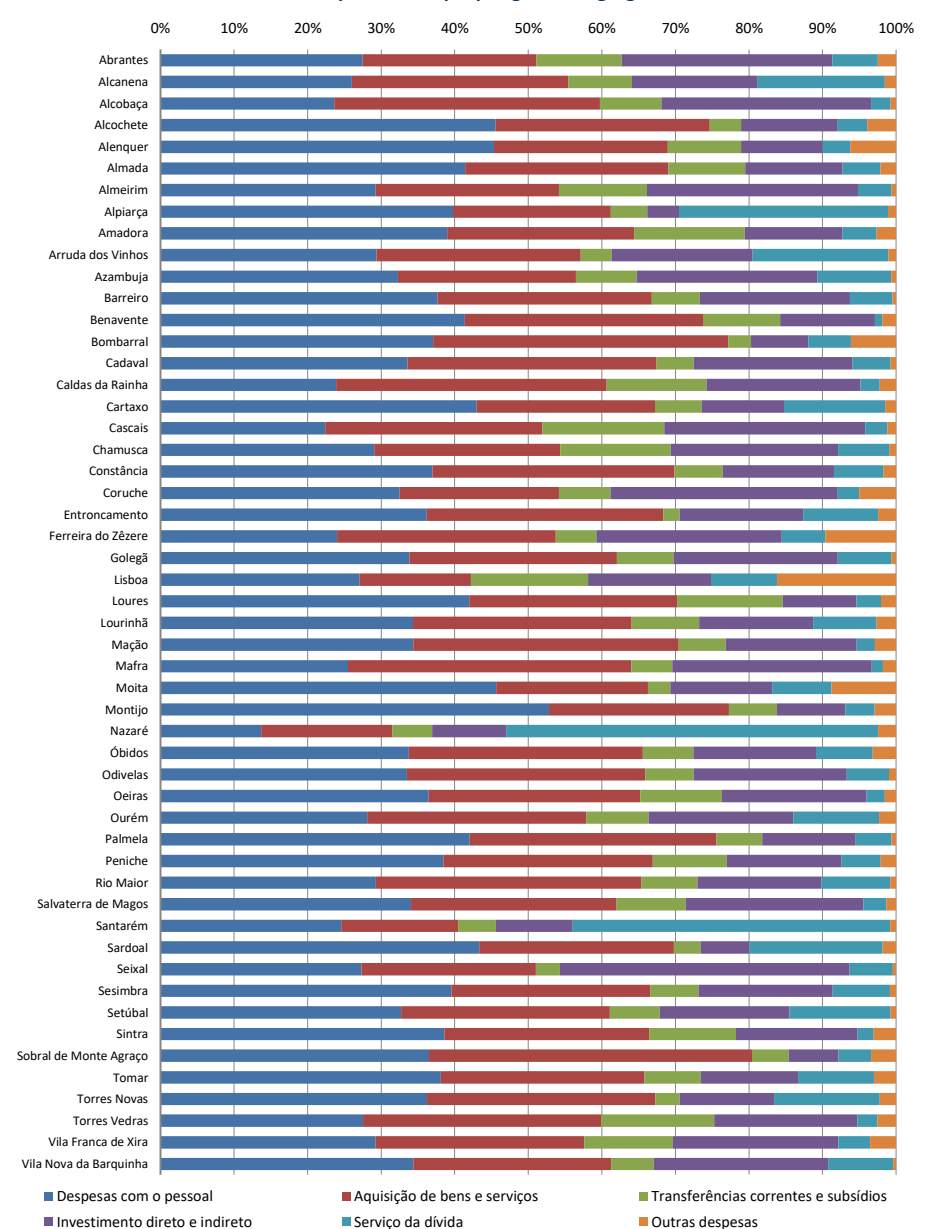
A tabela seguinte evidencia heterogeneidade no montante e composição das despesas municipais por grandes agregados, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

Tabela 42 – Despesa municipal por grandes agregados – 2018

Unidade: M€

Municípios	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Transferências correntes e subsídios	Investimento direto e indireto	Serviço da dívida	Outras despesas	Despesa total
Abrantes	7,17	6,16	3,03	7,49	1,61	0,65	26,11
Alcanena	3,29	3,72	1,10	2,15	2,20	0,19	12,65
Alcobaça	7,02	10,73	2,47	8,47	0,79	0,22	29,70
Alcochete	6,87	4,39	0,64	1,99	0,61	0,59	15,09
Alenquer	10,17	5,31	2,23	2,49	0,83	1,40	22,44
Almada	34,97	23,36	8,83	11,16	4,33	1,81	84,45
Almeirim	4,73	4,04	1,94	4,65	0,74	0,10	16,19
Alpiarça	2,95	1,59	0,37	0,32	2,11	0,08	7,42
Amadora	30,56	19,90	11,78	10,39	3,66	2,09	78,37
Arruda dos Vinhos	4,10	3,88	0,59	2,67	2,58	0,14	13,97
Azambuja	5,84	4,38	1,50	4,45	1,82	0,12	18,10
Barreiro	16,08	12,43	2,79	8,71	2,47	0,21	42,69
Benavente	6,90	5,40	1,75	2,15	0,17	0,31	16,69
Bombarral	3,21	3,47	0,27	0,67	0,50	0,53	8,66
Cadaval	3,72	3,75	0,56	2,39	0,58	0,08	11,07
Caldas da Rainha	6,06	9,33	3,44	5,31	0,66	0,57	25,37
Cartaxo	6,04	3,41	0,90	1,57	1,93	0,21	14,06
Cascais	42,86	56,52	31,73	52,30	5,81	2,23	191,45
Chamusca	3,22	2,80	1,66	2,52	0,78	0,09	11,08
Constância	2,28	2,02	0,41	0,93	0,42	0,11	6,15
Coruche	6,33	4,23	1,37	6,01	0,57	0,97	19,48
Entroncamento	5,51	4,90	0,34	2,56	1,55	0,37	15,24
Ferreira Zêzere	2,32	2,87	0,54	2,43	0,57	0,93	9,65
Golegã	2,55	2,13	0,58	1,69	0,55	0,05	7,54
Lisboa	234,44	131,45	138,31	144,89	77,55	140,50	867,14
Loures	43,09	29,04	14,74	10,24	3,44	2,11	102,68
Lourinhã	7,24	6,26	1,94	3,27	1,82	0,56	21,08
Mação	3,28	3,44	0,61	1,69	0,24	0,27	9,53
Mafra	16,03	24,22	3,49	17,05	0,95	1,13	62,87
Moita	14,43	6,53	0,96	4,37	2,55	2,78	31,63
Montijo	13,93	6,45	1,72	2,45	1,05	0,76	26,36
Nazaré	3,29	4,29	1,30	2,41	12,15	0,59	24,03
Óbidos	5,05	4,76	1,03	2,49	1,15	0,47	14,96
Odivelas	23,40	22,62	4,59	14,53	4,02	0,67	69,83
Oeiras	44,76	35,28	13,65	24,14	3,07	1,85	122,75
Ourém	8,58	9,09	2,59	6,00	3,57	0,70	30,53
Palmela	18,05	14,40	2,67	5,46	2,09	0,27	42,95
Peniche	6,41	4,75	1,67	2,60	0,89	0,35	16,68
Rio Maior	5,49	6,77	1,43	3,15	1,75	0,15	18,74
Salvaterra de Magos	4,33	3,55	1,19	3,07	0,40	0,17	12,70
Santarém	14,26	9,20	2,97	6,06	25,05	0,45	57,98
Sardoal	3,03	1,85	0,25	0,47	1,27	0,13	7,00
Seixal	34,30	29,77	4,12	49,45	7,33	0,57	125,56
Sesimbra	18,22	12,46	3,00	8,41	3,58	0,39	46,06
Setúbal	29,04	25,21	6,03	15,65	12,22	0,64	88,79
Sintra	54,36	39,25	16,62	23,35	3,06	4,29	140,92
Sobral Monte Agraço	3,08	3,70	0,42	0,57	0,38	0,29	8,44
Tomar	8,83	6,41	1,77	3,07	2,38	0,70	23,16
Torres Novas	8,65	7,41	0,79	3,07	3,43	0,53	23,87
Torres Vedras	13,30	15,64	7,44	9,40	1,32	1,22	48,33
Vila Franca de Xira	18,14	17,61	7,48	13,99	2,68	2,18	62,07
Vila Nova Barquinha	2,87	2,25	0,48	1,98	0,74	0,03	8,36
Despesa total	884,64	684,40	324,08	528,74	217,96	178,80	2.818,62

Gráfico 58 – Despesa municipal por grandes agregados – 2018



2.2.2 DESPESA COM O PESSOAL

A despesa com o pessoal rondou os **884,64 M€**, quase um terço das despesas municipais totais (31,4%), sendo que a maior parte, **693,54 M€ (78,4%)** foi paga pelos municípios da AML (em especial Lisboa onde foram gastos mais de ¼ da despesa regional), seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 8,2% do total de despesas com o pessoal, Lezíria do Tejo (7,1%) e Médio Tejo (6,3%).

Em termos *per capita*, constata-se que cada habitante da AML pagou, no ano de 2018, **243,66 €** de despesas com o pessoal, sendo esse rácio de **263,96 €** para a Lezíria do Tejo, **259,77 €** por habitante do Médio Tejo e **203,63 €** por habitante da sub-região do Oeste.

Tabela 43 – Despesa com o pessoal, por NUTS III – 2018

Despesa com o pessoal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesa com o pessoal (M€)	693,54	62,64	55,81	72,65	884,64
Despesa com o pessoal <i>per capita</i> (€/hab)	243,66	263,96	259,77	203,63	242,02
Peso da despesa com o pessoal (%)	31,5	31,3	32,4	29,7	31,4

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

2.2.3 DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A despesa com a aquisição de bens e serviços nos municípios da RLVT rondou os **684,40 M€**, quase ¼ das despesas municipais totais (24,3%), sendo que a maior parte, **510,90 M€ (74,6%)** foi paga pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa gastou o correspondente a quase 20% da despesa regional), seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 11,1% do total de despesas com a aquisição de bens e serviços, Médio Tejo (7,3%) e Lezíria do Tejo (6,9%).

Em termos *per capita*, constata-se que cada habitante da AML pagou, no ano de 2018, **179,49 €** de despesas com a aquisição de bens e serviços, sendo esse rácio de **200,13 €** para a Lezíria do Tejo, **233,31 €** por habitante do Médio Tejo e **212,68 €** por habitante da sub-região do Oeste.

Tabela 44 – Despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2018

Despesa com a aquisição de bens e serviços	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição de bens e serviços (M€)	510,90	47,49	50,13	75,88	684,40
Aquisição de bens e serviços <i>per capita</i> (€/hab)	179,49	200,13	233,31	212,68	187,24
Peso da aquisição de bens e serviços (%)	23,2	23,7	29,1	31,0	24,3

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

As despesas com o pessoal representaram mais de 40% das respetivas despesas em dez municípios: Montijo, Moita, Alcochete, Alenquer, Sardoal, Cartaxo, Palmela, Loures, Almada e Benavente.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto no Montijo 52,8% das suas despesas foram gastas com o pessoal, em Cascais 22,4% da despesa total foi aplicada neste agregado;
- Na Lezíria do Tejo, 43,0% das despesas no Cartaxo foram para pessoal, sendo que em Santarém 24,6% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Sardoal (43,4%) e o menor em Ferreira do Zêzere (24,0%);
- No Oeste, 45,3% das despesas no município de Alenquer foram para proceder a pagamentos de despesas com o pessoal, enquanto na Nazaré esse peso foi de 13,7%.

A despesa com a aquisição de bens e serviços representou mais de 35% das respetivas despesas em sete municípios: Sobral de Monte Agraço, Bombarral, Mafra, Caldas da Rainha, Alcobaça, Rio Maior e Mação.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto em Mafra, 38,5% das suas despesas foram gastas com a aquisição de bens e serviços, em Lisboa 15,2% da despesa total foi aplicada neste agregado;
- Na Lezíria do Tejo, 36,1% das despesas em Rio Maior foram para aquisição de bens e serviços, sendo que em Santarém 15,9% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Mação (36,1%) e o menor em Abrantes (23,6%);
- No Oeste, 43,9% das despesas no município de Sobral de Monte Agraço foram para proceder a pagamentos de despesas com a aquisição de bens e serviços, enquanto na Nazaré esse peso foi de 17,8%.

2.2.4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

A despesa com o agregado transferências correntes e subsídios atribuídos a outras entidades nos municípios da RLVT rondou os 324,08 M€, 11,5% das despesas municipais totais, sendo que a maior parte, 273,17 M€ (84,3%) foi paga pelos municípios da AML (Lisboa⁴⁶ o correspondente a 43% da despesa regional), seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 7,2% do total de despesas em transferências correntes e subsídios, Lezíria do Tejo (4,8%) e Médio Tejo (3,7%).

Em termos *per capita*, constata-se que cada habitante da AML pagou, no ano de 2018, 95,97 € de despesas com transferências correntes e subsídios, sendo esse rácio de 65,95 € para a Lezíria do Tejo, 55,37 € por habitante do Médio Tejo e 65,48 € por habitante da sub-região do Oeste.

Tabela 45 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2018

Transferências correntes e subsídios	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Transferências correntes	223,70	14,65	11,54	22,22	272,11
Subsídios	49,47	1,00	0,35	1,14	51,97
Total	273,17	15,65	11,90	23,36	324,08

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 46 – Estrutura das transferências *per capita*, por NUTS III – 2018

Transferências correntes e subsídios <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Transferências correntes	78,59	61,74	53,73	62,28	74,44
Subsídios	17,38	4,21	1,64	3,20	14,22
Total	95,97	65,95	55,37	65,48	88,66

Unidade: €/habitante

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 47 – Peso das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2018

Peso das transferências correntes e subsídios	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Transferências correntes	10,2	7,3	6,7	9,1	9,7
Subsídios	2,2	0,5	0,2	0,5	1,8
Total	12,4	7,8	6,9	9,5	11,5

Unidade: %

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

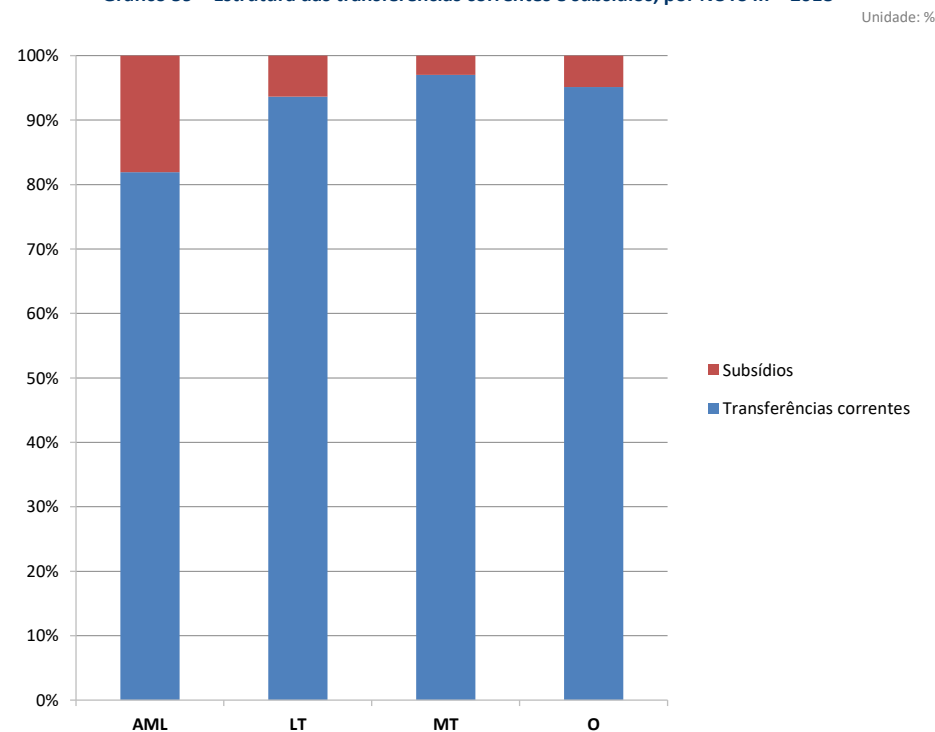
Em média o peso das despesas com as transferências correntes atribuídas a outras entidades é cerca de 9 vezes superior ao de subsídios, sendo que AML é 5 vezes superior.

A despesa com transferências correntes e subsídios representou mais de 15% das respetivas despesas em cinco municípios: Cascais, Lisboa, Torres Vedras, Amadora e Chamusca.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto em Cascais 16,6% das suas despesas foram gastas com as transferências correntes e subsídios, na Moita 3,0% da despesa total foi aplicada neste agregado;
- Na Lezíria do Tejo, 15,0% das despesas na Chamusca foram para transferências correntes e subsídios, sendo que em Alpiarça 5,0% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Abrantes (11,6%) e o menor no Entroncamento (2,2%);
- No Oeste, 15,4% das despesas no município de Torres Vedras foram para proceder a pagamentos de transferências correntes e subsídios a outras entidades, enquanto no Bombarral esse peso foi de 3,1%.

Gráfico 59 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

⁴⁶ A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE LISBOA (LEI N.º 56/2012) QUE DEFINE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS DETERMINOU TAMBÉM A TRANSFERÊNCIA DE RECEITAS PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS. EM 2018 FOI DE 71 300 982€.

2.2.5 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

A despesa com o agregado aquisição de bens de capital (investimento direto) e com as transferências de capital atribuídas a outras entidades (investimento indireto) nos municípios da RLVT rondou os 528,74 M€, 18,8% das despesas municipais totais, sendo que a maior parte, 418,51 M€ (79,2%) foi paga pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa o correspondente a 27,4% da despesa regional), seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 8,1% do total de despesas em investimento direto e indireto, Lezíria do Tejo (6,7%) e Médio Tejo (6,0%).

Em termos *per capita*, constata-se que cada habitante da AML pagou, no ano de 2018, 147,04 € de despesas com investimento direto e indireto, sendo esse rácio de 150,14 € para a Lezíria do Tejo, 148,17 € por habitante do Médio Tejo e 119,85 € por habitante da sub-região do Oeste.

Tabela 48 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2018

Investimento direto e indireto	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição bens de capital	366,65	32,67	28,73	35,25	463,29
Transferências de capital	51,87	2,96	3,10	7,51	65,45
Total	418,51	35,63	31,83	42,76	528,74

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 49 – Estrutura do investimento direto e indireto *per capita*, por NUTS III – 2018

Investimento direto e indireto <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição bens de capital	128,81	137,66	133,74	98,79	126,75
Transferências de capital	18,22	12,49	14,43	21,06	17,90
Total	147,04	150,14	148,17	119,85	144,65

Unidade: €/habitante

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 50 – Peso do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2018

Peso do investimento direto e indireto	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição bens de capital	16,7	16,3	16,7	14,4	16,4
Transferências de capital	2,4	1,5	1,8	3,1	2,3
Total	19,0	17,8	18,5	17,5	18,8

Unidade: %

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

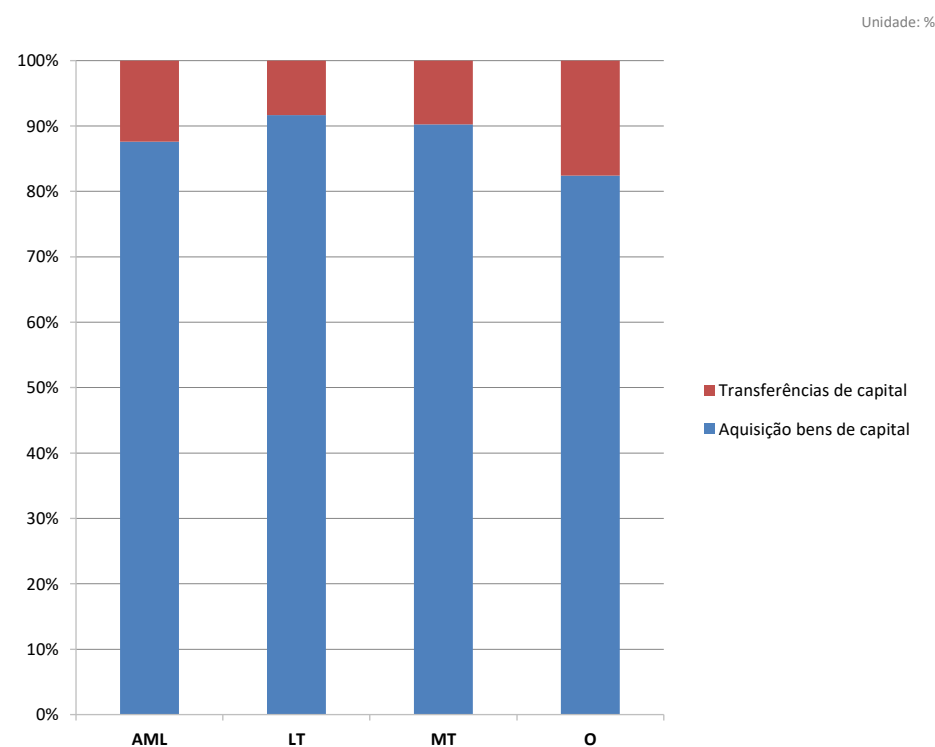
Em média o peso das despesas com a aquisição de bens de capital é cerca de 8 vezes superior ao de transferências de capital atribuídas as outras entidades, sendo que na sub-região do Oeste essa proporção é menor, quase 5 vezes superior.

A despesa em investimento direto e indireto representou mais de 25% das respetivas despesas em oito municípios: Seixal, Coruche, Almeirim, Abrantes, Alcobaça, Cascais, Mafra e Ferreira do Zêzere.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto no Seixal 39,4% das suas despesas foram gastas em investimento direto e indireto, no Montijo 9,3% da despesa total foi aplicada neste agregado;
- Na Lezíria do Tejo, 30,9% das despesas em Coruche foram para investimento direto e indireto, sendo que em Alpiarça 4,3% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Abrantes (28,7%) e o menor no Sardoal (6,7%);
- No Oeste, 28,5% das despesas no município de Alcobaça foram para proceder a investimento direto e indireto, enquanto em Sobral de Monte Agraço esse peso foi de 6,7%.

Gráfico 60 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

2.2.6 SERVIÇO DE DÍVIDA

A despesa com o agregado relativo ao serviço de dívida, formado pelas despesas em juros e outros encargos financeiros e ainda passivos financeiros nos municípios da RLVT rondou os 217,96 M€, 7,7% das despesas municipais totais, sendo que a maior parte, 140,46 M€ (64,4%) foi paga pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (em especial Lisboa onde foi gasto 35,6% da despesa regional), seguindo-se a NUTS III da Lezíria do Tejo, com 16,5% do total de despesas em serviço de dívida, Oeste (10,9%) e Médio Tejo (8,2%).

Em termos *per capita*, constata-se que cada habitante da AML pagou, no ano de 2018, 49,35 € de despesas com serviço de dívida, sendo esse rácio de 151,18 € para a Lezíria do Tejo, 83,64 € por habitante do Médio Tejo e 66,28 € por habitante da sub-região do Oeste.

Tabela 51 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2018

Serviço de dívida	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Juros e outros encargos	42,04	2,90	1,15	2,21	48,30
Passivos financeiros	98,42	32,97	16,82	21,44	169,66
Total	140,46	35,88	17,97	23,65	217,96

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 52 – Estrutura do serviço de dívida *per capita*, por NUTS III – 2018

Serviço de dívida <i>per capita</i>	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Juros e outros encargos	14,77	12,24	5,34	6,19	13,21
Passivos financeiros	34,58	138,94	78,30	60,09	46,41
Total	49,35	151,18	83,64	66,28	59,63

Unidade: €/habitante

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 53 – Peso do serviço de dívida, por NUTS III – 2018

Peso do serviço de dívida	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Juros e outros encargos	1,9	1,5	0,7	0,9	1,7
Passivos financeiros	4,5	16,5	9,8	8,8	6,0
Total	6,4	17,9	10,4	9,7	7,7

Unidade: %

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

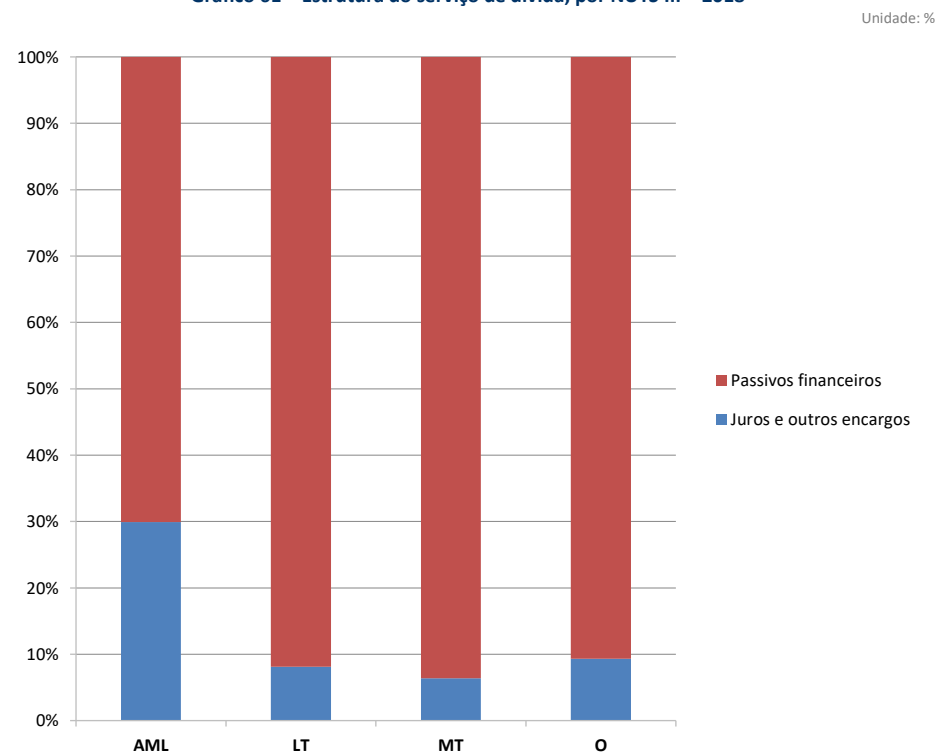
Por outro lado, 71,3% das despesas no serviço de dívida foram para amortizar empréstimos de médio e longo prazo, 22,2% foram para proceder ao pagamento de juros e outros encargos financeiros, 5,8% gastos com a amortização de empréstimos de curto prazo e 0,8% noutros passivos financeiros.

A despesa com o serviço de dívida representou mais de 15% das respetivas despesas em seis municípios: Nazaré, Santarém, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Sardoal e Alcanena.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto no Município de Setúbal, 13,8% das suas despesas foram gastas no serviço de dívida, em Mafra 1,5% da despesa total foi aplicada neste agregado;
- Na Lezíria do Tejo, 43,2% das despesas em Santarém foram para o serviço de dívida, sendo que em Benavente 1,0% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Sardoal (18,1%) e o menor em Mação (2,5%);
- No Oeste, mais de metade das despesas do Município de Nazaré (50,6%) foram para fazer face às despesas com o serviço de dívida, enquanto nas Caldas da Rainha esse peso foi de 2,6%.

Gráfico 61 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2018



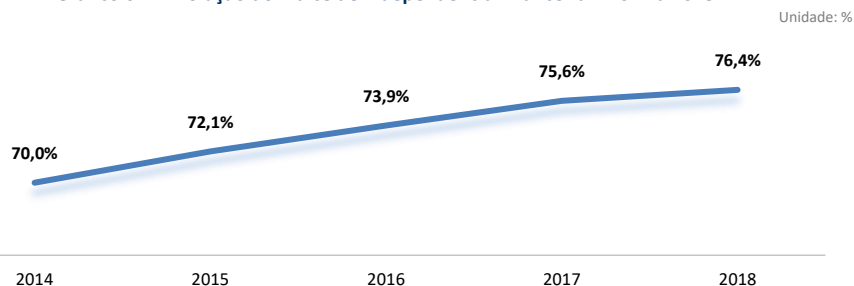
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

3 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTAL

3.1 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Este rácio relaciona as receitas próprias com as receitas totais. Considera-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

Gráfico 62 – Evolução do índice de independência financeira – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Entre 2014 e 2018 este índice cresceu em todas as sub-regiões, de forma descontinuada em todas elas, aumentando +9,1% em termos regionais. Apesar dessa variação positiva, o Médio Tejo, em 2018, continua a registar um baixo rácio (49,1%) sendo que a Lezíria do Tejo, pela primeira vez neste período, alcançou um índice de independência financeira positivo (50,6%).

Entre 2017 e 2018, 29 municípios registaram uma descida, em particular Santarém (-27,5%) e Nazaré (-31,1%), sendo que 23 aumentaram, nomeadamente Cartaxo (+245,4%) e Lourinhã (+35,6%). Em 11 municípios, todos da AML, este rácio foi superior a 75%.

Em termos sub-regionais, para 2018, destaque para o seguinte:

- Na AML o índice apresentou, em todos os seus municípios, valores superiores a 50%;
- Na Lezíria do Tejo, 7 municípios revelaram índice abaixo de 50%;
- No Médio Tejo, 4 municípios revelaram índice abaixo de 50%;
- No Oeste, em 3 municípios este rácio foi “negativo”.

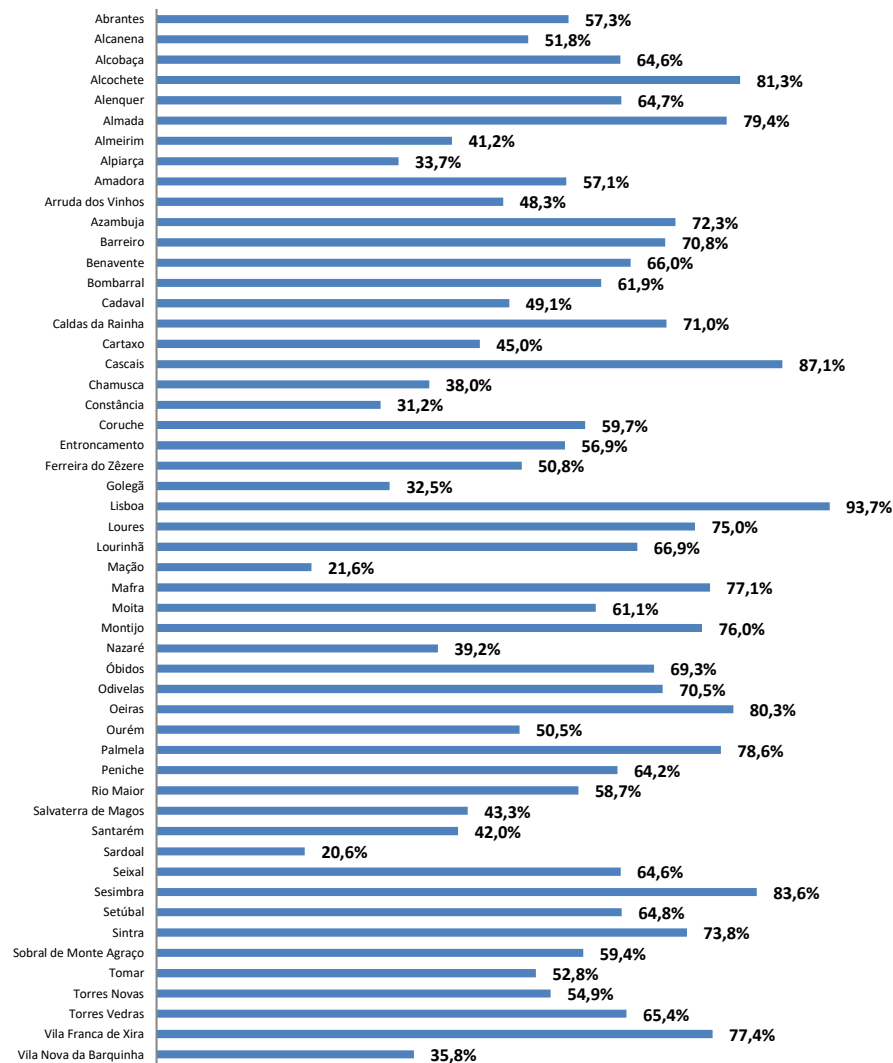
Tabela 54 – Evolução do índice de independência financeira, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação	
						2017-2018	2014-2018
						Unidade: %	
AML	76,2	79,1	79,9	82,5	82,2	-0,4	7,9
Lezíria do Tejo	45,2	49,4	48,0	44,2	50,6	14,4	11,8
Médio Tejo	46,1	43,3	47,6	49,3	49,1	-0,4	6,6
Oeste	57,8	54,7	61,4	61,4	61,9	0,8	7,1

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 63 – Índice de independência financeira, por município – 2018

Unidade: %

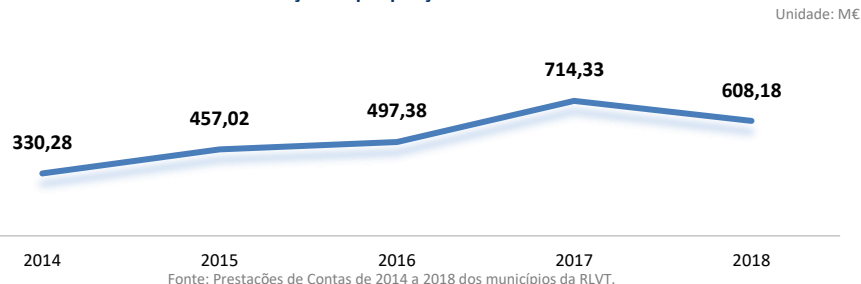


Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

3.2 POUPANÇA CORRENTE

Este rácio caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir.

Gráfico 64 – Evolução da poupança corrente – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Entre 2014 e 2017, na RLVT, a poupança corrente foi sempre crescendo (+384,04 M€), registando-se uma descida no ano seguinte (-106,15 M€), variação influenciada pela dinâmica registada nos municípios da AML (-18,5%, entre 2017 e 2018), sendo também negativa no Oeste (-4,4%) e no Médio Tejo (-0,7%).

A poupança corrente caiu em 20 municípios (2015 para 2016), em 14 (2016 para 2017), embora sempre positiva, em 25 (2017 para 2018), designadamente Lisboa (-53,6%).

Em termos sub-regionais, para 2018, quando medimos a proporção das receitas correntes face ao valor pago de despesas correntes, resultando a % de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, destaque para o seguinte:

- Na AML, 2 municípios gastaram menos de metade das suas receitas correntes em despesas correntes – Oeiras e Cascais; rácio variou entre os 16,9% (Setúbal) e os 53,6% (Oeiras);
- Na Lezíria do Tejo, Azambuja revelou o maior excedente regional (81,8%), sendo o mais baixo registado pelo Cartaxo (6,2%);
- No Médio Tejo, Ourém registou um excedente de receitas sobre as despesas, correntes, em 41,2%, enquanto no Sardoal esse rácio foi de 4,6%;
- No Oeste, registos maior e menor, respetivamente para o Alcobaça (42,4%) e Sobral de Monte Agraço (5,7%).

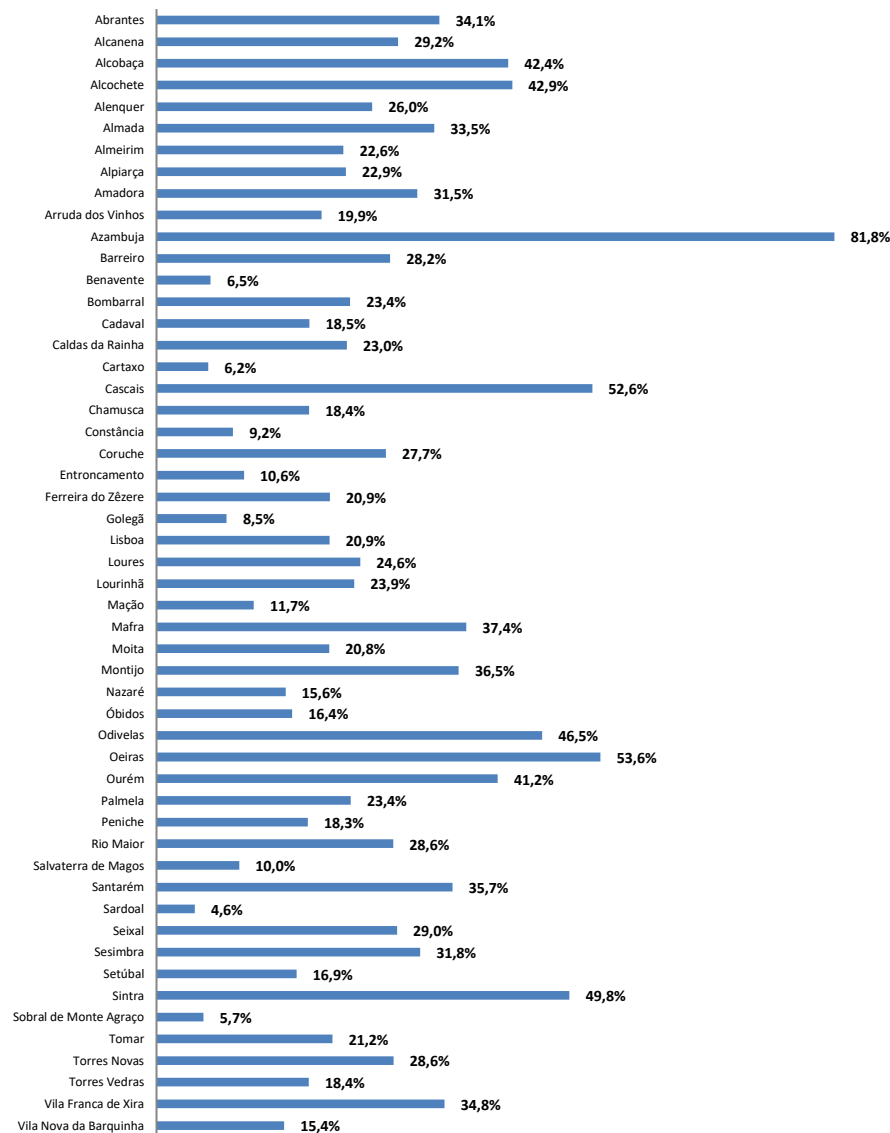
Tabela 55 – Evolução da poupança corrente municipal, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação	
						2017-2018	2014-2018
AML	259,78	368,58	402,77	616,42	502,64	-18,5	93,5
Lezíria do Tejo	15,24	22,85	26,48	25,39	35,06	38,1	130,0
Médio Tejo	25,32	31,74	31,35	30,70	30,49	-0,7	20,4
Oeste	29,94	33,85	36,77	41,82	40,00	-4,4	33,6

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 65 – Excedente da receita corrente sobre a despesa corrente, por município – 2018

Unidade: %

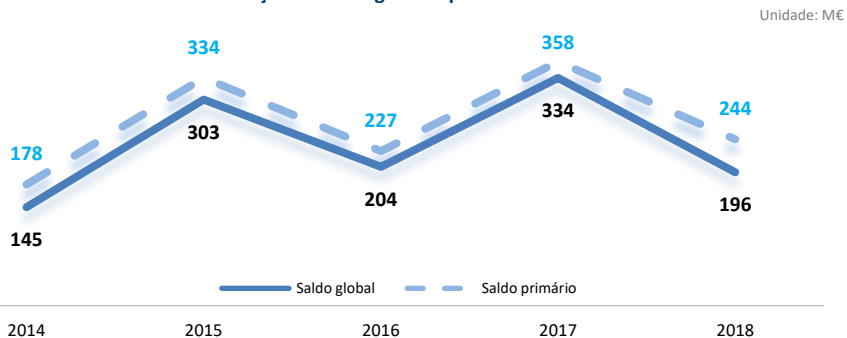


Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

3.3 SALDO GLOBAL E PRIMÁRIO

O saldo global municipal evidencia o excedente da receita efetiva sobre a despesa efetiva, enquanto o saldo primário acresce ao saldo global o valor dos juros. Ambos, em geral, apresentaram a mesma tendência.

Gráfico 66 – Evolução do saldo global e primário – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Na RLVT o saldo orçamental global⁴⁷ aumentou 109,2% entre 2014 e 2015. Em 2016 baixou em 32,7%, voltando a subir 64,2% em 2017, para depois voltar a cair em 2018 (-41,4%). Esta tendência alternada foi influenciada pela dinâmica revelada por municípios da AML, sendo que nas outras NUTS III, entre 2017 e 2018 o saldo global cresceu significativamente: +58,7% no Médio Tejo, +44,8% no Oeste e +32,5% na Lezíria do Tejo.

Entre 2017 e 2018 o saldo global desceu de 334,40 M€ para 195,90 M€, fortemente influenciado pela descida do saldo global, negativo, em Lisboa⁴⁸.

Entre 2014 e 2015, o número de municípios com saldo global negativo foi descendo, sucessivamente, 7 e 4 municípios, para depois voltar a subir nos anos seguintes, com registo em 5, 10 e 10 autarquias, respetivamente em 2016, 2017 e 2018.

O município do Cartaxo registou saldos globais negativos ao longo de todo o período relevando-se, no entanto, uma melhoria significativa no ano de 2018, apresentando-se o saldo primário significativamente positivo. Salvaterra de Magos apresentou saldos globais negativos em todo o período, à exceção de 2015. Nas Caldas da Rainha foram apurados saldos globais positivos apenas nos anos de 2015 e 2016.

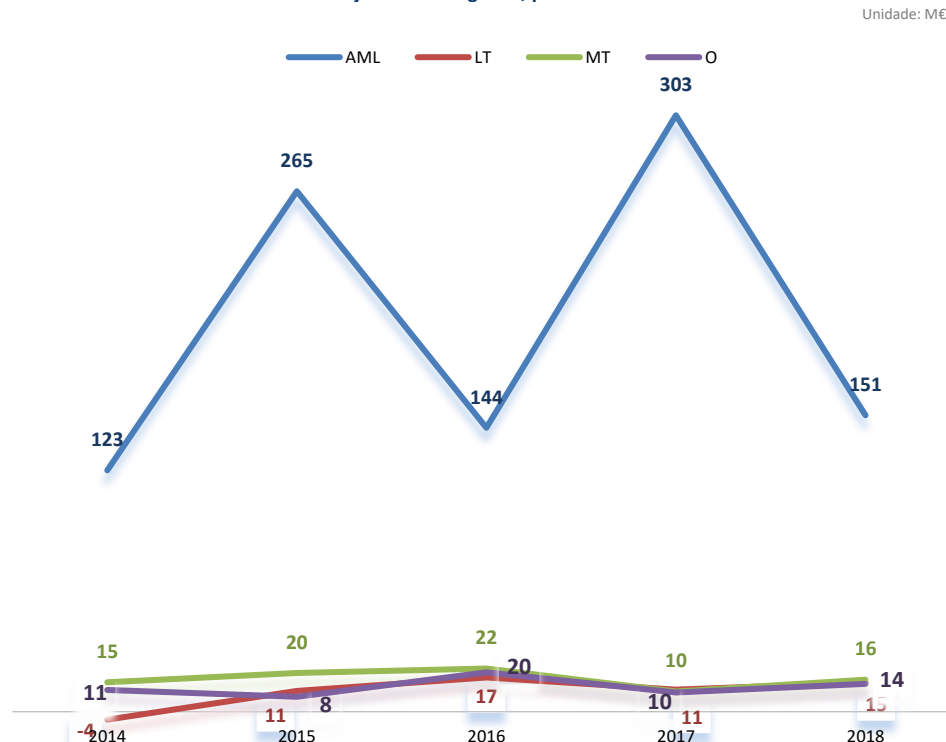
⁴⁷ RECEITA EFETIVA = RECEITA CORRENTE BRUTA + RECEITA DE CAPITAL BRUTA - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS + RNAP.
 DESPESA EFETIVA = DESPESA CORRENTE + DESPESA DE CAPITAL - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS.
 SALDO GLOBAL = RECEITA EFETIVA - DESPESA EFETIVA.
 SALDO PRIMÁRIO = SALDO GLOBAL + JUROS.

Tabela 56 – Evolução do saldo global, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	122,71	264,68	144,29	303,27	150,76	-50,3	22,9
Lezíria do Tejo	-4,04	10,58	17,41	11,14	14,76	32,5	464,9
Médio Tejo	14,93	19,68	21,95	10,27	16,30	58,7	9,2
Oeste	11,02	7,58	20,00	9,72	14,09	44,8	27,8

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 67 – Evolução do saldo global, por NUTS III – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

⁴⁸ REFIRA-SE IGUALMENTE QUE ESTE INDICADOR AO SER CALCULADO COM BASE NAS RECEITAS E DESPESAS EFETIVAS NÃO TEM EM CONTA A RECEITA DOS PASSIVOS FINANCEIROS, OBSERVANDO-SE QUE A RECEITA DO MUNICÍPIO DE LISBOA EM 2018 FOI MUITO INFLUENCIADA PELO EMPRÉSTIMO DO BEI (BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO.). REFIRA-SE AINDA AO FACTO DA DESPESA DO MUNICÍPIO TER AUMENTADO CONSIDERANDO O PAGAMENTO DE PROCESSOS POR DECISÃO JUDICIAL (PROCESSO “AREZ ROMÃO”, DEVOLUÇÃO DA TAXA DE PROTEÇÃO CIVIL).

A dinâmica evolutiva do saldo primário foi semelhante à do saldo global, assinalando-se, como exceção, no caso da Lezíria do Tejo, o decréscimo do saldo primário entre 2017 e 2018, resultado da dinâmica evolutiva dos juros e outros encargos financeiros, os quais desceram significativamente.

Também influenciado por esta variável, no caso do Médio Tejo, o saldo primário em 2018 revelou valores ligeiramente inferiores aos de 2014, resultando uma evolução negativa (-0,6%).

Entre 2014 e 2016, o número de municípios com saldo primário negativo foi descendo, sucessivamente, 6, 3 e 2 municípios, para depois voltar a subir para 9 no ano seguinte, descendo para 7 autarquias, em 2018.

Tabela 57 – Evolução do saldo primário, por NUTS III – 2014 a 2018

Unidade: M€

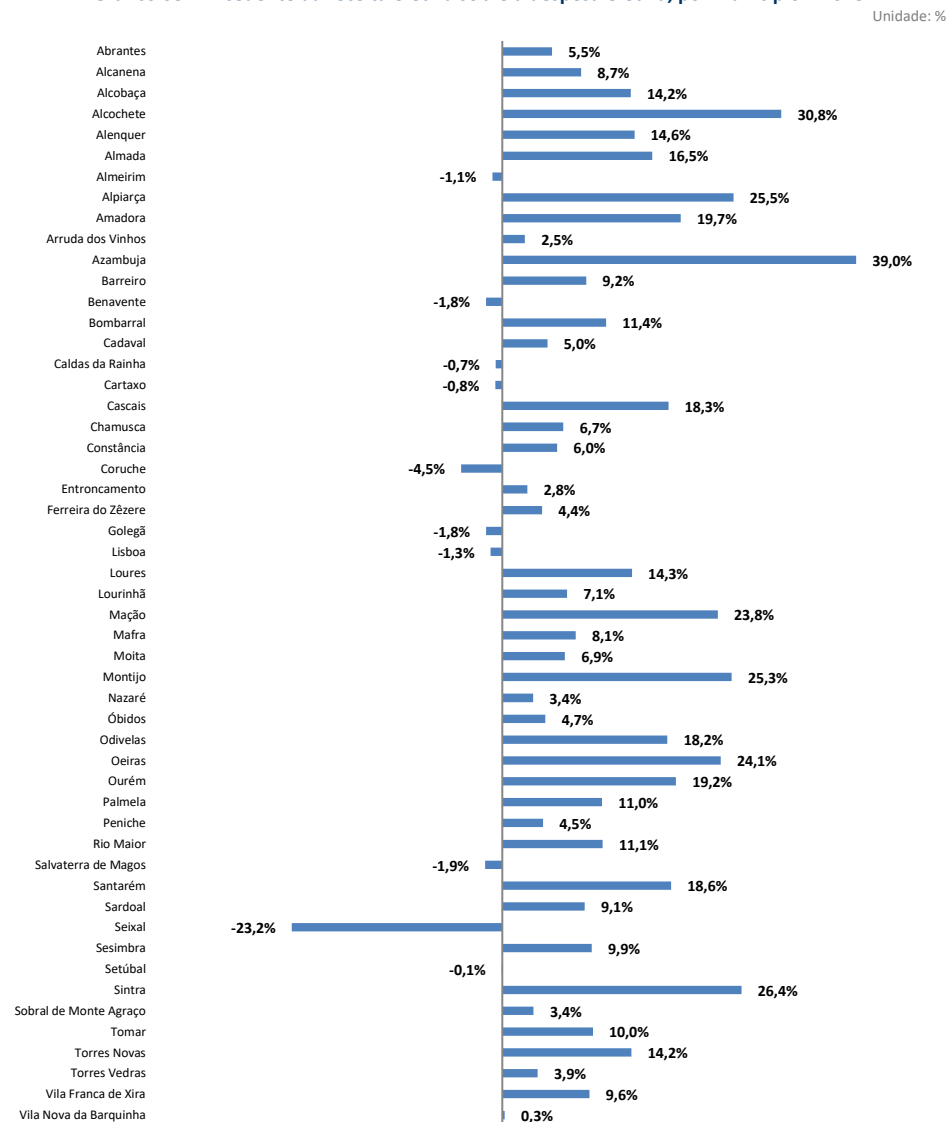
NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
AML	145,75	286,86	159,67	317,41	192,80	-39,3	32,3
Lezíria do Tejo	0,39	15,25	21,08	17,71	17,66	-0,3	4.378,8
Médio Tejo	17,56	21,72	23,51	11,34	17,44	53,9	-0,6
Oeste	14,25	10,58	22,80	11,88	16,30	37,2	14,3

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos sub-regionais, para 2018, quando medimos a proporção das receitas efetivas face às despesas efetivas, resultando a % de excedente das receitas efetivas sobre as despesas efetivas, destaque para o seguinte:

- Na AML, em 3 municípios a despesa efetiva foi maior que a receita efetiva, designadamente Seixal⁴⁹ (-23,2%, o valor mais baixo da RLVT), Lisboa⁵⁰ (-1,3%) e Setúbal (-0,1%), sendo que o melhor rácio excedente foi registado no município de Alcochete, considerando o aumento dos impostos diretos (+30,8%);
- Na Lezíria do Tejo, rácios negativos em 6 municípios (Coruche, Salvaterra de Magos, Benavente, Golegã, Almeirim e Cartaxo), o mais baixo apresentado por Coruche (-4,5%). O município de Azambuja revelou o maior excedente regional, considerando o aumento dos impostos diretos (+39,0%);
- No Médio Tejo, sem rácios negativos, o município de Mação⁵¹ registou um excedente de receitas sobre as despesas, correntes, em 23,8%, enquanto no de Vila Nova da Barquinha esse rácio foi de 0,3%;
- No Oeste, registos de maior e menor excedente, respetivamente para o município de Alenquer (+14,6%) e Caldas da Rainha (-0,7%), único rácio negativo no conjunto de municípios que formam esta NUTS III.

Gráfico 68 – Excedente da receita efetiva sobre a despesa efetiva, por município – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

⁴⁹ A RECEITA DO MUNICÍPIO DO SEIXAL EM 2018 ESTÁ MUITO INFLUENCIADA PELO RECURSO AO CRÉDITO NO ÂMBITO DE UM CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, MONTANTE EXCLUÍDO DO CÁLCULO DO INDICADOR EM CAUSA.

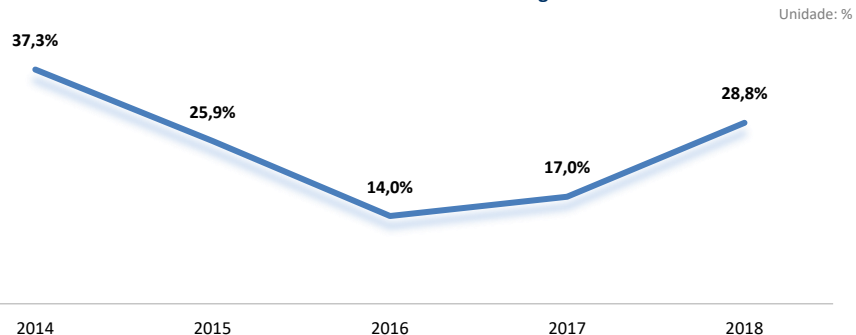
⁵⁰ VER NOTA 48.

⁵¹ O MUNICÍPIO RECEBEU A TÍTULO DE ADIANTAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL CERCA 1,4 MILHÕES DE EUROS O QUE SE REFLECTIU NA SUA RECEITA, CONSIDERANDO QUE A DESPESA SÓ SERÁ FEITA NO ANO SEGUINTE.

3.4 PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL

Neste rácio afere-se o peso das receitas extraordinárias do exercício, entendidas estas como o peso que as receitas decorrentes da venda de bens de investimento têm no saldo global.

Gráfico 69 – Peso das receitas extraordinárias no saldo global – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Os últimos 5 anos de gestão municipal evidenciaram:

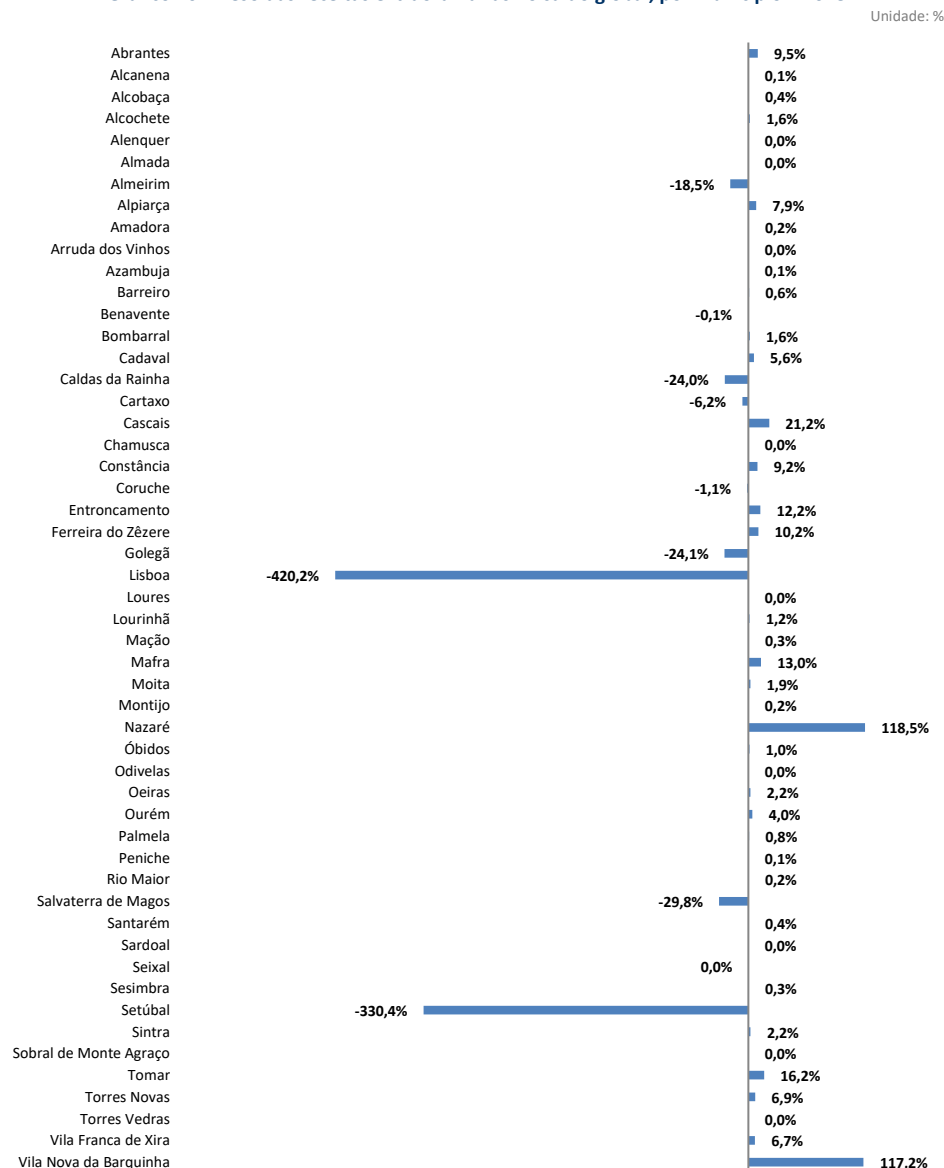
- Em termos regionais, uma descida deste rácio até 2016, de 37,3% em 2014 para 14,0%;
- A partir de 2016, uma inversão desta tendência resultante do crescimento regional da venda de bens de investimento e do saldo global em 2017 e da descida do saldo global em 2018;
- As tendências anteriormente referidas foram influenciadas pelo registo dos municípios da AML, principalmente até 2016, já que essa linearidade não se revelou nas outras sub-regiões, as quais apresentaram tendências distintas;
- Em 2018, destaque para Lisboa, com pesos significativos de venda de bens de investimento, uma receita extraordinária, no saldo global, que foi negativo; realce também os municípios de Nazaré e de Vila Nova da Barquinha, com pesos de 118,5% e 117,2%, respetivamente.

Tabela 58 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	Unidade: %					Variação	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017-2018	2014-2018
	AML	42,7	28,5	18,7	18,3	36,1	97,5
Lezíria do Tejo	-8,1	3,0	1,1	4,0	2,0	-50,6	124,2
Médio Tejo	4,1	1,4	0,7	7,4	6,3	-15,0	53,2
Oeste	5,5	30,0	5,6	2,5	4,7	84,9	-15,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 70 – Peso das receitas extraordinárias no saldo global, por município – 2018

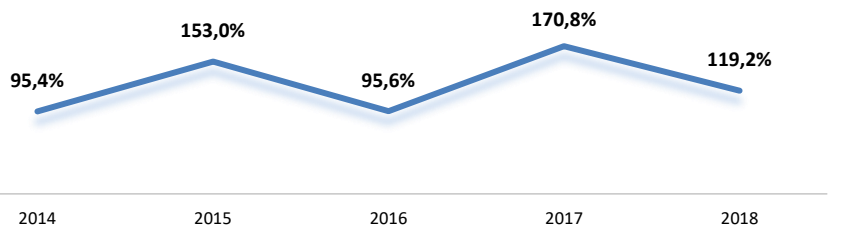


Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

3.5 GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O grau de cobertura do serviço de dívida⁵² evidencia em que medida o saldo primário responde às necessidades de pagamento de encargos financeiros e dos compromissos assumidos com a amortização de empréstimos de médio e longo prazo.

Gráfico 71 – Grau de cobertura do serviço da dívida – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Ao nível regional a cobertura do serviço de dívida pelo saldo primário oscilou, no período em análise, registando níveis inferiores em 2014, 2016 e 2018, com um crescimento global de 25%. Esta tendência resultou em grande parte pelos resultados evidenciados pelos municípios da AML, com dinâmica distinta das restantes sub-regiões.

A diversidade das dinâmicas expostas foi significativamente influenciada por alguns registos, nomeadamente em 2018 por Sintra, Oeiras e Mação, pelos saldos mais elevados e pelos rácios negativos registados em 7 municípios, nomeadamente Seixal, Benavente e Coruche.

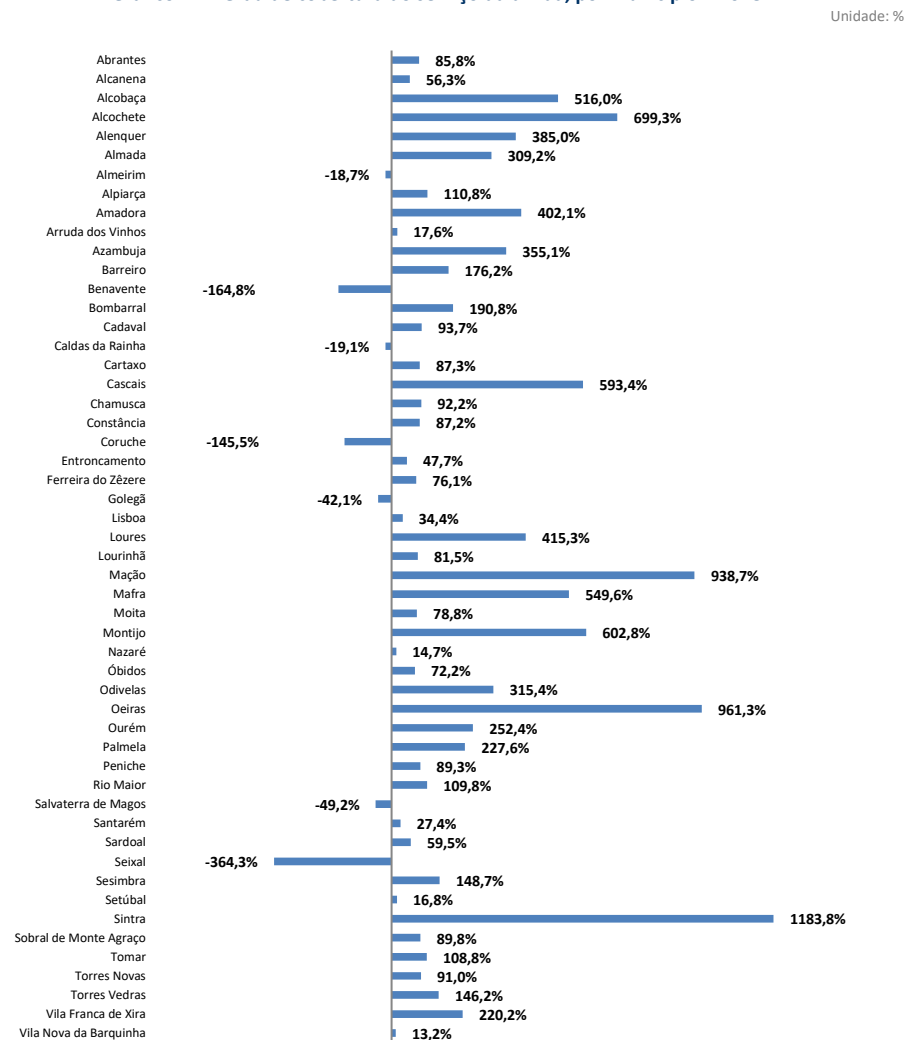
Em termos do número de municípios que na RLVT registaram saldos primários suficientes para cobrir os encargos com o serviço de dívida, registou-se uma evolução de melhoria entre 2014 e 2016, ocorrendo em 26, 32, e 34 municípios em cada ano, caindo posteriormente para 27 e 24 municípios, respetivamente em 2017 e 2018.

Tabela 59 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	2014	2015	2016	2017	2018	Variação	
						2017-2018	2014-2018
AML	112,0	191,5	100,2	304,2	146,8	-51,7	31,0
Lezíria do Tejo	1,7	55,6	45,1	27,6	50,8	83,8	2.921,6
Médio Tejo	92,8	100,4	152,5	51,0	116,9	129,1	26,0
Oeste	101,3	53,6	141,8	62,5	68,5	9,7	-32,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 72 – Grau de cobertura do serviço da dívida, por município – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

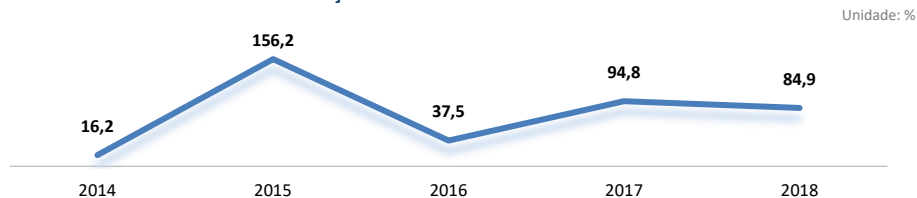
⁵² GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA = SALDO PRIMÁRIO/ (COMPROMISSOS RELATIVOS A AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE MLP + DESPESAS PAGAS EM JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS)
 SALDO GLOBAL = RECEITA EFETIVA - DESPESA EFETIVA
 SALDO PRIMÁRIO = SALDO GLOBAL + JUROS

RECEITA EFETIVA = RECEITA CORRENTE BRUTA + RECEITA DE CAPITAL BRUTA - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS + RNAP.
 DESPESA EFETIVA = DESPESA CORRENTE + DESPESA DE CAPITAL - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS.

3.6 GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Neste rácio afere-se o grau de execução da venda de bens de investimento, decorrendo este do excesso de cobrança na venda de bens de investimento (receita cobrada líquida) sobre as respetivas previsões corrigidas.

Gráfico 73 – Grau de execução da venda de bens de investimento – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Os últimos 5 anos de gestão municipal evidenciaram:

- 2017 e 2018 os anos em que a previsão e a cobrança de receitas com a venda de bens de investimento foram mais semelhantes, influenciados pelos municípios da AML;
- Excesso de receitas cobradas face às previsões no ano de 2015, registando-se um elevado grau de execução, fortemente influenciada pelo registo dos municípios do Oeste;
- Antagonicamente, em 2014 e 2016 as receitas de venda de bens de investimento, ao nível regional, foram bastante inferiores às respetivas previsões, apesar do grau de execução registado no Oeste;
- Em termos do número de municípios que na RLVT registaram despesas com a venda de bens de investimento abaixo das respetivas previsões, registou-se uma queda entre 2014 e 2016, ocorrendo em 36, 26, e 21 municípios em cada ano, subindo em 2017 para 33 municípios, mas voltando a diminuir, em 2018, para 28 autarquias;
- Alcobaca, Entroncamento, Golegã, Lourinhã, Montijo, Rio Maior, Sardoal, Seixal e Sobral de Monte Agraço (9 municípios) registaram, nos cinco anos em simultâneo, uma execução do volume de receitas decorrentes da venda de bens de investimento abaixo dos respetivos valores previstos⁵³.

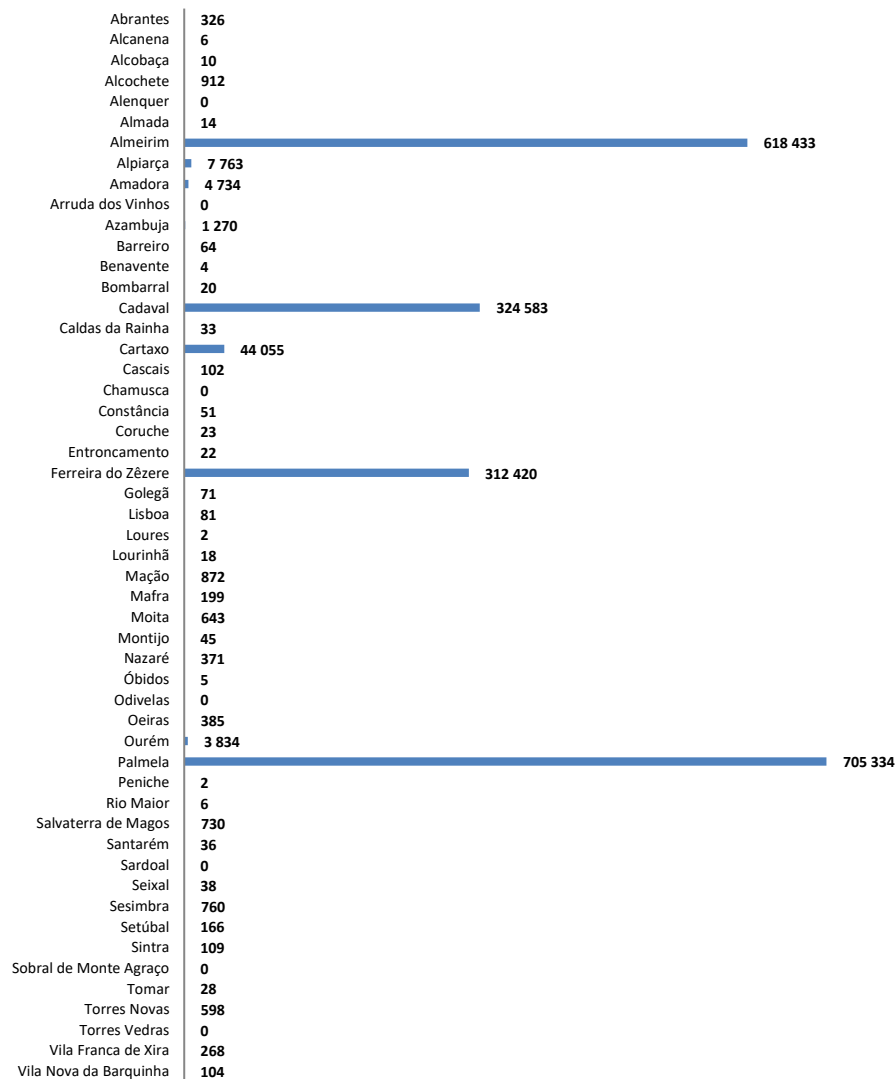
Tabela 60 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por NUTS III – 2014 a 2018

NUTS III	Unidade: %					Variação	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017-2018	2014-2018
	AML	18,1	173,6	38,5	96,7	85,4	-11,7
Lezíria do Tejo	3,8	23,8	17,5	53,7	111,7	108,1	2.821,7
Médio Tejo	4,6	6,4	4,1	180,5	63,6	-64,8	1.276,7
Oeste	3,4	253,5	184,3	17,1	83,0	386,0	2.306,5

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 74 – Grau de execução da venda de bens de investimento, por município – 2018

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.

⁵³ NÃO FOI AVALIADO SE ESTES MUNICÍPIOS NÃO CUMPRIRAM O ARTIGO 105.º DA LOE/2018.

CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1 ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço é um dos principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial e reflete a posição económica e financeira das autarquias locais, designadamente dos municípios, num determinado momento. Esta demonstração financeira é composta pelo ativo, passivo e fundos próprios, que representam respetivamente, as aplicações dos fundos (ativo) e as origens dos fundos (passivo e fundos próprios). O POCAL define vários princípios contabilísticos fundamentais para a compreensão da informação constante do Balanço, dos quais se podem destacar:

- Princípio da especialização (ou do acréscimo), em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- Princípio do custo histórico, segundo o qual os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;
- Princípio da continuidade, de acordo com o qual se considera que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;

- Princípio da não compensação, que determina que os elementos das rubricas do ativo e do passivo são apresentados em separado, não podendo ser compensados⁵⁴.

O cumprimento dos princípios contabilísticos é essencial para garantir rigor e comparabilidade na informação contabilística por parte dos *stakeholders*, sejam eles as entidades que acompanham e controlam a contabilidade autárquica, como o Tribunal de Contas, ou os cidadãos em geral. Os municípios estão obrigados a apresentar, em sede de prestação de contas, um Balanço.

A análise assenta nos balanços aprovados pelos respetivos órgãos autárquicos, entre 2014 e 2018, no que respeita aos elementos que constituem a estrutura do Balanço e o peso relativo de cada município no conjunto dos municípios da RLVT, completando-se a análise de cada ponto com a observação do peso relativo das quatro NUTS III da região, em 2018.

⁵⁴ OS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS CONSTAM DO PONTO 3.2 - PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS DO POCAL.

1.1 ATIVO

1.1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO ATIVO – 2014 A 2018

Da análise das componentes do ativo, entre 2014 e 2018, salientam-se os seguintes aspetos:

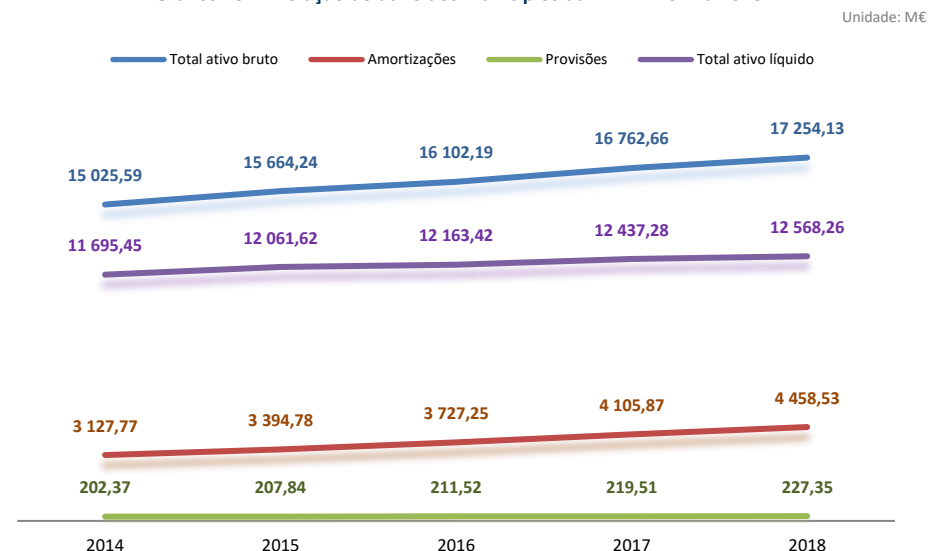
- O ativo líquido aumentou 872,81 M€, correspondente a uma variação de 7,5%, registando uma tendência sempre crescente, à escala regional;
- Entre 2014 e 2015, o ativo imobilizado representou mais de 90% do ativo bruto, descendo depois progressivamente, até atingir um peso de 88,4% em 2018;
- O imobilizado corpóreo, maior componente do ativo imobilizado, representou em média de 52,2% do ativo bruto, superando o peso médio dos bens do domínio público (32,7%), mas revelando uma decida em -5,4%, entre 2014 e 2018;
- O imobilizado em curso tem vindo a reduzir o seu valor, à exceção de 2018, ano em que subiu 39,0%;
- As contas a receber, que representaram em média 3,2% do ativo bruto, desceram significativamente, correspondente a um menor volume de dívidas aos municípios;
- O saldo de depósitos em instituições financeiras e caixa em 31 de dezembro tem vindo a crescer de forma contínua (valor médio de 3,6% no período em análise), aumentando significativamente, no montante de 538,63 M€;
- As amortizações acumuladas no final de cada exercício foram sempre crescentes (+1.330,76 M€), justificado pelo imobilizado bruto e pelo envelhecimento natural dos equipamentos.

Tabela 61 – Evolução do ativo nos municípios da RLVT – 2014 a 2018

Ativos	2014	2015	2016	2017	2018	Unidade: M€ Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
Ativo imobilizado bruto	13.666,69	14.123,97	14.366,56	14.841,40	15.248,25	2,7	11,6
<i>Bens do domínio público</i>	4.915,79	5.089,76	5.277,48	5.523,42	5.632,79	2,0	14,6
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	106,21	111,52	116,01	121,46	108,06	-11,0	1,7
<i>Imobilizado corpóreo</i>	8.100,71	8.329,10	8.366,73	8.503,06	8.804,37	3,5	8,7
<i>Imobilizado em curso</i>	1.528,74	1.405,08	1.042,71	598,11	831,32	39,0	-45,6
<i>Investimentos financeiros</i>	543,98	593,58	606,34	693,46	703,02	1,4	29,2
Existências	43,55	42,61	42,34	41,26	41,06	-0,5	-5,7
Contas a receber	531,93	522,46	551,09	488,95	439,99	-10,0	-17,3
Títulos negociáveis	1,80	4,55	7,35	16,55	23,05	39,3	1.180,5
Depósitos em instituições financeiras e caixa	327,43	490,30	524,43	758,49	866,06	14,2	164,5
Acréscimo de proveitos	426,90	466,91	586,80	586,13	612,99	4,6	43,6
Custos diferidos	27,29	13,44	23,62	29,88	22,74	-23,9	-16,7
Total ativo bruto	15.025,59	15.664,24	16.102,19	16.762,66	17.254,13	2,9	14,8
Amortizações	3.127,77	3.394,78	3.727,25	4.105,87	4.458,53	8,6	42,5
Provisões	202,37	207,84	211,52	219,51	227,35	3,6	12,3
Total ativo líquido	11.695,45	12.061,62	12.163,42	12.437,28	12.568,26	1,1	7,5

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 75 – Evolução do ativo dos municípios da RLVT – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Entre 2017 e 2018, a variação de +1,1% relativa ao ativo líquido total, resultou, maioritariamente, do acréscimo do ativo imobilizado bruto (+2,7%), nomeadamente nos bens do domínio público, imobilizado corpóreo, em curso e investimentos financeiros, bem como subida dos depósitos em instituições financeiras e caixa.

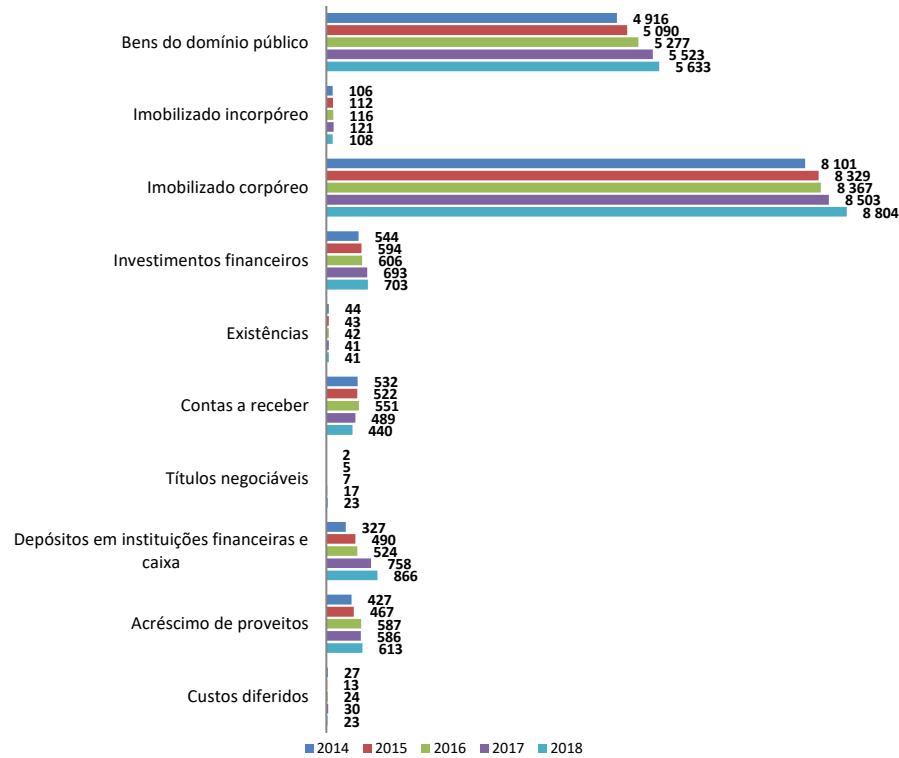
Tabela 62 – Evolução do peso das componentes no ativo bruto – 2014 a 2018

Peso no ativo bruto	2014	2015	2016	2017	2018	Unidade: % Variação	
						2017-2018	2014-2018
Ativo imobilizado bruto	91,0	90,2	89,2	88,5	88,4	-0,2	-2,8
<i>Bens do domínio público</i>	32,7	32,5	32,8	33,0	32,6	-0,9	-0,2
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	-13,6	-11,4
<i>Imobilizado corpóreo</i>	53,9	53,2	52,0	50,7	51,0	0,6	-5,4
<i>Imobilizado em curso</i>	10,2	9,0	6,5	3,6	4,8	35,0	-52,6
<i>Investimentos financeiros</i>	3,6	3,8	3,8	4,1	4,1	-1,5	12,5
Existências	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	-3,3	-17,9
Contas a receber	3,5	3,3	3,4	2,9	2,6	-12,6	-28,0
Títulos negociáveis	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	35,3	1.015,1
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2,2	3,1	3,3	4,5	5,0	10,9	130,3
Acréscimo de proveitos	2,8	3,0	3,6	3,5	3,6	1,6	25,0
Custos diferidos	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	-26,1	-27,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 76 – Evolução dos principais agregados do ativo bruto – 2014 a 2018

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

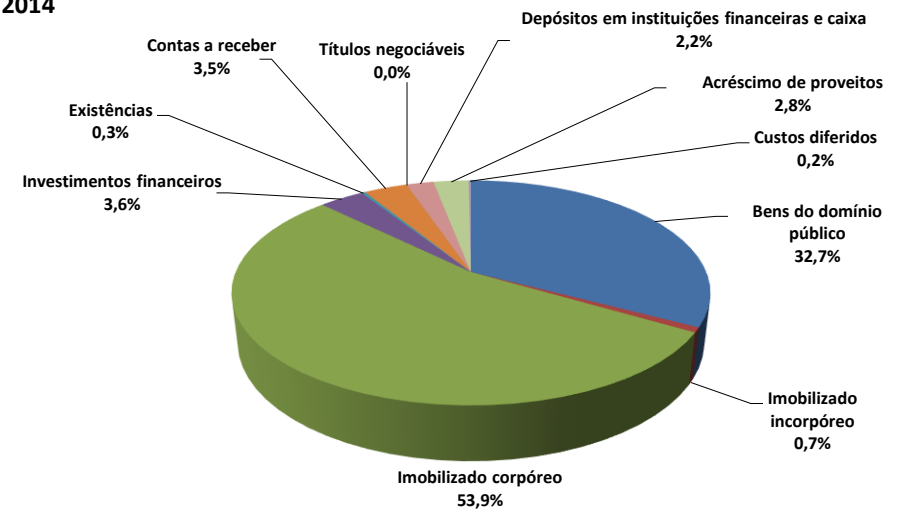
Comparando a composição do ativo bruto a 31 dezembro de 2014 com a verificada em 31 dezembro de 2018, no conjunto dos municípios da RLVT, constata-se:

- A diminuição do peso do imobilizado corpóreo de 53,9% para 51,0%;
- A diminuição do peso das contas a receber de 3,5% para 2,6%;
- A posição, quase que constante, dos bens de domínio público, 32,7% em 2014 e 32,6% em 2018;
- O reforço do peso dos depósitos em instituições financeiras e caixa (de 2,2% para 5,0%);
- O aumento do peso dos investimentos financeiros de 3,6% para 4,1%.

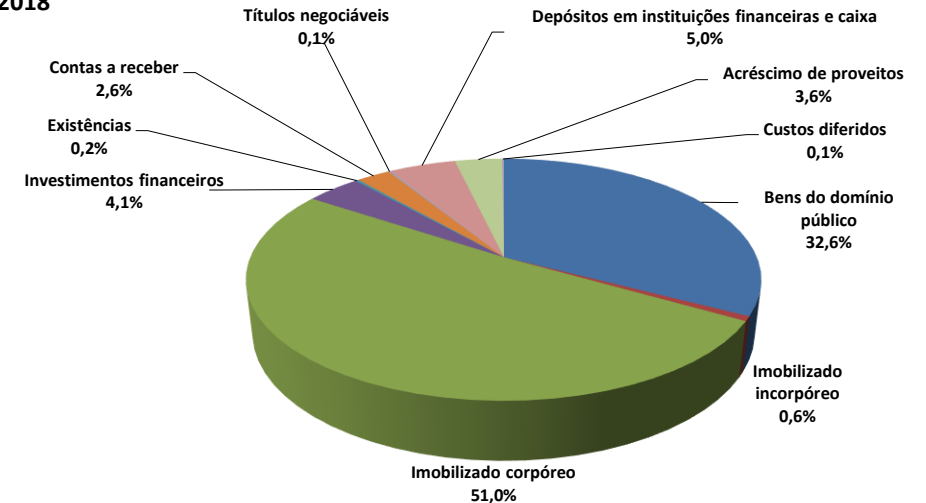
Gráfico 77 – Evolução da estrutura do ativo bruto – 2014 e 2018

Unidade: %

2014



2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 e 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

1.1.2 ESTRUTURA DO ATIVO POR MUNICÍPIO – 2018

Os bens do domínio público representavam, em média, 36,4% dos ativos dos municípios, oscilando entre os 6,9% (Barreiro) e os 70% (Mação).

Posição diversa destes municípios em matéria dos bens do imobilizado corpóreo – enquanto o Barreiro detinha 73,9% dos respetivos ativos como imobilizado corpóreo, Mação tinha apenas 25,7% dos ativos com este regime, o que significa que privilegia o registo dos respetivos bens como do domínio público. No universo dos municípios da RLVT este agregado variou entre os 23,6% (Loures) e os 82,1% (Golegã), representando, em média, 50,2% dos ativos dos municípios.

O imobilizado incorpóreo é irrelevante para a maioria dos municípios, assumindo em 38 municípios um peso relativo nulo ou inferior a 1%, no contexto dos ativos – em Almada, município com maior peso relativo, este não ultrapassou os 2,6%.

Para a grande maioria dos municípios (43) os investimentos financeiros constituíam uma percentagem inferior a 5% dos respetivos ativos. Os municípios que apresentavam maior volume relativo de investimentos financeiros foram Moita (19,7%), Santarém (19,1%) e Alcanena (17,7%).

O conjunto do imobilizado constituía uma média de 90,7% dos ativos, variando entre os 75,3% de Seixal e os 98,5% da Golegã dos ativos detidos.

Em 2018, apenas 3 municípios (Almeirim, Moita e Vila Franca de Xira) não registavam qualquer montante nas respetivas existências, sendo que nos demais, as existências representavam menos de 1% dos respetivos ativos, excetuando-se apenas Setúbal com 4,2% dos ativos constituídos pelas existências.

Todos os municípios registavam verbas em contas a receber de terceiros, no final de 2018. Em 47 municípios, os ativos a receber de terceiros representavam menos de 5% do total regional.

Em termos relativos, os municípios em que as verbas a receber de terceiros apresentavam maior peso no ativo eram Cartaxo (13,3%), Seixal (11,8%), Sesimbra (9,0%), Setúbal (6,5%) e Nazaré (5,4%).

Os valores em depósitos e caixa no final do exercício económico constituíam, em média, 3,7% dos ativos detidos pelos municípios – Amadora (15,9%), Oeiras (14,6%) e Sintra (12,9%) registaram, em termos relativos, as mais elevadas disponibilidades financeiras.

Por outro lado, relativamente aos outros ativos:

- Releva-se que as amortizações dos municípios registadas representavam em média 35,6% do montante do imobilizado dos municípios, correspondente a uma variação positiva de 5,0% face a 2017;
- Os maiores registos relativos ao peso das amortizações no imobilizado ocorreram em Mação (62,6%) e Almeirim (59,5%), situação justificável por um maior grau de antiguidade dos bens detidos ou por maior regularidade e rigor na aplicação das taxas de amortização;
- Apenas Alenquer não registou, em 31 de dezembro, qualquer verba a título de provisão⁵⁵;
- A comparação entre os valores das provisões e as contas a receber dos municípios indica que, em média, as provisões representavam 47,6% dos valores a receber de terceiros;
- Saliente-se também que em Ferreira do Zêzere, Alcobaca e Cascais o montante das provisões excedeu as contas a receber.

⁵⁵ PONTO 2.7.1 DO POCAL, A CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES DEVE RESPEITAR APENAS ÀS SITUAÇÕES A QUE ESTEJAM ASSOCIADOS RISCOS E EM QUE NÃO SE TRATE DE UMA SIMPLES ESTIMATIVA DE UM PASSIVO CERTO, NÃO DEVENDO A SUA IMPORTÂNCIA SER SUPERIOR ÀS NECESSIDADES.

Gráfico 78 – Ativo bruto por grandes agregados, por município – 2018



1.1.3 COMPOSIÇÃO DO ATIVO POR NUTS III – 2018

Em todas as componentes destacou-se o maior peso assumido pelos ativos dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que o ativo líquido nesta sub-região representou 78,1% do total regional.

Tabela 63 – Composição do ativo em 2018, por NUTS III

Ativos	Unidade: M€%				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Ativo imobilizado bruto	11.216,80	1.224,92	1.475,76	1.330,77	15.248,25
Existências	33,49	1,87	2,67	3,04	41,06
Contas a receber	378,99	30,50	11,79	18,71	439,99
Títulos negociáveis	13,55	6,50	3,00	0,00	23,05
Depósitos em instituições financeiras e caixa	762,51	37,52	25,48	40,55	866,06
Acréscimos e diferimentos	529,38	42,79	44,48	19,08	635,73
Total ativo bruto	12.934,72	1.344,09	1.563,18	1.412,15	17.254,13
Amortizações	2.904,49	443,62	623,25	487,17	4.458,53
Provisões	210,11	7,69	4,61	4,94	227,35
Total ativo líquido	9.820,12	892,79	935,32	920,04	12.568,26

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

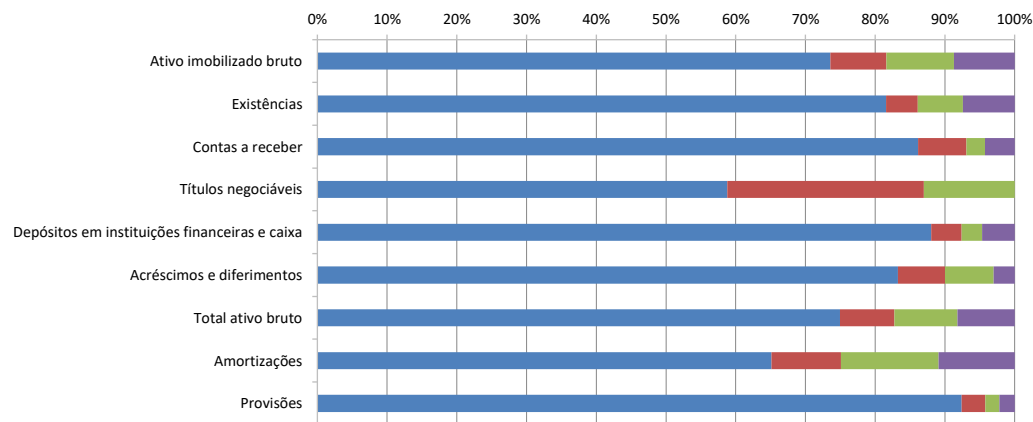
Na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, destaque para relevância assumida pela rubrica dos títulos negociáveis.

Tabela 64 – Estrutura do ativo dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III

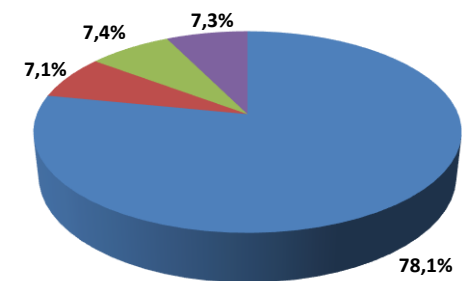
Ativos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Ativo imobilizado bruto	73,6	8,0	9,7	8,7	100,0
Existências	81,6	4,5	6,5	7,4	100,0
Contas a receber	86,1	6,9	2,7	4,3	100,0
Títulos negociáveis	58,8	28,2	13,0	0,0	100,0
Depósitos instituições financeiras e caixa	88,0	4,3	2,9	4,7	100,0
Acréscimos e diferimentos	83,3	6,7	7,0	3,0	100,0
Total ativo bruto	75,0	7,8	9,1	8,2	100,0
Amortizações	65,1	9,9	14,0	10,9	100,0
Provisões	92,4	3,4	2,0	2,2	100,0
Ativo líquido	78,1	7,1	7,4	7,3	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 79 – Estrutura do ativo dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.



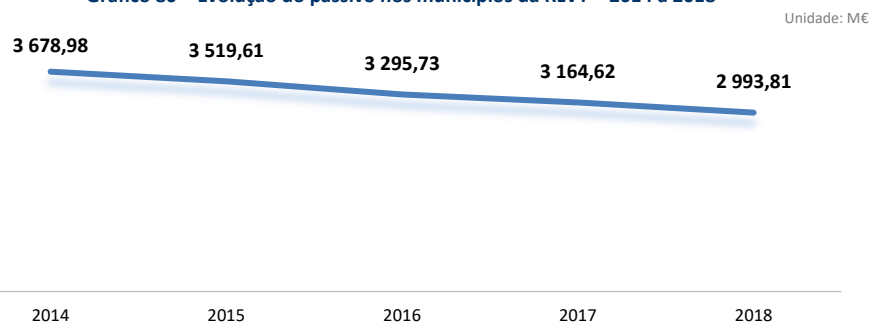
1.2 PASSIVO

1.2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO – 2014 A 2018

Da análise da evolução dos principais componentes do passivo dos municípios da RLVT salienta-se o seguinte:

- Desde 2014, o passivo total registou uma redução de 18,6%, correspondente a uma redução de 685,17 M€, resultado de decréscimos contínuos ao longo deste período;
- No último ano a redução foi de 5,4%, registando-se a 31 de dezembro um passivo de 2.993,81 M€;

Gráfico 80 – Evolução do passivo nos municípios da RLVT – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 65 – Evolução do passivo nos municípios da RLVT – 2014 a 2018

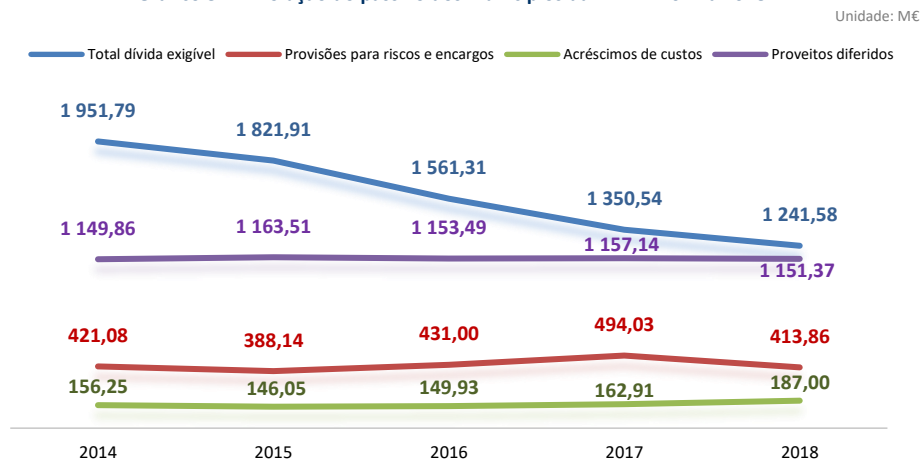
Passivos	Unidade: M€%					Variação %	
	2014	2015	2016	2017	2018	2017-2018	2014-2018
	Total dívida exigível	1.951,79	1.821,91	1.561,31	1.350,54	1.241,58	-8,1
Provisões para riscos e encargos	421,08	388,14	431,00	494,03	413,86	-16,2	-1,7
Acréscimos de custos	156,25	146,05	149,93	162,91	187,00	14,8	19,7
Proveitos diferidos	1.149,86	1.163,51	1.153,49	1.157,14	1.151,37	-0,5	0,1

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

- Não obstante as sucessivas limitações impostas à dívida dos municípios pelos regimes jurídicos das finanças locais específicos do subsetor da administração local, pela lei de enquadramento orçamental ou pelas leis do Orçamento do Estado, a dívida exigível por terceiros constitui ainda a maior componente do passivo, embora com um diferencial bem menor;
- A dívida exigível representou, em média, nos últimos 5 anos, 47,3% do passivo; em termos de valores absolutos, estes diminuíram 36,4%, sendo que no último exercício analisado

(2018) confirmou-se o comportamento positivo das dívidas dos municípios da RLVT, traduzido numa diminuição em 8,1% da dívida exigível por terceiros, face a 2017;

Gráfico 81 – Evolução do passivo dos municípios da RLVT – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

- As provisões para riscos e encargos, representando em média, ao longo do período, 13,0% do total do passivo dos municípios da RLVT, evidenciaram em 2018, uma descida de 7,22 M€, face ao período homólogo, em contraponto ao crescimento que decorria desde 2015, sendo que os valores registados em 2018 ficaram aquém dos evidenciados em 2014;
- A tendência de crescimento registada pelos proveitos diferidos⁵⁶ entre 2014 e 2015 não se confirmou nem em 2016 nem em 2018, o que poderá estar associado com a aprovação/execução dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários e consequente menor atribuição de subsídios ao investimento aos municípios, nesta fase;
- Na região, o município de Moita permaneceu, em 2018, como o único município que não registou proveitos diferidos, o mesmo se verificando nos vários exercícios analisados;
- Entre 2017 e 2018, 36 municípios registaram uma redução do passivo e 16 aumentaram; em termos relativos a maior redução do passivo foi registada em Alcanena (-41,4%) e o maior aumento do passivo no município de Odivelas⁵⁷ (+34,8%).

⁵⁶ COMO PROVEITOS DIFERIDOS (CONTA 274 DO POCAL) REGISTAM-SE OS PROVEITOS QUE DEVAM SER RECONHECIDOS NOS EXERCÍCIOS SEGUINTE, COMO SEJAM AS RENDAS RECEBIDAS ADIANTAMENTE, AS FATURAS EMITIDAS SOBRE PRODUTOS A FORNECER OU SERVIÇOS A PRESTAR NOS ANOS SEGUINTE OU OS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS.

⁵⁷ Contratação de um empréstimo MLP em 2018.

Tabela 66 – Evolução do peso das componentes no passivo – 2014 a 2018

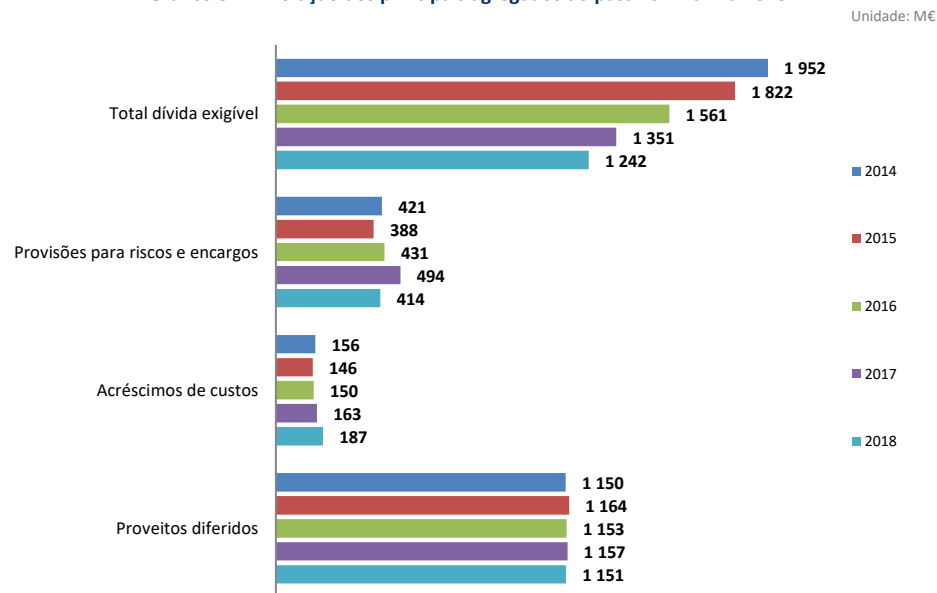
Peso no passivo	2014	2015	2016	2017	2018	Unidade: % Variação	
						2017-2018	2014-2018
						Total dívida exigível	53,1
Provisões para riscos e encargos	11,4	11,0	13,1	15,6	13,8	-11,4	20,8
Acréscimos de custos	4,2	4,1	4,5	5,1	6,2	21,3	47,1
Proveitos diferidos	31,3	33,1	35,0	36,6	38,5	5,2	23,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Comparando a composição do passivo a 31 dezembro de 2014 com a verificada em 31 dezembro de 2018, no conjunto dos municípios da RLVT, constata-se:

- A diminuição contínua e significativa do peso da dívida exigível, evoluindo favoravelmente de 53,1% para 41,5%;
- A subida em todos os anos do peso dos proveitos diferidos, de 31,3% para 38,5%;
- A evolução tendencialmente crescente das provisões para riscos e encargos até 2017, com descida em -11,4%, registada no ano seguinte;
- O reforço do peso do passivo com acréscimos de custos, a partir de 2015, sendo de 4,2% em 2014 e de 6,2% em 2018.

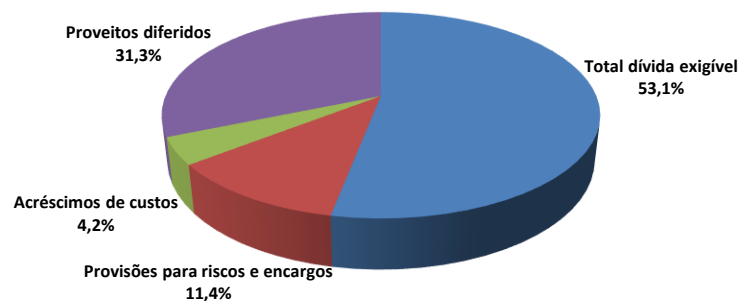
Gráfico 82 – Evolução dos principais agregados do passivo – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico

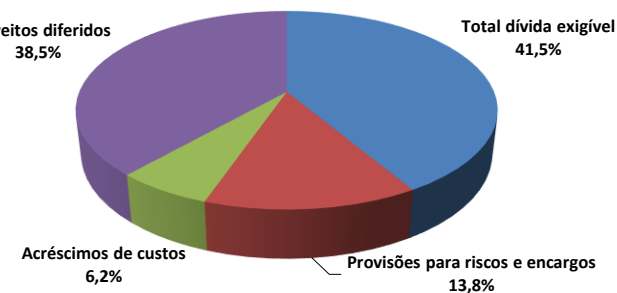
Gráfico 83 – Evolução da estrutura do passivo – 2014 e 2018

2014



Fonte: Prestações de Contas de 2014 e 2018 dos municípios da RLVT.

2018



1.2.2 ESTRUTURA DO PASSIVO POR MUNICÍPIO – 2018

No final de 2018 a dívida a terceiros representava em média 35,8% do passivo dos municípios, variando entre os 9,2% (Alcobaça) e os 89,1% (Moita).

Na maioria dos municípios, as dívidas de médio e longo prazo eram superiores às de curto prazo; no entanto, 10 municípios – Alcobaça, Alcochete, Caldas da Rainha, Chamusca, Coruche, Golegã, Mafra, Nazaré, Oeiras e Sintra, registaram dívidas de curto prazo superiores às de médio e longo prazo.

Referência igualmente para 12 municípios, menos 2 do que em 2017, que não registaram quaisquer provisões para riscos e encargos.

Esta situação é positiva desde que reflita, de facto, a inexistência de fundamentos para o registo de provisões.

Contudo, poderá haver situações em que esteja em causa o cumprimento do princípio da prudência, preconizado no ponto 3.2 do POCAL, nos termos do qual deve ser refletido nas contas um grau de precaução que permita fazer face a passivos contingentes⁵⁸.

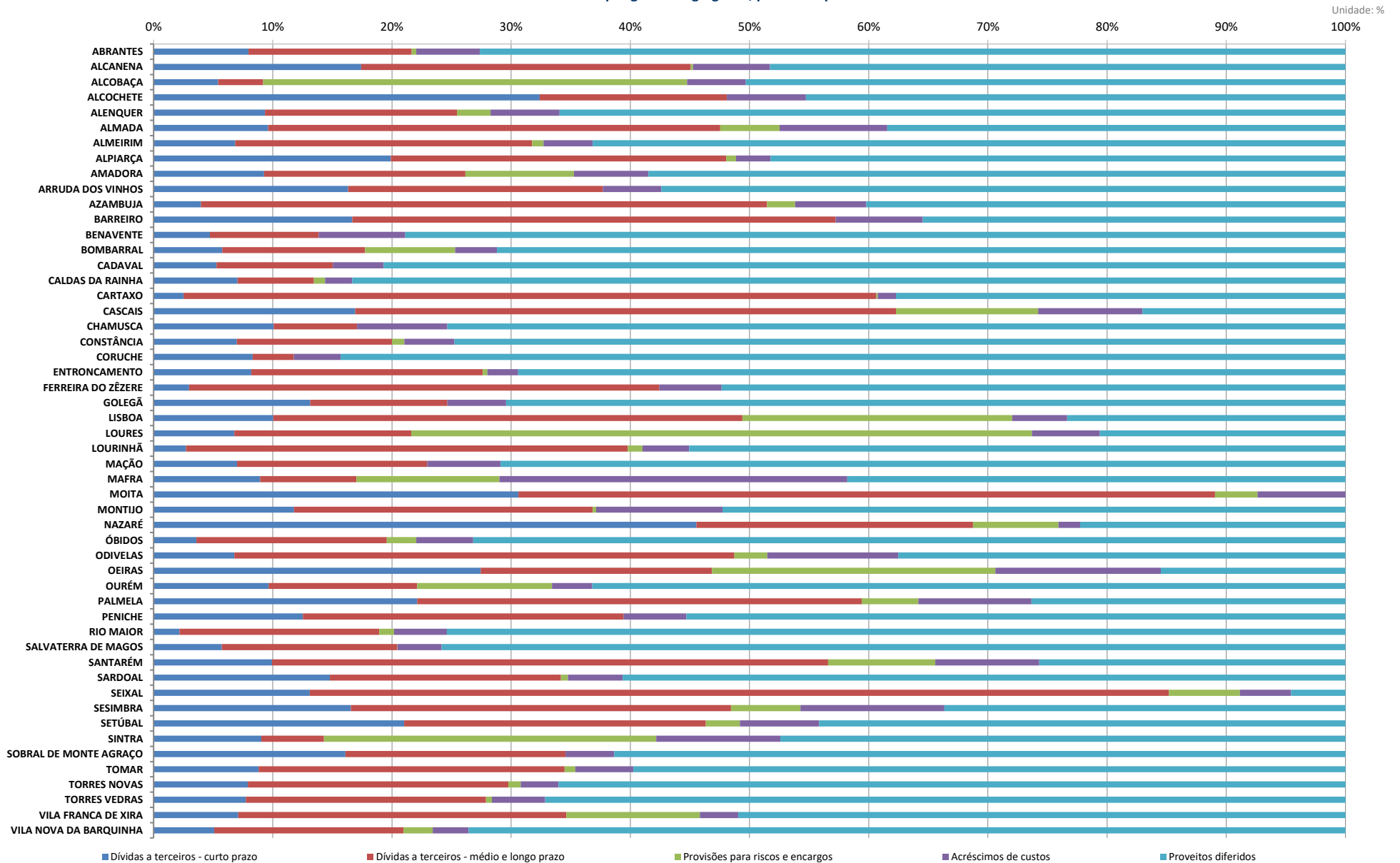
Loures (52,1%), Alcobaça (35,6%) e Sintra (27,9%) foram aqueles em que os passivos contingentes registados como provisões para riscos e encargos assumiram o maior peso relativo no conjunto do passivo.

Em média, 52,4% das verbas registadas pelos municípios como passivos resultaram de proveitos diferidos, refletindo o elevado grau de financiamento dos investimentos com recurso a transferências de capital.

Todos os municípios, com exceção de Moita, registaram verbas em proveitos diferidos.

⁵⁸ MUNICÍPIOS SEM REGISTO DE PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS, EM 31-12-2018: ALCOCHETE, ARRUDA DOS VÍNHOS, BARREIRO, BENAVENTE, CADAVAL, CHAMUSCA, CORUCHE, FERREIRA DO ZÉZERE, GOLEGÃ, MAÇÃO, PENICHE E SOBRAL DE MONTE AGRAÇO.

Gráfico 84 – Passivo por grandes agregados, por município – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico

1.2.3 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO POR NUTS III – 2018

Tabela 67 – Composição do passivo em 2018, por NUTS III

Passivos	Unidade: M€				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Dívidas a terceiros - curto prazo	236,03	23,63	23,96	44,27	327,88
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	674,32	125,90	54,90	58,58	913,70
Total dívida exigível	910,35	149,52	78,85	102,85	1.241,58
Provisões para riscos e encargos	375,35	9,46	6,40	22,65	413,86
Acréscimos de custos	144,29	17,70	11,33	13,68	187,00
Proveitos diferidos	588,00	180,57	178,93	203,87	1.151,37
Total passivo	2.017,99	357,25	275,51	343,05	2.993,81

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

A distribuição do passivo pelas NUTS III confirma a evidência demonstrada anteriormente do peso da Área Metropolitana de Lisboa na região.

Tal como se constatou em relação ao ativo, também no passivo as provisões para riscos e encargos assumem uma relevância muito maior nesta sub-região. Com 67,4% do passivo, os municípios da Área Metropolitana de Lisboa registaram 90,7% do total das provisões feitas na região, sendo o Médio Tejo aquela sub-região onde o peso das provisões foi menor, correspondente a apenas 1,5% do total registado na região.

Destaque também para o facto de 13,8% do total regional das dívidas a terceiros de médio e longo prazo terem sido contraídas pelo conjunto dos municípios da Lezíria do Tejo.

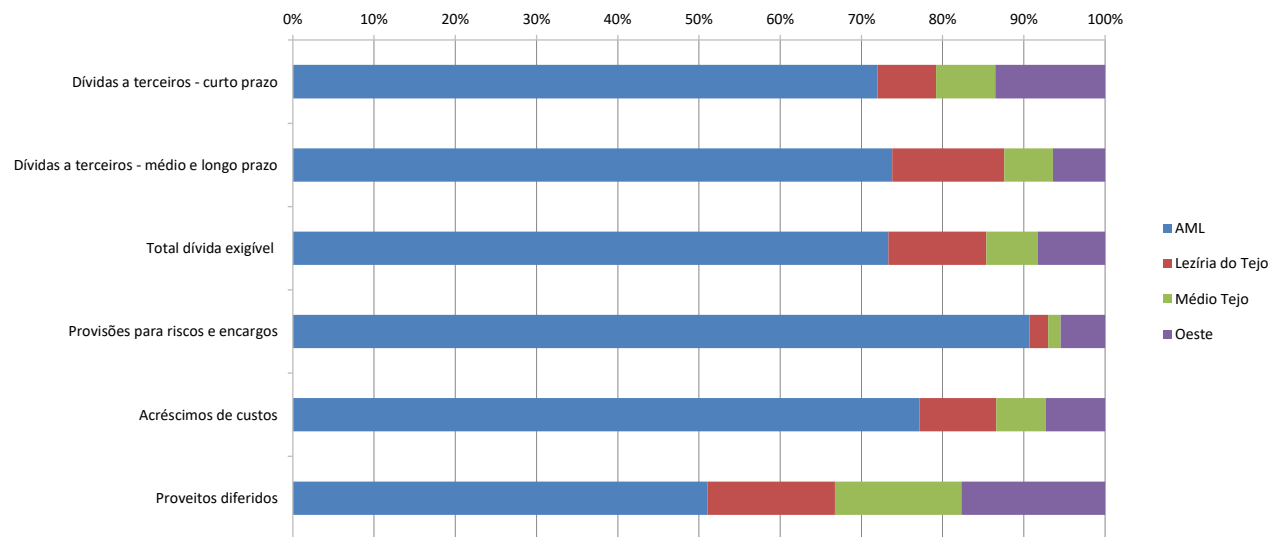
Já no que reporta às dívidas a terceiros de curto prazo, realce para a sub-região do Oeste, onde o rácio foi de 13,5% do total regional.

Tabela 68 – Estrutura do passivo dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III

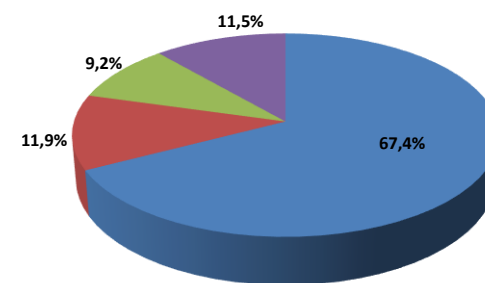
Passivos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Dívidas a terceiros - curto prazo	72,0	7,2	7,3	13,5	100,0
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	73,8	13,8	6,0	6,4	100,0
Total dívida exigível	73,3	12,0	6,4	8,3	100,0
Provisões para riscos e encargos	90,7	2,3	1,5	5,5	100,0
Acréscimos de custos	77,2	9,5	6,1	7,3	100,0
Proveitos diferidos	51,1	15,7	15,5	17,7	100,0
Passivo	67,4	11,9	9,2	11,5	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 85 – Estrutura do passivo dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT.



1.2.4 DIVIDA A TERCEIROS – 2018

1.2.4.1 DÍVIDA COMERCIAL⁵⁹ E FINANCEIRA

A dívida dos municípios, rondando os 1.241,58 M€, é essencialmente financeira⁶⁰. Em média, 29,7% da dívida dos municípios é comercial, sendo os restantes 70,3% de natureza financeira. Ainda assim, verificou-se uma amplitude significativa entre os municípios.

O peso da dívida comercial contraída junto de fornecedores e outros credores variou entre 1,8% do total da dívida no Cartaxo e 84,3%, em Mafra.

A dívida financeira é constituída na sua grande maioria por empréstimos contratados junto da banca, representativos de 89,3% das dívidas de empréstimos.

Em matéria de empréstimos obtidos pelos municípios ao abrigo de programas de apoio do Estado à reestruturação do endividamento municipal (PPTH⁶¹, PREDE⁶², PAEL⁶³ e FAM⁶⁴), no final de 2018, as dívidas destes no âmbito daqueles programas apresentavam a situação constante da tabela seguinte.

As dívidas contraídas ao abrigo destes programas têm vindo a diminuir, à medida que se prolonga no tempo a execução dos mesmos e têm lugar as amortizações programadas. Em média, no exercício em análise, as dívidas do PREDE representavam 0,8%, do PAEL 6,8%, os empréstimos do FAM 3,6%⁶⁵. Os empréstimos no âmbito do PPTH em 2018 já se encontravam todos liquidados. As restantes dívidas de empréstimos resultam de empréstimos de médio e longo prazo contraídas junto de instituições de crédito. Refira-se igualmente que alguns dos municípios têm recorrido a operações de substituição de dívida para amortização destes empréstimos, considerando a possibilidade de negociação de uma taxa de juro mais baixa⁶⁶.

O quadro seguinte reúne a informação disponível sobre os empréstimos dos municípios resultantes do recurso a programas do Estado para recuperação da situação financeira⁶⁷.

Tabela 69 – Capital em dívida em 31-12-2018 de empréstimos contraídos no âmbito de programas do Estado para recuperação financeira dos municípios

NUTS III		Municípios	PPTH	PREDE	PAEL	FAM / ATU	Total
MT	Alcanena		0	117.401	0	0	117.401
O	Alcobaça		0	120.000	0	0	120.000
AML	Alcochete		0	94.239	0	0	94.239
O	Alenquer		0	41.369	705.846	0	747.215
LT	Alpiarça		0	74.186	0	0	74.186
O	Bombarral		0	103.706	0	0	103.706
LT	Cartaxo		0	0	0	51.453.430	51.453.430
LT	Chamusca		0	0	1.102.577	0	1.102.577
MT	Entroncamento		0	18.739	0	0	18.739
AML	Lisboa		0	4.112.244	0	0	4.112.244
O	Lourinhã		0	0	590.440	0	590.440
O	Nazaré		0	0	0	9.953.508	9.953.508
O	Óbidos		0	0	2.089.832	0	2.089.832
MT	Ourém		0	454.400	2.032.807	0	2.487.207
O	Peniche		0	0	1.882.526	0	1.882.526
LT	Rio Maior		0	42.101	516.668	0	558.769
LT	Santarém		0	920.000	0	0	920.000
MT	Sardoal		0	41.564	0	0	41.564
AML	Sesimbra		0	0	5.149.195	0	5.149.195
AML	Sintra		0	388.037	0	0	388.037
O	Sobral de Monte Agraço		0	0	639.496	0	639.496
MT	Torres Novas		0	478.134	4.142.750	0	4.620.884
MT	Vila Nova da Barquinha		0	0	422.495	0	422.495
Total dívida			0	7.006.121	19.274.632	61.406.938	87.687.691

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

1.2.4.2 DÍVIDA NÃO ORÇAMENTAL

A dívida não orçamental não constitui propriamente dívida do município, mas uma retenção temporária de verbas a entregar a terceiros, encontrando-se coberta por disponibilidades. Em 31 de dezembro de 2018, todos os municípios registavam dívidas não orçamentais, as quais representavam, contudo, e em geral, um peso muito baixo no cômputo total da dívida. Em média,

as dívidas não orçamentais constituíam 7,0% da dívida dos municípios da RLVT, tendo sido registado em Sintra (27,2% do total da dívida) o maior peso relativo da dívida não orçamental.

⁵⁹ INCLUINDO-SE NESTA TAMBÉM A DÍVIDA ADMINISTRATIVA, ENTENDIDA COMO AS DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (IVA, SEGURANÇA SOCIAL, ETC).

⁶⁰ MESMO CONSIDERANDO NESTA APENAS AS DÍVIDAS BANCÁRIAS, UMA VEZ QUE NÃO SE DISPÕE DE INFORMAÇÃO SOBRE A DÍVIDA DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, QUE TAMBÉM DEVERIA SER ABRANGIDA NA DÍVIDA FINANCEIRA, MAS QUE, POR FALTA DE INFORMAÇÃO, CONSTA DAS DÍVIDAS COMERCIAIS.

⁶¹ O PROGRAMA PAGAR A TEMPO E HORAS (PPTH) FOI APROVADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO.

⁶² O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO (PREDE) FOI APROVADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 191-A/2008, DE 27 DE NOVEMBRO, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO.

⁶³ O PAEL FOI CRIADO PELA LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO, ALTERADA PELA LEI N.º 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO (ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2017). A PORTARIA N.º 281-A/2012, DE 14 DE SETEMBRO, POR SUA VEZ, PROCEDEU À REGULAMENTAÇÃO DO PAEL.

⁶⁴ A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL CONSTA DA LEI N.º 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, ALTERADA PELA LEI N.º 69/2015, DE 16 DE JULHO.

⁶⁵ APENAS DOIS MUNICÍPIOS, CARTAXO E NAZARÉ, REGISTAVAM DÍVIDAS JUNTO DO FAM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

⁶⁶ ARRUDA DOS VINHOS, AZAMBUJA, BARREIRO, ENTRONCAMENTO, SANTARÉM E SARDOAL.

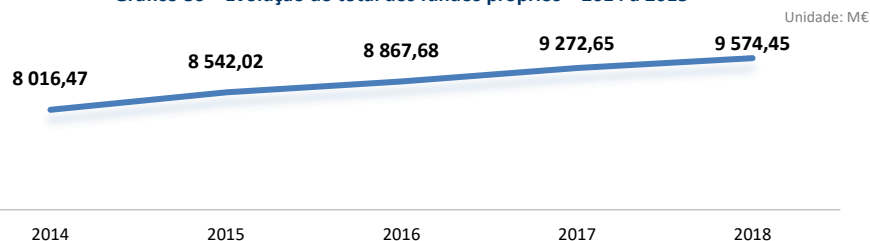
⁶⁷ NO QUADRO NÃO CONSTAM OS EMPRÉSTIMOS PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, UMA VEZ QUE ESTES, APESAR DE SEREM CONTRATADOS PARA FAZER FACE A SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO EXCESSIVO, SÃO CONTRATUALIZADOS PELOS MUNICÍPIOS AO ABRIGO DO REGIME JURÍDICO DAS FINANÇAS LOCAIS (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO E LEIS DAS FINANÇAS LOCAIS ANTERIORES).

1.3 FUNDOS PRÓPRIOS

1.3.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2014 A 2018

Em valores absolutos, entre 2014 e 2018, registou-se um aumento de 1.557,98 M€ dos fundos próprios dos municípios da RLVT, correspondente, em termos relativos, a uma variação de +19,4%. Todas as componentes dos fundos próprios aumentaram, mantendo-se praticamente constante as reservas de reavaliação.

Gráfico 86 – Evolução do total dos fundos próprios – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Tabela 70 – Evolução dos fundos próprios nos municípios da RLVT – 2014 a 2018

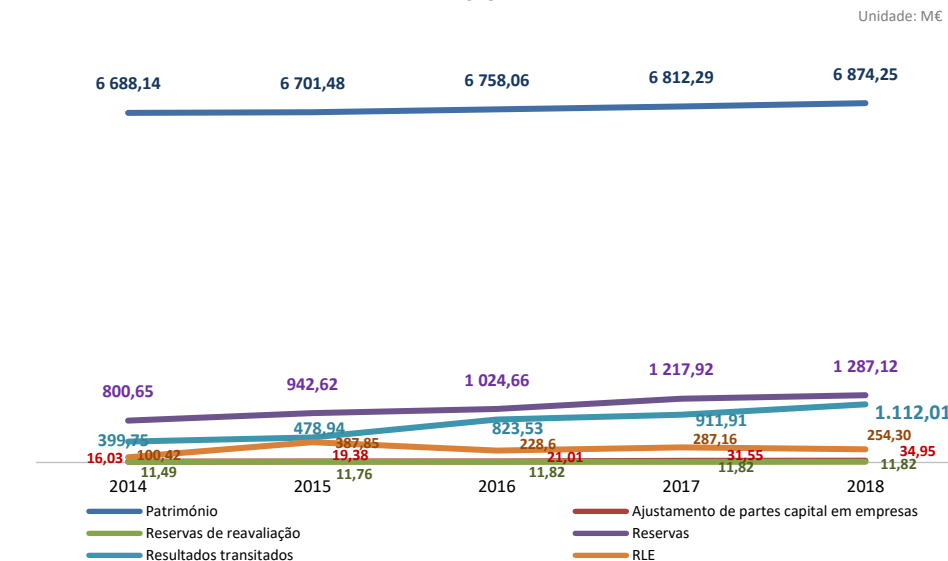
Fundos próprios	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
						Unidade: M€	
Património	6.688,14	6.701,48	6.758,06	6.812,29	6.874,25	0,9	2,8
Ajustamento de partes capital em empresas	16,03	19,38	21,01	31,55	34,95	10,8	118,0
Reservas de reavaliação	11,49	11,76	11,82	11,82	11,82	0,0	2,8
Reservas	800,65	942,62	1.024,66	1.217,92	1.287,12	5,7	60,8
Resultados transitados	399,75	478,94	823,53	911,91	1112,01	21,9	178,2
RLE	100,42	387,85	228,6	287,16	254,30	-11,4	153,2

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

O património, agregando os fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe foram consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas, valorizou-se 2,8%, entre 2014 e 2018, resultante de uma valorização do património por parte de alguns municípios, mas também por muitos outros continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património⁶⁸.

Apesar da ligeira valorização no último ano (+0,9%), o património destaca-se por constituir a maior componente dos fundos próprios (71,8%). Registo para 29 municípios sem alterações no valor do respetivo património, entre 2017 e 2018. Constate-se também que os municípios de Almada, Entroncamento, Constância e Montijo diminuíram o valor do seu património.

Gráfico 87 – Evolução dos principais componentes dos fundos próprios dos municípios da RLVT – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Tabela 71 – Evolução do peso das componentes dos fundos próprios – 2014 a 2018

Peso nos fundos próprios	2014	2015	2016	2017	2018	Variação	
						2017-2018	2014-2018
						Unidade: %	
Património	83,4	78,5	76,2	73,5	71,8	-2,3	-13,9
Ajustamento de partes capital em empresas	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	7,3	82,5
Reservas de reavaliação	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-3,2	-13,9
Reservas	10,0	11,0	11,6	13,1	13,4	2,4	34,6
Resultados transitados	5,0	5,6	9,3	9,8	11,6	18,1	132,9
RLE	1,3	4,5	2,6	3,1	2,7	-14,2	112,0

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

O peso do património no conjunto dos fundos próprios tem vindo a cair ao longo dos últimos 5 anos (de 83,4% para 71,8%), reforçando-se o peso das reservas (de 10,0% para 13,4%) e dos resultados transitados (de 5,0% para 11,6%).

⁶⁸ NÃO OBSTANTE A APLICAÇÃO DO POCAL SER OBRIGATORIA DESDE 2002, A INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL É UMA DAS ÁREAS EM QUE SE VERIFICA UM NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DO POCAL MENOS COMPLETA, A PAR DA CONTABILIDADE DE CUSTOS. NO CASO DA

INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO, AS DIFICULDADES NA APLICAÇÃO INTEGRAL DO POCAL SÃO JUSTIFICADAS, ESSENCIALMENTE, PELAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DOS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO E PELO FACTO DE ESTES BENS ESTAREM FORA DO MERCADO.

1.3.2 ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS POR MUNICÍPIO – 2018

Em 2018, o património na RLVT (6.874,25 M€) representou 71,8% dos fundos próprios dos municípios, sendo que esse peso foi de 67,6% na Área Metropolitana de Lisboa, 95,0% na Lezíria do Tejo, 96,9% no Médio Tejo e 78,7% no Oeste.

O município de Torres Vedras foi aquele em que o peso do seu património foi menor (28,6%), devido ao peso reforçado das suas reservas.

Sendo que na RLVT 13,4% dos fundos próprios são constituídos por reservas, realce para os municípios de Amadora, Torres Vedras e Alcochete, onde esse peso foi de, respectivamente, 61,9%, 44,8% e 42,7%.

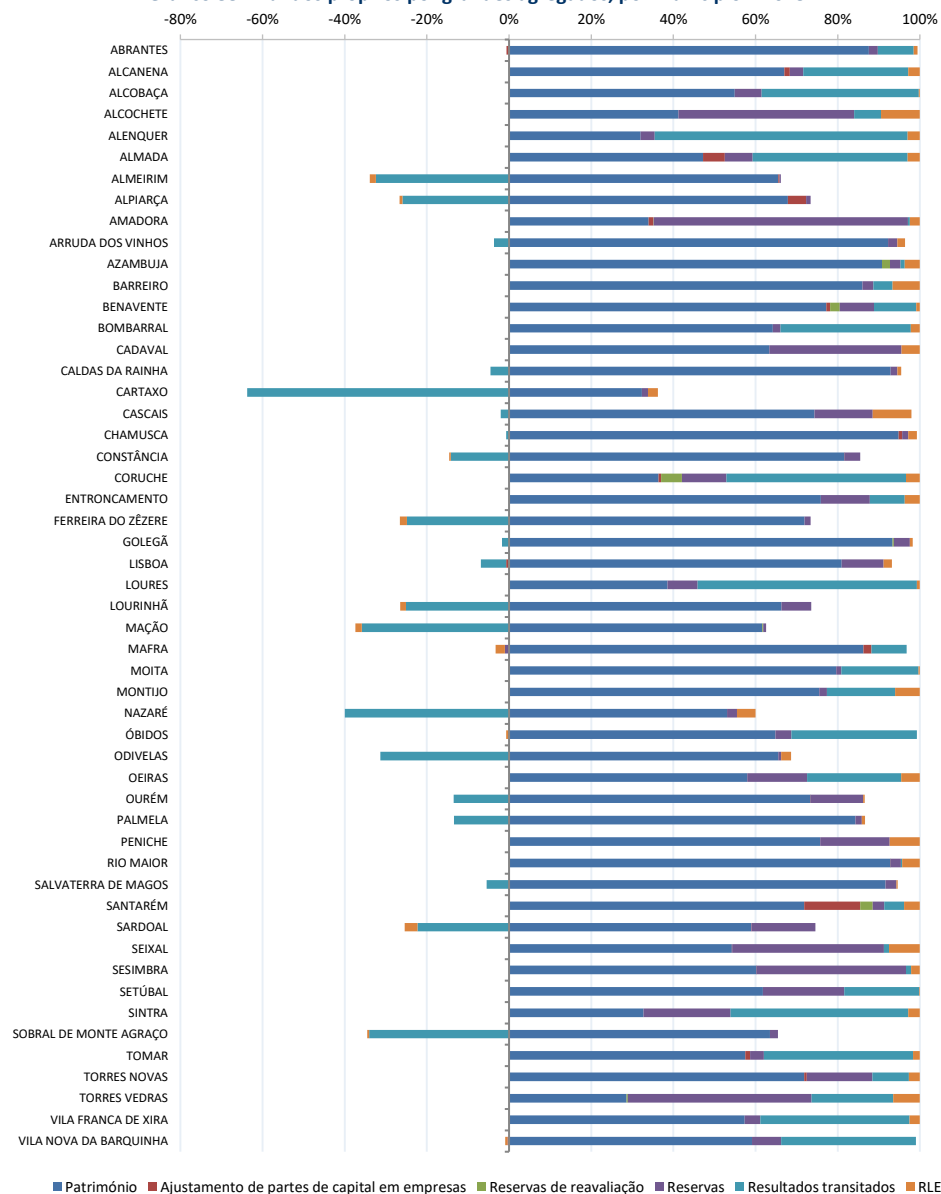
Os resultados transitados, com peso negativo na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo, alcançaram um peso de 11,6% dos fundos próprios da Região, resultado dos registos alcançados na AML (peso de 14,4%) e no Oeste (peso de 14,3%).

Em termos municipais, destacou-se a influência dos resultados transitados de Alenquer e de Loures, os dois representando mais de metade do valor dos respetivos fundos próprios.

20 municípios registaram resultados transitados negativos, com destaque para o Cartaxo – resultados transitados significativamente negativos, situação que se repercutiu sobre um montante total de fundos próprios, também negativo.

De notar que 11 municípios apresentaram RLE negativos, 5 do Médio Tejo, 3 do Oeste, 2 da Lezíria do Tejo e 1 da AML.

Gráfico 88 – Fundos próprios por grandes agregados, por município – 2018



Fonte: Prestações de Contas 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

1.3.3 COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS POR NUTS III – 2018

Também ao nível dos fundos próprios, os municípios da AML registaram os valores mais elevados da RLVT. Em termos globais, os fundos próprios da AML representaram 81,5% variando os restantes pesos entre 5,6%, na Lezíria do Tejo, e os 6,9%, no Médio Tejo.

Destaque para o facto de as reservas de reavaliação e o ajustamento de partes de capital em empresas terem sido fundos próprios significativos na Lezíria do Tejo, representando, 94,2% e 73,6% dos totais respetivos, gerados na RLVT.

Tabela 72 – Composição dos fundos próprios em 2018, por NUTS III

Fundos próprios	Unidade: M€				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Património	5.271,59	508,92	639,56	454,17	6.874,25
Ajustamento partes de capital em empresas	8,44	25,71	0,80	0,00	34,95
Reservas de reavaliação	0,14	11,12	0,22	0,34	11,82
Reservas	1.120,52	24,07	60,27	82,26	1.287,12
Resultados transitados	1.173,88	-47,20	-43,87	29,20	1.112,01
RLE	227,55	12,91	2,82	11,02	254,30
Total de fundos próprios	7.802,12	535,53	659,80	576,99	9.574,45

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

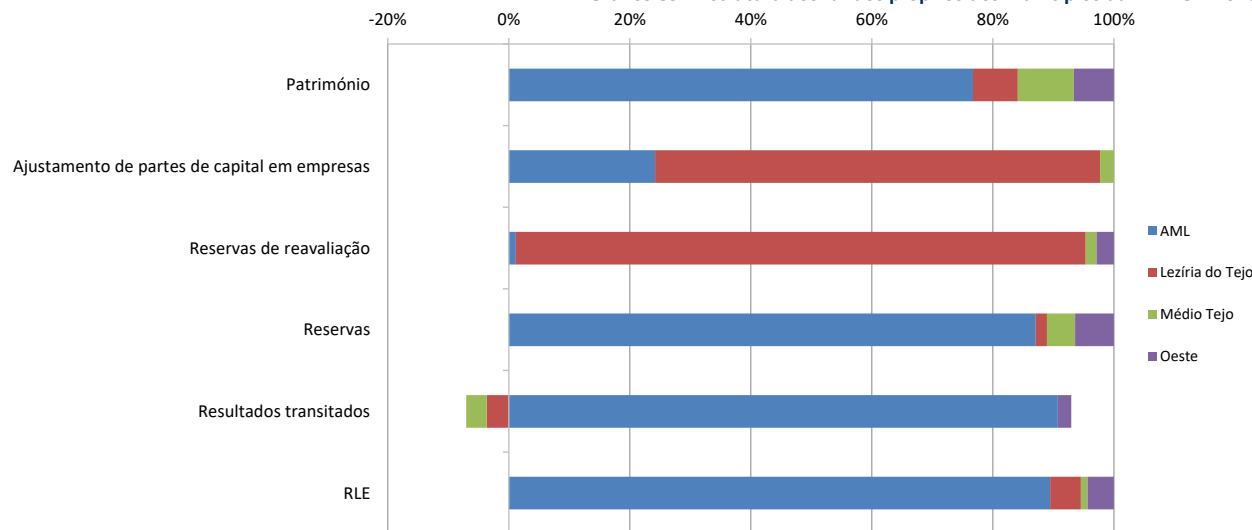
Tabela 73 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III

Fundos próprios	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Património	76,7	7,4	9,3	6,6	100,0
Ajustamento partes de capital em empresas	24,2	73,6	2,3	0,0	100,0
Reservas de reavaliação	1,2	94,2	1,8	2,9	100,0
Reservas	87,1	1,9	4,7	6,4	100,0
Resultados transitados	105,6	-4,2	-3,9	2,6	100,0
RLE	89,5	5,1	1,1	4,3	100,0
Fundos próprios	81,5	5,6	6,9	6,0	100,0

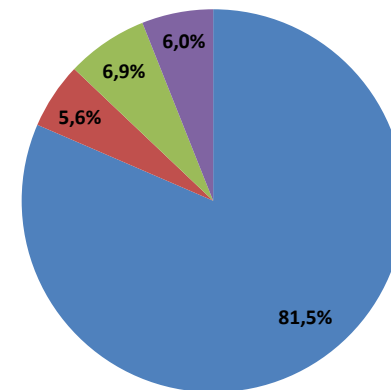
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Para o conjunto dos municípios das sub-regiões da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo os resultados transitados foram negativos, em 2018.

Gráfico 89 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.



2 ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA

Esta análise assenta na informação registada pelos municípios da RLVT nas respetivas demonstrações de resultados aprovadas.

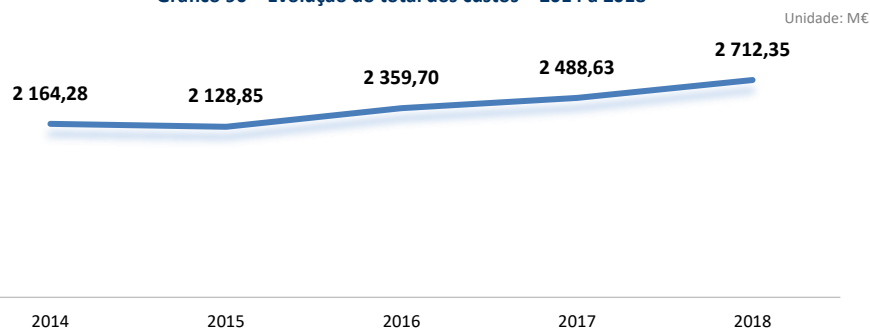
A demonstração de resultados apresenta os custos e os proveitos reconhecidos do exercício, classificados por natureza. Os resultados são classificados em correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros. A demonstração de resultados é um importante instrumento de análise económica, na medida em que fornece informação sobre o desempenho dos municípios ao longo do exercício.

2.1 CUSTOS

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS CUSTOS – 2014 A 2018

Os custos do conjunto dos municípios da região, ascendendo aos 2.712,35 M€, aumentaram, entre 2014 e 2018, 25,3%, correspondente a 548,07 M€.

Gráfico 90 – Evolução do total dos custos – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

No entanto, a análise dos vários agregados que os constituem permite identificar situações diversificadas:

- Os custos operacionais aumentaram 328,55 M€, com maiores aumentos ao nível das dos custos com o pessoal (+103,70 M€) e de fornecimentos e serviços externos, estes com uma variação positiva de 102,41 M€;
- Também os custos com as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, bem como as amortizações do exercício subiram continuamente ao longo daquele período, respetivamente, 41,2% e 20,3%;
- O aumento contínuo das amortizações do exercício explica-se com o aumento dos bens inventariados e com o aumento do ativo imobilizado dos municípios e o seu

O resultado operacional ou económico abrange os custos e proveitos obtidos na atividade principal dos municípios. Na medida em que respeitam à atividade principal das entidades, este subgrupo da demonstração de resultados é o mais desenvolvido.

Os resultados financeiros compreendem os custos e proveitos decorrentes das decisões financeiras e de investimentos financeiros efetuados pelos municípios. Os resultados extraordinários decorrem da relação entre os custos e proveitos resultantes de operações não correntes.

envelhecimento; apesar de não se traduzirem em exfluxos de verbas, estes custos refletem exigências futuras em termos da conservação/recuperação dos ativos a que respeitam;

- Destaque também para um aumento significativo nos custos e perdas extraordinários (+215,35 M€);
- Em trajetória contrária à tendência global, constatou-se que os custos financeiros, tendo vindo a registar uma tendência sempre decrescente até 2017, cresceram 67,0% no ano seguinte, acabando por evidenciar um aumento de 9,3% face a 2014.

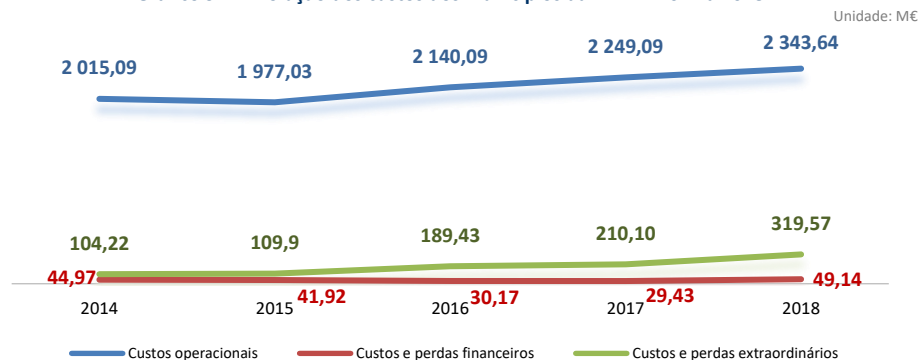
Tabela 74 – Evolução dos custos nos municípios da RLVT – 2014 a 2018

Unidade: M€

Custos	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
Custos operacionais	2.015,09	1.977,03	2.140,09	2.249,09	2.343,64	4,2	16,3
<i>CMVMC</i>	30,59	33,62	33,09	33,86	32,85	-3,0	7,4
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	592,74	608,36	653,95	695,20	695,15	0,0	17,3
<i>Custos com o pessoal</i>	773,43	779,62	795,44	829,56	877,13	5,7	13,4
<i>Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais</i>	213,38	235,41	246,02	266,79	301,21	12,9	41,2
<i>Amortizações do exercício</i>	261,49	263,43	286,32	305,17	314,48	3,0	20,3
<i>Provisões do exercício</i>	134,87	48,45	116,02	106,26	107,51	1,2	-20,3
<i>Outros custos operacionais</i>	8,59	8,14	9,25	12,25	15,32	25,1	78,4
Custos e perdas financeiros	44,97	41,92	30,17	29,43	49,14	67,0	9,3
Custos e perdas extraordinários	104,22	109,9	189,43	210,10	319,57	52,1	206,6
Total custos	2.164,28	2.128,85	2.359,70	2.488,63	2.712,35	9,0	25,3

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 91 – Evolução dos custos dos municípios da RLVT – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT.

Entre 2017 e 2018, a tendência crescente dos custos confirmou-se para todos os agregados em análise, designadamente +4,2% nos custos operacionais, +67,0% nos custos e perdas financeiros e +52,1% nos custos e perdas extraordinários.

Como nota de exceção reporte-se a descida dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (-3,0%).

Análise distinta reporta ao peso das componentes dos custos, com destaque:

- O crescente peso dos custos e perdas extraordinários ao longo do período em análise, de 4,8% do total de custos em 2014 evoluiu para 11,8% em 2018;
- Este reforço fez baixar o peso dos custos operacionais (de 93,1% desceu para 86,4% do total de custos), essencialmente à custa da descida do peso dos custos com os fornecimentos e serviços externos (de 27,4% para 25,6%) e ainda do peso dos custos com o pessoal (de 35,7% para 32,3%, já que o peso das transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais subiu, de 9,9% para 11,1%);
- Por outro lado, embora não tão significativamente, desceu também o peso dos custos e perdas financeiros, de 2,1% para 1,8%, entre 2014 e 2018.

Considerando a evolução destes custos, registada entre 2017 e 2018, constata-se que o crescente peso dos custos e perdas extraordinários (+39,6%) e a subida do peso dos custos e perdas financeiros (+53,2%), teve impacto na estrutura dos custos operacionais, cujo peso desceu -4,4%, essencialmente pela queda do peso dos fornecimentos e serviços externos, do peso dos custos com o pessoal e das amortizações do exercício.

Também entre 2017 e 2018, foram 8 os municípios que evidenciaram, nos custos totais, uma variação superior a 10%, com destaque para Sardoal (+24,6%), seguindo-se Lisboa, Sesimbra, Oeiras, Azambuja, Alenquer, Sintra e Alcochete.

Em sentido diferente registou-se uma descida nos custos totais, em 10 municípios, salientando-se as maiores descidas nos municípios de Ourém (-6,2%), Peniche (-4,4%) e Almada (-3,9%).

Tabela 75 – Evolução do peso das componentes nos custos – 2014 a 2018

Unidade: %

Peso custos	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
Custos operacionais	93,1	92,9	90,7	90,4	86,4	-4,4	-7,2
<i>CMVMC</i>	1,4	1,6	1,4	1,4	1,2	-11,0	-14,3
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	27,4	28,6	27,7	27,9	25,6	-8,3	-6,4
<i>Custos com o pessoal</i>	35,7	36,6	33,7	33,3	32,3	-3,0	-9,5
<i>Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais</i>	9,9	11,1	10,4	10,7	11,1	3,6	12,6
<i>Amortizações do exercício</i>	12,1	12,4	12,1	12,3	11,6	-5,5	-4,0
<i>Provisões do exercício</i>	6,2	2,3	4,9	4,3	4,0	-7,2	-36,4
<i>Outros custos operacionais</i>	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	14,7	42,3
Custos e perdas financeiros	2,1	2,0	1,3	1,2	1,8	53,2	-12,8
Custos e perdas extraordinários	4,8	5,2	8,0	8,4	11,8	39,6	144,7
Total de custos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

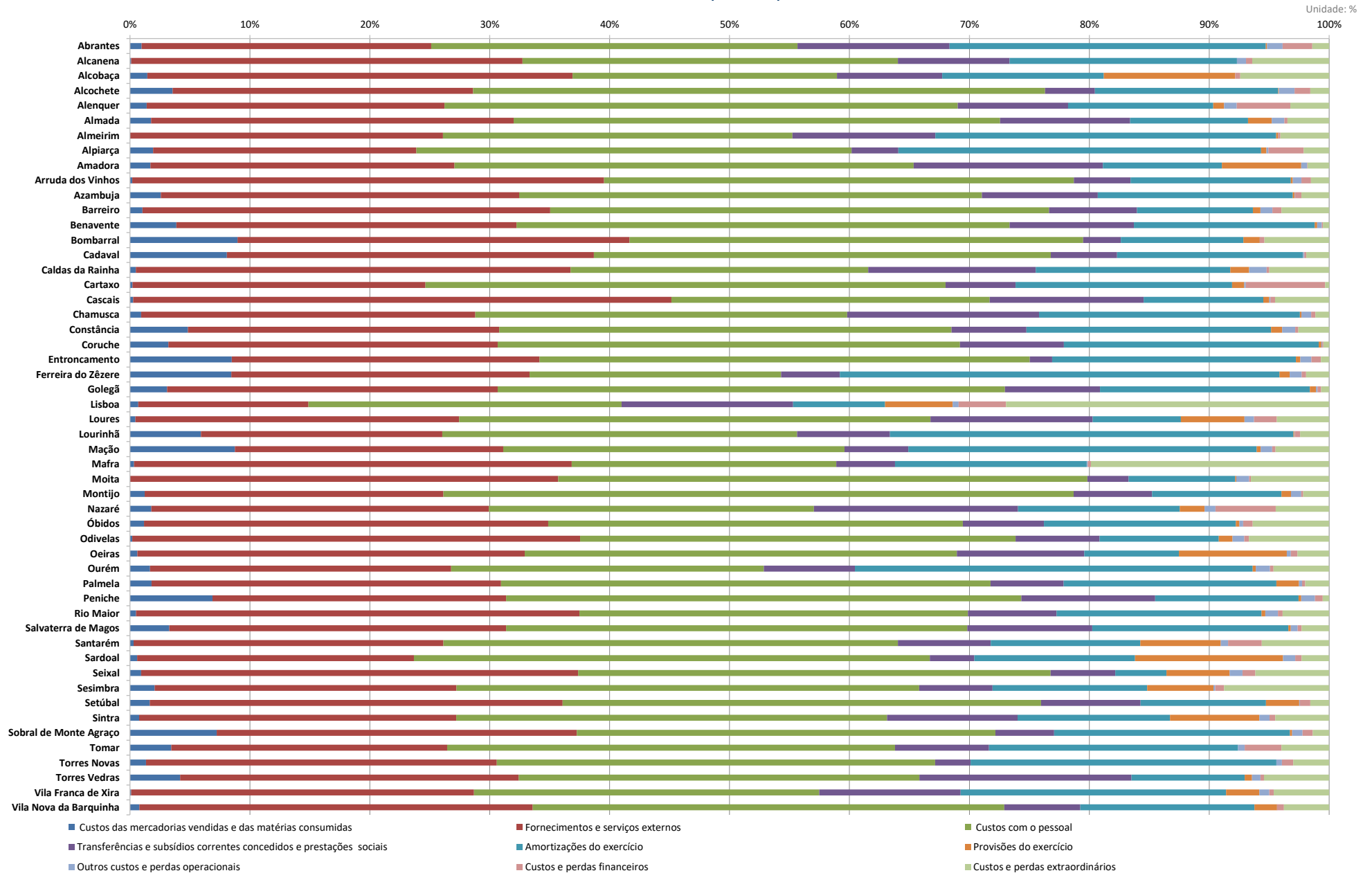
2.1.2 ESTRUTURA DOS CUSTOS POR MUNICÍPIO – 2018

Na análise da estrutura dos custos dos municípios da RLVT, em 2018, infere-se que:

- Em termos globais, os custos com o pessoal constituíam a maior fatia dos custos totais (32,3%), variando entre os 21,0% em Ferreira do Zêzere e os 52,6% registados em Montijo;
- O segundo domínio mais exigente em termos de gastos para os municípios desta região foram os fornecimentos e serviços externos, os quais formavam 25,6% dos custos totais;
- Dos 52 municípios que constituem a RLVT, 36 superam este peso regional, cabendo os valores mais altos deste rácio a Cascais (44,9%) e Arruda dos Vinhos (39,3%); já os municípios de Lisboa (14,2%) e Lourinhã (20,1%) registaram os menores pesos nos custos com fornecimentos e serviços externos;
- As transferências e subsídios correntes, com um peso de 11,1% nos custos dos municípios, apresentaram uma importância relativa com significativa diversidade, uma vez que estes gastos variaram entre 1,9% no município do Entroncamento, e 17,7%, em Torres Vedras;
- Refira-se que neste agregado se consideram, nomeadamente, as transferências para as juntas de freguesia, ao abrigo de protocolos de delegação de competências ou contratos interadministrativos⁶⁹;
- Os custos com amortizações do exercício apresentam também um peso relativo significativo nos municípios, representando 11,6% dos custos totais municipais;
- Em 38 municípios o peso destes custos excede este valor, enquanto nos restantes 14 os custos com amortizações do exercício têm uma menor preponderância;
- Em Ferreira do Zêzere (36,7%) e Lourinhã (33,6%) foram registados os maiores pesos relativos para os custos com amortizações do exercício;
- Os custos operacionais representam um total de 86,4% dos custos totais dos municípios da RLVT, enquanto os custos financeiros, que incluem, designadamente, os juros dos empréstimos e os juros de mora, constituem 1,8% e os custos extraordinários 11,8%;
- Nos custos financeiros, de referir o elevado peso que estes assumiram nos gastos do Cartaxo (6,6%), Nazaré (5,0%), Alenquer (4,5%) e Lisboa (3,9%);
- Numa situação mais favorável estavam 30 municípios, mais 7 do que em 2017, nos quais os custos financeiros assumiam um peso relativo entre os 0% e os 0,5% – Alcanena, Alcobaça, Almada, Almeirim, Amadora, Azambuja, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Mação, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Ourém, Palmela, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Sardoal, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira;
- Nos custos extraordinários, assumiram maior relevância as transferências de capital concedidas a outras entidades, as correções relativas a anos anteriores e a imputação a resultados dos subsídios para investimentos amortizáveis.

⁶⁹ RECORDE-SE QUE ATRAVÉS DA LEI N.º 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO, TEVE LUGAR UMA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE LISBOA, ATRAVÉS DA QUAL FOI DEFINIDO UM NOVO MAPA DA CIDADE, UM QUADRO ESPECÍFICO DAS COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, BEM COMO OS CRITÉRIOS DE REPARTIÇÃO DE RECURSOS ENTRE O MUNICÍPIO E AS FREGUESIAS DO CONCELHO.

Gráfico 92 – Estrutura de custos por município – 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

2.1.3 COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS POR NUTS III – 2018

Tabela 76 – Composição dos custos em 2018, por NUTS III

Custos	Unidade: M€				
	AML	LT	MT	O	RLVT
Custos operacionais	1.803,32	161,80	164,46	214,06	2.343,64
<i>CMVMC</i>	17,05	2,62	5,43	7,75	32,85
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	536,18	46,95	44,50	67,52	695,15
<i>Custos com o pessoal</i>	684,59	62,64	56,26	73,64	877,13
<i>Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais</i>	250,28	15,19	11,59	24,15	301,21
<i>Amortizações do exercício</i>	205,13	30,81	43,79	34,74	314,48
<i>Provisões do exercício</i>	98,37	2,91	1,37	4,86	107,51
<i>Outros custos operacionais</i>	11,72	0,68	1,51	1,41	15,32
Custos e perdas financeiros	42,16	2,49	1,95	2,54	49,14
Custos e perdas extraordinários	299,63	4,58	5,66	9,69	319,57
Total de custos	2.145,11	168,88	172,07	226,29	2.712,35

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Os municípios da Área Metropolitana de Lisboa assumiram uma clara preponderância também ao nível dos custos, uma vez que foram responsáveis por mais de ¾ dos gastos municipais registados na região, em 2018.

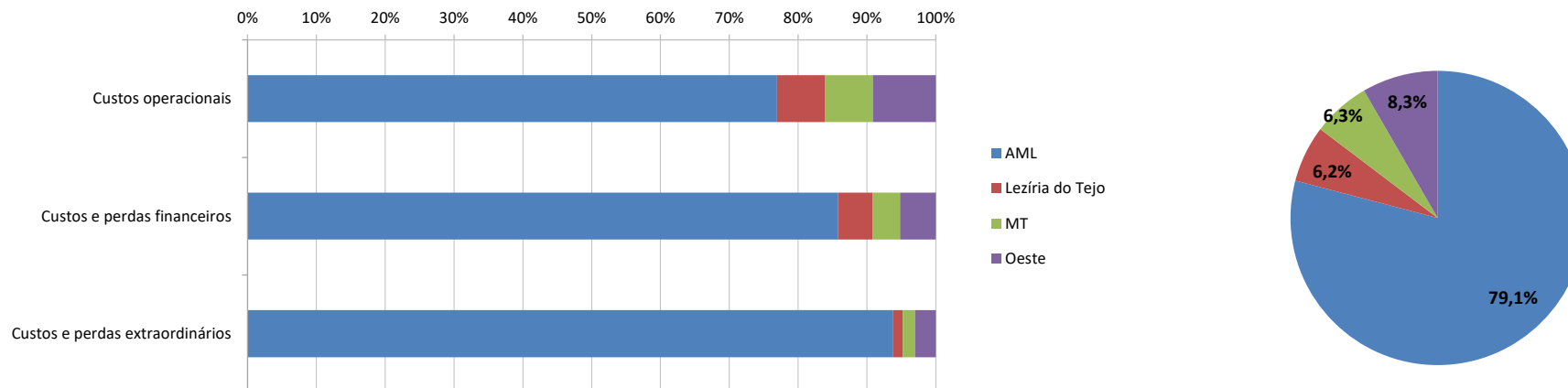
Neste âmbito importa destacar também o papel dos municípios do Oeste, com particular preponderância os gastos com CMVMC, uma vez que nesta rubrica os custos dos municípios do Oeste representaram quase ¼ do total da região.

Tabela 77 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III

Custos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Custos operacionais	76,9	6,9	7,0	9,1	100,0
<i>CMVMC</i>	51,9	8,0	16,5	23,6	100,0
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	77,1	6,8	6,4	9,7	100,0
<i>Custos com o pessoal</i>	78,0	7,1	6,4	8,4	100,0
<i>Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais</i>	83,1	5,0	3,8	8,0	100,0
<i>Amortizações do exercício</i>	65,2	9,8	13,9	11,0	100,0
<i>Provisões do exercício</i>	91,5	2,7	1,3	4,5	100,0
<i>Outros custos operacionais</i>	76,5	4,4	9,8	9,2	100,0
Custos e perdas financeiros	85,8	5,1	4,0	5,2	100,0
Custos e perdas extraordinários	93,8	1,4	1,8	3,0	100,0
Total de custos	79,1	6,2	6,3	8,3	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 93 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

2.2 PROVEITOS

2.2.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS PROVEITOS – 2014 A 2018

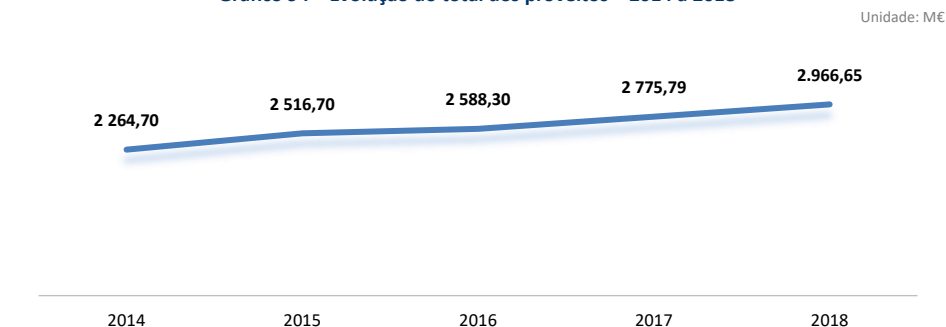
Em 2018, ao atingir os 2.966,65 M€, confirmou-se a tendência de aumento dos proveitos dos municípios da RLVT, registada desde o início do período, com um aumento no último ano em 190,86 M€, representativo de um acréscimo de 6,9%, refletido em quase todas as categorias, com exceção das vendas e prestação de serviços – outras, trabalhos para a própria entidade, proveitos suplementares e proveitos financeiros.

Tabela 78 – Evolução dos proveitos nos municípios da RLVT – 2014 a 2018

Proveitos	2014	2015	2016	2017	2018	Unidade: M€	
						Varição % 2017- 2018	2014- 2018
Total Vendas e prestações de serviços	228,68	272,54	304,36	315,43	337,73	7,1	47,7
Venda de mercadorias e produtos	34,65	36,95	32,03	39,70	42,49	7,0	22,6
Prestação de serviços	179,38	218,69	251,21	260,58	281,48	8,0	56,9
Vendas e prestações de serviços - Outras	14,65	16,89	21,12	15,15	13,76	-9,2	-6,1
Impostos e taxas	1.179,60	1.282,93	1.341,85	1.514,11	1.545,54	2,1	31,0
Varição da produção	0	0	0,01	0,00	0,00	0,0	0,0
Trabalhos para a própria entidade	3,05	2,44	3,32	4,19	2,57	-38,8	-15,8
Proveitos suplementares	21,46	18,53	19,14	19,97	19,66	-1,5	-8,4
Transferências e subsídios obtidos	553,17	578,09	591,74	612,47	631,56	3,1	14,2
Outros proveitos operacionais	26,31	26,1	38,56	27,17	28,40	4,5	7,9
Total proveitos operacionais	2.012,27	2.180,62	2.298,97	2.493,34	2.565,47	2,9	27,5
Proveitos financeiros	58,95	62,99	65,34	71,07	70,51	-0,8	19,6
Proveitos extraordinários	193,48	273,09	223,99	211,38	330,68	56,4	70,9
Total proveitos	2.264,70	2.516,70	2.588,30	2.775,79	2.966,65	6,9	31,0

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 94 – Evolução do total dos proveitos – 2014 a 2018



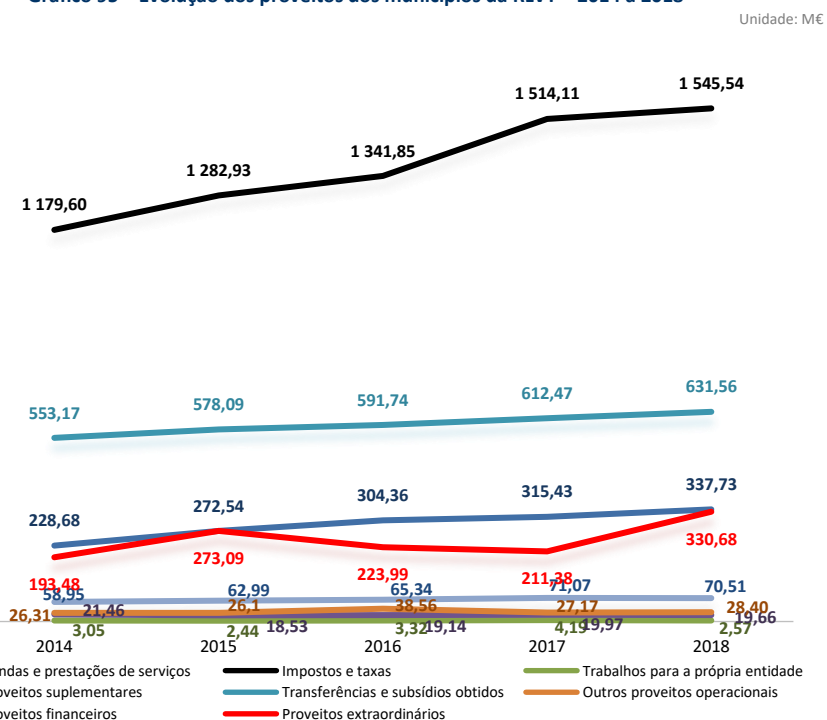
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Os proveitos decorrentes dos impostos e taxas aumentaram significativamente em todo o período em análise, ocorrendo em 2018 um acréscimo de 31,43 M€, face ao período homólogo e de 365,94 M€, face a 2014.

Destaque também para a evolução positiva dos proveitos provenientes da prestação de serviços⁷⁰, com um crescimento de 56,9% entre 2014 e 2018, correspondente a 102,10 M€.

Ao nível das transferências e subsídios confirma-se a tendência de crescimento contínuo verificada desde 2014 ao nível dos proveitos, variação de +78,39 M€ entre o início do período em análise e 2018. Tal como se constata nas receitas, também nos proveitos as transferências e subsídios assumem um papel relevante no conjunto dos proveitos dos municípios.

Gráfico 95 – Evolução dos proveitos dos municípios da RLVT – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

⁷⁰ ENGLoba OS PROVEITOS, DESIGNADAMENTE DA VENDA DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM CEMITÉRIOS, MERCADOS E FEIRAS, PARQUES DE ESTACIONAMENTO, PARQUES DE CAMPISMO, BEM COMO SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS OU DE DESPORTO.

Destaque também para o crescimento em +137,20 M€ de proveitos extraordinários, entre 2014 e 2018 (+70,9%), com particular incidência no último ano, durante o qual se registou um acréscimo em +56,4%.

Importa referir, em particular, referente ao ano transato:

- O aumento significativo de proveitos em 2018, resultante do crescimento simultâneo dos proveitos operacionais, financeiros e extraordinários, face ao ano anterior, nos municípios de Alcochete e Sesimbra;
- A descida dos proveitos de Azambuja, resultante da queda dos proveitos operacionais já que se evidenciaram subidas nos proveitos financeiros e extraordinários.

Tabela 79 – Evolução do peso das componentes nos proveitos – 2014 a 2018

Unidade: %

Peso custos	2014	2015	2016	2017	2018	Variação (%)	
						2017-2018	2014-2018
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	11,7	8,5	8,2	12,7	11,4	-10,5	-2,8
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	1,3	0,9	1,5	3,4	1,4	-57,9	12,9
<i>Prestação de serviços</i>	10,0	7,0	6,0	9,3	9,5	1,8	-4,7
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	0,5	0,6	0,7	0,0	0,5	-21159,6	-4,7
<i>Impostos e taxas</i>	56,5	31,4	27,4	41,7	52,1	24,8	-7,9
<i>Variação da produção</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	0,0	0,0	0,6	0,5	0,1	-82,4	609,4
<i>Proveitos suplementares</i>	0,7	0,2	0,4	1,1	0,7	-41,9	-0,8
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	15,9	47,7	49,6	34,5	21,3	-38,2	34,2
<i>Outros proveitos operacionais</i>	1,0	0,4	0,0	1,5	1,0	-34,2	-6,3
Total proveitos operacionais	85,8	88,1	86,3	92,0	86,5	-6,0	0,8
Proveitos financeiros	1,9	5,1	5,4	2,8	2,4	-15,0	25,2
Proveitos extraordinários	12,3	6,8	8,3	5,2	11,1	114,6	-9,3
Total proveitos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Análise distinta reporta ao peso das componentes dos proveitos, com destaque:

- A evolução do peso das transferências e subsídios obtidos, de 15,9% do total de proveitos em 2014 subiu progressivamente para 49,6% em 2016, ao que se seguiu uma descida gradual, detendo um peso de 21,3% em 2018;
- Tendência inversa ocorreu com o peso de impostos e taxas, entre 2014 e 2016 (de 56,5% diminuiu para 27,4%) passando a crescer continuamente até 2018, ano em que os impostos e taxas registaram um peso de 52,1% do total de proveitos;
- Entre 2014 e 2018 evidencia-se um acréscimo ligeiro (+0,8%) no peso dos proveitos operacionais, que de 85,8% evoluiu para 86,5%, a par de uma subida no peso dos proveitos financeiros, de 1,9% para um peso de 2,4%. Já os proveitos extraordinários registaram, ao longo deste período, descidas e subidas alternadas, terminando em 2018 (11,1%) com um peso inferior ao de 2014 (12,3%).

Considerando apenas a evolução dos proveitos, registada entre 2017 e 2018, constata-se um significativo aumento do peso dos proveitos extraordinários nos proveitos totais (+114,6%), ou seja, de um peso de 5,2% subiu para 11,1%.

Tendência diferente ocorreu com o peso dos proveitos financeiros, ao descer -15,0%, bem como o peso dos proveitos operacionais, ao revelar uma descida em -6,0%, tendo evoluído de um peso de 92,0% para 86,5%, essencialmente decorrente da queda do peso das transferências e subsídios obtidos.

2.2.2 ESTRUTURA DOS PROVEITOS POR MUNICÍPIO – 2018

Em 2018, não obstante, em termos totais, os impostos e taxas representarem 52,1% dos proveitos dos municípios da RLVT, na maior parte dos municípios (38) este tipo de proveitos apresentava uma importância relativa menos significativa.

Constatou-se uma variação significativa na capacidade dos municípios para gerar este tipo de receitas próprias, oscilando o peso dos impostos e taxas no total dos proveitos, registados em 2018, entre os 7,1% de Sardoal e 70,3%, de Cascais.

Em 2018, havia 17 municípios (mais 3 que em 2017) na região em que os proveitos resultantes dos impostos e taxas representavam mais de metade dos respetivos proveitos – Cascais, Oeiras, Almada, Sintra, Nazaré, Mafra, Alcochete, Montijo, Setúbal, Lisboa, Odivelas, Vila Franca de Xira, Palmela, Caldas da Rainha, Loures, Seixal e Torres Vedras.

Em termos relativos, as transferências e os subsídios obtidos, peso regional de 21,3% no total dos proveitos, constituíram-se como os agregados de maior relevância nos municípios de Sardoal (71,7%), Chamusca (70,1%) e Mação (68,2%), em contraponto aos de Lisboa, Sesimbra e Cascais, onde o peso das transferências recebidas e subsídios obtidos apenas representou, respectivamente, 4,3%, 12,6% e 13,7% dos seus proveitos totais.

Os proveitos financeiros, pela sua natureza, e na medida em que a obtenção de lucros financeiros não se encontra entre as atribuições prosseguidas pelas autarquias locais, constituem, em regra, uma pequena parte dos proveitos dos municípios.

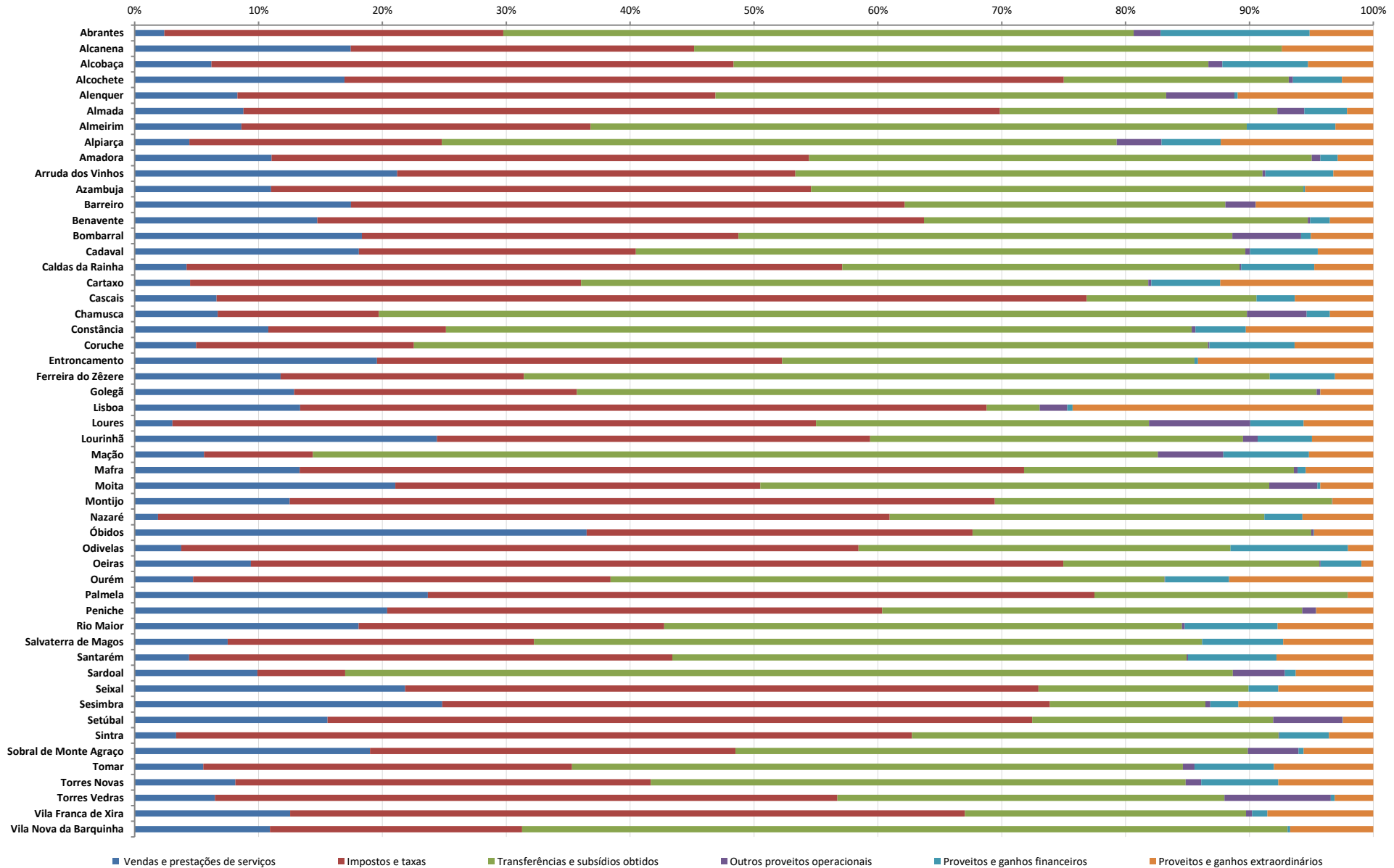
Em 2018, representaram 2,4% do total dos proveitos, no conjunto dos municípios da RLVT, destacando-se Abrantes, no qual os proveitos financeiros representaram 12,0% do valor total, bem como Odivelas, com 9,5%.

Por outro lado, em vários municípios, esta categoria de proveitos teve um peso praticamente nulo, no conjunto dos proveitos registados: Palmela, Alcanena, Peniche, Barreiro, Golegã, Montijo e Setúbal.

Os proveitos extraordinários apresentaram alguma relevância no conjunto dos proveitos dos municípios da RLVT. Se em termos globais estes proveitos constituíam cerca de 11,1% do total, em Lisboa (24,3%), Entroncamento (14,1%), Cartaxo a Alpiarça (12,3%) esse peso foi significativamente maior, sendo de apenas 1,0% no município de Oeiras.

Gráfico 96 – Estrutura de proveitos por município – 2018

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

2.2.3 COMPOSIÇÃO DOS PROVEITOS POR NUTS III – 2018

Tabela 80 – Composição dos proveitos em 2018, por NUTS III

Proveitos	Unidade: M€				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	277,81	15,46	14,28	30,18	337,73
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	30,11	1,72	2,60	8,07	42,49
<i>Prestação de serviços</i>	236,15	12,67	10,53	22,12	281,48
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	11,55	1,06	1,15	-0,01	13,76
<i>Impostos e taxas</i>	1.341,56	57,01	47,93	99,03	1.545,54
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	0,29	0,00	1,11	1,17	2,57
<i>Proveitos suplementares</i>	15,85	0,34	0,76	2,71	19,66
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	376,35	86,63	86,77	81,81	631,56
<i>Outros proveitos operacionais</i>	24,24	0,66	0,05	3,45	28,40
Total de proveitos operacionais	2.036,10	160,11	150,90	218,35	2.565,47
Proveitos financeiros	45,03	9,33	9,52	6,63	70,51
Proveitos extraordinários	291,53	12,36	14,47	12,33	330,68
Total de proveitos	2.372,66	181,79	174,89	237,31	2.966,65

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

A análise da distribuição pelas várias NUTS III confirma a tendência já evidenciada em pontos anteriores, relativa à predominância do peso dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa no contexto da RLVT. Neste ponto, destaca-se ainda o peso que os proveitos registados pelos municípios do Oeste assumem, no contexto da região – de facto, esta sub-região apresentou, em várias categorias de proveitos, um peso relativo superior ao registado na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, mormente nos proveitos operacionais, nomeadamente no total das vendas e prestações de serviços, nos impostos e taxas e nos outros proveitos operacionais.

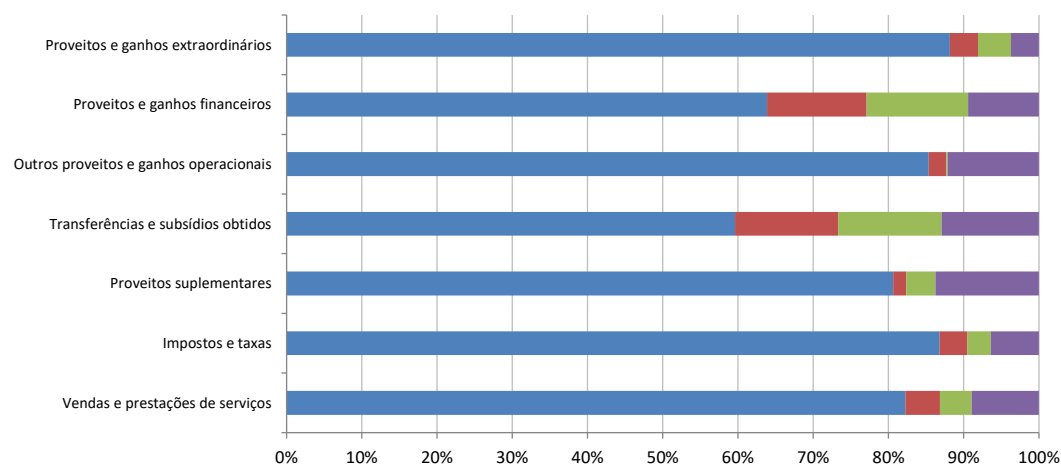
Posição diferente ocorreu com as transferências e subsídios obtidos bem como com os proveitos financeiros onde as sub-regiões da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo assumem maior relevância, relativamente ao Oeste.

Tabela 81 – Estrutura dos proveitos dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III

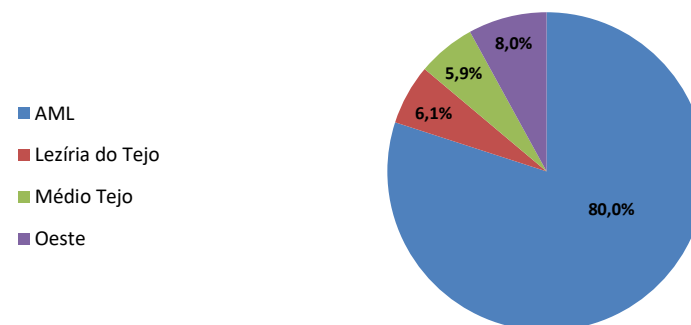
Proveitos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	82,3	4,6	4,2	8,9	100,0
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	70,9	4,1	6,1	19,0	100,0
<i>Prestação de serviços</i>	83,9	4,5	3,7	7,9	100,0
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	83,9	7,7	8,4	0,0	100,0
<i>Impostos e taxas</i>	86,8	3,7	3,1	6,4	100,0
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	11,3	0,0	43,3	45,4	100,0
<i>Proveitos suplementares</i>	80,6	1,7	3,9	13,8	100,0
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	59,6	13,7	13,7	13,0	100,0
<i>Outros proveitos operacionais</i>	85,3	2,3	0,2	12,2	100,0
Total de proveitos operacionais	79,4	6,2	5,9	8,5	100,0
Proveitos financeiros	63,9	13,2	13,5	9,4	100,0
Proveitos extraordinários	88,2	3,7	4,4	3,7	100,0
Total de proveitos	80,0	6,1	5,9	8,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 97 – Proveitos dos municípios da RLVT em 2018, por NUTS III



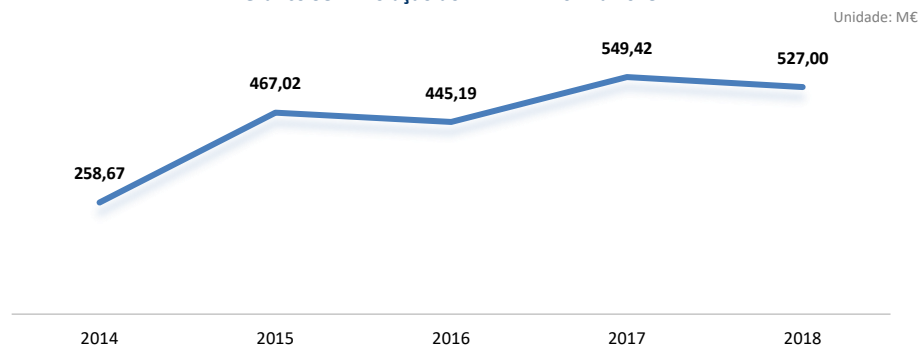
Fonte: Prestações de Contas de 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.



2.3 RESULTADOS

2.3.1 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS – 2014 A 2018

Gráfico 98 – Evolução do EBITDA – 2014 a 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Sendo que pela sua natureza as autarquias locais não existem para gerar lucro, é expectável que consigam gerir as respetivas finanças de forma a manter um equilíbrio entre os proveitos e os custos.

A este propósito, a situação é a seguinte:

- No período analisado, o RLE do conjunto dos municípios da RLVT foi sempre positivo, tal como o EBITDA, sendo que este indicador tem em conta os resultados operacionais expurgados dos custos com amortizações, os quais não representam necessidades de exfluxos financeiros imediatas;
- Em 2018, houve uma descida, relativamente ao ano anterior, de 11,4% no resultado líquido atingido pelos municípios, correspondente a uma variação negativa de 32,86 M€; no entanto, face a 2014, os registos de 2018 foram superiores em 153,2%;

- Em termos agregados na região, os resultados operacionais em 2018 registaram igualmente uma descida em 9,2%, face a 2017, embora registando-se um crescimento significativo face a 2014, ano em que estes resultados foram negativos;
- A descida dos resultados operacionais ocorreu em 28 municípios, neste último ano, sendo que o número de municípios com resultados operacionais negativos tem aumentado, passando de 21, em 2015, para 23, em 2016 e 25 em 2017, mas sendo de 22, em 2018;
- Igualmente desfavorável à escala regional, entre 2017 e 2018, foi a situação em termos de EBITDA, uma vez que no conjunto dos municípios da região se registou uma descida destes resultados, refletida em 27 municípios. No entanto, se considerarmos uma análise evolutiva desde 2014, tem-se verificado anualmente sucessivas subidas e descidas, terminando 2018 com um EBITDA superior em 103,70%, face ao de 2014.

Tabela 82 – Evolução dos resultados nos municípios da RLVT – 2014 a 2018

Unidade: M€

Custos / Proveitos/ Resultados	2014	2015	2016	2017	2018	Variação %	
						2017-2018	2014-2018
Custos	2.164,28	2.128,85	2.359,70	2.488,63	2.712,35	9,0	25,3
Proveitos	2.264,70	2.516,70	2.588,30	2.775,79	2.966,65	6,9	31,0
RLE	100,42	387,85	228,62	287,16	254,30	-11,4	153,2
Resultados operacionais	-2,82	203,59	158,87	244,25	221,82	-9,2	7.966,1
EBITDA	258,67	467,02	445,19	549,42	527,00	-4,1	103,7

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

CONCEITOS

Acréscimos de custos – Custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

Acréscimos de proveitos – Proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Amortização de empréstimo – Valor correspondente ao pagamento do capital em dívida, podendo o reembolso ser parcial ou total.

Amortizações do exercício – Respeita à depreciação das imobilizações corpóreas (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício. As amortizações do exercício serão calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Aquisição de bens de capital – Agrega as despesas aplicadas em investimento, locação financeira e bens do domínio público.

Aquisição de bens e serviços – Engloba as despesas em bens de consumo, duráveis ou não, e aquisição de serviços.

Ativos financeiros (despesa) – Incluem as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, junto dos serviços municipalizados. Englobam as aplicações financeiras de tesouraria mas também as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Ativos financeiros (receita) – Representam os benefícios anuais ou os benefícios futuros para os respetivos detentores, concretizando-se através de meios de pagamento. Pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Incluem a venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, bem como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados, ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

Bens do domínio público – Abrange os bens do município que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, em contraposição aos bens que estão no comércio jurídico-privado.

Classificação económica – Quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas (na ótica da contabilidade pública). O classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Custos com o pessoal – São os gastos com membros dos órgãos autárquicos, remunerações do pessoal, encargos para a Segurança Social a cargo do município, suplementos de remunerações, como trabalho extraordinário, trabalho em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, ajudas de custo, vestuário e artigos pessoais, alimentação e alojamento, subsídio familiar a crianças e jovens, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais ou seguros de saúde.

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas – Regista a contrapartida das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou integração no processo produtivo, como por exemplo as compras de mercadorias, água, eletricidade, combustíveis, óleos, lubrificantes, ferramentas e utensílios, etc.

Custos diferidos – Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, como por exemplo prémios de seguros.

Depósitos e caixa – Em **Caixa** inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros; como **Depósitos** engloba meios de pagamento existentes em contas à ordem ou a prazo em instituições financeiras.

Derrama municipal – A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos diferentes municípios.

Despesa corrente – Reflete os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.

Despesa corrente primária – A despesa corrente primária corresponde à despesa corrente antes de juros.

Despesa de capital – Compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento.

Despesa efetiva – Corresponde às despesas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, calculando-se através da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, de natureza corrente e de capital, com exclusão dos ativos financeiros e dos passivos financeiros. Ou seja, a despesa efetiva = despesa corrente + despesa de capital (sem ativos e passivos financeiros)

Despesa total – A despesa total consiste na utilização de recursos pelos municípios tendo por fim a aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Corresponde à soma das despesas correntes e das despesas de capital.

Dívida total municipal – A dívida total de operações orçamentais dos municípios inclui os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, assumidas pelos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

Dotação corrigida – Corresponde aos recursos disponíveis para utilização pelos serviços, inerentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais (reforços e/ou anulações) que entretanto tenham ocorrido.

EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) – Lucro operacional, representa quanto uma entidade gera de recursos através das respetivas atividades operacionais; proveitos e ganhos operacionais menos custos operacionais, excluindo-se destes as amortizações do período.

Encargos da dívida – Os encargos da dívida incluem os juros, comissões e outros encargos relacionados com o serviço da dívida.

Execução orçamental – A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento das despesas previstas.

Existências – Engloba, consoante a organização existente na entidade, as compras e os inventários inicial e final (inventário intermitente ou periódico) e o inventário permanente.

Fornecimentos e serviços externos – Esta rubrica compreende os subcontratos, que são trabalhos necessários ao processo produtivo próprio, relativamente aos quais se obteve a cooperação de outras entidades, submetidos a compromissos formalizados ou simples acordos (serviços de saneamento básico, recolha, tratamento e deposição de resíduos, água - abastecimento público, limpeza urbana, sinalização e trânsito, iluminação pública, transportes escolares, cantinas escolares, serviços culturais, recreativos e espetáculos), excluindo-se os gastos com pessoal em regime de prestação de serviços (profissionais liberais) e que efetua trabalhos de carácter regular. Inclui também fornecimentos e serviços, eletricidade, combustíveis, gasóleo, gasolina, água, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, rendas e alugueres, etc.

Fundo de Apoio Municipal – Respeita a um fundo participado em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, dotado de autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. Este fundo foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

Fundo de Coesão Municipal – Fundo que respeita à transferência inscrita anualmente na Lei do Orçamento de Estado e que visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais (artigo 29.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consagrada no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social.

Fundo de Financiamento das Freguesias – Corresponde a uma subvenção geral para as freguesias prevista no artigo 36.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 2% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Fundo de Regularização Municipal – Fundo constituído pelos montantes das transferências orçamentais deduzidas aos municípios no caso de incumprimento dos respetivos planos de saneamento, sendo utilizado para, através da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), proceder ao pagamento das dívidas a terceiros do município.

Fundo Geral Municipal – Transferência financeira do Estado prevista no artigo 28.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento.

Fundo Social Municipal – Corresponde a uma subvenção específica, consagrada no artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios.

Grau de execução – Rácio, expresso em percentagem, que decorre da relação entre o valor executado, no período em análise, para uma determinada rubrica de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão (ou dotação corrigida) abatido de cativos. Assim, este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou alterado.

Grau de execução da despesa da comprometida – Rácio percentual que relaciona a despesa paga com a despesa comprometida no exercício.

Grau de execução orçamental das despesas – rácio percentual que relaciona o valor das despesas pagas com o valor das dotações corrigidas.

Grau de execução orçamental das receitas – rácio percentual que relaciona o valor das receitas cobradas líquidas com o valor das previsões corrigidas.

Imobilizado corpóreo – Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis (com exceção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua atividade operacional, que não se

destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que acrescem ao custo daqueles imobilizados.

Imobilizado em curso – Abrange as imobilizações de adição, melhoramento ou substituição não concluídas à data de encerramento do exercício. Inclui também os adiantamentos feitos por conta de imobilizado, cujo preço esteja previamente fixado.

Imobilizado incorpóreo – Integra as imobilizações intangíveis, englobando, nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão da entidade.

Índice de independência financeira – O rácio de independência financeira relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

Investimento – Em termos financeiros, orçamentais e contabilísticos, consideram-se como despesas de investimento aquelas que as autarquias destinem à aquisição ou reparação de bens duradouros por si detidos ou por si utilizados na sua atividade.

Investimentos financeiros – Abrange as aplicações financeiras de carácter permanente.

Juros - montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital; incluem também outras despesas correntes inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento bem como às despesas inerentes aos serviços bancários e outras despesas/encargos financeiros que não sejam juros.

Limite da dívida total municipal - O limite da dívida total, definido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades do sector empresarial local, não pode ultrapassar, no final de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Entretanto foi feita uma alteração ao conceito do limite de dívida total e respetivo apuramento do endividamento municipal, considerando a alteração do artigo 52.º do RFALEI materializada pela Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017. Assim, nos termos do legalmente estabelecido não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros

⁷¹ No âmbito do novo sistema contabilístico aplicável às autarquias locais ao abrigo do SNC-AP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os subsídios para investimentos deixam de estar registados como passivo, passando a constar da classe 5.

referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 27 de outubro; os empréstimos contraídos para execução de projetos no âmbito do PERSU 2020 e os empréstimos contraídos para financiamento da contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus, por acordo com a administração central.

Ótica de caixa - Ótica adotada no âmbito da contabilidade pública, sendo as operações registadas no momento em que são efetuados os recebimentos ou os pagamentos.

Ótica de compromissos – Ótica de registo efetuada segundo o princípio da especialização do exercício, em que se adiciona à despesa paga os compromissos assumidos que estão por pagar, e em que se retira os pagamentos de compromissos assumidos em anos anteriores.

Outros proveitos e ganhos operacionais – Nesta classificação encontram-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

Participação variável no IRS – Participação consagrada na alínea c) do artigo 25.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, mediante a qual os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa a rendimentos do ano imediatamente anterior.

Passivos financeiros (lado da despesa) – Pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios reembolsáveis e garantias.

Passivos financeiros (lado da receita) – Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto prazo e a médio e longo prazo. Os empréstimos de curto prazo destinam-se a cobrir exclusivamente dificuldades de tesouraria.

Património – Consiste nos fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas. No início da aplicação do POCAL, resultou da diferença entre os montantes ativos e os passivos e das importâncias reconhecidas das restantes contas da classe 5.

Proveitos diferidos⁷¹ – Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, atendendo ao princípio do acréscimo.

Proveitos suplementares – Abrange os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

Provisões – Engloba as situações a que estejam associados riscos relativos a cobranças duvidosas, depreciação de existências e investimentos financeiros. São exemplos as provisões para cobranças duvidosas, as provisões para depreciação de existências, as provisões para investimentos financeiros, as provisões para aplicações de tesouraria de curto prazo ou as provisões para riscos e encargos.

Provisões do exercício – As provisões são passivos cuja quantia ou tempestividade são incertas. As provisões do exercício refletem, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos entre dois períodos contabilísticos consecutivos, que tiver características de custo operacional. Destacam-se as provisões para cobranças duvidosas, para processos judiciais em curso e para depreciação de existências.

Provisões para riscos e encargos – Responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência dos encargos a pagar.

Receita consignada – A receita consignada é a aquela que a título excecional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva – Corresponde às receitas que alteram definitivamente o património financeiro líquido. Corresponde à soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos ativos financeiros, dos passivos financeiros e dos saldos da gerência anterior.

Receita fiscal municipal – Receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura, bem como as taxas.

Receita própria – A receita própria dos municípios engloba os recursos financeiros que os mesmos podem arrecadar, decorrendo das receitas cobradas localmente. Ao total de receitas cobradas são assim deduzidas as transferências, correntes e de capital, bem como os empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Recuperação financeira municipal – A necessidade de recurso à recuperação financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida, cobrada nos últimos três exercícios, nos termos previstos no artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Rendimentos de propriedade – Receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, como depósitos bancários, títulos e empréstimos cedidos, e rendas de ativos não produtivos, como terrenos e ativos incorpóreos.

Reposições abatidas nos pagamentos – Correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam.

Reservas – Abrange as reservas estatutárias, as reservas contratuais, as reservas livres, os subsídios, as doações e as reservas decorrentes da transferência de ativos.

Reservas de reavaliação – Reflete as contrapartidas às valorizações emergentes da atualização do cadastro matricial e aos ajustamentos monetários.

Resultados transitados – Esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Esta conta regista também regularizações não frequentes e de grande significado que afetem, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício.

Rutura financeira – Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. A dívida total do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Saldo corrente – O saldo corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de capital – O saldo de capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global – O saldo global corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo orçamental – O saldo orçamental corresponde à diferença entre o total de receitas e o total de despesas. A designação estatística é “capacidade ou necessidade líquida de financiamento”.

Saldo primário – Corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros); o saldo primário resulta do somatório do saldo global com os juros.

Saneamento financeiro municipal – Corresponde ao mecanismo de recuperação financeira municipal definido no artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e visa criar condições para a reprogramação da respetiva dívida e a consolidação dos passivos financeiros.

Serviço da dívida – Despesas pagas em juros e outros encargos e em passivos financeiros.

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis, dos municípios para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Taxas, multas e outras penalidades – Agregado composto pelas taxas pagas pelos particulares, por contrapartida à emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e ainda pelas multas e outras penalidades, decorrentes da transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

Títulos negociáveis – Inclui os títulos adquiridos com o objetivo de aplicação de tesouraria de curto prazo, ou seja, por um período inferior a um ano.

Total da dívida exigível – Constituída pelas dívidas a pagar a curto prazo e a médio e longo prazo.

Transferências correntes (despesa) – Importâncias a entregar a entidades para financiar despesas correntes, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências correntes (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Transferências de capital (despesa) – Importâncias a entregar a entidades, para financiar despesas de capital, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências de capital (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais – Engloba as transferências correntes concedidas às unidades institucionais (Orçamento do Estado, serviços e fundos autónomos, administração autárquica, administração regional, segurança social), bem como as transferências correntes concedidas sem contrapartida a unidades produtivas, como empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Transferências e subsídios obtidos – Inclui as transferências a que os municípios têm direito, designadamente nos termos do RFALEI e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico. As transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa são registadas na conta 2745 "Subsídios para investimentos". Nesta classificação estão ainda englobados os subsídios, que consistem em transferências correntes obtidas sem contrapartida destinadas a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Venda de bens de investimento – Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Venda de bens e serviços correntes – Produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

Vendas e prestações de serviços – Abrange os proveitos das vendas (designadamente mercadorias, eletricidade, água, sucata, habitação social) e da prestação de serviços, como sejam de saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, entre outros.

Trabalhos para a própria entidade – Regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios

PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

Carvalho, João Baptista da Costa, Fernandes, Maria José, Teixeira, Ana (2002). *POCAL – Comentado*, Rei dos Livros. Lisboa.

INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização destes dados: 14 de junho de 2019. *in site* <http://www.ine.pt>

Santos, J. Albano. *Os saldos orçamentais*, GPEARI – Ministério das Finanças, Artigo 03/2016.

Sousa Franco, António L., (2002). *Finanças públicas e direito financeiro*, volumes I e II, Almedina. Coimbra.

Documentos de prestação de contas dos municípios (anos 2014 a 2018).

Baleiras, Rui Nuno, Dias, Rui, Almeida, Miguel (2018) – *Finanças Locais, Princípios Económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987* – Conselho de Finanças Públicas

Relatórios do Conselho de Finanças Públicas relativos à execução orçamental da Administração Local *in site* www.cfp.pt.

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DE RECEITAS	5
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	7
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	7
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	8
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2014 A 2018	8
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2014 A 2018	8
TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	10
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	11
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	13
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2014 A 2018	14
TABELA 11 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	16
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2014 A 2018	17
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	19
TABELA 14 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2014 A 2018	20
TABELA 15 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS, POR NUTS III – 2018	21
TABELA 16 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	21
TABELA 17 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018	23
TABELA 18 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2018	25
TABELA 19 – ESTRUTURA DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2018	26
TABELA 20 – ESTRUTURA DA RECEITA FISCAL <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	26
TABELA 21 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2018	27
TABELA 22 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	27
TABELA 23 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2018	28
TABELA 24 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	28
TABELA 25 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2018	29
TABELA 26 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	29
TABELA 27 – CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS	30
TABELA 28 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	30
TABELA 29 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	32
TABELA 30 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	32
TABELA 31 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPOS DE DESPESA – 2014 A 2018	33
TABELA 32 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPOS DE DESPESA – 2014 A 2018	33
TABELA 33 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	34
TABELA 34 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2014 A 2018	35
TABELA 35 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2014 A 2018	36
TABELA 36 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2014 A 2018	37
TABELA 37 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	38
TABELA 38 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2014 A 2018	39
TABELA 39 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018	40
TABELA 40 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	40
TABELA 41 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018	42
TABELA 42 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2018	44
TABELA 43 – DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2018	45

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2014 A 2018	6
GRÁFICO 2 – VARIAÇÃO DA RECEITA TOTAL, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%)	6
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	7
GRÁFICO 4 – VARIAÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	8
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2014 A 2018	9
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL MUNICIPAL – 2014 A 2018	10
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA FISCAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	10
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RECEITA FISCAL – 2014 A 2018	11
GRÁFICO 9 – VARIAÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%)	12
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA – 2014 A 2018	13

TABELA 44 – DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2018	45
TABELA 45 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2018	46
TABELA 46 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	46
TABELA 47 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2018	46
TABELA 48 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2018	47
TABELA 49 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	47
TABELA 50 – PESO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2018	47
TABELA 51 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2018	48
TABELA 52 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III – 2018	48
TABELA 53 – PESO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2018	48
TABELA 54 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA, POR NUTS III – 2014 A 2018	49
TABELA 55 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE MUNICIPAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	50
TABELA 56 – EVOLUÇÃO DO SALDO GLOBAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	51
TABELA 57 – EVOLUÇÃO DO SALDO PRIMÁRIO, POR NUTS III – 2014 A 2018	52
TABELA 58 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	53
TABELA 59 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA, POR NUTS III – 2014 A 2018	54
TABELA 60 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, POR NUTS III – 2014 A 2018	55
TABELA 61 – EVOLUÇÃO DO ATIVO NOS MUNICÍPIOS DA RLVLT – 2014 A 2018	57
TABELA 62 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NO ATIVO BRUTO – 2014 A 2018	57
TABELA 63 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO EM 2018, POR NUTS III	61
TABELA 64 – ESTRUTURA DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVLT EM 2018, POR NUTS III	61
TABELA 65 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS DA RLVLT – 2014 A 2018	62
TABELA 66 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NO PASSIVO – 2014 A 2018	63
TABELA 67 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EM 2018, POR NUTS III	66
TABELA 68 – ESTRUTURA DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVLT EM 2018, POR NUTS III	66
TABELA 69 – CAPITAL EM DÍVIDA EM 31-12-2018 DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DO ESTADO PARA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	67
TABELA 70 – EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVLT – 2014 A 2018	68
TABELA 71 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2014 A 2018	68
TABELA 72 – COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS EM 2018, POR NUTS III	70
TABELA 73 – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVLT EM 2018, POR NUTS III	70
TABELA 74 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVLT – 2014 A 2018	71
TABELA 75 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS CUSTOS – 2014 A 2018	72
TABELA 76 – COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS EM 2018, POR NUTS III	75
TABELA 77 – ESTRUTURA DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVLT EM 2018, POR NUTS III	75
TABELA 78 – EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVLT – 2014 A 2018	76
TABELA 79 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS PROVEITOS – 2014 A 2018	77
TABELA 80 – COMPOSIÇÃO DOS PROVEITOS EM 2018, POR NUTS III	80
TABELA 81 – ESTRUTURA DOS PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVLT EM 2018, POR NUTS III	80
TABELA 82 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVLT – 2014 A 2018	81

GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DE RECEITA PRÓPRIA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	13
GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RECEITA PRÓPRIA – 2014 E 2018	14
GRÁFICO 13 – VARIAÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%)	15
GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS – 2014 A 2018	16
GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DE TRANSFERÊNCIAS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	16
GRÁFICO 16 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS – 2014 E 2018	17
GRÁFICO 17 – VARIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%)	18
GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO – 2014 A 2018	19
GRÁFICO 19 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	19
GRÁFICO 20 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO – 2014 E 2018	20

GRÁFICO 21 – RECEITA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLVT, POR NUTS III - 2018.....	21
GRÁFICO 22 – RECEITA TOTAL POR MUNICÍPIO RLVT – 2018.....	22
GRÁFICO 23 – RECEITA TOTAL <i>PER CAPITA</i> POR MUNICÍPIO RLVT – 2018	22
GRÁFICO 24 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL – 2018	23
GRÁFICO 25 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018	24
GRÁFICO 26 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018.....	24
GRÁFICO 27 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2018	25
GRÁFICO 28 – ESTRUTURA DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2018	26
GRÁFICO 29 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2018	27
GRÁFICO 30 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2018	28
GRÁFICO 31 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2018	29
GRÁFICO 32 – EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2014 A 2018	30
GRÁFICO 33 – VARIAÇÃO DA DESPESA TOTAL, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%).....	31
GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	31
GRÁFICO 35 – VARIAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018.....	32
GRÁFICO 36 – VARIAÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	32
GRÁFICO 37 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPO DE DESPESA – 2014 A 2018	33
GRÁFICO 38 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL – 2014 A 2018	34
GRÁFICO 39 – VARIAÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%)	34
GRÁFICO 40 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – 2014 A 2018.....	35
GRÁFICO 41 – VARIAÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%).....	35
GRÁFICO 42 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2014 A 2018	36
GRÁFICO 43 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2014 A 2018	36
GRÁFICO 44 – VARIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%)	36
GRÁFICO 45 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2014 A 2018.....	37
GRÁFICO 46 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2014 A 2018.....	37
GRÁFICO 47 – VARIAÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%).....	37
GRÁFICO 48 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA – 2014 A 2018.....	38
GRÁFICO 49 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2014 A 2018	38
GRÁFICO 50 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA – 2014 E 2018.....	38
GRÁFICO 51 – VARIAÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR MUNICÍPIO – 2017 A 2018 (%).....	39
GRÁFICO 52 – DESPESA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLVT, POR NUTS III – 2018	40
GRÁFICO 53 – DESPESA TOTAL POR MUNICÍPIO RLVT – 2018.....	41
GRÁFICO 54 – DESPESA TOTAL <i>PER CAPITA</i> POR MUNICÍPIO RLVT – 2018.....	41
GRÁFICO 55 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL – 2018	42
GRÁFICO 56 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018	43
GRÁFICO 57 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2018	43
GRÁFICO 58 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2018	44
GRÁFICO 59 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2018	46
GRÁFICO 60 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2018.....	47
GRÁFICO 61 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2018.....	48
GRÁFICO 62 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA – 2014 A 2018	49
GRÁFICO 63 – ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA, POR MUNICÍPIO – 2018	49
GRÁFICO 64 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE – 2014 A 2018	50
GRÁFICO 65 – EXCEDENTE DA RECEITA CORRENTE SOBRE A DESPESA CORRENTE, POR MUNICÍPIO – 2018	50
GRÁFICO 66 – EVOLUÇÃO DO SALDO GLOBAL E PRIMÁRIO – 2014 A 2018	51
GRÁFICO 67 – EVOLUÇÃO DO SALDO GLOBAL, POR NUTS III – 2014 A 2018	51
GRÁFICO 68 – EXCEDENTE DA RECEITA EFETIVA SOBRE A DESPESA EFETIVA, POR MUNICÍPIO – 2018	52
GRÁFICO 69 – PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL – 2014 A 2018	53
GRÁFICO 70 – PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL, POR MUNICÍPIO – 2018	53
GRÁFICO 71 – GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA – 2014 A 2018.....	54
GRÁFICO 72 – GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA, POR MUNICÍPIO – 2018	54
GRÁFICO 73 – GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO – 2014 A 2018	55
GRÁFICO 74 – GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, POR MUNICÍPIO – 2018	55
GRÁFICO 75 – EVOLUÇÃO DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2014 A 2018	57

GRÁFICO 76 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO ATIVO BRUTO – 2014 A 2018	58
GRÁFICO 77 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO BRUTO – 2014 E 2018	58
GRÁFICO 78 – ATIVO BRUTO POR GRANDES AGREGADOS, POR MUNICÍPIO – 2018	60
GRÁFICO 79 – ESTRUTURA DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2018, POR NUTS III	61
GRÁFICO 80 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2014 A 2018	62
GRÁFICO 81 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2014 A 2018	62
GRÁFICO 82 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO – 2014 A 2018.....	63
GRÁFICO 83 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO – 2014 E 2018.....	63
GRÁFICO 84 – PASSIVO POR GRANDES AGREGADOS, POR MUNICÍPIO – 2018	65
GRÁFICO 85 – ESTRUTURA DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2018, POR NUTS III	66
GRÁFICO 86 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2014 A 2018	68
GRÁFICO 87 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2014 A 2018	68
GRÁFICO 88 – FUNDOS PRÓPRIOS POR GRANDES AGREGADOS, POR MUNICÍPIO – 2018.....	69
GRÁFICO 89 – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2018, POR NUTS III	70
GRÁFICO 90 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS CUSTOS – 2014 A 2018.....	71
GRÁFICO 91 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2014 A 2018	72
GRÁFICO 92 – ESTRUTURA DE CUSTOS POR MUNICÍPIO – 2018.....	74
GRÁFICO 93 – ESTRUTURA DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2018, POR NUTS III.....	75
GRÁFICO 94 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS PROVEITOS – 2014 A 2018	76
GRÁFICO 95 – EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2014 A 2018.....	76
GRÁFICO 96 – ESTRUTURA DE PROVEITOS POR MUNICÍPIO – 2018	79
GRÁFICO 97 – PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2018, POR NUTS III	80
GRÁFICO 98 – EVOLUÇÃO DO EBITDA – 2014 A 2018	81

